

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL

Vol. XIV



PETRÓPOLIS
1953

SUMÁRIO

A ação política do conselheiro Jobim – Alcindo Sodré, **5**

A família imperial do Brasil – José Schiavo, **111**

Noticiário, **249**



Conselheiro José Martins da Cruz Jobim
(Tela de Vienot et Morisset, existente na Faculdade Nacional de Medicina -
Universidade do Brasil)

A AÇÃO POLÍTICA DO CONSELHEIRO JOBIM

A ação política do conselheiro Jobim

José Martins da Cruz Jobim foi um destacado homem de cultura do século dezenove. Sob o título “Um médico da monarquia”, publicamos no VI volume do Anuário do Museu Imperial relativo a 1945, um relato sobre o extraordinário papel desempenhado entre nós, por Jobim, no campo da ciência médica. Nestas linhas vamos tratar da sua atuação política.

Embora não se possa colocar a sua participação como homem público, na mesma altura das suas realizações como médico, mesmo assim, apresenta ela aspectos curiosos e capazes de contribuir para a elucidação de alguns episódios do Segundo Reinado.

Logo em 1831, José Bonifácio, assumindo a tutoria, nomeia Jobim médico da Casa Imperial, e desse modo, desde a formação do menino imperador, ele conquistaria a estima e o apreço de dom Pedro II.

Com a Maioridade, e o governo pessoal do monarca, Jobim teria bem amadurecida a sua oportunidade de atuar na vida pública do país, o que ocorreu, na primeira década do reinado.

Seria uma atuação discreta e desinteressada. Discreta, porquanto, mau grado a pouca idade do imperador, este já se achava revestido do ânimo de resistir a quaisquer influências. Desinteressada porque Jobim devotava sincera amizade a dom Pedro II, e procurava servi-lo despido de sentimentos partidários.

Pode-se avaliar a qualidade desta amizade pelo fato do imperante, em 1845, confiar-lhe uma missão de caráter reservado e íntimo junto ao rei de Nápoles. Era uma delicada questão de família.

Jobim desempenhou dois mandatos políticos. Em 1848, era deputado pelo Rio Grande do Sul, e em 1851 ingressava no Senado, representando o Espírito Santo.

Existem, no arquivo do Museu Imperial, letras de Jobim dirigidas a dom Pedro, e outras endereçadas a ele, e por sua mão

levadas ao imperador. Foram todas conservadas, exprimindo dessa forma a atenção dispensada ao personagem.

As letras de Jobim tratam sobretudo de matéria política. As demais, constituem interesses de terceiros, e principalmente informações de caráter público. Jobim era filho do Rio Grande do Sul, e casara-se com uma Toledo Marcondes, de São Paulo.

Durante algum tempo, ele foi de certo modo, o confidente e o procurador de habitantes dessas duas províncias junto ao paço. Desde a Maioridade, até 1846, um grupo de homens públicos, em torno de Paulo Barbosa, gozou da simpatia do imperador. Era o chamado “Clube da Joana”, nome dado à residência do mordomo, situada na proximidade do Paço de São Cristóvão à margem do rio Joana.

O jornalzinho *O Social*, de 9 de janeiro de 1846, que era adverso a Paulo Barbosa, comentando sua entrada para a diplomacia, diz: “O órgão Saquarema rejubila-se com a nomeação para S. Petersburgo. Ela (a folha) bem abertamente declarou que os Jobins, os Josés Manoéis Carlos, os Aurelianos, os Saturninos, poderão reerguer a influência da Joana, e substituir o chefe que perdem. Agora sim, está tudo muito bem; vai para a Europa o Paulo Barbosa, o Caxias apoderou-se do ânimo do imperador, foi ele quem honrosamente lhe deu o baque. O Caxias é o nosso salvador, verdadeiro anjo da vitória, é ele quem vitoriará o *grande partido Saquarema*. Foi excluído o sr. Vasconcelos, que sempre chamou o conde de Caxias um *sargentaço ordinário*, e isto na roda dos seus amigos.”

Os adversários dessa corrente, onde se achava Jobim, passaram a denominá-la “facção áulica”, chegando a apontar como obra sua a substituição do gabinete de 2 de maio de 1846, chefiado por Joaquim Marcelino de Brito.

Em 1847, aparecia anônimo um folheto intitulado “A dissolução do gabinete de 5 de maio ou a facção áulica”. Atribuído na época ao marquês de Paraná, provocou em resposta um panfleto de Francisco Sales Torres Homem, visconde de Inhomirim, denominado “A oposição e a Coroa.”

Esse folheto, de catilinária oposicionista, teve segunda edição, póstuma, em 1901, aparecendo nela o verdadeiro nome de seu autor, Firmino Rodrigues Silva. Nascido em Niterói no ano de 1816 e bacharelado-se na faculdade de direito de São Paulo,

veio para a corte fazer jornalismo. Juiz de direito em Ouro Preto e chefe de polícia de Minas. Desembargador no Rio, e por fim deputado e senador por Minas, respectivamente em 1850 e 1861.

Relativamente à chamada facção áulica, e em particular a Jobim, diz o folheto:

“O acaso, a influência áulica médica, oculta e principalmente manejada pelo sr. Aureliano, decidem da organização, da política, e da dissolução dos ministérios. Esta influência é tal, tão poderosa e eficaz, que o nome do primeiro chamado para a organização de um gabinete não é seguro penhor de uma escolha de capacidades do partido a que ele pertence, porque muitos dos indivíduos indicados encontram as intrigas da facção áulica e prevenções pessoais que os arredam de posições para as quais os chamavam as necessidades do Parlamento.”

Mais adiante, continua o folheto:

“Há tantos motivos de cólera contra o sr. Holanda que procurava empatar as vasas à facção, cresceu outro; o nobre ministro não quis apadrinhar no Senado a aprovação dos estatutos da escola de medicina que punham a disposição do seu diretor, o sr. Jobim médico do paço, um *budjet* avultadíssimo.”

E ainda o mesmo folheto:

“Os Vendas Grandes entram na aliança da praia com a facção áulica, e prometem, caso sejam bem sucedidos, aceitar por S. Paulo a candidatura do sr. Jobim, tão antipática e repulsiva que até em 1844, durante o domínio brutal do sr. José Carlos, não pôde vingar. É triste a condição deste sr. Jobim! Para ser deputado bate à porta de todos os ministros e influências provinciais e todos lhe dizem – Adiante, caminha, caminha. E o sr. Jobim dobra o fato e se prepara a percorrer de novo os diversos passos de sua infinda via sacra. Que martírio! Que suplício! É o judeu errante da deputação.”

Foi assim atribuída à facção áulica, Jobim no meio, a queda do 6º gabinete – 2 de maio (erroneamente chamado de 5 de maio no folheto), chefiado por Joaquim Marcelino de Brito.

Na época, e ainda muito adiante dela, tornou-se hábito serem publicados folhetos de verrinas políticas, em sua maioria sob a capa do anonimato. O impresso em questão, nasceu na década inicial do Segundo Reinado, em que as comoções de 1842 e 1848 seriam bem o reflexo das paixões partidárias reinantes, e em que os ministérios se sucederiam por curtos intervalos. Se foi devido ou não à facção áulica o afastamento do gabinete de 2 de maio, não

podemos afirmar. Na hipótese afirmativa, não acreditamos ter havido despeito de Jobim para com Holanda Cavalcanti, ministro da Fazenda, pelo fato deste “não ter querido apadrinhar no Senado a aprovação dos estatutos da escola de medicina, com a qual punha à disposição de Jobim avultada verba.” E não acreditamos nessa versão, porquanto, no momento, o interesse de Jobim era pela construção de novo edifício, e justamente nas vésperas da saída do ministério, ele recebia, com data de 4 de março de 1847, um ofício do presidente do Conselho, Joaquim Marcelino de Brito, comunicando-lhe que “atendendo a estreiteza do lugar em que se acha estabelecida a escola de medicina desta corte; e não existindo próprio algum nacional para onde seja ela removida: Há por bem que v. s.^a, examine se há algum terreno”, etc. e termina por anunciar que “do trabalho da planta e orçamento será incumbido Manoel de Araújo Porto-alegre.”

É de supor-se, tenham sido também injustiçados pelo folheto, homens como os viscondes de Macaé e Sepetiba.

A propósito das substituições de gabinete, Jobim, discursando no Senado, em 1861, teve ocasião de opinar:

“Confesso, senhores, que pouco me importa saber quais foram as causas da morte de um ministério; dessas averiguações estou persuadido que nada útil se pode tirar, porque, mesmo quando os ministros queiram dizer-nos a verdade toda inteira, o que raras vezes deve acontecer, pouco ou nada nos serve tudo isso nem para o presente, nem para o futuro. Também não entro na indagação das causas do nascimento de um ministério; não me deixo enlevar por tais discussões, nem com a exposição dos princípios políticos por que tem de guiar-se um ministério novo: os nossos princípios políticos acham-se na Constituição, e o que se pode dizer de um modo teórico ou abstrato não tem para mim valor algum. Esta é a razão por que não acredito em programas, porque na minha opinião, todos eles se reduzem ao que diz o escritor francês, o filósofo Montaigne, que apresentavam os antigos imperadores do México quando subiam ao trono; três coisas prometiam eles: a primeira era fazer com que o Sol continuasse a aparecer para formar o dia e a noite; a segunda fazer com que as nuvens se afastassem quando encobrissem o mesmo Sol por muito tempo; e a terceira era fazer com que a terra continuasse a dar os frutos necessários para a alimentação de seus súditos (risadas). E na minha opinião, se os programas são necessários, afastando-se daquela simplicidade com que foi aqui enunciado o do atual gabinete, nenhum valor têm; o melhor será aquele que menos disser e menos prometer.”

Com estes pontos de referência poderemos ver, nesta altura, as cartas de Jobim ao imperador, a partir da mais interessante, que não traz data, e na qual ele insinua uma lista de nomes para

a formação do novo gabinete, não podendo, pelas circunstâncias, deixar de ser o ano de 1848, vésperas da renovação ministerial então operada.

Usa de linguagem pitoresca na apreciação das pessoas e dos fatos, e apresenta desenvoltura de opinião:

(Doc. V. 827)

“Senhor,

Perdoe V. M. I. a minha confiança; ela é filha do amor sincero que consagro a V. M. I., a quem desejei sempre ver feliz e contente. Vou dizer alguma coisa sobre a nossa posição, embora V. M. I. me despreze. Quem está de fora ouve a todos falarem livremente, e pode melhor formar um juízo sobre as nossas coisas, quando as não veja pelo prisma das suas paixões e interesses.

A posição do pai e a de V. M. I. é a mais séria e melindrosa que tenho visto depois do *glorioso 7* de abril de indestrutível memória. A questão inglesa e a de Rosas são dois abismos que nos podem engolir; não entro na discussão delas, porque tenho medo de errar, nisto sigo os prudentes exemplos de V. M. I. mas lembre-se sempre V. M. que neste negócio existe da nossa parte um ato de horrível e intolerável má fé, e é termo-nos nós obrigado por um tratado solene a acabar com o tráfico, e ele cada vez continuar com mais força, e o que é mais escandaloso, o governo de V. M. I. cobrir de honras etc. os asquerosos traficantes (José Bernardino, Manoel Pinto etc. etc.). Por outra parte nós que temos mais justos motivos de ofensa da parte da fera do Prata do que os ingleses e franceses, a temos vergonhosamente afagado, não tomando ao menos cautelas para nos prevenirmos contra os seus assaltos a falsa fé; e agora não os estimará bem o francês e o inglês, não os provocaram mesmo por despeito e vingança? Esperemo-lo brevemente. Já não falo no que vai cá por dentro, tudo é miséria e desmantelamento, no meio das dificuldades externas quem é a alma do governo? Um homem irresoluto, pusilânime, e ao mesmo tempo com propensões estultamente demagógicas, sem opinião assentada, que ora declara contra os negros, ora contra os pobres ilhéus que hoje no meio da rua nos vendem água por menos da metade do que no-la vendiam os negros de barril à cabeça; enfim um homem valetudinário, probro é verdade, mas aborrecido pelo seu nepotismo escandaloso, será este homem quem há de tirar a V. M. I. de tantos embaraços? Impossível. O Vergueiro é outro inválido. O único que no meu conceito será pena de perder-se é o Pimenta Bueno, tem muita dedicação a V. M. I. Sei disto por conversas íntimas que ele teve com os farrapos no Rio Grande; ele tem instrução, muito juízo e probidade. Abstenho-me de falar de *falar* dos outros, mesmo daquele que por desgraça e vergonha não sei de quem saiu ruim como cobra, e que era apontado por alguns com o símbolo da probidade e da inteligência. Com ele ao menos V. M. I. convenceu-se de que pode levantar do pó da terra gente nova, não foi feliz, paciência, para outra vez o será.

Mas quem chamará V. M. I. neste momento crítico? É necessário atender às posições, V. M. deve cobrir-se com um grande nome patriótico, e não vejo outro senão o Paula e Sousa. Este homem é muito astuto, é necessário que V. M. I. o gaste, e é chegado o momento; ele que organize tudo com a decência que V. M. requer, já se sabe, pois há nomes que causam tédio a todos. Deixe-o na maior liberdade possível, e insista muito com ele, meta Limpo, José Carlos etc.

Quando este velhacão fuja de todo, V. M. gaste o Montezuma, que é todo seu, que é uma grande capacidade parlamentar, e tem conhecimento do mundo grande e pequeno. Não caia em chamar Aureliano ou Saturnino, como por aqui se diz, uma vez que V. M. o deixou sair. Eu creio que V. M. ganha muito em sustentar com energia o Aureliano presidente, por isso mesmo que um partido energúmeno tantos esforços faz por sustenta digo derribá-lo, mas nada de lhes dar agora a primeira figura do drama; assim nem satisfazê-los nem provocá-los, aos tais saquaremas, é o que me parece melhor, e acautele-se V. M. I. contra esta gente, assim como também deve ter muito cuidado contra os senhores Luzias, um meio termo, um justo equilíbrio sustentado com energia é o que pode salvar a V. M. e a nós, por que quer V. M. me creia quer não, em uma monarquia todo o partido patriótico é contra o monarca, porque eles tem interesses pessoais muito calculados, e não se lhes dá de sacrificar tudo a esses interesses, que nunca são como os do monarca identificados com a nação.

Perdoe V. M. I. tanto atrevimento

De V. M. I.

Súdito e criado humilde

José Martins da Cruz Jobim.”

Pelos modos, a influência de Jobim se não foi absoluta, teria sido pelo menos parcial, e escaparia aos comentários dos folhetinistas. É que, derrubado o governo chefiado pelo 1º presidente do Conselho, o visconde de Caravelas, Manuel Alves Branco, e seria este “o homem irresoluto, pusilânime, probo é verdade, mas aborrecido pelo seu nepotismo escandaloso”, vem o 8º gabinete, de 8 de março de 1848, constituído pelo visconde de Macaé.

Para essa sucessão, apontava Jobim o nome de Paula e Sousa, “homem muito astuto”, para a presidência do Conselho. Não foi sequer ministro. Mas esse gabinete durou pouco mais de dois meses, e logo surgiria o 9º gabinete de 31 de maio de 1848, sob a chefia de Francisco de Paula Sousa e Melo...

E se este não fora logo aproveitado no anterior, conforme a sugestão da carta de Jobim, naquele ministério de 8 de março estariam nomes por ele apontados: José Carlos Pereira de Almeida

Torres (visconde de Macaé) como presidente do Conselho, José Antônio Pimenta Bueno (marquês de São Vicente) e Antônio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), como ministros. Nomes, como se vê, do melhor quilate.

Em 1863, Jobim faz novas sugestões ao monarca. Sua carta é de 9 de maio, e o gabinete só seria substituído a 15 de janeiro de 1864, isto é, oito meses depois, e neste, chefiado por Zacarias não iria figurar nenhum dos nomes apontados.

Esta missiva de Jobim vale, no entanto, pelos comentários que o momento político lhe oferecia:

(D. 6503)

“Meu Senhor,

Perdoe a minha ousadia, nunca V. M. I. me repreendeu por dizer o que sinto e tenho consciência de que falo desinteressadamente no interesse de V. M. I. e do país; nem tenho outras aspirações políticas senão a felicidade de ambos, sei que sou um zote, mas vivo no mundo, ouço a todos, e procuro colocar-me acima dos partidos, e das suas paixões. V. M. mesmo deve sentir que não estamos em leito de rosas, o sistema de governo que temos é difícil de manejar, e foi uma desgraça que as últimas eleições fossem dirigidas pelo Ferraz depois dos seus regulamentos que tanto incomodavam o comércio, viu-se então nesta carta o acinte em campo, e aparecer triunfante quem debaixo de outros auspícios não triunfaria. Mas como remediar hoje o mal? Um adiamento o prolonga; e uma dissolução é realmente exigida atualmente pela salvação do Estado como diz a Constituição? Creio que não, e mau é atirarmo-nos de corpo e alma aos intitulados liberais. Poderá V. M. coibi-los hoje à vista da medonha reação dos conservadores? Talvez seja então infinitamente maior o embaraço de V. M. I. É melhor, é mais prudente ter sempre o freio na mão, e manejá-lo com prudência e generosidade Com um ministério de boa índole, que mal faz que entrem três ou quatro patriotas para o Senado?

Seria antes um bem, dar-lhe-ia mais vida, e por meu voto já lá estava o Ottoni há muito tempo manso como um cordeiro. Não continuo porque tenho medo de aborrecer V. M. I.

A nota que inclusa vai será no todo desprezível, mas parece-me que conciliaria uma maioria na Câmara dos Deputados e iríamos vivendo por mais duas sessões.

Com o maior respeito sou
De V. M. I.
Humilde súdito e criado,
José Martins da Cruz Jobim.

Engenho Novo 9 de maio de 1863.

Visconde de Jequitinhonha	
José de Araujo Ribeiro	Estrangeiros
Sergio Teixeira de Macedo	
Paranhos	Fazenda
Paulino F.º	
Candido Borges	Obras Públicas
Polydoro da F.	Guerra
Barão de Suruí	
Joaquim José Inácio	Marinha
Antonio Leitão da Cunha	Justiça
Evaristo Ferreira da Veiga	
Joaquim Delfino Ribeiro da Cruz	
ou	Império
Sergio Teixeira de Macedo	

A maior parte não são águias mas são homens avisados e prudentes: poucos são os faladores, mas a todos esses supre o Jequitinhonha, antigo patriota da Independência, com ele preparam-se moços de boa índole, e assim alarga-se o círculo mesquinho dos nossos homens consulares. O que era o Itaboraí, e o Uruguai quando começaram? V. M. I. o sabe.

Jobim recebeu do imperador uma missão reservada à Europa. E só agora, com a volta ao Brasil do arquivo da Casa Imperial, pode-se saber o assunto levado pelo emissário. Foi em 1845, quando achava-se entre nós o cunhado de dom Pedro II, marido de dona Januária, príncipe Luís de Bourbon das Duas Sicílias, conde d'Áquila.

Este, pelo fato da esposa ser princesa imperial e, na época, herdeira presuntiva do trono, abria os seus salões no Rio de Janeiro, e procurava a hipótese de fazer-se príncipe consorte. Intrigas de corte...

A carta de Jobim explica:

(Doc. 5252)

Nápoles, 7 de janeiro 1845.

Meu senhor,

Aqui cheguei a 24 do passado, e imediatamente procurei o príncipe de Scilla; achei-o de cama e apesar disso mandou-me entrar por ter-lhe mandado dizer que chegava do Brasil e tinha negócio de urgência a comunicar-lhe; encarregou-se das cartas e da encomenda de S. M. a Imperatriz.

Era do meu dever apresentar-me ao meu ministro Mello e Mattos, que me fez o favor de receber-me com muita cordialidade e igualmente sua senhora. O rei estava em Caserta; passou-se o dia 25, 26, e 27 sem que eu tivesse aviso algum; apareceu na gazeta de Nápoles a minha entrada como encarregado de despachos para a legação do Brasil; aqui estava tudo cheio que o imperador do Brasil tinha brigado com o príncipe d. Luís, por que este era muito amável, e querido do povo, e o imperador um sorumbático, muito aferrado às etiquetas espanholas, e que tratava mal o todo o mundo; o corpo diplomático indagava do nosso ministro o que havia, e eu em silêncio apesar de ver todos os dias o mesmo ministro; mas no dia 28 vou à casa de um negociante francês aqui estabelecido, Mr. Degas, o qual me certifica que o príncipe tinha chegado com a princesa a Cherburgo. Qual não devia ser a minha aflição, por não ter ainda falado ao rei, por me ver aqui desamparado, sem caráter público, e exposto às conseqüências do fatal encontro, e sabendo de certos precedentes aqui conhecidos... Já a este tempo meu ministro parecia-me muito desconfiado, mormente por ter ido a casa do Scilla e este lhe ter falado em mim. Devo dizer, meu senhor, que Mello Mattos é aqui muito estimado, e tratado com distinção e cordial amizade na corte; era portanto impossível que deixasse de saber a que vinha eu cá, e que então irritando-se contra mim, se lhe não testemunhasse alguma confiança, mandasse para lá dizer barbaridades, queixando-se de que o desprezavam. Portanto disse-lhe em confidência e amizade que como eu vinha a Europa trazer meu filho, S. M. I. me tinha dito, que visto ter eu de vir ver a Itália, fizesse, como seu criado e testemunha ocular de muitas coisas, uma exposição ao rei do que tinha visto pública e particularmente no comportamento do príncipe, com o único fim de convencer ao rei de que a sem razão, nessa desavença, não estava da parte do imperador. Então ele mostrou-se desejoso de saber se eu fazia grande carga ao Merolla, ao que só respondia que S. M. I. não estava satisfeito com ele. Disse-me que já tinha reclamado a sua demissão, mas que lhe perguntavam pelos fatos que a justificassem, visto que no Brasil mesmo é que se lhe tinha dado grande importância. No dia 29 fui chamado à presença do rei, que tinha vindo para o palácio da cidade; tratou-me da melhor maneira possível, fez-me sentar com ele em um sofá, e aí aturar com toda a paciência e muita atenção uma exposição de duas horas fazendo muitas perguntas e observações; e afinal disse que havia de tomar as medidas que pudesse para satisfazer em tudo a S. M. o Imperador, *mais c'est vilain, et malheureusement ici même... ici même...* A minha conclusão depois da exposição feita com todo o respeito, foi que mandasse um homem que pelo seu caráter e qualidades influísse sobre o espírito do P. a fim de convencê-lo de que não tinha razão, que S. M. I. nada mais desejava do que a sua amizade, mas que esta era impossível enquanto estivessem no Brasil homens que fossem capazes de abusar da susceptibilidade e inexperiência do príncipe, e a quem tudo era devido, mas Mr. le chevalier, quand est-ce qu'auront lieu les couches de Therese? Je crois qu'au commencement de Mars; et bien, nous y sommes, disse ele, et après cela l'empereur ne fui accordera pas la permission de retourner en Europe? je crois qu'oui, et bien, nous y sommes, Mr. le chevalier. No dia seguinte encontrei-o no grande baile da academia de música com a rainha, e o príncipe de Salerno

com a tia de V. M. e o próprio rei que é muito amável fez-me o favor de dirigir-se ao lugar em que eu estava e pôr-se a conversar comigo; a este tempo percebe o meu ministro a pouca distância, adiantou-se a ele, dizendo-lhe oh! Mr. Mattos comment vous porter vous? il n'y a pas autant de monde aujourd'hui que l'autre jour, le temps est mauvais; et Madame est-elle venue? oui, Sire, faites lui mes compliments, e safou-se. Dançou muito, e uma vez que me viu ao pé dele, gostando de o ver, não tirava os olhos de mim. A rainha mãe mandou-me chamar pelo meu ministro, e conversou muito, comigo em particular. O mesmo ministro levou-me a madame de Monlonque; esta senhora que girou em um círculo vicioso de mil perguntinhas atenciosas sobre S. M. a Imperatriz pediu-me muito que lhe recomendasse que amamentasse ela mesma o filho a exemplo da sua mãe que criou doze a seus peitos; e afinal dizendo-lhe eu que cada vez tinha mais saudades do meu Brasil, diz-me adiante do ministro que todas essas penas eram bem recompensadas pela honra que me tinha feito S. M. I. de mandar-me em tão importante comissão, o que muito me vexaria se não tivesse dito alguma coisa ao mesmo ministro. Ele entretanto tem-se portado comigo o mais cavalheiramente possível, e igualmente sua senhora que muito nos honra pela sua instrução e maneiras delicadas. O rei mandou-me perguntar antes de ontem quando pretendia partir de Nápoles, respondi que só esperava as suas ordens depois do dia 12 de janeiro pois não devia sair de Nápoles sem testemunhar os regozijos públicos por ocasião do seu aniversário.

De V. M. I.

O mais humilde criado, e súdito,

Jobim.

Vamos transcrever a seguir três letras de Jobim ao imperador, com assuntos diferentes dos anteriormente tratados. A primeira, sobre o estado sanitário da capital do Império, e aconselhando dom Pedro a deixar-se ficar em Petrópolis. A segunda, fazendo considerações sobre investidura de bispos. E a terceira, na qual fala de Rosas, Pereira da Silva e conselheiro Drummond, nosso ministro em Portugal:

(Doc. 5610)

Meu Senhor,

As febres cada vez se tornam mais furiosas, os estrangeiros morrem em grande quantidade todos os dias, tem havido muitos casos de morte quase repentina neles; da companhia dos cavalinhos do Lavradio já morreram dez pessoas, na rua do Ouvidor a mortandade é grande, os mascates italianos ou têm morrido todos

ou têm fugido para fora, enfim a desgraça é extraordinária, e vai a mais. Vossa Majestade habita hoje um clima diversos deste, tem de passar por um foco de infecção qual o porto da Estrela, e esta baía, onde alguns estrangeiros apenas chegam morrem em poucas horas; para que há de V. M. vir cá? Por causa de uma festa? Peço a V. M. que faça ver a S. M. a Imperatriz a quanto se expõe, que não se comprometa, nem dê causa a desgraças, e ela com o seu grande discernimento impedirá a V. M. de cá vir desculpando-se como for. Sou de V. M. I. súdito e criado humilíssimo – *Jobim*.

Rio, 12 de março de 1850.

(Doc. 5717)

Meu Senhor,

Como devo supor que o receio de errar é o que tem retardado tanto a nomeação dos bispos, particularmente do Rio Grande, donde já representou a Assembléia Provincial, e todos os dias se pergunta a causa da demora, permita-me V. M. Imperial que leve a sua presença esses papéis que dão uma idéia do que é esse Antônio Joaquim de Mello, de Itu, que não conheço pessoalmente, mas que creio ser bom cristão e de bons sentimentos políticos, melhores do que os do bispo de Mato Grosso, etc., etc., etc. de tantos outros que nem ao menos alma têm. Enfim não seja este, nem o santo padre Feliciano José Rodrigues Prates, nem o decente cônego Sebastião, todos provados por desgraças em que se mostraram de sentimentos firmes, não seja nenhum delles, mas seja quem for; o mesmo monsenhor contador de casos do pretinho do Japão, o místico Narciso tudo hoje serve, e o caso urge. Para que dar-se ocasião a que os deputados do Rio Grande venham aí fazer grande bulha, para então depois fazer-se a nomeação!

Perdoe-me V. M. I. esta remessa de papéis que creio pode, tão contribuir para esclarecer tão grave questão.

Sou
De V. M. I.
humilde súdito e criado,
José Martins da Cruz Jobim.

Rio, 17 de março 1851.

(Doc. 5801)

Rio de Janeiro 11 de fevereiro 1852.

Meu Senhor,

Parabéns, mil parabéns a V. M. I. pelo triunfo das nossas armas, e da causa da humanidade nas margens do Prata; e permita-me V. M. I. que me glorie neste momento de ter sido o primeiro que em público, no nosso Parlamento, pronunciou-se de um modo tão terminante contra Rosas, que sempre considerei como um dos maiores inimigos de V. M. I. e do nosso país, quando pessoas, que depois se declaravam contra ele no ministério atual, o tinham pelo grande americano. O objeto por que ousou dirigir-me a V. M. I. não é porém aquele *gaucho malo* dos pampas, há muitos anos votado por mim às gemônias; esse objeto V. M. I. o verá dos papéis que vão inclusos já que os não posso ir entregar pessoalmente por causa dos exames da minha enjoada escola. João Manoel Pereira da Silva escreve-me uma carta no estilo que deu motivo a que o devasso Petisca se divertisse com ele na pacotilha querida de V. M. I. Mas esse estilo é desculpável em um moço de imaginação viva, e ardendo no desejo de ser útil ao país e a V. M. I. como creio que o será com a publicação do artigo para o qual pede autorização a V. M. I. e eu não sei como lhe hei de responder, por que naturalmente quando V. M. I. cá estiver já o paquete estará de marcha e por escrito não me é permitido receber ao menos a margem do artigo duas palavras por exemplo: *Faça o que quiser* (ele). Também vai uma carta do Drummond para V. M. I. ver; ele não ousa pedir a licença sem saber se V. M. I. levará ou não a mal. Vai junto um impresso que ele mandou-me que é um sarcasmo continuado, *qui fait mal au coeur*.

Meu senhor, acabo de ler uma obra de Capetigue admirável; é o homem que melhor conhece o coração humano, o historiador de melhor tino e critério neste século de tanto charlatanismo e orgulho, século que tendo progredido muito nos melhoramentos materiais, nos morais retrogradaria até a barbárie, se não fosse um imperador da Áustria, um rei de Nápoles, e o grande Luís, ou Luís o Grande dos nossos dias. Contudo Deus nos livre que nos sejam necessários os mesmos remédios violentos que aqueles três grandes médicos do moral humano tem-lhe aplicado com uma habilidade mais que hipocrática, mas que por ora dispenso nisto

como vamos passando *cahin-caha*, como dizem os tais franceses, de quem já dizia o grande Tácito: *neque ad libertatem, neque ad cervitutum apti*.

V. M. I. tenha a bondade de atender a numeração do artigo do Pereira da Silva.

Perdoe V. M. I. a ousadia deste humilde súdito e criado,

De V. M. I.

José Martins da Cruz Jobim.

Por fim, trataremos das epístolas de terceiros, dirigidas a Jobim, e por ele enviadas ao imperador.

De São Paulo, são cartas da capital, Campinas e Pindamonhangaba.

A primeira que vai reproduzida é assinada por José Manuel da Fonseca. Filho de São Paulo, bacharel em direito por Coimbra, foi deputado à Assembléia Provincial em várias legislaturas, fundou *O Novo Pharol Paulistano*, e nomeado senador por São Paulo no mesmo ano em que escreveu esta missiva:

(Doc. 5967)

Il^{mo} e ex.^{mo} senhor José Martins da Cruz Jobim.

Fui honrado com a que v. ex.^a teve a bondade de dirigir-me por via do dr. Gumbleton. Muito e muito agradeço as expressões de v. ex.^a, que em mim produziram gratidão, que, creia v. ex.^a, que há de ser eterna. Aqui li um panfleto impresso nessa corte, em que apareceram cartas dos nossos bons amigos, o ex.^{mo} visconde de Montalegre, e conselheiro Pimenta, dirigidas, durante a lide eleitoral, ao padre Toledo de Pindamonhangaba. Custa crer em tanta protérvia, e abuso de confiança etc. que revela semelhante publicação de cartas confidenciais!!! Aqui corre, que essas cartas foram entregues pelo mesmo padre ao conselheiro C. de Campos no princípio da sessão da Assembléia Provincial desta, quando estavam de muita intimidade, a qual cessou, quando Carneiro nomeou outros, que não o padre, para a comissão, que por parte da Assembléia tinha de cumprimentar a S. M. o Imperador, cuja indicação foi apresentada na Assembléia pelo mesmo padre, a quem prometera o Carneiro

a nomeação de sua pessoa para fazer parte daquela comissão. O impresso foi feito nessa corte pelo deputado Sayão (Francisco) que daqui levou essa incumbência, que lhe foi feita pelos interessados e pelos despeitados Silva e Lima. V. ex.^a bem sabe que em uma eleição, máxime quando o que se apresenta está fora da chapa do governo, e é guerreado pelo modo, porque eu o fui, se precisa não só dos bons, como dos maus, e que para com estes ainda é mais preciso usar-se de expressões mais enérgicas, mais capazes de produzir efeito em almas menos elevadas: eis o lado, por que se pode desculpar os nossos amigos, sendo certo, que o ex.^{mo} visconde de Montalegre pela primeira vez se dirigiu então a aquele padre, como se vê de uma das mesmas cartas impressas, acrescentando a consideração de que ambos estavam, como estão, fora do poder. Entendi do meu dever dizer a v. ex.^a alguma coisa a respeito do que contra mim disse aquele panfleto, que tem por único fim prejudicarme em relação à escolha. Ali se diz, que a votação, que obtiam foi unicamente devida aos esforços dos meus já mencionados amigos: bem, mas eu tive os votos da oposição: e pergunto – estes votos podem ter nascido das cartas dos ex.^{mos} senhores visconde e Pimenta? Pelo contrário, tais cartas, podiam somente servir de impedimento para eu obter os votos da oposição. O autor do panfleto, e o juiz de direito Nebias estiveram em Itu na ocasião da eleição; e porque não apresentam cartas dos mesmos dirigidas a Itu? É que eles sabem, que nos importantes colégios de Itu, Campinas, Ribeirão Claro, Piracicaba e Mogi Mirim, nos quais todos tive unanimidade de votos, este resultado foi devido a meus parentes e amigos em todos estes pontos, sem que fosse precisa uma só carta de alguém. Ora, reúna-se esta porção de votos, que mais espontâneos não podem ser, aos muitos espontâneos da oposição, e que votação já não tenho? Na eleição antepassada aqueles meus dois amigos não escreverão uma só carta a meu favor para a província; e no entanto eu fui o 2^o na sêxtupla, e evidentemente já seria o 1^o (como agora, sem estar em chapa), se eu e os meus não déssemos votos ao meu amigo, o conselheiro Pimenta; como explicar isto? E então apresentou-se candidato avulso o sr. Nebias, e apenas obteve por aí uns 100 votos, quando muito maior era o número dos eleitores em razão da comarca de Curitiba; e o sr. Silva, que estava na chapa, ficou uns 100 e tantos votos abaixo, e é inculcado chefe do partido!!!

Diz o panfleto, que a oposição me deu seus votos em razão de que sou destituído de importância, de que não sou adversário temi-

vel, e que fiz diligência, e ostentei de estar de acordo com ela em doutrina constitucional. Nunca inculquei importância, ou me quis fazer chefe de partido: gosto mesmo da minha pouca importância, visto que ela serve para que eu obtenha melhor votação, que os tais inculcados chefes de partido, quando em luta eleitoral com eles...

Também folgo de não ser adversário temível, e de haver prescrito a mim mesmo (oh! se nunca eu as houvera infringido) regras de moderação e justiça mesmo para com meus adversários, hábitos estes, que me fazem (graças a Deus) poder dizer com verdade, que não tendo um só inimigo, o que muito concorre para o meu triunfo em eleições (salvo se agora se considerar meu inimigo o secretário Lima por um incidente imprevisto, ex abundantia cordis, quando acabado de ler o tal panfleto, e que ele fez aparecer inexato, não como foi proferido).

Quanto apresentar-me como de acordo com a oposição em doutrina constitucional, é a mais escandalosa falsidade; nunca tive senão uma só cor política. É verdade que sou de opinião, que seria para o Brasil um bem a adoção da lei das incompatibilidades (algumas), que não julgo perfeito o nosso atual sistema eleitoral, e nem a lei da reforma judiciária. Entendo porém que posso ser o que sou, tendo estas opiniões; por que o mesmo governo da minha cor política mostra ter essas opiniões, tendo nomeado comissões para estudar reformas a respeito. Eis o que há, e nada mais. Não tenho por ora respondido pela imprensa, por temer, que desconvenha. Perdoe v. ex.^a a minha ousadia, fazendo chegar esta à v. ex.^a.

Com a mais alta estima, e gratidão ouse assinar-me

De v. ex.^a

Amigo, e muito grato criado,

José Manoel da Fonseca.

São Paulo, 14 de maio 1854.

Jobim fez grande amizade com dois médicos estrangeiros domiciliados em São Paulo: o dinamarquês dr. Teodoro Langgaard e o irlandês dr. Ricardo Gumbleton Daunt. A propósito da estima que ligou o primeiro a Jobim, leia-se a referência feita por seu neto, dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes em *Minhas Memórias dos Outros*, 1^a série pp. 15 e 16.

O segundo, convidou Jobim para padrinho de seu filho, monsenhor Fergus O’Conor de Camargo Dauntre. O dr. Ricardo Daunt, radicado em Campinas e casado com pessoa de distinta família paulista, foi um grande e caridoso médico da sua época, que integrando-se na vida brasileira, participou de vários assuntos de natureza social e política.

Em 1918, centenário do médico irlandês, publicou-se em São Paulo uma coletânea em sua memória. Nela, entre muitas outras, há palavras de Vicente de Carvalho, barão Homem de Melo, Afonso de Taunay, Coelho Neto, dom Sebastião Leme, Alberto de Oliveira, Rui Barbosa, Roquete Pinto, Pedro Lessa. Reproduzimos as de Olavo Bilac: “Viver já é felicidade; – viver com força é fortuna, e viver com força. E bondade é glória”.

Vamos transcrever cinco cartas de Daunt a Jobim.

Na primeira trata o missivista de coisas de medicina, sobretudo da situação da homeopatia em São Paulo. Confirma-se assim a luta então existente entre médicos alopatas e homeopatas, conforme se depreende dos debates aparecidos na imprensa da corte, quando foi da morte do marquês de Paraná. Nas demais cartas, aparecem questões políticas e várias ocorrências de ordem cultural e pública:

(Doc. 5491)

Il^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro doutor José Martins da Cruz Jobim.

Cidade de Campinas 26 de 8.^{bro} 1848.

Parece que enfim chegou o momento das reparações à classe médica brasileira! Por cartas de S. Paulo de data de 22 e 24 do corrente avisam-me que o novo subdelegado o dr. Furtado (lente na academia dessa cidade) já proibiu de curar a um homeopata francês por nome Jerbeau ou Jarbot a tempo exercendo naquela cidade. Eis um dos primeiros atos do novo governo.

Outro sinal da melhor marcha das coisas é que no dia 23 foi preso em S. Paulo, por suspeito de ser comprometido na recém-baldada insurreição africana, um prussiano, Luiz de tal – mascate e provavelmente judeu. Esse homem passou por Campinas há meses e se me lembro bem tinha algumas relações com os homeopatas –

dentro achará v. ex.^a um artigo que veio impresso no *Medical Times* de Londres para o 1º de julho cujo autor sou eu e que trata da biografia do falecido infeliz Patrício Munso. Cortei as páginas do nº de jornal para maior comodidade em remetê-las pelo correio. Sabendo que v. ex.^a tinha relações com o sr. Patrício e que era uma das poucas pessoas à quem ele dedicava uma verdadeira estima por isso atrevo-me de mandar o dito artigo para a leitura de v.^a ex.^a e espero que merecer a sua aprovação. Quando sustento que o Patrício era objeto de dó e compaixão pelas suas enfermidades corporais e do espírito talvez nem uma meia dúzia de pessoas combinam comigo; pois por uma tendência injustíssima mas natural, visto a crassa ignorância dos leigos em tais pontos, é ele tido por um monstro feroz, e objeto só de ódio e de execração. A viúva do sr. Patrício ficou com oito contos de réis por que casou com carta de arras. As duas filhas foram casadas, uma ao sr. João Leite Homem de boa família, e lavrador: e a outra ao sr. ten. Teodoro de Barros Cruz, negociante, e parente próximo do sr. senador Souza Queiroz e da família da sra. do ex.^{mo} sr. visconde de Montalegre. Como corria grande fama da riqueza dessas sras. para a que casou com o sr. ten. Teodoro houveram 29 pretendentes! Um mulato que fazia morte por ordem do Patrício (cujo escravo era) matou no dia 8 do corrente ao administrador do sítio com duas facadas que encruzavam no coração: ele fugiu mas ficou preso após uma forte resistência, em Piracicaba; e anteontem chegou aqui. Ontem ele foi interrogado perante o subdelegado, cujo interrogatório durou quatro horas e meia, e pedindo o réu a ser permitido de sentar-se visto a sua extrema exaustão pela viagem, e pelas feridas, não lhe foi concedido, mas teve de ficar em pé todo este tempo. Ora ninguém é criminoso antes de ser julgado, e portanto essa dureza do sr. Menna cheira alguma coisa de *tortura*. Antes de passar a outro assunto desta carta, quero apontar um fato que por vezes tenho esquecido, e é, – neste município e nos limítrofes, existe em abundância a *lytta Atomaria* espécie que se acha descrita na grande obra de farmacologia de Geiger, e que possui virtudes idênticas com a Cantharide do Comércio – e existe em muitas plantas das ordens *Solanea-Leguminosa* e *Amaranthacea* – V. G. batata inglesa – *Capsicum Aurinum* – erva moura ou *Solanaceo Nigrum* – perobinha ou ingá? E muitos outros. Visto por tanto as Cantharides serem agora do preço de 10\$000 réis a libra no Rio, não seria muito útil o intro-

duzir em uso geral a tal *Lytta Atomaria*, livrando assim a nação de mais um imposto que a Europa nos impõem, e dando origem a um novo ramo de indústria nacional?

Em Minas em alguns distritos esse inseto é uma verdadeira praga e devasta plantações inteiras. Em alguns lugares dizem que os caipiras conheçam o seu uso epispástico.

Também mando nesta mesma ocasião uma certidão de um ofício que no dia 9 do corrente, dirigi ao subdelegado proprietário deste município, com o despacho e sentença do mesmo; apelei contra ao juiz de direito, por que havendo em Campinas *dois* facultativos que vencem dinheiro do cofre nacional, só estabelecido o impedimento de ambos estes, podia eu ter sido obrigado a pagar a muleta.

Eu nunca fugi de serviços públicos, e nestes últimos meses acabo de vacinar *gratuitamente*, pelo menos *mille pessoas* – tendo sido vacinados outro mille pelo sr. cirurgião-mor Cândido Gomide, e por estes serviços nem somenos lembrou-se a Câmara Municipal de dirigir-nos um ofício de agradecimento, e tenho feito infinitos outros de corpo de delito, porém servi-me da intimação neste caso para um pé para desabafar-me; e fiz o dito ofício no instante de ser intimado, e nem cópia guardei. Mandeí publicar esse ofício no “*futuro*” jornal de S. Paulo, e mandei cópias igualmente aos anais e ao arquivo médico. O subdelegado enfureceu-se com o ofício, e com efeito havia de estranhar, pois é homem que todos adulam pelo medo que dele tem.

O 1º homeopata Gaspar Laroché foi ao Rio, e ficou o seu sócio ou ajudante o ex-alfaiate Frederico Sauvage, que tem contudo uma carta de doutor de Paris. Aonde é a fábrica destas cartas? A homeopatia aqui está em plena decadência, e mesmo o meu concunhado de que falava nas minhas 1^{as} cartas já conheceu a sua ilusão e fez as pazes: e assim infinita gente. O discípulo dos homeopatas espera só que o Laroché lhe restitua uma besta que dele emprestou, para despedir-se e mudar de vida: tendo escolhido a profissão de mestre de primeiras letras e vai ensinar em um sítio. Tenho toda a razão a crer que logo que forem nomeados novos empregados policiais serão atendidas as minhas reclamações, e enquanto não forem não descansarei: ainda que o homeopata fique de tudo sem doentes, pois quero uma satisfação para os insultos e ataques que a nossa profissão tem sofrido, e nada pouparei

para que seja a mais estrondosa possível. O subdelegado que agora me condenou nos 90\$000 réis de multa, é o mesmo contra quem representei aos governos provinciais e imperiais e portanto é suspeito. Hão velhos rancores entre ele e a família do meu sogro. É ele criatura do sr. Rafael Tobias e como meu sogro é conhecido e amigo do ex-presidente da província o sr. Manoel de Fonseca e Lima cuja candidatura nós apoiamos nas eleições para senador do ano passado: e foi devido ao que nos fizemos nas eleições de Campinas que o sr. marechal Fonseca entrou na lista tríplice, por esse motivo aumentaram muito esses rancores da parte dele.

Queira v. ex.^a perdoar as minhas importunidades e disponha as suas ordens para quem é com todo o respeito de v. ex.^a

o muito atencioso veador e obrigadíssimo colega e servo,

Ricardo Gumbleton Daunt.

P. S. Nesse mesmo jornal para o dia 2 de janeiro 1847 apareceu uma notícia biográfica do Francisco Álvares Machado de Vasconcelos que fiz para perpetuar a memória dessa celebridade paulistana. Mande esse artigo ao sr. dr. Lapa em cujas mãos existe.

(Doc. 5636)

II^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro doutor José Martins da Cruz Jobim.

Campinas 18 de julho de 1850.

V. ex.^a provavelmente se lembrará de um fazendeiro de Campinas por nome Antônio Manoel Teixeira que tendo sido comprometido na revolta de S. Paulo de 1842 fugira a Buenos Aires e lá ficou conhecido de Rosas que tanto o agradou que completamente o cativou e segundo as informações por ele dadas quando voltou na ocasião da anistia ficou todo o nosso povo nestas alturas cuidando que o Rosas era um semi Deus – ao depois em 1866 na ocasião da imperial visita esqueceu o sr. Antônio Manoel o seu farrapismo e quis se fazer em homem áulico e só sonhava em baronatos. Esse homem acaba de morrer, tendo expirado no dia 13 do corrente na

sua fazenda da Cachoeira. Ele sofria não sei qual doença do coração sobre a qual consultou quantos homeopatas haviam e desenganado destes entregou-se a um curador de feitiços que ele mandou vir dos fundos da província.

Esse homem o receitou clisteres de Tahuhá e debaixo da influência de um destes faleceu subitamente sem confissão, absolvição da hora da morte ou unção!!! Possuía seiscentos escravos contando os crioulinhos e seis fazendas, mas também deve muito. Ficou por herdeiro um filho que ele teve com uma das suas próprias negras! e que foi criado como cativo. Ele deixa seis contos de réis para missas para a sua alma e a dos seus pais, – 500\$000 réis para a matriz nova de Campinas – e 2.000\$000 réis para dotar 10 órfãos e mais nenhuma disposição testamentária. Ele nunca foi casado. Era parente assaz chegado do falecido ex.^{mo} sr. Jacinto Nogueira da Gama marquês de Baependi e do Hilário Gomes Nogueira do caminho entre São Paulo e Rio. Dizem que estes Nogueiras tem uma mistura de sangue cigano. Se o Antônio Manoel Teixeira tivesse nascido debaixo de outras condições de civilização teria sido grande pois continha o seu caráter elementos de grandeza. Assim como era essa força de vontade e energia inata degenerou em uma brutal presunção de superioridade em tudo e um profundo egoísmo.

Com profunda mágoa fiquei ciente dos novos desaforos que os ingleses acabam de praticar, e o que mais me incomoda é por um lado a paciência evangélica com a qual o governo fica com os braços cruzados à vista destes atos de pirataria, e pelo outro o comportamento escandalosíssimo da oposição que por certo tem feito algum pacto segredo com os ingleses, a única coisa que alivia um pouco este desgosto são as represálias feitas em Santos e em Paranaguá. O pior é que o sr. Valencio indiciado como autor principal da morte do inglês em Santos foi posto na fortaleza da Barra com o desígnio evidente por parte do chefe de polícia interino para que de lá seja arrancado e morto pelos cachorros ingleses. Estes dizem oferecem cinco contos de réis pelo Valencio. O chefe de polícia interno pronunciou o Valencio posto que nem uma testemunha jurasse contra ele. Deve-se mandar esse homem outra vez para a sua comarca (Campinas) e nomear chefe de polícia a alguém que tem sentimentos nacionais e alma, pois que o Teófilo não tem nenhuma nem outra coisa, e é uma pura máquina.

Ele nas passadas eleições primárias transigiu com a oposição e se não fosse bastardo do marquês de Valença acharia sua carreira cortada, entretanto parece que por sua traição o governo ficou lhe querendo mais bem.

Eu não posso adivinhar o que é que o governo ou o partido farrapo quer ou pensa. O que será da lavoura cortado o suprimento de braços africanos? Deus nos livre de colonos alemães e de tudo o quanto tem simpatias inglesas. Colonos franceses também só serviriam para enchermos de comunismo. Os únicos colonos que seriam toleráveis são os irlandeses e destes o governo se lembra não obstante que seria do seu dever como governo de um país católico de preferi-los ainda que não merecessem totalmente a preferência. E os irlandeses mais idôneos seriam os do sul e do oeste que tem uma boa mistura de sangue espanhol (i. e. ibérico) e feniciano.

O que é certo é que suprimindo o tráfico definharam-se-á a passos gigantescos toda a lavoura e muitos milhares de almas africanas que agora pela graça do batismo alcançam o céu ficaram perdidas pela falta do mesmo sacramento no meio dos seus desertos, ou ficaram induzidas na heresia pelos emissários de quanta blasfêmia protestante há na Inglaterra. O que se deve fazer é tomar e queimar como navio pirata todo qualquer vaso de guerra inglês que se acha nos nossos portos, e guardaria o oficialato e maruja presos como reféns no caso da Inglaterra querer tomar satisfações. Corre aqui a notícia que o ex.^{mo} sr. José Clemente vai entrar no ministério. Deus assim o permita pois que segundo a universal fama é homem eminentemente próprio para uma ocasião de crise e é um homem para quem eu tenho imensas simpatias sem jamais o ter visto.

Eu por certo com muita brevidade retiro-me de Campinas, talvez que vá para Itu. Recebi um convite muito lisonjeiro para ir a Nova Friburgo nessa província, mas consta-me haverem lá muitos estrangeiros e não gosto deles. Pela mesma razão tenho muito pouca vontade a aceitar os conselhos de alguns conhecidos nessa corte que dizem me haver falta de professores que falam inglês para curar os ricos negociantes ingleses.

Eu de certo pouco me adiantaria pois que sou da nação irlandesa – católico e gentil homem, e estes negociantes ricos são ingleses protestantes e burgueses, e por isto tem um ódio istin-

tivo a quem possa contar uma nobreza imemorial. Morreram homeopaticamente três senhoras casadas há pouco, todas na semana passada.

Digna v. ex.^a aceitar as homenagens de profundo respeito que lhe tributa o de

V. ex.^a muito atencioso veador e compadre e colega
afetuoso e menor criado,
Ricardo Gumbleton Daunt.

(Doc. 5650)

Il^{mo} e ex. sr. conselheiro dr. José Martins da Cruz Jobim.

Campinas, 7 de 7^{bro} 1850.

Ainda estou aqui em Campinas porém apressando os meus preparativos para retirar-me; assim como já disse a v. ex.^a creio que experimentarei primeiro Itu – i. e. se lá chegar vivo e se Deus continuar a proteger-me dos meus inimigos – Sei por certo que muito recentemente escapei uma vez a um tiro na porta da minha casa, e outra vez a bordoadas – Felizmente os executores não foram bem escolhidos e cederam, um a 40\$000 réis dados por um meu amigo, e o outro a conselhos. Existo portanto em perpétua expectativa de uma morte violenta, e já fiz o meu testamento o que peço a v. ex.^a por amor de Deus e por que caindo vítima como o mais certo é que cairei à fúria dos homeopatas (a quem posto que em vão tenho procurado a guerrear incessantemente) terei algum título a merecer as simpatias de todos que podem apreciar firmeza e constança a princípios fixos no meio de seduções de todas as castas e das mais horríveis ameaças, é que no caso da minha morte v. ex.^a houver de reclamar ao pé do trono a mais exemplar vingança contra os presumidos mandatários, e que venha um delegado do governo geral para tomar conhecimento dos fatos com tropa – pois que qualquer chefe de polícia da província estaria muito livre de incorrer no desagrado de homens poderosos como alguns e maus

como outros dos meus inimigos. – E obtendo qualquer sentença confio em v. ex.^a para ver que nenhumíssima graça se obtenha do poder moderador.

Comecei a pouco um processo único talvez no seu gênero neste Império, e é para obrigar o grande protetor e propagador da homeopatia o capitalista José Francisco Xavier dos Santos a assinar um termo de bem viver!!! 7 testemunhas já foram inquiridas por parte da acusação e resta uma cuja inquirição terá lugar no dia 12 – Eu não ocupo advogado por ter já adquirido alguma prática do fórum de 1^a instância – O sr. José F.^{co} ocupa o Sampaio um dos mais atrevidos e malcriados da sua classe – Alego que o sr. José F.^{co} me impele a atos de represália criminosos pela perseguição que me dirige não se ocupando com outra coisa se não com a propaganda homeopática e o cercar os meus clientes privando-me deles e dos meios de subsistência. E por estas provocações e alguns ditos irritantes estou argumentando que deve ser forçado a assinar um termo de bem viver – Que insulto para um capitalista de cem contos e tanto!!! Se os nossos colegas em toda parte assim fizessem haveria muito menos propaganda – Logo que não houve jeito de trazer os mesmos homeopatas perante os tribunais achei que a melhor coisa era perseguir os seus protetores que os vão anunciando de casa em casa – Não alcançarei o que quero porem ao menos o sr. José F.^{co} botem a coroa do martírio e merecerá uma honrosíssima recordação nos fastos da seita. Que vergonha para os que administram as leis que aventureiros estrangeiros não só ousem violar desabridamente as leis como também que os seus protetores e aderentes se animem a recorrer como *última ratio* ao bacamarte e ao cacete contra aqueles que invocam a ação da lei contra os seus protegidos!!! – O que vai consignado supra é a pura verdade, e estou em uma posição tão arriscada que vou ajustar um homem armado e forte para estar sempre ao meu lado!!! – Chegou aqui o dr. Ramangé, que foi reprovado na escola de medicina e muita bulha tem feito – Julgo muito provável que ele se meterá a curar homeopaticamente, mas duvido se terá muita aceitação.

Digno de aceitar os protestos do mais profundo respeito e devoção que tributo a v.^a ex.^a o seu muito afetuoso compadre e colega e menor criado.

Ricardo Gumbleton Daunt.

(Doc. 6587)

II^{mo}. sr. conselheiro dr. Jobim.

Campinas, 30 de agosto 1864.

São 11 ½ da noite; por isto pouco posso dizer. Recebi o *Correio Mercantil* que v. ex.^a mandou-me, e muito me agradou o que disse quanto à faculdade de direito, que é uma magna impostura, e só serve para desmoralizar os moços que a freqüentam. O José Bonifácio como lente é tão ordinário que deixa de ir a aula a metade dos dias úteis! porque dorme até muito tarde.

O Martim Francisco deu-se a desfrute em falar na matéria porque criou fama de ser assíduo freguês de tabernas e casas de jogo. Felizmente o Falcão jubizou-se, mas ficam Brotero e o imoralíssimo João Teodoro que é um dos modernos lentes.

Desde sempre a cidade de S. Paulo foi de costumes mais relaxados por causa da residência ali do capitão general e sua pequena corte. É uma infeliz verdade que muito eram ali os filhos ilegítimos; e não faltavam enjeitados que como o padre Diogo Feijó eram de mais de elevado nascimento. A atual baronesa de Itapetininga casou grávida! Ninguém porém gosta que se fale verdades humilhantes. Todos querem adulação.

O uso forçado do habito talar pelos estudantes seria uma medida muito benéfica. O estudo dos preparatórios é uma comédia. O latim ninguém sabe, exceto algum mineiro educado pelos padres lazaristas! Tudo em S. Paulo é reduzido a puro sensualismo e a um sistema de mútuos louvores e conivência. O atual presidente não quer servir de capa para as ladroeiras do Vergueiro, e por isto os parentes e credores do Vergueiro (senador Sousa Queiroz e os banqueiros Gaviões) estão furiosos contra o dr. Homem de Mello, e prefeririam a ele qualquer saquarema viverdor. Vejo que a sessão dupla deste ano tem sido muito estéril. A lei hipotecária deixará os lavradores mais cativos dos cambistas, e por isto sinto que se o fizesse. As casas bancarias Mauá e Teixeira Leite já abriram casas filiais em Campinas com má tenção quanto aos lavradores. Campinas tem feito uma nova dívida de réis quatro mil contos desde a florescência dos cafezeiros no ano, p. p. de sorte que a abundante safra só serve para aumentar os empenhos dos proprietários. Os colonos se deram em grande escala à industria de furtar o café dos proprietários, e já muitos

andam de casaca. A paixão do jogo lavra como nunca entre a população toda! O sr. bispo trata de viver a seu cômodo e com nada se importa. As intrigas avultam aqui cada vez mais, e não sei como não tem havido mais assassinatos. Da eleição de vereadores e juizes de paz ninguém trata. Os partidos estão aqui extintos. Há meses a polícia está manca por ninguém querer servir nos cargos da policia. Dantes se tinha interesse em aceitar um cargo para servir a um partido; hoje falta este incentivo e ninguém aceita.

Tenho tirado ótimos resultados do uso do óxido negro de manganês em gastralgias em doses de meia oitava no dia (9 ou 12 grãos por dose); e o tenho dado com xarope de codeína.

Terá se experimentado no Rio o bromureto de amônia na tosse convulsiva de crianças?

Sou, com a mais profunda consideração
de v. ex.^a

Compadre e colega afetuoso e obrigadíssimo criado,
Dr. *Ricardo Gumbleton Daunt*.

À margem da carta, com letras de Jobim: “o padre Sebastião o meu barrigudo! Coitado! Anda doente”.

(Doc. 7541)

II^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro dr. Jobim.

Campinas, 11 agosto 1872.

Eu estou em casa quase todo o dia de hoje a fim de não me fatigar com a vista de tanto povo como se ajuntou para assistir a inauguração oficial da via férrea entre Campinas e Jundiaí. Creio estar aqui o presidente da província que se hospeda em casa da sra. dona Maria Luiza de Sousa Aranha, mãe dos srs. Egídio e sogra dos srs. Aranha, e ela além de Camargo – Jordão; também o Saldanha Marinho especialmente convidado por haver como presidente da província estimulado a organização da companhia. Estão outras muitas notabilidades.

Ontem à noite chegaram 400 pessoas no trem da noite, e hoje com o presidente e diretório da companhia esperavam-se de 4 a 500. Entretanto os assassinatos continuam – 6^a-feira 2 do corrente vindo o capitão João Ferraz de Campos Sousa de sua chácara, a fim de ouvir missa da sra. das Dores, foi atirado por um assassino postado em uma vala. Há esperança de salvá-lo conquanto tem expectorado sangue e apareceu enfisema de um lado do tórax. O júri reuniu-se a 22 de julho pela 1^a vez neste ano, e absolveu a torto e a direito como costuma. Há um ano que não temos aqui promotor público. O governo agora elevou o ordenado mais 40 por 100 a ver se assim alguém aceita. O Vespasiano obteve adiamento a outra sessão a pretexto de uma testemunha não haver sido citada. A Loja Maçônica *América* de S. Paulo mandou dois advogados para o defender sendo um deles um primo do senador Sinimbu, e ambos republicanos e hereges. O delegado desta requereu a custódia do Vespasiano na cadeia de S. Paulo a pretexto dele ter tentado a fuga daqui. O povo porém diz que é uma trica a fim de deixar ele estar com bons cômodos (aqui esteve na Enxovia) e receber o agasalho dos republicanos e maçons da loja, quando o mesmo não consigam de o fazer escapar. Uma principal testemunha – uma parda livre – denunciada como agente do Vespasiano sumiu-se daqui desde que ele foi preso. O escravo do sr. Sampaio Peixoto que revelou o projeto do Vespasiano já faleceu – com sintomas muito anômalos e sem nexos. A morte causou má impressão. Teve enterro muito solene, e houve missa de 7^o dia concorrida por muita gente grada. Neste momento tive de ir à casa onde o cons. Pinto Lima está hospedado para ver um neto da dona da casa. Veio carro – por que quando a cidade fica cheia de povo eu fico muito nervoso, e incomoda-me o ver tanta gente, pois já há anos vou cortando as muitas relações que tinha, no que a morte infelizmente ajuda muito. Passo economicamente. Ocupo casa de aparência ordinária e não quero por isto ser visitado. Neste momento contou-se-me que veio telegrama da corte anunciando o agraciamento com um baronato do sr. coronel Joaquim Egídio de Sousa Ar.^a Estimo muitíssimo, mas não chega para Campinas. Quanto às graças feitas por S. M. a indivíduos de merecimento em Europa creio pelo que julgo à vista daqueles de quem tenho notícias que houve muito acerto, porém eu queria mais benevolência ainda para com os lentes de Edimburgo. Entre outros o grande toxicólogo Roberto Christison

lente de matéria médica, e há pouco criado baroneto pela rainha merecia uma comenda, e o lente de patologia interna – dr. Tomas Laycock merecia muito um officialato. É médico muito erudito, – grande alienista e psicólogo – e é muito versado na literatura alemã. Talvez que estes lentes não se apresentassem à S. M. Contaram-me que no jantar que houve hoje, o dr. Lacerda (médico-irmão do sr. bispo do Rio de Janeiro) fez um lindo discurso em o qual levava o Saldanha Marinho às nuvens em relação à sua administração em S. Paulo. Temos uma rua aqui chamada de Saldanha Marinho por indicação de um vereador conservador que não é maçom. Vejo que o visconde do Rio Branco quer perpetuar o escândalo de ser ministro de Estado e ao mesmo grão-mestre dos maçons. Que pode esperar o povo que não é maçom! É a clara confissão que o Brasil é governado pelas lojas. Um resultado é a impunidade do procedimento desses devassos padres portugueses que confiam na proteção do poder civil. A benção da estrada de ferro hoje foi feita pelo conselheiro Pires da Mota. Morreu em Itu como ateu o juiz de direito João Inácio Silveira da Mota irmão do senador. Empregou seus últimos dias em escrever cartas de despedida a amigos, e depois estando mais fraco limitava-se à assinatura, e assim poucos minutos antes de expirar assinou as últimas que ditara. Estes Silveira da Mota são má gente. O senador estando em certa época em Campinas, querendo adular muito o padre Feijó iria de madrugada à fazenda deste a fim de ajudar-lhe a missa! Os nossos cafezais prometem grande colheita para 1873. Se o governo nos desse trabalhadores chins a lavoura podia ainda reerguer-se. Devem haver milhares disponíveis em Califórnia vista estar acabada a via férrea do Pacífico feita por eles, porém de certo que serão levados aos estados ex-confederados da América do Norte para cultivar algodão. Chegou o novo juiz de direito desta e mora quase pegado comigo. Não o visitarei. Sempre venho a ficar mal com magistrados, e sou prevenidíssimo contra a classe. Consta que ele está muito irado por ter a pessoa a quem foi recomendado ter-lhe arranjado casa ordinária entretanto é de 50\$000 por mês. Qualquer casa decente custa aqui agora de 100\$000 até 150\$000 por mês, e as há de 200\$000. Esta casa onde está o juiz de direito custou ainda no meu tempo 6\$000 mensais!!! – agosto 12 – Os republicanos dão um jantar amanhã ao Saldanha Marinho. Uma deputação do clube republicano de Itu visitou-o hoje. Ele hoje visitou a Câmara Muni-

cipal de Campinas em sessão, (eu que sou vereador neguei me de assistir) e fez mimo à Câmara de relíquias do padre Feijó. Ele ontem à noite (talvez *vino gravatus*) fez um discurso *comunista*? E disse que só mediante uma organização federativa devia S. Paulo se conformar a renunciar a sua independência do resto do Brasil. Outro orador apontou como primeiro representante da lavoura campineira o ex-escravo comendador Vilela! Só nos representa em nossa qualidade de impecuniosos, pois ele deve mil e tantos contos. O Saldanha hospedou-se aqui com o advogado republicano Jorge Miranda.

Correm aqui notícias muito desfavoráveis à integridade da administração do Duarte de Azevedo. Digo da administração porque talvez ele não passe de fraco e que a corrupção se limita ao cunhado Félix Coutinho. Dizem que um juiz de direito há pouco obteve boa comarca com acesso de Entrancia por oito contos de réis dados ao tal Félix Coutinho – que é conhecido por sujeito muito ordinário. É português. O lente de S. Paulo dr. Carlos Leôncio de Carvalho fez aqui ontem discurso violentamente republicano.

Consta que o governo mandou ouvir a faculdade de direito de S. Paulo sobre um projeto de criação na corte de uma universidade, reduzindo se as proporções da faculdade de S. Paulo. Sei que o parecer da comissão nomeada é veementemente antagonista do projeto sujeito da consulta, sendo relator o lente dr. João Teodoro Xavier homem notoriamente maluco posto que ilustrado – isto é sério que todos geralmente o tem em conta de perturbado do juízo. Caso que se crie a universidade não deve haver faculdade de teologia – deve-se sim aumentar e aperfeiçoar os estudos do seminário da Bahia e o arcebispo obtendo do Papa faculdade de conferir graus, deve o poder civil reconhecê-los como válidos. Deve sim haver uma faculdade de letras, e se deve restaurar o grau de magister artium. Este grau era conferido pelos jesuítas, em S. Paulo e alcancei filhos de paulistas que o obtiveram. O sr. Joaquim Bonifácio do Amaral vai indo muito mal com os seus colonos, que fazem o papel que era de esperar. Já querem ser proprietários. Fazem queixas ridículas. Ele *propter pudorem* – não querendo perder os foros de progressista e regenerador – agüenta tudo de boca calada. Ele proíbe rigorosamente o ingresso à colônia a qualquer pessoa que não é de sua íntima confiança. Os bacharéis não descansarão enquanto não acabem com a grande propriedade, e não nos verem todos vestindo algodão mineiro, e

trabalhando de enxada. Logo que não hajam mais escravos os médicos do Brasil morrerão de fome. Quem há de mandar curar colonos que nunca pagam o que devem?

Sou com a maior consideração
De v.^a ex.^a compadre, amigo dedicado e menor criado,

Ricardo Gumbleton Daunt.

Como fecho das cartas de Daunt, vai esta que Jobim lhe dirigira ¹

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1872.

Il.^{mo}. sr. dr. R. G. Daunt.

Meu compadre e amigo, não sei qual seja a razão porque V. S. não me tem dito nada sobre os extraordinários sucessos que tem-se dado depois que me escreveu a sua última carta; nomeação do dr. Godoy com menos cabo do seu amigo João Mendes de Almeida, o grande progressista das estradas de ferro; a dissolução da C. dos Deputados também não sei que impressão fez por aí. O certo é que ela foi muito aplaudida aqui na corte, nem o caso era para menos na opinião da gente mais ilustrada, e dos verdadeiros liberais, estes que aqui se inculcam tais estão bem longe de o serem, só se são dos que, como dizem os franceses, “Donnent un oeuf pour avoir un boeuf” benza-os Deus. O nosso verdadeiro liberalismo é o que nem mais nem menos está na nossa Constituição, de cujo art. 102, § 14 tanto se queixou o Papa ao imperador pedindo a sua revogação. Ora, o que é o sistema liberal, isto é constitucional, é o sistema da razão e da justiça, sistema em que a ninguém é permitido fazer nada que não seja fundado na razão e na justiça, mas será assim conforme levantar uma questão de desconfiança sem mais nem menos, quero porque quero, sem dar a

1. Cópia que gentilmente nos remeteu o dr. Ricardo Gumbleton Daunt, neto e homônimo do saudoso médico.

razão em que se funda, e quando se pergunta qual é a razão, que erro, que crime cometi eu governo para me quererem enxotar responde-se, quero porque quero, isto é justo e razoável, e liberal? Haverá governo que se possa sustentar como tais caprichos? Digam os crimes? Responde o sr. Ferreira Vianna, nós não somos denunciantes; então o que fazeis vós como deputados? Não é vossa obrigação acusar, denunciar o governo que procede mal? Então vós sois uns déspotas, estais fora da Constituição, então rua com ele, venham outros que tenham mais juízo, e menos ambição de satisfazer o prazer satânico de governar os seus semelhantes, porquanto fez o governo o que devia, mas o povo paulistano sem dúvida não pensa assim, porque a sua razão anda muito pervertida, e senão mande-me dizer se não é assim.

Escreva-me, que sempre se me pergunta por cartas suas, pois há por cá quem tenha muita fé nas suas opiniões, menos no que diz respeito a escravidão, pois é pena que meu compadre seja escravocrata, já não é assim o dr. Langaard, esse é liberal as direitas, e por isso dê-lhe lembranças minhas.

De vossa senhoria
compadre e amigo muito obro.
José Martins da C. Jobim

Ainda vamos divulgar mais duas cartas oriundas de São Paulo. Tratam elas de eleições verificadas em Pindamonhangaba onde, naquele longínquo ano de 1852, as lutas políticas atingiam maior paroxismo:

(Doc. 5854)

Ex.^{mo} sr. conselheiro José Martins da Cruz Jobim.

Está infelizmente passada a febre eleitoral, cumpre pois noticiar o que houve neste mal fadado município de Pindamonhangaba. Deixando de narrar-lhe o que é de costume, e que já se parece ser sancionado pelo tempo como prisões, notificações para revista e guardas nas cadeias, ameaças, grupos armados a circularem as

ruas da cidade, contra os quais se apresentavam facínoras, e criminosos dispostos a praticarem os maiores insultos, dir-lhe-ei apenas o que se passou de extraordinário.

No dia seis véspera das eleições foram avisados, digo no dia cinco foram avisados por ordem do padre delegado para virem jurar testemunhas os meus patrícios Manuel de Moura Fialho e Miguel Antônio de Godoy com um processo instaurado contra os mesmos por motivos da eleição, sendo no dia seguinte distribuído igual processo contra os cidadãos fazendeiros José Romeiro de Oliveira e o vigário Colado. O furor do padre delegado chegou a derramar-se sobre um menor de 12 anos mais ou menos filho de honesta família por falar em eleições, sendo por isso encarcerado na enxovia, onde se achavam criminosos, por espaço de dois dias. Enquanto os grupos armados em número de trinta a quarenta indivíduos comandados pelo delegado padre Francisco em pessoa percorriam as ruas da cidade dando buscas e consultando os cidadãos pacíficos com quem encontravam, bem como aconteceu ao 2º juiz de paz Fernando de Moura Rangel, o dr. José Manoel da Costa França e outros muitos, chegando o cinismo do r.^{do} delegado a ponto de ordenar a alguns desses grupos insolentes que interpelassem as pessoas com quem encontravam-se voltariam no dia seguinte com o delegado. Chegou de sua fazenda o nosso primo o tenente-coronel José Monteiro do Amaral maior de 70 anos, encanecido nos serviços da pátria e do soberano, um dos mais abastados fazendeiros deste município, capitão da ex I. G. H., condecorado com três hábitos do Cruzeiro, Cristo e Rosa; e encontrando-se com um desses grupos comandado pelo Rd.^o delegado obrigaram-no a fazer alto a fim de sofrer uma busca, não obstante declarar-lhe alto o bom som que era o juiz de paz presidente das eleições do dia seguinte, – poucos passos além sofreu segunda, fazendo-se apear o seu pagem para ser revistado.

Entretanto isto é nada à vista do que passo a relatar a v. ex.^a e que teve lugar no dia imediato. No dia 7 às sete horas e meia mais ou menos da manhã um grupo numeroso armado, guiado por um oficial de justiça dirigiu-se à casa do juiz de paz presidente para dar busca sob pretexto de que ali se achava oculto o famoso facínora Francisco Corrêa, porém com o fim apenas de provocar, fazendo-se ver que tal assassino não era possível ali se achar, cercaram a casa, depois do que retirando-se o oficial de

justiça a dar parte ao delegado do ocorrido, este se apresenta em pessoa acompanhado seguramente por cem indivíduos entre os quais se notavam os criminosos e facínoras da terra seus protegidos; sendo talvez estes os únicos indivíduos que o acompanharam na eleição que contava inteiramente perdida. Pôs todos na porta do juiz de paz, este convidou ao delegado para que entrasse para proceder a pretendida busca, menos acompanhado dos facínoras que com ele se achavam; então o delegado o enche de insultos rejeitando o ingresso oferecido, ordenando aos capangas, que procedessem a busca, no que não conveio o juiz, fazendo-lhe ver que na qualidade de juiz de paz presidente era a 1ª autoridade do dia a quem devia respeitar oficiando-lhe para aquele fim; reflexões estas que foram respondidas com a ordem de prisão: aos gritos anárquicos de pega, mata de seus capangas enfurecidos, que armados de trabucos, garruchas e espadas ameaçavam as vidas de cidadãos pacíficos, a ponto de engatilharem as armas e mesmo desfecharem algumas que felizmente negaram fogo. Nesta cena impossível de descrever-se gritava o padre delegado que tinha direito de fazer tudo que muito bem quisesse.

Ordenada pois a prisão do juiz, é este arrancado de sua casa e entregue ao grupo enfurecido para conduzi-lo às cadeias sofrendo o mesmo juiz, mesmo já depois de se ter pacificamente entregado à prisão, uma forte pancada na cabeça dada por detrás com o coice de um trabuco, da qual pancada resultou um grave ferimento, qualificado de tentativa de morte, segundo consta do auto de corpo de delito aí se procedeu, ficando com suas vestes ensangüentadas pelo copioso sangue, que esgotou.

Os cidadãos pacíficos em altas vozes indigitam o assassino, pedindo ao delegado a sua prisão, este porém surdo a semelhante pedido nada providencia!! Enfim até hoje parece incólume pelas ruas da cidade servindo de guarda-costa ao padre delegado que por maior desprezo do acontecido o coloca em frente da Mesa paroquial para defendê-la.

A oposição, mesmo à vista do sangue derramado, soube conservar sua costumada prudência. Ia em caminho para a prisão fraco e abatido o setuagenário juiz, os cidadãos pacíficos o fazem voltar todo coberto de sangue e recolhe-se. Em nome do povo insultado protestamos contra estas cenas de refletidas vio-

lências com que se derramou o sangue brasileiro, suplicando da justiça imperial remédio aos males que nos afligem. O povo à vista deste espetáculo se irrita, e eu sinto desfalecer-me as forças para contê-lo, é necessário pois ser desagravado com remédio pronto e eficaz. Depois de esta aflitíssima e trágica cena representada pelo delegado e seus capangas pois que não havia destacamento de linha retiraram-se todos em tumulto.

Abandonamos pois o campo pedindo aos amigos que se dispersassem, pois que eleições de sangue não devíamos pleitear; apenas é sabida nossa resolução voltou o padre delegado, e os seus armados, entre parabéns e risotas pelo triunfo alcançado, em numero de um, a cento e cinqüenta indivíduos, entre os quais haviam muitos que não eram votantes, e desta sorte estão procedendo as eleições como que em família em completo recolhimento de todos os cidadãos honestos, pelo que estou certo que hão de apresentar o duplo, ou o triplo de votação representada pelos votantes que compareceram.

À vista do exposto mais felizes seríamos se os srs. ministros declarassem já o governo arbitrário e despótico por que ao menos não teríamos a lamentar fatos tão extraordinários como este com que nas praças públicas por motivo de eleições a canalha derrama e insulta o sangue dos cidadãos pacíficos.

À vista disto a eleição entre nós é uma mentira, um completo embuste, um zombar atrevido, e insolente da paciência, e moralidade do povo, é enfim apenas uma ocasião para se trucidar aqueles que seu prestígio e consideração podem fazer face aos sicários do poder e tudo isto acredita v. ex.^a que é conseqüência infalível de se confiar autoridade a indivíduos que por sua posição desesperada de completa miséria só tem a ganhar com a desordem e anarquia. Contudo animados com a esperança, enviamos nesta data nossas justas queixas por meio de uma representação a S. Majestade e de seu paternal coração esperamos que serão atendidas nossos males remediados.

Sou com pura estima de v. ex.^a
primo e amigo obrigadíssimo
O cônego *Inácio Marcondes de Oliveira Cabral*.

Pindamonhangaba, 8 de 7b.º de 1852.

(Doc. 5855)

II^{mo}. e ex.^{mo} sr. conselheiro José Martins da Cruz Jobim.

Pindamonhangaba, 9 de novembro de 1852.

Ex.^{mo} sr. É com toda a calma, mas possuído dos mais justos sentimentos, e cheio de indignação, que tomo a liberdade de dirigir esta à v. ex.^a, implorando sua proteção em nosso favor, pois que o estado, a que temos chegado, é iminente crítico, e mil vezes desejaríamos ver a nossa forma de governo transformada em despótica do que estarmos sujeitos do bacamarte dos facínoras e tiranetes, que hoje dominam este outrora feliz município de Pindamonhangaba.

Ex.^{mo} sr., expor-lhe o quanto temos sofrido, máxime por ocasião de eleições, e até acho que não haverá inteligência por mais superior que seja que relatar possa nossos continuados sofrimentos. Nossa desesperação tem chegado a tal extremo, que ignoro se doravante se lhe poderá antepor um dique, que a sufoque; e muito temo do fim desastroso que nos espera a nós habitantes pacíficos deste município, e se v. ex.^a não interpuser para com S. M. I. seu valimento para que ponha termo a tantos desacatos e violências, praticadas em nome da lei, então ai de nós!!

Ex.^{mo} sr. A fraude, as violências e os insultos, que nesta última eleição se praticaram, foram tais que a não ser a Divina Providência, esta malfadada cidade teria nadado em rios de sangue. Sem mais preâmbulos passo a relatar à v. ex.^a o acontecido nos dias 6 e 7 do corrente; no dia 6 véspera das eleições foi posta esta cidade em armas, e diversos cidadãos nossos amigos e parentes foram intimados para verem jurar testemunhas só pelo simples fato de agenciarem votos; à noite numerosas patrulhas, à frente das quais se achava o famigerado padre Francisco percorriam as ruas desta cidade insultando e ameaçando a quanto cidadão pacífico encontravam, passando-lhe busca etc., etc.; as casas do ex.^{mo} barão de Pindamonhangaba, cônego Inácio, e tenente-coronel João Monteiro do Amaral foram cercadas, e assim passou-se o resto da noite até que surgiu a aurora do dia 7 coberta de negras nuvens anunciando-nos horrível tempestade; pois de fato era o dia destinado para o padre Toledo desprender todo o seu furor e vingança sobre este

manso e leal povo. Ao amanhecer já as patrulhas cercavam todas as entradas da cidade, e às 8 horas pouco mais ao menos mandou o delegado padre Toledo uma escolta de 30 a 40 pessoas, armadas de trabucos, pistolas e cercar a casa do tenente-coronel João Monteiro do Amaral, 1º juiz de paz e presidente das eleições, a título de aí prenderem um facínora, que por ele mesmo delegado se acha oculto; nesta ocasião o tenente-coronel meu sogro se achava fora de casa, e eu, meus cunhados e mais alguns amigos fizemos ver ao comandante da escolta, que semelhante fato era inqualificável, e que se o pretextava só com o fim de insultar a um cidadão probo e honrado, mas que entretanto estávamos prontos a consentir na busca uma vez que quisessem esperar pela volta do proprietário, que estava ausente, e pouco se demoraria; a resposta, que se nos deu, foram ameaças, insultos, e provocações, e nossas vidas correram iminente risco pois de fato estávamos debaixo do domínio de facínoras e assalariados que autorizados pelo delegado nada temiam fazer. Enquanto estávamos neste conflito aparece meu sogro, e com toda a calma e dignidade fez ver à mesma escolta o que acima levo dito, e teve também por respostas os mesmos impropérios e insultos; então o comandante da escolta deixando a casa cercada foi dar parte do ocorrido ao delegado, que reunindo imediatamente uma força de cem homens composta pela maior parte de facínoras e réus de polícia e armada, se dirigiu em frente deles à mesma casa e ordenou à escolta, que passasse a dar a supra dita busca, meu sogro convida ao delegado a entrar em sua casa, este recusa, e aquele diz-lhe que protestava contra semelhante arbitrariedade e violência, que tal ordem era ilegal, e que era um meio de que ele delegado lançava mão para aterrar o povo, e afastá-lo da urna eleitoral; que a ele 1º juiz de paz, e a primeira autoridade do dia é que competia velar sobre a segurança e tranqüilidade pública; irritado e enfurecido o delegado com esta enérgica resposta, deu-lhe imediatamente a voz de preso, a qual obedeceu prontamente meu sogro, e sendo agarrado e arrastado à rua pela escolta o iam conduzindo a cadeia apesar dos protestos e vivas reclamações dos homens honestos, que, finalmente depois de muitos esforços, conseguiram arrancá-lo das mãos dos assassinos, e no momento em que voltava à sua casa, um capanga do padre e réu de polícia lhe arremessou uma violenta pancada na cabeça com o coice de um trabuco, resultando-lhe um grave ferimento, com copiosa hemorragia de sangue. Neste conflito nossas vidas correram novo

perigo, e a nossos peitos se encostavam trabucos e pistolas prontas a desfecharem.

Conseguido estava o fim que desejava o delegado, pois que retirando-se todos os cidadãos probos para suas casas, e adiando o juiz de paz as eleições à vista do atentado perpetrado em sua pessoa, e das mais violências praticadas, dirigiu-se ele delegado, e mais sua infame pandilha à igreja matriz e aí fizeram a eleição como bem lhes pareceu...

À vista do exposto antevejo a indignação, de que v. ex.^a se possuirá com esta minha narração, pois acredite v. ex.^a que tudo que levo dito é a pura verdade, e bem conheço o quanto v. ex.^a se há de ressentir, pois que todos estes desacatos foram cometidos em amigos e parentes de v. ex.^a.

O tenente-coronel João Monteiro do Amaral prescindindo de ser meu sogro e amigo, seja-me lícito dizer a v. ex.^a a verdade é primo irmão do barão de Pindamonhangaba, é um ancião setuagenário, encanecido no serviço da pátria, cidadão probo e honrado capitão da extinta Guarda de Honra, antigo servidor do sr. d. Pedro I condecorado com os hábitos de Cristo, Cruzeiro e Rosa, enfim é homem que aqui goza de grande estima e que tem servido com o maior zelo e dedicação em todos os empregos públicos, e é este mesmo homem que é agarrado, arrastado à rua e ferido como vil e covarde assassino; seu sangue derramado clama vingança!!!

Eis pois ex.^{mo} sr. o estado de anarquia a que chegamos, e ai de nós se o nosso pai comum o senhor d. Pedro II não se dignar volver seus olhos piedosos para nós. O nosso estado é desesperado, e a justiça, que nos acode, é palpável; portanto eu ousou socorrer a v. ex.^a pedindo-lhe encarecidamente queira interpor sua valiosa influência para com o governo, e mesmo para com S. M. I. para que nos aliviem de tão inauditos sofrimentos, e assim o espero certo de que v. ex.^a se condoerá da desgraçada sorte de seus parentes e amigos. A extensão desta força-me a terminá-la, mas antes de o fazer, desejo fazer conhecer a v. ex.^a que acredite que o que levo expendido é a pura verdade, e que meu comportamento nesta não é guiado pela paixão dos partidos, pois que ainda não estou ervado por esse veneno. Desde já agradeço à v. ex.^a quanto fará em nosso beneficio.

Tomo a liberdade de oferecer o meu limitado prestar para tudo for de seu serviço e acredite-me v. ex.^a que com o maior respeito estima e consideração assino-me

De v. ex.^a
Amigo criado e muito obrigado,
O dr. *Antônio Pedro Teixeira*.

Do Rio Grande do Sul, Jobim recebia cartas de Porto Alegre, Rio Pardo (sua cidade natal), Cachoeira, São Gabriel, Alegrete, Pelotas e Rio Grande.

Começamos pelo Rio Pardo, e por uma letra de José Joaquim Andrade Neves, o grande soldado que seria mais tarde o nosso barão do Triunfo:

(Doc. 5215)

II^{mo} sr. dr. José Martins da Cruz Jobim.

Depois de ano e meio de lutuosa campanha, é que obtive proximamente chegar a este lugar, sendo o serviço, o primeiro objeto de minha vinda; e foi por uma semelhante delonga que deixei de mais freqüentemente importunar a v. e. com minhas cartas; razão esta que me põe a coberto de qualquer idéia que o bom amigo de mim faça, pois a amizade e obrigações que à v. e.^a tributo jamais, e em toda parte me puderam fazer esquecer.

Pouco antes de seguir para o campo em fevereiro do ano p. p., escrevi a v. s.^a agradecendo-lhe os passos que deu, para eu obtivesse a condecoração de comendador da Rosa, o que novamente reitero, asseverando-lhe o meu eterno reconhecimento e gratidão.

Já v. s.^a saberá que Francisco Pedro e João Propício foram proximamente nomeados coronéis de legião, sendo ambos muito mais modernos que eu nos anteriores postos, e contando o segundo menos serviços na presente luta; e deixando de minuciar todas essas circunstâncias, só direi ao meu amigo, que meus serviços, constância e sacrifícios, são assaz patentes a todos os rio-gran-

denses, e mesmo nessa corte, causa certamente por que me julgo preterido por aqueles, sofrendo uma tal injustiça. Eu já requeri ao governo, a concepção do soldo correspondente à patente de tenente-coronel honorário, visto que tenho unicamente a metade do de major, que me foi concedido pelo decreto desta primeira nomeação, que são 25\$ rs., e agora rogo muito encarecidamente a v. s.^a o obséquio de fazer em meu nome novo requerimento, (visto que aí conserva procuração minha para esse fim) pedindo ao governo a concepção dessa graça, que é o soldo de tenente-coronel, assim como a patente do coronel honorário, em remuneração de meus serviços prestados a prol do trono do nosso augusto soberano, e da integridade do Império; para um feliz resultado de minha pretensão, peço e solicito a proteção e prestígio de v. s.^a nessa corte, e para com o governo. Com o meu primeiro requerimento que v. s.^a agenciou, deve existir na respectiva secretaria os meus documentos que lhe enviei, e por isso peço que se digne remeter-mos depois, quando não mais necessários, aliás espero me faça a mercê remeter-me públicas formas de todos; e a despesa que contudo fizer prontamente mandarei satisfazer. Eu bem sei que sou demasiadamente importuno, mas a confiança que tenho no meu amigo, e seu gênio serviçal, é que me afoita a tanto avançar: no entanto sabe que meus ardentes desejos são de lhe ser prestável em tudo quanto me ocupe, e seja compatível com minhas forças, contudo novamente solicito suas ordens tanto neste lugar como em toda a parte da campanha, para onde novamente sigo breve.

Devo noticiar a v. s.^a que nossas armas continuam na perseguição dos rebeldes, que totalmente se vão desfalcando, à medida que são perseguidos; continuando a sua espantosa deserção, inclusive muitos oficiais de grande influência; e como agora muito se fala em nova guerra com Buenos Aires, acrescentam que com ela terá termo esta, o que Deus assim o permita, mas que ainda me parece impossível.

Sou com a maior consideração, e estima

De v. s.^a

Patrício e amigo muito obrigado,
José Joaquim de Andrade Neves.

Rio Pardo, 29 de agosto de 1844.

De Cachoeira, vieram duas cartas de Hilário Pereira Fortes, futuro barão de Viamão, sobre episódios locais:

(Doc. 6554)

Cachoeira, 22 de janeiro de 1864.

Ex.^{mo} sr. conselheiro Jobim.

Meu respeitável e prezado primo e amigo: muito estimarei que v. ex.^a e sua ex.^{ma} família a quem peço me apresente logrem de boa saúde.

Há meses que não tenho escrito a v. ex.^a aguardando alguma medida tomada pelo governo tendente a melhorar a atualidade desta malfadada Cachoeira, e malogradas são sempre as minhas esperanças: já v. ex.^a deve ter sabido o que se passou no júri de 8bro findo, a que responderam os criminosos mandatários do passo do Seringa, por que os jornais da corte falaram disso e quais os escândalos e tropelias que não tinham lugar onde uma malta de salteadores são conservados nas posições oficiais da G. N.: Em processo instaurado por queixa minha contra mandante e cúmplices daqueles crimes, foi pronunciado o tenente-coronel comandante do corpo de G. N. Tristão da Cunha Sobrinho e Antônio Requinho; este evadiu-se para o Estado Oriental, e aquele está preso, e deve responder ao júri que está marcado para o dia 15 de fevereiro entrante; não só por aquele crime, como por outro de ferimento que fez, na pessoa de Rafael Antônio de Oliveira; veja v. ex. que recomendação para um tenente-coronel comandante de um corpo, e que tem cometido muitos outros crimes públicos, e que por isso não tem sido processado em consequência de ser aqui o juiz municipal e delegado como foi por oito anos, o célebre João Tomás de Menezes primo irmão do mesmo. É o dito tenente-coronel Tristão uma das melhores espoletas do feudal Portinho, e por isso que este empregará todos os esforços para o salvar, e não esquecerá o recurso de que sempre lança mão, o da reunião de capangas com o fim de influir sob o ânimo dos jurados, e até mesmo das autoridades; e o governo pelo prazer de conservar no comando superior um réu de polícia sem renda e sem ocupação honesta; conserva a lamentável atualidade desta localidade não sei até quando abusaram de nossa paciência. O castelhano infelizmente e por vergonha dos brasileiros e especialidade de minha província tomou assento na represen-

tação N., e talvez que nem mesmo o boi de botas legalmente eleito volte o cunhado deste dr. Bernardo ex-juiz municipal da Cruz Alta foi com ele para a corte e dizem que no empenho de obter a nomeação do juiz municipal para este termo, visto não ter conseguido ser reconduzido ali aonde tantos desatinos e tropelias fez, e conseguirá? teremos que lamentar esse facho de discórdia, que sem dúvida vir fazer a explosão [ou expulsão]. Cumpre-me portanto rogar a V. Ex.^a empenhar seu valimento para que ele o não o consiga, seguro que nisso presta um valioso serviço aos cidadãos ordeiros e honestos desta localidade especialmente; e que eu, e todos muito agradeceremos: Disponha v. ex.^a como quiser de quem é com apreço

De v. ex.^a

Primo e respeitador amigo agradecido,
Hilário Pereira Fortes.

(Doc. 6554)

Cachoeira, 21 de fevereiro de 1864.

Ex.^{mo} primo e amigo sr. Jobim.

No processo instaurado por minha queixa pela emboscada do passo do Seringa contra Portinho, Tristão da Cunha Sobrinho e outros, foram pronunciados, o Tristão, como mandante, e Antônio Alves da Fonteira Requinho por cumplicidade, este fugiu para o Estado Oriental, e aquele está preso, e no dia 18 do corrente respondeu ao júri e foi absolvido, mas como?... Já para conseguir provas para a pronúncia, v. ex.^a sabe as dificuldades com que se luta para obter testemunhas que tenham a coragem de depor em presença de tais assassinos colocados nas mais importantes posições oficiais da G. N., e ainda conservados depois de acusados de tão atrozes crimes; uns por serem G. N., outros por que tem F.^{os} sujeitos a tais comandos, outros finalmente são cidadãos pacíficos tímidos que não tem a coragem de afrontar os perigos a que se julgam ficar expostos se disserem a verdade contra tais malvados, e as mesmas dificuldades para chegar a provas, encontra-se no julgamento perante o júri, onde desde que se faz o sorteio começam eles por empregar imposições, e a espalhar boatos ater-

radores para afastar uns de comparecerem, e outros a votar a favor do réu, e nas seções apresenta-se o Portinho acompanhado da malta de salteadores, e por ocasião também se fez acompanhar pelo brigadeiro Andrade Neves e seu genro Meireles.

Assim é que dos jurados sorteados que podiam votar conscienciosamente deixaram de comparecer 10, e dos que compareceram 2 impedidos por parentesco comigo, e assim se constituíram os feudatais em maioria absoluta por darem à absolvição – Resta-me o recurso da apelação de que amanhã vou usar, na esperança de que a relação me fará justiça mandando-o responder a novo júri, e nesse terá o réu tão extraordinário favor como agora teve, por que primeira vez que os feudatais têm maioria no júri e neste empenho vou rogar a v. ex.^a ajudar-me com sua valiosa proteção. Constituo procurador na Corte para tratar do recurso, ao dr. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho; e quando seguirem os autos darei aviso a v. ex.^a: o réu conta aí com a proteção do barão de Porto Alegre e seu recrutamento: à vista das ocorrências esperava que o governo se movesse a mudar a atualidade desgraçada deste termo mas até agora a nada se tem movido, não sei qual o interesse conservar empregados réus de polícia. Folgarei que v. ex.^a, sua ex.^a família (a quem peço me apresente) logrem de boa saúde, e que considere sempre as suas ordens a quem é com estima

De v. ex.^a

Respeitador primo amigo e criado agradecido,
Hilário Pereira Fortes.

De Porto Alegre, Silva Goulart relataria ocorrências de Cachoeira:

(Doc. 6361)

II^{mo} e ex.^{mo} sr. conselheiro José Martins da Cruz Jobim.

Porto Alegre, 12 de 9bro de 1860.

Meu respeitável primo e amigo. Estimo que v. ex.^a e sua família a qual apresento os meus respeitos, gozem saúde e prosperidades.

Em fins de 8bro escrevi a v. ex.^a comunicando-lhe as ocorrências que tiveram lugar na Cachoeira por ocasião das eleições

municipais, e do procedimento parcial e cínico do chefe de polícia Pindaíba de Matos, durante a investigação desses sucessos, e formação desses processos, nos quais nos fez figurar como mandantes desses mesmos sucessos; isto a instâncias do Belo e Mendonça, que ali foram ter e instar com ele para que nos pronunciasse; o que com efeito fez depois de uma larga e verdadeira devassa; na qual não houve mexerico, que não aproveitasse, para poder descobrir indícios fantasiados e insinuados por eles às testemunhas, indignas de fé; os quais apesar de seu procedimento de inquisidor são tão pequeninos, que apenas servem para demonstrar, que apesar dos esforços inauditos por os nossos inimigos empregados, e não servem para mostrar a nossa culpabilidade; por que em verdade não a temos – apesar disso ele chama, em sua celeberrima sentença, “indícios que se sucedem e encadeiam”.

Recorremos dessas sentenças de pronúncia para a relação do distrito, e amanhã seguem no vapor; e nas razões da apelação demonstramos a improcedência dos despachos de pronúncia, a infidelidade com que nelas vêm referidos os ditos das testemunhas etc. e se mais amplificadas não foram essas razões, foi devido ao pouco tempo que tivemos para melhor desenvolvê-las; é tal a irascibilidade de caráter do chefe de polícia e a sua parcialidade, que ao ler essas razões, reformou o despacho de pronúncia agravando-nos a pena, e julgou-nos incurso no artigo 192 do Cód. Crim.: avalie por isto V. Ex.^a a paixão com que ele se houve no processo, com o único fim de satisfazer as imposições do Portinho, e patrocinar candidaturas impostas por alguém da corte, e se ao menos ele tivesse tido, em todo o andamento deste negócio um procedimento digno de um magistrado que quer descobrir a verdade, nada teríamos a dizer: mas curvar-se um homem, que quer ter foros de inteligente, aos caprichos do estúpido e malcriado Portinho, é uma infâmia que não se pode tolerar. Quatro dias antes de ser intimado para comparecer em sua presença para assistir a inquirição da 9^a e 10^a testemunhas (o pardo Rocha, e o preto Manoel Barbosa) dizia o Portinho a quem o queria ouvir, que havia exigido minha prisão, e que eu seria como o Hilário e Felisberto pronunciado! Não queria que ficasse influente algum, para disputar-lhe as eleições de dezembro. Fomos por conseguinte pronunciados e presos. No dia 5 do corrente mandou nos intimar para seguirmos para a capital e declarar que não admitia acompanhamento de famílias de outros cidadãos até o nosso embarque, por que isso pode-

ria parecer num acinte a sua autoridade, o que tenderia a desprestigiá-lo. No dia seguinte, à hora do embarque, mandou nos repetir que, se não fizéssemos retirar as famílias, que haviam acudido a nossa prisão para nos dizer adeus, que nos faria acompanhar de uma escolta; negamo-nos a fazer a essas sras. e aos nossos amigos semelhante advertência, e marchamos no meio de numerosos cidadãos e sras. que nos deram as mais vivas demonstrações do quanto lhes penalizava os nossos sofrimentos; e protestaram por esta forma, eloqüentemente contra o procedimento tido conosco; também ninguém sabe melhor, do que este bom povo, avalia a nossa inocência; foi um protesto vivo contra as perseguições dos nossos adversários; e contra os interesses de candidatos, que não se pejaram de fazer uma tão violenta perseguição a tantos cidadãos honestos, que eles supunham, que serviriam de embaraço às suas pretensões.

Chegados a Porto Alegre no dia 7 fomos recebidos no desembarque por numerosos e distintos cidadãos, de todas as hierarquias, e que nos acompanharam à cadeia civil desta cidade, onde temos sido visitados por muitas pessoas altamente colocadas, e que ocupam cargos importantes; como por exemplo o com. das armas, empregados das repartições superiores – vigário-geral etc., etc. O que tendo irritado a bília do chefe de polícia, determinou que se pusesse em restrita observância o regulamento da cadeia, até então em desuso, que permite somente visitas aos presos das 10 às 12 da manhã, e das 3 às 4 da tarde! em horas tão impróprias e numa distância tão considerável do centro da cidade impossível é que, os nossos amigos nos vejam às vezes, que desejam; e é conseguido o fim do chefe de polícia, que quer à força fazer nos passar por homens sem importância social e capazes de praticar os fatos, que caluniosamente nos imputam! O seu amigo Ferraz leva a vingança a um ponto tal – que se torna anti-cristão!

Rogamos portanto a v. ex.^a que interponha seu valimento e o de seus amigos para com os desembargadores seus amigos, para que nos façam pronta e inteira justiça, despronunciando-nos, fazendo por esta forma cessar esta perseguição violenta e atroz filha unicamente de interesses políticos que se julgam ameaçados ou feridos.

Para completar a história dos negócios da Cachoeira que contei a v. ex.^a em carta de 24 do passado, e que foi segura pelo correio, da qual já o suponho de posse, junto lhe envia o nosso primo e amigo o coronel Hilário – num memorial da natureza e caráter das testemunhas, para v. ex.^a melhor avaliar do procedimento

tido conosco e da cabala infame havida entre elas para infamar-nos perante o país.

Valha-nos portanto v. ex.^a nas críticas circunstâncias em que nos colocaram adversários malvados.

Sou com a mais perfeita estima e alta consideração

De v. ex.^a

Primo e Amigo muito obrigado e criado
dr. *José Pereira da S.^a Goulart.*

Do Rio Grande, escreveria Antônio Vieira Braga, irmão do barão de Piratinim, juiz de direito e logo a seguir desembargador da Relação de Porto Alegre, considerações sobre pessoas indicadas para o exercício da presidência da província:

(Doc. 5347)

Meu amigo e sr. dr. Jobim.

Rio Grande, 11 de julho de 1846.

Ontem à tarde recebi sua carta de 10 do p. p., e hoje a ela respondo com a franqueza que de mim exige, apesar de que difícil coisa é o fazer juízos exatos de indivíduos, muito principalmente quando é para os classificar para empregos públicos de que muito depende a felicidade da nação; porém conhecendo eu sua sincera e verdadeira amizade, e para corresponder no todo à confiança que em mim deposita sobre um determinado ponto, eu deixarei de parte todas e quaisquer considerações e lhe passo a expender o que penso. Não sei ajuizar das probabilidades que haverá para termos de sustentar uma guerra estranha, porém dado o caso que a tenhamos de ter (o que Deus permita não aconteça) ela deverá ser feita em território estrangeiro, e não no nosso, e por isso o homem que for general-em-chefe, não poderá nem deverá ser o presidente desta província, a qual quanto antes deve ser nomeado pelo governo, e reunir todas as habilitações de ótimo presidente que é o que demais carece esta bela província, que progride espantosamente, e muito convém que não seja militar de subir postos para poder contrabalançar a influência militar de que esta província quase sempre tem sido vítima: e para

comandar as armas habilíssimo é o atual, o brigadeiro José Joaquim Coelho, que é por todos julgado com as circunstâncias e prestígio de desempenhar a missão de general-em-chefe, se for preciso. A vinda, ou volta do sr. conde de Caxias não trará futuros de certeza, nem de esperança; não se lhe pode negar numa estrela de felicidade nas guerras civis: porém essa o seguirá nas estranhas?! Para analisar os seus “conhecimentos profissionais eu não sou competente, mas tendo por vezes ouvido aos que o são, esses lhos negam. Como presidente a ninguém é escuro, que lhe faltam as habilitações e é axioma que a sua volta não dará bens à província, que agradecida pelo ato da pacificação, amargura num montão de dissabores pelas próximas passadas eleições e últimas nomeações escolhidas a dedo para as futuras nos lugares, onde só por esse meio ele pode continuar a influir. Posso asseverar ao meu amigo, que entre os legalistas e dissidentes esta queixa é uniforme e geral; e que se ele voltar às flores que pisou, desta vez serão tropeços, pois que dos males que nós precisávamos livrar estamos curados; e que essa concorrência de vontades e opiniões para o sustentar, a que eram levados os monarquistas desapareceu; e demais ele é num tanto vingativo, e saiu daqui jurando que cá não voltaria; e muitíssimo enfadado foi com a Assembléia Provincial, onde por alguns deputados foi censurado altamente. Entendo que da gente atualmente residente na província não convém nem será político escolher o novo presidente e até convém que o atual vice-presidente (aliás meu amigo) seja rendido por quem daí vier, por que é bastante atado e irresoluto; e filho obediente do conde: e como quer que lhe lembre alguém, o farei lembrando o sr. dr. Tomás Gomes dos Santos que já foi do Rio de Janeiro, ou o sr. Salvador José Maciel, que os temos por muito aptos para o lugar de presidente; ou o sr. Andréas, e se lembro estes dois, é como se teme a guerra, eles poderão por este lado muito ajudar ao atual general a preparar-se para o que der e vier: Suponho que o tenho satisfeito; pedindo-lhe que desejo que desta minha franqueza não me provenham desinteligências, que muito procuro evitar. Tendo estado no seu belo Rio Pardo quase todo o mês de junho, aí recebi sua carta de 23 de maio, e muito lhe agradeço o ter por mim beijado a mão a S. M. pela graça e honra que me fez. Tenho respondido as suas duas cartas; e aqui fico para tudo quanto quiser deste seu velho

E obrigado amigo
Antônio Vieira Braga.

Terminando a série de cartas do Rio Grande do Sul, esta, referindo-se ao naufrágio que dera pretexto à atitude do ministro inglês William Christie:

(Doc. 6512)

Il^{mo}. e ex.^{mo} sr. senador José Martins da Cruz Jobim.

Rio Grande, 19 de junho de 1863.

Amigo e sr.

Em minha presença os estimados favores de v. ex.^a com data de 5 de abril, 6 de maio, p. p. e 6 do corrente, de cujos apreciáveis conteúdos estou orientado.

Certo em tudo quanto me diz respeito a meu afilhado João Afonso de Freitas Amorim.

Quanto ao que disse lorde Parmeston na Câmara dos Pares sobre o malfadado naufrágio da barca *Prince of Walls*, e dos marinheiros terem sido laçados e arrastados para a praia, é uma injúria! E talvez mais que isso é uma mentira! por pessoa de conceito daquele lugar soube que o que se supunha ali era na ocasião do sinistro alguns marinheiros se agarrassem nas enxárcias, e no momento em que os mastros foram abaixo causado pelo muito mar e vento que havia eles morressem.

Se alguns corpos que vieram à terra chegaram despedaçados foi por o navio ter encalhado muito longe da praia, e garanto a v. ex.^a de não ter havido assassinato algum, senão seria público e notório. Todas às vezes que acontecem desses sinistros, e os habitantes querem roubar não precisam matar por que os náufragos são os primeiros a fugir, e a pedir condução para a primeira povoação a que os habitantes se prestam e lhes facultam o que desejam.

Se o governo inglês não mandasse verdadeiros bêbados para sustentar a dignidade de seu pavilhão, como era esse miserável Verecker que chegou o seu desconceito aqui a ponto de levar duas bofetadas em um Shipstores de um marinheiro, em cujo armazém ele se embriagava todos os dias a ponto de cair pelas ruas e ser conduzido para a sua habitação por transeuntes. E como queria a nação inglesa que ele fosse respeitado se os próprios seus

compatriotas fugiam dele, e não lhe ligavam importância alguma social? E é a esse homem a quem a poderosa Inglaterra presta atenção, quando devia ser a primeira a refutar as calúnias desse ébrio que outro nome não merece.

Sirva-se v. ex.^a aceitar recomendações de minha família, e disponha com franqueza de quem tem a honra de assinar-se.

De v. ex.^a

Amigo obrigado e criado,

Eufrázio Lopes de Araújo.

De Minas Gerais, escrita em Diamantina a 9 de abril de 1849, Jobim recebe carta de um Vieira, “amigo velho e colega”, que lhe manifesta o desejo de ser deputado geral por aquela província.

Trata-se do médico José Agostinho Vieira de Matos, filho de Diamantina. Formado em Paris, e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Sacramento Blake, foi clínico notável.

Efetivamente, aparece como deputado por Minas na 8^a legislatura, 1850-1852. Vejamos o texto de sua carta:

(Doc. 5529)

Meu caro colega e amigo.

Diamantina, 9 de abril de 1849.

Não sei se recebeu uma carta que lhe remeti por intermédio de Francisco Diogo em resposta a sua que me foi remetida por ele; porém a comunicar-lhe, que os nossos opositoristas promotores da anarquia já não contam com os seus fortes baluartes, a Câmara dos Deputados, a lei da vitaliciedade da G. N. e a revolução de Pernambuco para produzirem a dissolução geral do Império; as suas esperanças vão-se esvaecendo; eles se tornam mais conhecidos, e não podem mais ocultar a sua hipocrisia; pois que tiraram a máscara, e agarram-se à célebre Constituinte, programa dos anarquistas de todos os tempos e países à imitação da França, que lhes

vai dando uma famosa lição; Deus queira dar-nos prudência e juízo para levarmos ao cabo a sustentação das nossas instituições liberais ameaçadas pela anarquia. Temos ainda a luta próxima das eleições, para o que nos preparamos e envidamos todas as nossas forças.

Tem-se de organizar aí a chapa dos candidatos desta província: espero que o meu amigo se lembre dos pequenos serviços que tenho prestado a causa, que constantemente tenho defendido com firmeza já por vezes tenho sido lembrado, e sou conhecido da província; mas como sou franco e sincero tenho sido burlado pelos intrigantes políticos, que para se fazer sobressair procuram a perfídia e a traição entre os recursos das secretarias da polícia desviando os votos, daqueles, que eles querem trair: rogo-te portanto de empregares o teu valimento a pró de minha candidatura; assim como de me comunicares o que se passar a respeito; sei que não te fora difícil obter esta pretensão, e não é a primeira vez que te mereço esta consideração; peço-te igualmente de dar-me uma carta para o presidente da província no mesmo sentido. Dá-me pois notícias tuas e conta sempre com o

Teu amigo velho e colega obrigado

Vieira.

Dos Estados Unidos vem-lhe uma carta, dirigida de Washington por Filipe José Pereira Leal, o primeiro de igual nome, que tendo sido exonerado de cargo diplomático naquele país, pedia a interferência de Jobim para poder defender-se publicamente, e ainda obter um comando de navio.

Filipe José Pereira Leal era oficial de Marinha, tendo atingido o posto de capitão tenente. Entrara porém para a carreira diplomática em 1843, servindo no Uruguai e depois nos Estados Unidos. Exonerado deste último posto, seria no entanto enviado para o Paraguai em 1852, e depois para Venezuela, Colômbia, Equador, Espanha, Chile, Itália, Argentina, Peru, novamente no Paraguai, no Chile, aposentando-se em 1878. Foi veador da Casa Imperial e do Conselho do imperador.

Eis sua carta:

(Doc. 5515)

Ex.^{mo} sr. conselheiro José Martins da Cruz Jobim.

Washington, 8 fevereiro de 1849.

Meu prezado primo e amigo.

Há poucos dias escrevi a v. ex.^a pedindo-lhe dois favores, porém como agora vai partir um vapor que suponho chegará primeiro que o navio portador da minha anterior carta, vou repetir o meu pedido, que ousou esperar que será bem acolhido. Por decreto de 24 de novembro último o nosso adorado imperador houve por bem exonerar-me do serviço diplomático, e como eu considere que essa exoneração pode prejudicar a minha reputação, fazer-me parecer cúmplice da reprovada conduta do meu antecessor, ou indicar que sacrifiquei os interesses e dignidade do nosso país e seu augusto chefe, pedi licença para publicar nessa corte uma exposição da minha conduta e recorro ao meu parente (que acredito interessado na minha reputação) para que se empenhe no deferimento de uma súplica que estou convencido de que é justa.

Conhecendo a física impossibilidade de poder alimentar minha crescente e já numerosa família nessa corte com o diminutíssimo soldo da minha patente militar (50\$ rs por mês) peço seu poderoso valimento para obter o comando ou ainda pilotagem de um dos vapores da companhia dos paquetes; e atrevo-me a contar que o meu primo que conhece minha posição e circunstâncias, não me negará ambos os favores que encarecidamente lhe peço: antes, porém, de terminar esta carta devo solenemente declarar-lhe que os dois favores pedidos não podem nem devem ser interpretados senão como filhos da necessidade em que me colocou o sr. Sousa Franco de justificar a minha conduta, que em mais de 20 anos de serviço tenho procurado fazer digna do meu soberano, dos meus amigos e de mim, e de procurar honestamente ganhar o necessário que devo à minha família; e não como acinte ou despeito, não digo ao imperador por que só é para mim objeto

de culto e veneração, mas ao ministério atual, em que me ufano de contar dois amigos, e a cujo lado político sempre pertenci e pertencerei enquanto, como agora, os considerar como verdadeiros amigos da monarquia brasileira.

Logo que aqui chegar o meu sucessor, que é todos os dias esperado, partirei para essa corte no primeiro navio que saia, e conto que à minha chegada saberei o que pode obter para aquele que se preza em ser

De v. ex.^a
o mais afetuoso e mais grato parente e amigo
Felipe José Pereira Leal.

Do Uruguai, vieram duas cartas, assinadas por José Pedro de Oliveira, formado em medicina pela Universidade de Buenos Aires, e radicado em Montevideú, onde exercia clínica. São duas missivas interessantes, de 1851 e 1852 dando notícias das ocorrências político-militares que interessavam ao Brasil. Na primeira delas, Jobim escreveu à margem: “Meu senhor. Este homem sabe do que se passa em Montevideú”.

(Doc. 5769)

Il^{mo}. e ex.^{mo} sr. José Martins da Cruz Jobim.

Apenas recebida a carta de v. ex.^a com data de 21 de outubro p. passado fui visitar a senhora d. Merceditas para fazê-la ciente do recado que me incumbiu. Útil seria que volvesse para cá o sr. Leal em razão dos bons antecedentes que aqui deixara em favor dos súditos brasileiros; conduta que depois não tem sido imitada. Se acha nesta cidade o sr. Carneiro Leão desde a tarde do 1^o do corrente em missão especial para a ratificação de vários tratados feitos na Corte com o ministro oriental: são eles referentes à aliança ofensiva e defensiva – à designação dos casos de extradição – à demarcação de limites – e ao empréstimo feito a este Estado. Mas a forma de go-

verno que aqui se acha funcionando não é eletiva, e filha das circunstâncias da guerra, foi introduzida durante o sítio, o que produz uma existência débil não conforme com o preceito da Constituição do país. E como de tais acidentes podem surgir enredos, deve-se temer que se a Banda Oriental tornasse a receber outras impressões estes atos não seriam ratificados, e poderiam dizer de nulidade os loquazes inimigos do Império. O general conde de Caxias que estava por Sta. Luzia com o Exército veio logo a entender-se com o nosso ministro, e pensa regressar imediatamente. Se crê que vai postar-se nas imediações da colônia do Sacramento, por ser um ponto estratégico que contribuir deve às operações sobre Rosas, pois não distando de Buenos Aires mais que 10 léguas por água, fácil é compreender o que pode resultar da mobilidade que prestam os vapores a movimentos rápidos e decisivos sobre aquela costa. Urquiza, por fatalidade, se apropriou a submissão de Oribe e seu exército, guiado ambição de nomeada ostentando filantropia com os vencidos, de cujo precedente tirará partido na nova campanha que vai encetar. Uma grande parte das forças que lhe obedecem já contramarchou para Entre-Rios, e ele mesmo partiu no *Afonso* no dia 2 do corrente levando em sua companhia a infantaria argentina que servia sob as ordens de Oribe. Persuado-me que esta guerra finalizada de um modo não previsto, deixou em pé o partido de Rosas, que preocupado de sua superioridade numérica no país há de disputar nas próximas eleições o caráter e inclinações políticas da pessoa que haja de ocupar a dignidade de presidente. Quanto a mim nada alimenta tanto o pensamento da estabilidade da paz como a presença das forças brasileiras de mar e terra no Rio da Prata. Aqui tudo convida à guerra. A experiência prova que é difícil fazer mudar os hábitos desta gente. Em Buenos Aires é a personalidade de Rosas a que domina convertendo em sistema o exercício da força combinado com o terror. Que não se descuide Urquiza, pois se fosse batido, essa vontade vingativa traspassaria os rios, e se lançaria frenética a estas regiões...! E contudo tem-se difundido a desconfiança, que é a que pode desnaturalizar o ascendente desse jugo de ferro com que tem dominado por tantos anos essas massas resignadas. Notícias recentes nos dizem que o sentimento de ódio fundado em versões legítimas vai debilitando o entusiasmo da plebe de Buenos Aires; que o recrutamento é difícil, furtivo e servil, e pelos meios mais horrorosos.

Eis aqui o que sei e manifesto a v. ex.^a na primeira oportunidade obedecendo à indicação que me fez na citada carta a que respondo.

Sou com particular estima e amizade
De v. ex.^a
colega muito atencioso e v.^{or} obrigado
José Pedro de Oliveira.

Montevidéu, 5 de novembro de 1851.

O impresso junto servirá para mais amplos detalhes.

(Doc. 5807)

Il.^{mo}. e ex.^{mo} sr. José Martins da Cruz Jobim.

Não sei que tropeço teve a carta que v. ex.^a se serviu dirigir-me com data de 23 de janeiro do presente ano, que, com atraso de um mês é que me veio a mão, ignorando até hoje quem foi seu condutor: O encargo porém da carta que vinha para o sr. tenente-coronel Corrêa, lhe seria entregue a Sta. Luzia para onde marchara a cavalaria, pois lhe foi mandada com os ofícios do quartel-general do conde de Caxias que aqui se acha.

Na persuasão em que estou de que v. ex.^a está ao fato de todos os sucessos que prepararam a batalha do dia 3 de fevereiro p. passado, não os devo relatar, ainda que digno de glória e fama o triunfo das nossas Armas naquele dia memorável. Apreciarei unicamente em poucas palavras o aspecto desta conhecida questão.

Depois que caiu Rosas muito há que fazer, porque a tenacidade dos que seguiam o seu partido de um lado, e a confusa iniciativa de Urquiza quando estabeleceu infundadamente *que não haviam* vencedores nem vencidos, trouxeram ao Brasil à Banda Oriental sérias complicações.

As coisas têm sido dirigidas de modo que o partido de fora chamado branco, se acha sobranceiro ao dos defensores de Montevidéu; ganhou nas eleições, e de conseguinte o corpo legisla-

tivo encerra uma maioria que se converterá contra os interesses do Império. Sobre todos os argumentos amontoados para deprimir os atos da administração que susteve a causa de Montevideu, os tratados, segundo ouço dizer, são a pedra de escândalo: argumentam o governo da cidade não tinha mandato nem capacidade legal para estipular semelhantes contratos, que julgam lesivos e desonrosos; e existe tal susceptibilidade e preocupação a este propósito, que a maligna invenção de Rosas de que o Brasil marchava à conquista deste Estado, e que esse era o fundamento da aliança com Urquiza, tem tomado pé entre os dois partidos, e por entre os pensadores vulgares. Com tais disposições grande parte dos representantes se expressam em conversações privadas em termos acintosos contra o governo imperial, e se acham dispostos a condenar os tratados.

Esta gente possui uma grande cópia de vaidade; sem embargo de sua pequenez se alimentam com quimeras, persuadidos que tocam ao nível das nações fortes: importante pois dominar as preocupações e os partidos.

Entendo que devera haver um câmbio na política moderada do ministério lançando mão de alguma combinação que oferecesse-se o espetáculo de força e poder agora que as circunstâncias se mostram favoráveis. Como é fácil de supor os projetos de Rosas ficarão em nada, mas a transformação do seu poder não obsta que se concentre em Urquiza a quem não falta ambição por certo.

Quanto a mim julgo indispensável um certo grau de pressão exercida pela divisão do nosso Exército que houver de permanecer neste Estado, na hipótese de uma ação igual por parte de Urquiza, visto que a influência deste general nos destinos das províncias argentinas não se pode desconhecer. De certo, a reincidência das revoluções será evitada existindo acordo entre o Brasil e ele. De outro modo há que pôr em dúvida a influência brasileira neste país.

Esta combinação deve ser aproveitada, por que será um elemento reativo contra os esforços dos inimigos do Brasil: e para que se possa contar com alguma segurança na sua saudável influência, seria singularmente necessário que ao lado de Urquiza permanecesse um agente novo, de talento e maneira, que de posse de sua confiança, trabalhasse em primeira linha sobre quantos obje-

tos nos fossem interessantes. Da imprensa também nos devíamos valer tanto aqui como em Buenos Aires, pois que são infinitos os seus recursos quando se ventilam pontos questionáveis.

Já está empossado o novo presidente, e nomeou dois ministros que me parecem homens prudentes. A divisão francesa já embarcou e regressa para a França. Nos mesmos quartéis que eles ocuparam se vão aquartelando vários batalhões nossos, cuja força cômputo em quatro mil praças. O resto do nosso Exército cuida que vai para a fronteira do Rio Grande, e segundo um mapa que vi as nossas forças de terra alcançam a 14.400 praças. A nossa esquadra muito contribuiu ao desenlace que se desejava..

Nada mais tenho que avisar a v. ex.^a na presente oportunidade senão repetir que sou.

De v. ex.^a muito atencioso e v.^{or} e criado
José Pedro de Oliveira.

Montevidéo, 5 de março de 1852.

Três cartas de João da Silva Machado, barão de Antonina. Nascido no Rio Grande do Sul, radicou-se no Paraná. Foi deputado provincial em S. Paulo, diretor da fábrica de ferro de Ipanema, e senador pelo Paraná em 1854.

Suas cartas tratam de política regional e catequese de índios:

(Doc. 5516)

II^{mo}. ex.^{mo} sr. José Miz. da Cruz Jobim.

Peritua, 12 de fevereiro 1849.

Em 3 do atual recebi a carta que v. ex.^a me escreveu em 24 de novembro do ano findo, e fico bem ciente do quanto expende.

Em tempo lhe hão de ser remetidas as representações das Câmaras da comarca de Curitiba, pois toquei isso na minha estada na V.^a de Castro, e hoje todos mostram bastante interesse na separação apesar da desaprovação do rei, que com estas coisas perde muito poderio; e assim é preciso se quiserem em 49 jogar alguma carta no trunfo espadas. Quanto me parece, estão com olho nos feitos da praeirada por quem fazem votos.

E que tal? Remeto-lhe um embornal e cordões dos Bugres, pois é tal a pobreza que não se pode obter deles coisas de valor.

Cuidado com os heróis republiceiros... andam muito animados.

Comp.^a est.^a sou

De v. ex.^a

Amigo e patricio afetuoso e obrigado

o *B. de Antonina.*

(Doc. 5516)

Il^{mo}. e ex.^{mo} sr. José Miz. da Cruz Jobim.

Peritua, 4 de junho de 1849.

Prezadíssimo patricio e amigo. Estou de posse da sua estimada de 7 do mês antecedente, e me congratulo com v. ex.^a pelo feliz desfecho de Pernambuco, o que com efeito desmantelou e pôs a calva à mostra dos republiceiros, que encapotados querem ver se dão por terra com o Império, e com nosso augusto amo; e fique certo o meu amigo que a brazinha está acesa embora coberta com cinza: é preciso estar sempre em guarda, e união a toda prova nos sustentáculos do trono brasileiro.

É preciso de muito disso que o governo vá tratando da separação de algumas comarcas e formando novas províncias, e em primeiro lugar a Curitiba com quem os vendas amassam o governo. Esta separação é de necessidade.

Visto que hoje tenho uma hora vaga, aproveito-a para um pequeno desabafo visto um pouco de indiferentismo que noto no governo a quem me parecia ter prestado relevantes serviços de 42 para cá; portanto ouça-me.

Comecei em 43 a tratar da catequese dos indígenas e consegui o aldeamento de uma tribo de quatrocentos que com seu missionário capuchinho estão reunidos na capela de S. João Batista que marquei no sertão onde eles habitavam. Em seguida mandei fazer uma exploração ao rio Ivaí e à minha custa abri uma estrada que depois serviu e deu entrada à colônia Teresa que dirige o dr.

Faivre. Há quatro anos que concebi o projeto de descobrir uma via de comunicação da comarca de Curitiba para a província de Mato Grosso, e igualmente para o Estado do Paraguai, no que gastei uma mão cheia de contos de réis, e em outubro do ano passado já seguia a primeira monção com alguns gêneros de negócio para permutar por outros daquele país. Em consequência desta feliz descoberta, encarreguei-me de mandar abrir uma estrada por ordem do governo geral em umas vinte duas léguas de sertão, a qual pretendo no fim deste ano dar pronta e transitável de carros, sem que tenha exigido, nem pretenda, a mais mínima gratificação pecuniária conforme se está dando ao encarregado dessa estrada imaginária para Assunção, na qual já se tem gasto perto de 30 contos, e não há três léguas de caminho feito, nem suficientemente explorado o terreno por onde ela deve ir, apesar de que andam nessa lida a mais tempo do que eu na minha, que comecei a mandar abrir nos últimos dias de outubro, e em 7 meses já estão feitas mais de dez léguas de estrada.

Os desafeiçoados tem-me dado terríveis ferroadas, e também alguns amigos para que eu tome nota destas coisas e não me mortifique com tantos trabalhos e fadigas; porém não há remédio senão levar a cruz ao Gólgota, e a Deus meus sur.^{es}.

Tenho-lhe talvez dito mais do que devia, e igualmente abusado de sua paciência tomando-lhe o tempo; e por isso peço indulgência, e também peço-lhe que rasgue esta, por que eu sei sofrer em silêncio, e só no seio de sua amizade derramei estes rabiscos.

Não me poupe a seu serviço pois com toda a consideração e estima é

De v. ex.^a
Amigo certo e patrício obrigadíssimo
o *B. de Antonina*.

(Doc. 7008)

Il^{mo}. e ex.^{mo} sr. barão de Antonina.

Prezado amigo e patrício, recebi ontem a sua carta recomendando-me o interessantíssimo sertanejo o sr. Lopes, que veio em mau dia e em má hora, em que o imperador não lhe pôde falar por ter de ir para o despacho, eram onze horas de quarta-feira; pelo que lhe disse o imperador que viesse amanhã às 11 horas, mas S. M. não se lembrou que a essa hora tem de estar na igreja

da Cruz, para assistir a um Te-Déum; portanto manda dizer a v. ex.^a que avise o homem para vir sem falta às duas horas da tarde de amanhã mesmo.

Sou com a maior consideração

De v. ex.^a

Patrício e amigo obrigado e criado.

José Martins da Cruz Jobim.

São Cristóvão, 20 de agosto 1868.

(No mesmo papel, a resposta:)

Ex.^{mo} sr. José Martins da Cruz Jobim.

Releve o meu amigo responder nesta mesma sua carta. O sertanista Lopes há de se achar amanhã às duas horas sem falta, pois avisei neste momento pois se acha nesta s/ casa.

Sou grato a tantas finezas de S. M. com o meu sertanista.

Comp.^{ar} est.^a e consider.^m

De v. ex.^a

Amigo e patrício obrigadíssimo e criado

Barão de Antonina.

Encerrando esta coletânea, vamos reproduzir cartas de Drummond a Jobim.

Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond nasceu no Rio em 1794 e faleceu em Paris no ano de 1865. Bateu-se pela Independência em Pernambuco e foi degredado com os Andradas por efeito da dissolução da Constituinte de 1823. De retorno ao Brasil em 1829, entrou para a carreira diplomática, servindo na Prússia, Sardenha, Roma e Portugal. Neste país, serviu durante 16 anos como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Aposentado e achando-se cego, foi morrer em Paris. Foi do Conselho do imperador. Fundou *O Tamoio* do Rio, em 1823 e escreveu vários trabalhos de história.

Amigo íntimo de Jobim, escreveu-lhe 21 cartas, sendo que apenas uma de Paris. Todas as demais são de Lisboa, época em

que ali desempenhava as funções de ministro do Brasil. Constituem elas um curioso relato da vida política de Portugal, sobretudo na corte lusa.

(Doc. 5519)

Lisboa, 28 de fevereiro 49.

Meu querido Jobim.

Recebi a estimada tua carta de 3 de dezembro do ano findo.

Antes de responder ao seu conteúdo peço que beijes por mim a mão a Sua Majestade o Imperador, e a Sua Majestade a Imperatriz, minha ama etc. etc.

Entreguei ao Macedo a carta que lhe pertencia com as desculpas de não ter vindo mais cedo. Isto está passado, agora é preciso que te não esqueças desta academia. Ela acaba de nomear o duque de Palmela seu vice-presidente. Foi isto feito por iniciativa de el-rei, o presidente.

Anteontem à noite chegou o vapor *Mindello*, porque se esperava, para completar a guarnição da nau *Vasco da Gama* com a sua guarnição. A demora desta nau não será agora grande, há de, pois, partir dentro de poucos dias. O que eu não sei é o que ela lá vai fazer. O ministro da Marinha e Estrangeiros disse na Câmara dos Deputados, que ia mostrar aos brasileiros, que a mãe pátria ainda vivia. Em Pernambuco estão uma corveta e dois brigues de guerra. Partindo a nau fica Portugal com uma divisão nessas águas. Isto contrasta com o estado de miséria em que se acha este país. Deve de ter um fim: talvez não tenha nenhum: nesta terra acerta-se pelo absurdo.

Disse que regressara o vapor *Mindello*. O Papa agradeceu a oferta; deu a grã-cruz de S. Gregório ao conde de Penafiel; a comenda ao comandante do vapor e distribuiu medalhas pelos oficiais. Assim ficou completa a comissão.

Enquanto se gasta de luxo morrem de fome as viúvas de montepio; e choram todos porque ninguém recebe mais de 5 meses de seus vencimentos em um ano. As viúvas e mais classes inativas recebem menos, porque a estas, a pretexto de pagarem em dia reduziram os seus vencimentos à metade.

As finanças neste país estão em péssimo estado. Nem podem melhorar porque a desmoralização pública é grande. Não exagero dizendo que não rouba quem não pode. Os orçamentos são falsos, são feitos para enganar, exagera-se a receita, e por fim, depois de votados, não se paga a ninguém. Mediana reflexão basta para marcar a época em que uma grande catástrofe aflija de novo o país. Se estivesse em minha mão, que prevejo, mal evitá-lo, de certo que o faria. Não poderei ter semelhante prazer.

Da Itália o que o *Mindello* trouxe foi a confirmação da notícia de se haver proclamado a República em Roma, e das desordens da Toscana. Eu desejo que eles andem depressa; é o modo de acabarem pronto. Lamento que o Brasil pelo seu representante não tenha figurado melhor nos negócios de Roma: nem nele se fala. Mas as coisas como estão não podem continuar. Deus queira que a mudança para a ordem se faça sem a intervenção estranha, e que a Itália se tranqüilize com os seus príncipes. Coisa inaudita! Os dois mais distintos príncipes da Itália, o Sumo Pontífice, e o grão-duque da Toscana, são os que mais sofrem hoje da ingratidão do povo!

Oxalá o nosso Brasil aprenda nos males alheios a ser circunspeto no seu viver; tire partido desses mesmos males, e enriqueça de homens e capitais que as revoluções afugentam.

Os descobertos da Califórnia devem de ser úteis ao Brasil. O Rio de Janeiro é o maior porto de comércio que menos longe está dela. Esta circunstância lhe será vantajosa. Expedição de gêneros e mercadorias daí se farão para lá antes que de outra qualquer parte. Hoje na Europa não se fala senão na Califórnia. Foram esses descobertos uma fortuna, aliás não haveria distração neste vale de lágrimas da política.

Meu querido Jobim: lembro que é muito conveniente à política, e a tudo que o imperador, nosso adorado soberano, dê o exemplo de não se servir de escravos nos seus paços, nas suas fazendas, e até nas repartições públicas. Neste sentido tenho em várias épocas escrito de ofício, e nada se tem feito. Se o imperador promover uma emigração alemã para estabelecer uma colônia na fazenda de Sta. Cruz ganhará muito com isso o país e a moral. Com o produto da venda dos pretos, que lá tem, pode fazer o transporte de colonos. As terras serão repartidas por eles, livre de foro por dez anos, e depois pagarão eles um foro,

e a importância das suas passagens sem juros. Com estas condições pode ter bons colonos. As vantagens que resultam são grandes. Para mim a maior de todas é a que fica ao nome do imperador por assim haver obrado.

Também desejara que o imperador mandasse fazer um depósito de madeiras das províncias do Império, e promovesse a indústria da marcenaria, não se servindo de trastes nos seus paços que não fossem de madeiras do Brasil e feitos no país. No Brasil há aptidão para esta indústria; só lhe falta incremento e modelos. Ao imperador há de o Brasil dever tudo.

Já disse de ofício que o sr. infante d. Luís não faz a projetada viagem à Madeira a bordo da nau *Vasco*. Tudo se faz e desfaz aqui sem razão. A rainha entra agora no 7^o mês de gravidez: está de muito boa saúde.

Adeus, meu querido Jobim, recebe um abraço do

Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5597)

Meu querido Jobim.

Lisboa, 29 de janeiro 1850.

Desejava escrever-te hoje muito largamente, mas nem tenho tempo nem cabeça para isso. Para mostrar o estado da minha cabeça basta remeter a inclusa folha da *Revolução de Setembro*, jornal desta corte, e justifico a falta de tempo dizendo que estou atualmente com um só empregado que saiba ler nesta legação e tenho hoje um navio para essa.

Lê meu querido Jobim, o primeiro artigo da sobre dita folha e pasma de indignação. É um primeiro ministro que vai prestar em um tribunal um tal juramento!!! Por em dúvida a honra da rainha é um atentado, uma calúnia horrorosa. Mais honrada do que a rainha de Portugal não há nem uma senhora neste mundo. E aí temos esta honrada e virtuosa senhora sendo objeto de um processo crime de mistura com o seu ministro. O que pasma ainda mais é que aquele ministro ainda o é nesta corte. São

coisas estas que eu não entendo. Nem quero falar mais nisso, porque desespero se me emprego nestas considerações.

Desde que aqui cheguei que me acho de perninha por uma canelada que dei a bordo do vapor em que vim da minha viagem. Vou melhor mas não restabelecido ainda. Faço toda diligência para sê-lo em breve a fim de poder ter a honra de ir buscar a bordo S. A. a senhora princesa de Joinville, que deve aqui no 1^o ou a 2 do mês próximo.

O príncipe e a princesa não quiseram vapor de guerra para transporte deles e de sua família, vêm no vapor da carreira.

Adeus, meu querido amigo, beija por mim a mão ao nosso adorado soberano e nosso amo.

Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5597)

Lisboa, 8 de fevereiro 1850.

Meu querido Jobim.

Apresso-me em comunicar-te que Suas Altezas sereníssimas o príncipe e princesa de Joinville chegaram no dia 2 do corrente, procedentes de Londres, a bordo do vapor da carreira = *Pachá* = em boa saúde a esta corte. Os príncipes seus filhos gozam igualmente perfeita saúde.

Chegaram pelas 10 horas da noite, e desembarcaram imediatamente para o Paço das Necessidades, aonde foram habitar. Suas Majestades foram a Belém com intenção de irem a bordo, mas quando chegaram àquele sítio já ali encontraram os reais hóspedes que tinham vindo no escaler da alfândega. Eu, não podendo ir em pessoa, por me achar ainda impedido de andar, por causa da queda que dei, mandei a bordo do vapor os secretários e adidos a esta legação, os quais posto chegassem a tempo não subiram para não entrarem antes de Suas Majestades, que eram esperadas ali. Acompanharam o escaler que transportava Suas Altezas até ao cais de Belém, e acompanharam depois até as Necessidades a real comitiva.

No dia seguinte mandei o secretário saber da saúde de Suas Altezas. Suas Altezas têm sido cumprimentadas por todas as pessoas gradadas do país. Receberam ontem o corpo diplomático, e eu tive o dissabor de não poder tomar parte na honra que assim concederam ao corpo a que pertenço.

Pelo que me informou o secretário, a princesa está completamente restabelecida, mas o príncipe não apresenta no seu exterior os mesmos sinais, está desfeito e acabado para a sua idade. Suspiro por me achar restabelecido para ter a honra de ir beijar a mão à nossa princesa.

As intrigas políticas nesta corte vão tomando um tal corpo, que é preciso muita cegueira, para não ver a tempestade que se arma. A existência do conde de Tomar no ministério, e o suposto ou real valimento dele no paço são o pretexto ou a causa. O que é certo é que o homem é detestado quase geralmente. As maiorias das cortes que o sustentam é por que acreditam no valimento do paço. No paço talvez que o crédito do conde provenha das maiorias que ele tem nas cortes. Deste engano tira ele a sua força.

Já te falei do insólito juramento que o conde prestou em um processo de calúnia, que intenta em Londres aos redatores do *Morning Post*. Não é negócio acabado. Eu vou dizer-te o que há a respeito. Entro em miudezas por que sei todas, e elas servem e dão apreço as grandes.

O duque de Saldanha convocou os da Terceira e de Palmela, para irem ao paço pedirem à rainha de afastar dos seus conselhos um homem, que ousava arrastá-la a um tribunal inglês, para ali ser julgada a sua honra. Palmela, posto que doente de cama, prestou-se a isso. Terceira respondeu que ainda que aprovasse a medida não podia tomar parte nela, porque a sua posição na corte era tão singular que ele não ousava contrariar a vontade da rainha. Não teve efeito este pensamento do duque de Saldanha.

Nesta altura recebeu Saldanha uma carta do conde de Lavradio dizendo que tencionava interpelar na Câmara dos Pares o conde de Tomar sobre aquele insólito juramento, mas que o faria em sessão secreta. Em p. s. na mesma carta posto, advertia que tendo refletido sobre a matéria renunciara à idéia de sessão secreta.

O duque foi ao paço mostrar a carta do Lavradio a Suas Altezas. El-rei aprovou que a sessão não fosse secreta. Lavradio anunciou na Câmara a sua interpelação, e disse ao conde, que se ele se achasse habilitado a responder já ele Lavradio passaria a motivar a sua interpelação, quando não pediria ao presidente que designasse dia para isso. O conde respondeu, que não tinha conhecimento do que o jornal *Morning Post* dizia a esse respeito, que lhe era preciso ler o tal jornal para poder responder. Lavradio ofereceu-lhe a folha que trazia, e o presidente deu o dia de terça-feira 5 do corrente para Lavradio fazer a interpelação anunciada.

Na 3ª feira apresentou o conde na Câmara o jornal que Lavradio lhe havia emprestado e disse que a interpelação não podia efetuar-se naquele dia porque não tinha sido votado antes como mandava o regimento; que a ata de sessão, e o diário do governo diziam que sim, mas que era isso um engano do diário do governo e da ata; e que se a ata se achava aprovada apesar de engano que notava era por que essas aprovações a Câmara fazia sempre sem prestar atenção à leitura dela. A maioria da Câmara decidiu que assim era; e decidiu igualmente por 27 votos contra 22, que se não fizesse a interpelação.

Houve então na Câmara toda espécie de insultos dirigidos pelos pares uns contras ou outros; houve barulho entre eles, e as galerias deram uma pateada formal ao conde de Tomar.

Lavradio, não podendo fazer a interpelação seguiu outro caminho. A tática parlamentar dá margem a tudo; fez uma proposta – propôs – que a Câmara declarasse que estava magoada e desaprovava a conduta do conde de Tomar no juramento que dera em Londres. Fez-se a primeira leitura da proposta e a segunda ficou para ontem.

Ontem fez-se a segunda leitura, Lavradio quis motivar a sua proposta, a maioria não consentiu, e rejeitou a proposta de Lavradio por 31 votos contra 20. Depois desta votação houve tal barulho na Câmara, disseram-se de parte a parte tantas injúrias, que dando a hora o presidente da Câmara o cardeal patriarca cobriu-se e deu a sessão por acabada.

Durante a sessão, e antes da votação, já se tinha espalhado a notícia da demissão do duque de Saldanha do lugar de mordomo-mor. Esta notícia influenciou na votação. Hoje corre certo que a

demissão do duque acha-se verificada. Escrevi esta manhã a José Cabral, e este respondeu que a demissão era certa.

Este golpe parece-me imprudente, pode vir a produzir conseqüências fatais.

Eis, meu bom amigo, o como vão as coisas nesta terra. O conde de Tomar, oxalá me engane, há de ainda ser fatal.

Hoje mandando o secretário saber se S. A. a princesa Francisca queria escrever a S. M. o Imperador, aquela senhora disse, que a sua demora nesta corte seria de um mês, depois do que iria à Espanha. O papel adverte de acabar, e eu o faço pedindo de beijares por mim a mão ao imperador. A propósito – O *Diário do Governo* de hoje dá a sessão de 5 do corrente.

Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5597)

Lisboa, 13 de fevereiro 1850.

Meu querido Jobim.

Aparece, neste momento, um navio sueco, pronto a largar para essa. Aproveito a ocasião, mas não o posso fazer senão muito a pressa, pois que ainda tenho coisas de ofício a expedir, e nesta legação há agora pouco quem trabalhe capazmente. A ida do Gondim para os Estados Unidos foi fatal, fiquei sem a minha mão direita. Vamos ao que importa.

A demissão do duque de Saldanha do cargo de mordomo-mor é já um fato consumado. Estou ao corrente de tudo, tenho presente os documentos originais, mas entendo que não devo mandar cópia deles oficialmente mas sim a ti para levá-los reservadamente à presença do imperador, nosso augusto amo. S. M. há de desejar ser disso informado, e os documentos é que poderão fazer isso cabalmente.

Vai, pois, inclusa por cópia a carta régia que demite o duque. Ali se diz, que a demissão é dada em razão digo em respeito às considerações que foram presentes a S. M. e é referendada pelo conde de Tomar. Aquela expressão é inconsiderada. A rai-

nha tem tanto direito de nomear como de demitir, entendo eu um mordomo-mor não precisa dar satisfações a ninguém do que faz, nem declarar o motivo porque o faz. A explicação dos motivos não podia vir senão do conde de Tomar, para mortificar o duque.

Junto à carta régia vai por cópia a carta, que o duque escreveu a el-rei sobre o assunto, e o documento também por cópia, a que a carta se refere.

Da carta se vê que a demissão foi dada em razão de ter o duque na Câmara dos Pares, para que entrasse em discussão a interpelação do conde do Lavradio. E o documento, a que a carta se refere, é o requerimento pelo qual o duque pede conselho de guerra. É de presumir se lhe não conceda, aliás senão por a casa real à deliberação dos conselhos de guerra, o que de modo algum pode ser permitido. O conde de Tomar disse-me anteontem, que se não permitiria ao duque tal conselho de guerra.

Remeto por último um jornal – a *União* – aonde se acha por inteiro o discurso que o duque fez na Câmara dos Pares contra o conde de Tomar, em 12 de janeiro p. p.

Este discurso serve para mostrar, que aqueles dois indivíduos estão em guerra aberta. Tomar tem facilmente ganho a confiança da rainha com certas intrigas que inventa, e Saldanha não tem tido o juízo necessário para saber esperar, e respeitar mais a vontade de sua soberana. Na alta posição em que se acha seria isso um dever sagrado para ele. A demissão é o resultado.

Tomar fez a rainha acreditar, que tudo quanto se diz contra ele Tomar é filho de um plano traçado pelo duque de Palmela para o desviar do poder, e facilitar com a sua queda o triunfo do projeto que Palmela tem no peito. O projeto de Palmela, segundo Tomar, é de forçar a rainha a uma abdicação, fazer-se ele Palmela regente durante a menoridade do príncipe real, e casar este príncipe e o infante com as suas netas. Há dois dias que Tomar me asseverou ser nisto em que trabalha Palmela.

Sobre este assunto escreverei mais largamente em outra ocasião, hoje já o não posso fazer, porque é já noite, não vejo nada. Concluo pedindo de beijares por mim a mão ao nosso adorado amo.

Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5597)

Lisboa, 19 de fevereiro 1850.

Meu querido Jobim.

Tenho a satisfação de informar-te que S. A. sereníssima a princesa de Joinville continua a gozar boa saúde desde que chegou a esta corte. Este clima lhe é mais propício do que o de Paris ou Londres. Não direi o mesmo a respeito de seu esposo. Este anda sempre melancólico e parece muito acabado.

Ontem partiram para Cintra em companhia de S. M. fidelíssima, e de lá irão a Mafra, donde regressarão a 25 do corrente. Em Mafra haverá uma caçada em um dos dias em que ali se demorarem. Não sei se o príncipe é bom caçador; el-rei não o é nem tem por isso gosto. A primeira vez que atirou com uma espingarda foi naquele mesmo sítio de Mafra, em uma caçada que ali houve há 7 anos. De então para cá raramente tem tido ocasião de se adestrar no exercício.

Creio haver dito na minha última que o duque de Saldanha havia pedido demissão do cargo de conselheiro de Estado. Informo hoje que a demissão lhe foi imediatamente concedida. O duque diz que dera aquele passo, porque não podia servir um cargo que o punha em comunicação com o conde de Tomar. A guerra entre estes dois homens chegou a ponto que não pode haver entre eles tréguas.

Mas o passo de pedir demissão do cargo de conselheiro de Estado não foi dado repentinamente, foi preparado por acontecimentos anteriores. Depois da votação da resposta à fala do trono na Câmara dos Pares, disse o duque ao oficial maior da secretaria do Reino, que pois que as suas vozes não se encontrariam mais com as do conde de Tomar dissesse ele a seu ministro, que ele duque não pedia demissão do cargo de conselheiro de Estado, para não fazer novidade, mas que a receberia sem murmurar se o conde lhe a quisesse dar. A razão era, que jamais se ajuntaria com os colegas da sessão, de que era presidente, porque eram estes homens tão vis, que depois de lhe haverem dito, que o conde era um concussionário, um ladrão, foram votar por ele na Câmara dos Pares.

O duque saiu da secretaria e foi ao paço referir à rainha o que acaba de fazer e fica referido, pedindo a S. M. de se não

opor se porventura o conde lhe propusesse a sua demissão de conselheiro de Estado. A rainha perguntou ao duque se José da Silva Carvalho também diria que o conde era concussionário e ladrão. O duque respondeu afirmativamente. José da Silva Carvalho pertencia à sessão de que o duque era presidente.

Dois dias depois disse a rainha ao duque, que José da Silva Carvalho negava o que o duque lhe atribuía. Este respondeu, que isso não admirava, José da Silva Carvalho tinha dois genros, ambos empregados dependentes do conde de Tomar; mas que ele duque se encarregava de levar ao paço, quando S. M. quisesse ouvir a verdade, 40 testemunhas de haver ouvido José da Silva Carvalho dizer o que lhe afirmara a respeito do conde de Tomar.

Passados dias recebeu o duque um ofício do conde de Tomar em que este perguntava se o impedimento do duque era passageiro, ou se tinha de ser prolongado, porque neste caso era necessário dar providências a respeito. A resposta do duque foi mandar lançar na caixa da secretaria um requerimento nas seguintes palavras = Senhora = O duque de Saldanha pede demissão do cargo de conselheiro de Estado = E. R. M. Dois dias depois recebeu o duque a demissão, e foi para Cintra para uma casa que ali tem de sua propriedade.

Muita gente acreditou e acredita ainda, que o duque se revolte com o Exército, visto que ele o tem por assim dizer às suas ordens; mas eu faço justiça ao duque, não o julgo capaz disso, seja qual for o desgosto porque esteja passando, de se ver sacrificado ao conde de Tomar, ele que tantos e tão assinalados serviços tem feito ao seu rei e à sua pátria, e o conde de Tomar, que se não distingue por qualidade alguma boa. O duque há de ficar obediente à soberana, e esta, logo que esquecer, que o duque lhe desobedeceu uma vez há de restituí-lo à sua graça é a minha opinião. Digo que o duque desobedeceu uma vez, porque de fato votou na Câmara o contrário do que a rainha havia manifestado desejar, e um criado deve conduzir-se diversamente.

Ao requerimento em que o duque pede conselho de guerra ainda se não deu despacho. E que despacho se dará se o serviço militar nada tem com o serviço do paço? No serviço do paço falemos claro: a lei que rege é a vontade do soberano. O duque perdeu com o cargo de mordomo-mor seis mil cruzados de ordenado anual. O duque é pobre, e este desfalque é grande em sua

bolsa; mas el-rei não lhe tirou os quatro que lhe dá anualmente de seu bolsinho, e este com os 6 que tem como marechal fazem 10, e com esta soma não se morre de fome.

Nota-se porém que a rainha demitindo o duque do cargo de mordomo-mor fez a respeito dele uma exceção, porquanto não há exemplo de ter castigado a nem um outro seu criado com igual rigor. O duque de Palmela, que é capitão da sua guarda, há muito tempo que faz oposição ao governo, e na revolução do Minho chamada de Maria da Fonte, visivelmente era ele a alma dela. Ninguém ignorava as relações do duque de Palmela com os rebeldes do Porto, e nem por isto foi demitido do cargo de capitão da guarda. Em vez disso a rainha o mandou chamar ao seu paço, e ela mesma pediu ao duque de Palmela, que lhe fizesse mais um serviço, indo viajar enquanto durasse a revolução.

A respeito do processo em Londres com o *Morning Post*, aonde o conde de Tomar, para se salvar a si, teve o inaudito arrojo de comprometer o nome da rainha em um juramento insólito, que ele ali prestou, já aí se saberá como terminou. Apesar disso, remeto as inclusas duas folhas: uma da *Revolução de Setembro*, e outra da *Nação*, aonde esse negócio se acha esclarecido. Este jornal é miguelista, não trata a rainha como soberana; aqui tudo se tolera; mas em obséquio da verdade é preciso dizer, quando se trata da honra da rainha, não há a esse respeito discordância entre as diversas cores políticas, em que se divide o país, todas são concordes em que a rainha é um modelo de virtudes como esposa e como mãe. E não lhe fazem favor, porque dizem a verdade. Aquele o seu título indica o que é.

No *Diário do Governo* de hoje vem impresso o extrato do supramencionado julgamento em Londres, podes confrontar com os que apresentam os dois outros jornais, para conhecer se houve dolo em algum deles.

Por hoje não escreverei mais. Concluo pedindo que beijos por mim a mão do imperador nosso soberano e amo. E acredites que me prezo em ser

Teu velho amigo, *Drummond*.

P. S.

Dizem-me que o patrício Vieira aí se acha deputado pelo Tejuco. Dei-lhe saudades minhas.

(Doc. 5597)

Lisboa, 12 de março 1850.

Meu querido Jobim.

Este governo negou ao duque de Saldanha o conselho de que este havia pedido. Incluso remeto cópia da correspondência a este respeito. É a continuação da que já mandei sobre o mesmo assunto.

Em outra carta disse que o duque da Terceira não quisera o cargo de mordomo-mor que lhe fora conferido. Confirmo o que disse. Mas o conde de Tomar o forçou a aceitar por este modo. Por decreto de 3 do corrente reuniu o cargo de mordomo-mor ao de estribeiro-mor; e por carta régia da mesma assim o participou ao duque da Terceira. O duque da Terceira é estribeiro-mor. A cópia do decreto e da carta régia vão inclusas.

Aqueles documentos com a data de 3 foram publicados no *Diário do Governo* de 4. Este dia é aniversário da primeira batalha que Saldanha ganhou sobre as tropas do infante d. Miguel. Ora, sendo o decreto e carta régia em questão datados de um domingo inferirão daí os inimigos do conde de Tomar, que ele fizera isso de propósito para sinalar o dia 4 com um amargume ao duque de Saldanha.

Honra porém, seja feita ao duque de Saldanha, que posto tenha andado errado em fazer tais requerimentos, e escrever tais papéis, quando seu dever fora calar-se com a demissão e esperar melhor tempo, não tem consentido que a tropa faça a esse respeito a menor manifestação.

A guarnição de Lisboa, exceto a Guarda Municipal, e o regimento nº 16, tem querido mandar uma deputação à rainha pedindo a demissão do conde de Tomar, e o duque a isso se tem com firmeza. Honra pois, ao duque que nesta parte anda com juízo.

Tenho porém um funesto pressentimento de que a respeito deste negócio. Deus queira que me engane.

Discute-se já na Câmara dos Deputados um projeto de lei para regular a liberdade da imprensa. É verdade, que o tal projeto é de tirar couro e cabelo, estende a mão a tudo, não escaparam nem os juizes, pelo que disserem em suas sentenças, nem os

advogados, nos seus provarás, nem os pregadores no púlpito, nem os indivíduos nas praças e ruas; mas é também verdade, que a imprensa está tão desenfreada que precisa ser comprimida, aliás pode sobrestar a sociedade.

N. Bem. Em maio do ano p. p. remeti pela secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, uma carta e cinco volumes de m.^s de el-rei d. João V remetido tudo a S. M. o Imperador por José da Silva Carvalho, conselheiro de Estado e par do reino. E apenas recebi em resposta que a carta e os volumes haviam chegado ao seu alto destino.

Estou persuadido que o imperador ignora isso, aliás teria mandado agradecer o mimo do modo que julgasse mais digno da sua imperial pessoa. A nós, que somos seus criados, compete zelar o seu nome e a sua glória. Lembro isso para que indagues o fato, averigües a verdade, e se for necessário lembre o que em tal caso cumpre fazer.

Devo fechar esta que é já noite; mas antes disso cumpre ainda dizer: Suas Altezas sereníssimas príncipe e princesa de Joinville partirão a 6 do corrente para Cadiz em vapor de guerra português. Vão dali a Sevilha passar a Semana Santa. A nossa princesa deixou saudades a todos que tiveram a honra de lhe ser apresentados.

É já tão noite, que preciso acabar esta, e o faço pedindo de beijares por mim a mão ao imperador nosso soberano e amo.

Aceita um abraço do

Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5597)

Lisboa, 10 de abril 1850.

Beija por mim a mão ao imperador.

Meu querido Jobim.

O negócio do duque de Saldanha não está ainda acabado. Já te disse que ele fora demitido de vogal do Conselho Supremo

de Guerra, e ajudante-de-campo do rei. Eis aqui inclusa por cópia a carta, que por ocasião de ser demitido daqueles empregos ele escreveu a el-rei protestando, que há de permanecer, não obstante o poder de seus inimigos, fiel defensor do trono da rainha. El-rei não respondeu a esta nem à outra carta anterior do duque de que já te mandei cópia, posto tivesse de costume corresponder-se por escrito com ele.

Isto não obstante o duque escreveu ainda a S. M. em 3 do corrente uma carta, da qual remeto cópia, para beijar a mão à suas majestades por ocasião do aniversário da rainha, visto de ver hesitar se lhe seria permitido a honra de ir fazê-lo em pessoa.

A esta carta recebeu em resposta a carta igualmente anexa por cópia, que lhe escreveu o barão da Foz, ajudante-de-campo-de-semana, dizendo que el-rei havia recebido a sua carta, e que Suas Majestades viram com benevolência e satisfação as expressões de fidelidade e acatamento que o duque manifesta na sua dita carta.

Mas o barão da Foz acrescenta, como coisa sua, diz ele, que Suas Majestades o receberão com bondade sempre que ele queira ir ao paço.

O duque tendo recebido a carta do barão 25 minutos depois do meio-dia, do mesmo dia 4 e o beija-mão devendo principiar a uma hora não foi lá.

É esta a altura em que anda o negócio por cima. Por baixo promovem-se subscrições para indenizar o duque do que perdeu com as demissões, e o comércio do Porto vai enviar-lhe uma espada de honra pelos serviços prestados em diversas épocas pelo duque ao mesmo comércio.

A oferta da espada é coisa antiga, há um ano que se trabalha nela, agora que está acabada vai ser entregue não obstante achar-se o duque em desgraça.

Digo francamente: ele a merece agora mais que nunca. Não examino as razões que teve a rainha para ser tão severa com ele; o que a rainha pode a esse respeito fazer está acima de meu exame; o que examino é a conduta do duque depois que foi ferido com aquelas demissões. Esta é ótima, é de homem de bem; recusou prevalecer-se da força militar que se lhe oferecia, e se lhe oferece ainda para suplantar o seu inimigo por meio de uma demonstração militar.

Sobre a questão da demissão de cargos de mordomos-mor um jornal do conde de Tomar, intitulado – *A Lei* – publicou um artigo que foi refutado pelo impresso incluso assinado pelo único genealógico que tem esta corte. Esta questão sobre os empregos da casa real é sempre importante.

Faleceu o marquês de Santa Iria, um dos camaristas da rainha. Para o substituir no emprego são muitos os pretendentes, mas S. M. ainda não fez escolha. Se o conde d’Alva, filho do defunto marquês, não fosse indigno de sê-lo seria ele o escolhido. A rainha é muito afeiçoada a esta família, mas não escolherá de certo o conde d’Alva para seu camarista por ser homem de má conduta.

A rainha só tem 4 camaristas, e a cada um dá quatro mil cruzados anualmente. Nesta terra o ordenado do lugar tem mais valor do que a honra que ele confere, são por isso muitos e poderosos os pretendentes à sucessão do marquês de Sta. Iria.

Brevemente haverá duas outras vagas de camaristas. O conde de Penafiel está muito velho, e d. Manoel de Portugal e Castro muito estragado de saúde. O outro camarista que resta é o conde de Linhares. Este é o que goza boa saúde.

A rainha mandou proceder a uma reforma nas cavallerias. Quer reduzir as despesas delas a menos de 50 contos anualmente. Para isso tira as seges a todos os que a têm da casa real. Desta regra excetua o seu primeiro médico, o dr. Elias, tão somente. Vai proceder-se à venda de trem e cavalgadas, que ficarem fora do serviço.

A confirmação da notícia da morte do nosso príncipe imperial muito me tem magoado. Que o bom Deus não abandone o Brasil! A rainha tem a idéia de que conviria fazer viajar até a Europa as nossas princesas existentes, e bem assim o primeiro príncipe que nascer. Uma viagem por si só pode destruir – diz ela – o germe da moléstia com que nascer o príncipe. Não sei se há nisso razão, a ti pertence a decisão, o que sei é que jamais será demasiado o cuidado que houver para evitar o Brasil de passar por iguais golpes de perder os seus príncipes.

Como a política interessa sempre a um deputado incluso te remeto um opúsculo contra a lei em discussão sobre a liberdade de imprensa. Já ela passou na Câmara dos Deputados, mas na

dos pares não passará senão com modificações a que o ministério não terá remédio senão anuir fazendo-as suas.

O papel adverte que é preciso concluir. Eu o faço com um abraço

Teu do c.,
Drummond.

(Doc. 5597)

Lisboa, 22 abril 1850.

Meu querido Jobim.

Já te falei da oferta de uma espada feita ao duque de Saldanha pelo comércio do Porto, direi agora que já se acha realizada, o duque recebeu o presente e deu um jantar aos da comissão que o trouxeram.

Não houve nisso pensamento algum político, foi um testemunho de gratidão e nada mais. Os homens de partido é que pretendem encabeçar em política um ato que é alheio dele, e fazem mal porque não é verdade. O presidente da comissão que veio do Porto, é um negociante brasileiro – Plácido Antônio de Abreu, que para mostrar que não era movido por pensamento político a obsequiar ao duque não aceitou o jantar que este deu aos membros da comissão pretextando o achar-se incomodado de saúde.

Acaba de publicar-se dois opúsculos sobre a questão vigente, duque de Saldanha e conde de Tomar, dos quais remeto incluso um exemplar de cada um. São ambos, um mais do que o outro violentos. O como há de acabar esta questão é o que está ainda no seio do futuro; não há de ser em bem é o que sei hoje.

Ainda não foi nomeado camarista em lugar do marquês de Santa Iria, falecido.

A reforma da casa real está feita. Veremos o resultado. Se corresponder aos que tem dado as outras reformas há de ser um aumento de despesas. A rainha tem a desgraça de ter a sua casa governada pelos dois homens mais desgovernados da monarquia. Não pode escapar daqui. O duque da Terceira e d. Manoel de Portugal são de certo os homens mais desgovernados da

monarquia. Este, por economia, pôs os cozinheiros a seco dando a cada um 19\$200 de comedorias mensalmente. Os cozinheiros que comem antes dos amos.

Ainda não sei quais são os termos das reformas feitas pelo Terceira. Sei que já se venderam muitas cavalgadas a vil preço e foram despedidos vários criados. A reforma tira as seges a todos que as tinham, exceto ao Elias, primeiro médico, e dá em troco uma soma em dinheiro, que não sei ainda em quanto anda.

A rainha vai já dando o exemplo; anda agora a dois cavalos quando sai à noite ou vai ao teatro. A quatro só quando sai de dia. Nada disso presta. Não é assim que se faz economia. Para haver economia é preciso que haja ordem e boa administração – em havendo ordem e boa administração nada há de faltar ao serviço da soberana. Isto é que é essencial.

Estamos a 23 – É preciso fechar o mais para a primeira ocasião.

Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5597)

Lisboa, 15 de junho 1850.

Meu querido Jobim.

Recebi a estimada tua carta de 2 de abril p. p. Agradeço as notícias. Lamento porém, que o interesse cegue os homens ao ponto de matarem o seu semelhante para fazer triunfar um sistema, que não tem fundamento algum em seu favor. Para mim não é bom senão o que a experiência demonstra como tal. É de esperar, que também neste caso o bem nasça do mal, e que a homeopatia morra depois de ter morto muita gente. Aqui não há nenhum homeopata senão o secretário desta legação, e um cirurgião a quem ele já deu o grau de dr. dos mínimos. Um anda sempre doente, e o outro não acha quem o queira.

Aos médicos deste país, bem como a toda gente dele, nada importa o Brasil e o que nele se passa. Se o Brasil vai bem sentem; se vai mal exultam. Dele só querem a substância. Eis porque nem

um escrevera a respeito da homeopatia com que lá se mata a gente, mormente sendo ela feita por um português, que enriquece com isso. Todavia hei de falar ao dr. Abranches a esse respeito.

A respeito dessa epidemia aí reinante muito se tem exagerado aqui. Espalham que morrem mais de duzentas pessoas diariamente, e não recebem os navios procedentes do Brasil senão neste porto de Lisboa, debaixo de uma quarentena rigorosa. Os que demandam a barra do Porto são remetidos para aqui. Há poucos dias chegou um que não foi recebido na ilha de S. Miguel, e traz 104 dias de viagem dessa capital. Apesar de não ter doente algum a bordo foi posto em quarentena. O mesmo não acontece nos portos dos outros países da Europa. Exceto nos da Espanha, em nenhum outro há quarentena contra as procedências do Brasil. Resulta para o comércio, e por consequência para o consumo geral, que o frete, que estava a 6 mil réis, subiu já a 16.

O Brasil não estava acostumado a ter essas epidemias há de forçosamente abalar-se com os resultados desta primeira, mas como não há mal, que não produza algum bem, espero que a lição sirva para, sobre alguns pontos, melhorar-se a hygiene pública, e acabar por uma vez com os enterros nas igrejas. É preciso que nesta parte a severidade seja exemplar.

Não entendeste ou não te lembrava do que eu disse na minha carta de Paris sobre o tratado do Rosas com a França, aliás não dizias na tua a que respondo, que se tive parte na resolução da França em não levar a ferro e fogo aquele gaúcho fiz muito mal. O caso foi este: quando chegou o tratado, para ser ratificado, o ministro dos Negócios Estrangeiros perguntou ao Amaral quais eram as suas instruções àquele respeito, pois que a França não queria prejudicar o Brasil. Amaral respondeu, que nenhuma. O ministro pediu então que Amaral lhe dissesse a sua opinião particular àquele respeito. Amaral recusou-se a isso e fez bem, que não devia comprometer-se e porventura o seu governo dando a sua opinião particular sobre um negócio de que o seu governo não lhe tinha falado.

Estavam as coisas neste estado, quando eu cheguei a Paris em novembro do ano passado. O presidente referiu-me o que o seu ministro havia conversado com o Amaral, e conversou ele comigo sobre o assunto. Eu, que não tinha ali caráter público, podia fazer ao Amaral não era permitido em razão do seu posto, e daí resultou, não obstante o silêncio da montanha, e opposição

dos conservadores, que o tratado não foi ratificado pela Câmara, ordenado esta que o governo fizesse o que entendesse.

Eis a parte que eu tive neste negócio. Se pudesse ter ficado mais tempo em Paris a deliberação do governo francês sobre a questão do Prata teria sido mais forte do que foi. Note porém, que a Inglaterra de um lado e o comércio francês do outro trabalharam para que o tratado fosse ratificado.

Agora, quanto a nós, forçoso é confessar que desde 1824 que temos andado errados na política que havemos seguido no Rio da Prata. Se não fora isso nem Rosas existia, nem as coisas estariam como estão hoje.

Aqui estive 21 dias o duque de Leuchtenberg, irmão de S. M. a Imperatriz viúva. O que sobre a estada deste príncipe se passou nesta corte escrevo de ofício circunstanciadamente, e não há nada de particular a acrescentar. Eu lhe dei um jantar, e ele confessou que fora o melhor que tivera em Lisboa. Fiquei contente. A esse jantar veio o cardeal patriarca. Foi a única festa em que o príncipe encontrou o venerando prelado.

Tu falas do Costa Cabral de modo que mostra que a distância neste caso obra em sentido contrário da ordem física. Sobre este assunto direi: Costa Cabral era muito pobre, está muito rico. As conseqüências deste fenômeno já os vimos uma vez, foram deploráveis; e mais deploráveis serão ainda quando os virmos segunda vez: talvez não tardem. Digo isto reservadamente com muita mágoa. Sou amigo do Costa Cabral, desejo-lhe todo o bem; mas sou mais amigo da rainha, e do país não os posso ver cegamente sacrificados aos interesses e ao capricho de um homem. Aos que não acreditam nisto peço suspendam o seu juízo e esperem pelos fatos. Mas, supondo que C. C. não é o que dele dizem, é um santo, é verdade que estando ele no poder o país está em conspiração. Pergunto – por tal preço fica barato o santo?

Tornas a falar do regimento da casa real. Esta casa real que não tem regimento. Em 1838 nomeou-se uma comissão para o fazer, e até hoje nada fez a tal comissão. Achou-se embaraçada a respeito dos ministros de Estado. Estes srs., no sistema atual, dizem que representam um dos poderes de Estado, e que por isso a eles compete o primeiro lugar na corte. Antigamente não era assim: os ministros eram os secretários do rei, não eram cortesãos. Ora, como não há regimento novo, e perderam-se as tradições dos anti-

gos usos acontece não haver nada permanente nesta corte, e cada dia se altera o que se fez na véspera segundo as influências do momento.

A rainha tinha quatro camaristas tão-somente, morreu ultimamente um, o marquês de Santa Iria, o lugar não foi ainda provido até agora com três. Cada camarista recebe 1:600\$ anualmente do real bolsinho. El-rei tem 4 ajudantes-de-ordens, os quais receberam igual gratificação do bolsinho de S. M. O mordomo-mor que tinha 4:000\$ está reduzido a 2:400\$ anualmente. A camareira-mor tem 2:400\$. O estribeiro-mor 2:400. O vedor 2:000\$. A rainha tem três damas e cada uma recebe um conto anualmente. O esmoler-mor tem 1:600\$. O primeiro médico da Câmara tem 1:200\$. Os outros e os cirurgiões da câmara 80\$. El-rei tem um médico alemão, que trouxe consigo a quem dá 1:600\$ e casa mobiliada. Os empregados subalternos todos têm ordenado: O escrivão dos filamentos tem 600\$ rs. e casa. Os emolumentos desta repartição foram abatidos por um decreto de 1834, mas o atual escrivão que é um brasileiro, Veríssimo Máximo de Almeida, de eternas e escandalosas ruminarias pouco a pouco foi restabelecendo os tais emolumentos e hoje todos pagam sem murmurar.

Os camaristas e ajudantes-de-ordens fazem semanas e as damas dia. Os médicos já não fazem semana. Por ocasião do último mau sucesso da rainha falei eu a S. M. no restabelecimento das semanas dos médicos e não fui atendido. Se naquela ocasião do mau sucesso um médico se achasse no paço, a vida da rainha não teria corrido o risco que correu. A rainha teve as dores depois de uma hora da noite, e não havia no paço nem luzes, el-rei foi obrigado a levantar-se e ir em ceroulas acordar o camarista, para mandar chamar o médico. Tudo chegou tarde, e o resultado foi o mau sucesso. Consta-me que é o médico alemão que impede o restabelecimento das semanas dos médicos da Câmara.

Suas Majestades habitam o Palácio das Necessidades. É pequeno palácio mas está ricamente dourado. Os trastes dele nem todos estão em harmonia com a riqueza dos dourados. O reposteiro da semana faz o serviço de farda, mas o porteiro da cana de capa e volta. Os camaristas estão pela manhã de sobrecasaca, e para o jantar vestem casaca, põem crachá, e assim ficam à noite. Os ajudantes-de-ordens pela manhã estão de casaca militar e à tarde de farda. El-rei fala pela manhã de sobre-

casaca e à tarde de casaca sem decoração. Se saem ele, camarista e ajudantes-de-ordens vão assim vestidos.

Suas Majestades jantam no inverno das 6 ½ às 7 horas da noite, e no verão das 3 às 3 ½. No inverno passeiam antes do jantar e no verão depois.

As pessoas que vão ao paço seguem a mesma etiqueta de vestuário. Pela manhã vai de sobrecasaca, e à tarde de casaca. Os ministros quando vão a despacho, e os conselheiros de Estado quando vão a Conselho; estes e aqueles vão de farda.

Suas Majestades jantam sós. A mesa de Estado é servida à mesma hora, mas em casa diversa. Assistem à mesa de Estado o camarista e ajudante-de-ordens de semana as damas, que todas moram no paço; o esmoler-mor; o aio dos príncipes e os oficiais da guarda. O esmoler-mor é uma tolerância e não um direito.

Suas Majestades recebem todos os dias até ao meio-dia as pessoas que tem negócios a tratar, e fazem o mesmo depois do jantar se porventura não vão ao teatro. Aos ministros estrangeiros, que procuram Suas Majestades em particular dignam-se elas receber a toda hora.

Esqueceu-me dizer em lugar próprio, que as pessoas que tinham sege da casa lhe foram tiradas ultimamente excetuando o estribeiro-mor, e o 1º médico. Deu-se-lhes uma pequena indenização pecuniária. As reais cocheiras e cavaliarias foram por isso reduzidas, venderam-se cavalos e bestas muars.

Suas Majestades vão de dia em carruagem a 4 cavalos e à noite a 2. A carruagem das damas e camaristas, leva o mesmo nº de cavalos. Dois moços da estribeira vão aos lados da carruagem real. Só em dia de grande gala é que são acompanhados de guarda militar.

El-rei quando sai a cavalo leva a seu lado o ajudante-de-ordens, e dois criados a cavalo atrás.

Em dias de grande gala Suas Majestades recebem o corpo diplomático em uma sala reservada para isso destinada. O corpo diplomático forma-se em fila, os homens de um lado e as mulheres de outro. Estão presentes o mordomo-mor, e mais oficiais e damas da casa e Suas Majestades e Altezas passam em frente conversam com os chefes das missões, e retiram-se para ir dar beija-

mão aos seus súbditos. Os secretários e adidos ficam por trás de seus respectivos chefes.

Esta etiqueta fui eu que introduzi nesta corte. Quando aqui cheguei o costume era irem os membros do corpo diplomático fazer um cumprimento à rainha que estava no trono. Creio ser o modo antigo aquele que está ainda em uso nessa corte. Mas esse modo já não está em uso em nenhuma corte da Europa, é incômodo ao soberano e aos ministros estrangeiros, S. M. a Rainha conheceu isso e mudou seguindo no que faz agora o estilo de todas as outras cortes.

Os beija-mãos aqui são pouco freqüentados. Procede de que os partidos políticos encobrem a pessoa da rainha na sua causa. O partido miguelista não vai ao paço. O partido setembrista também não vai ao paço. A ausência do 1º é lógica. A do 2º não. Ora dos cartistas ante cabralistas alguns começam já a não irem ao paço, isto porque erradamente creio eu todos supõem que a rainha hostiliza os partidos em favor dos cabralistas. De modo que o ministério recruta, para que haja concorrência no beija-mão dos anos da rainha e do rei, mandando cada ministro que os empregados das suas repartições concorram todos. O que abunda mais são militares.

No inverno costumam Suas Majestades receber dois domingos em cada mês. Estas reuniões não são como deverão ser bastante concorridas. Servem chá, bolos, limonadas, etc. Se houvesse neve a concorrência seria maior.

No verão estão Suas Majestades em Cintra. Ali recebem todas as noites, mas como o chá é magríssimo, a concorrência é limitadíssima, às vezes não chega a 8 pessoas de ambos os sexos.

Estou cansado de escrever. Sobre o que fica dito a respeito da casa real podes tu fazer as perguntas que quiseres, que eu a elas responderei imediatamente.

Agora, peço que beijes por mim a mão a Suas Majestades o Imperador e Imperatriz, nossos augustos soberanos e amos. Deus lhes conserve vida e saúde como havemos mister.

Eu aqui fico para continuar a mostrar que sou

Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5597)

Lisboa, 8 de julho 1850.

Meu querido Jobim.

Pela minha última mandei algumas informações sobre esta corte e casa real; não sei se foram completas ou satisfatórias; estou porém pronto para responder às perguntas que a esse respeito quiseses fazer, e assim poderão elas ficar completas.

Os meus cuidados estão hoje quase que exclusivamente empregados com as coisas da nossa terra. Suspiro por notícias dela e quando chegam não fico satisfeito, porque não dão por acabadas essas malditas febres. Mas dos males o menor; como o imperador e família imperial continuam a ser preservados dela, serve isto de consolação na crise atual, e peço a Deus para que assim seja sempre.

Via de Pernambuco temos aqui noticias dessa corte até 6 de maio. A fala do trono na abertura da Câmara consolou-me na parte em que diz não corresponder os estragos ao terror que causou a moléstia. Tomara já saber que estão acabadas ela e a outra que aí reina, e não faz menor estrago segundo penso, a homeopatia.

Dos jornais de Pernambuco vejo que a moléstia ceifou gente grande, ou grandemente colocada. Entre ela figura o memorável frade arrabido frei Antônio arcebispo de Anemuria. Se este frade, verdadeiramente arrabido, tivesse feito o favor de morrer em princípios de 1822, teria com isso salvado o Brasil das crises funestas porque passou, e a Casa Imperial desgostos que não acabam. Não há talvez aí quem saiba hoje a parte que ele teve em todas essas desgraças, foi um frade fatal ao Brasil, fatal ao imperador 1º do Brasil, é quanto basta dizer hoje. Se Deus me der vida e saúde, antes de morrer hei de tirar isso a limpo, hei de dizer o resto para esclarecer a história da nossa Independência.

Já tenho pronta, só falta copiar a limpo, uma memória sobre as causas que motivaram a transferência da corte portuguesa para o Brasil. A esta segue-se outra, que já está delineada, relatando os fatos que conduziram o Brasil à independência. Os homens da Independência, que eu saiba nada deixaram escrito a respeito dela, e já vai passando por verdade sobre esse assunto o que

realmente não é. Eu sou o único que ainda resta vivo devo satisfazer esse dever, hei de cumpri-lo, hei de dizer a verdade toda inteira. Hei de dar o seu a seu dono – que muita gente anda já vestida com roupas alheias.

Disse que só eu estava vivo dos homens da Independência, e não desdigo, porque não admito nesse nº senão aqueles que tiveram o pensamento originário da independência e deram os primeiros passos para ela. O sr. José Clemente não está nesse caso posto prestasse alguns serviços a essa causa. Os mais, como um Gama, que não descobriu senão as incógnitas das poucas vergonhas, e foi por isso feito visconde, nem merecem que a respeito deles se escrevam duas palavras.

Regresso agora dessas regiões, e vou falar do lugar em que me acho.

Suas Majestades foram para Cintra a 3 do corrente. E fizeram bem, que o calor, a poeira, e o cheiro de Lisboa já estão insuportáveis. Nesta civilizada corte européia ainda se lançam pelas janelas as imundices. Das 9 horas da noite em diante, no verão sobretudo é Lisboa a cloaca magna deste mundo. A 4 foram os anos da sra. infanta d. Isabel Maria. Fui eu cumprimentá-la ao Ramalhão aonde ela se acha. À tarde fui ver Suas Majestades a Cintra. El-rei disse-me que havia escrito uma longa carta a S. M. o Imperador. Logo que possa desembaraçar-me do muito que tenho a fazer irei também gozar do fresco de Cintra. Não falta que fazer nesta legação, e falta nela quem saiba trabalhar. Tem boa gente, mas quem trabalhe não tem se não um, e este não vence ordenado. Eu já pedi que me mandem o Gondin para secretário, que para ser secretário, ministro e adido ao mesmo tempo já não posso. O Gondin é uma especialidade para esta legação, e para os Estados Unidos, aonde ele se acha todos servem. O lugar de secretário está vago. Peço o teu apoio para que me mandem o Gondin.

A subscrição, em que falei em uma das minhas precedentes, estava aberta em favor do duque de Saldanha, foi fechada ficando este com o donativo de 400 mil réis mensais, que ela produz. Um súdito brasileiro de Pernambuco, Ângelo de tal Carneiro encarregou-se de pagar ao duque o soldo de marechal em dia, e recebe os recibos para haver depois do Tesouro. O Tesouro paga cada mês de 45 em 45 dias; andam por isso os servidores do Estado muito atrasados nos seus vencimentos, e este atraso vai sempre

crescendo. O soldo de marechal do Exército é de 200\$ réis mensais. Descontam-se atualmente 25 por cento de impostos. O duque, já eu o disse, merece que com ele haja estas contemplações, porque se não fora ele já uma revolução teria arreventado neste país. Para mim, quem impede uma revolução é um benemérito.

Os americanos do norte tinham reclamações sobre este governo. Umhas eram boas, outras eram más. Este governo, na forma de seu costume, tratou o negócio como se todas fossem más, paliou, negou, procrastinou e nunca decidiu. Os americanos mandaram duas fragatas, o *Mississipi* a vapor, e a *Independência* à vela, apurar as reclamações de seu encarregado de Negócios. Este dirigiu uma nota pedindo o pagamento integral ou os seus passaportes se em dentro de 20 dias não fosse atendido. Amanhã vence-se o prazo. A resposta ficou hoje feita. O governo português reconhece as reclamações, menos uma que rejeita. É a do corsário americano queimado pelos ingleses em 1814 nas águas de Fayal. Sobre esta reclama o arbítrio do governo de qualquer nação, que for do agrado dos Estados Unidos. Veremos como procede o encarregado americano depois de haver recebido esta resposta. Ele já disse verbalmente ao conde de Tojal, que não estava autorizado a dememorar as reclamações.

Este governo tem feito o ridículo de mandar armar as fortalezas. Nem contra estas duas fragatas tem ele meio de resistência, quanto mais contra a influência moral de uma grande nação marítima.

O papel adverte que é preciso acabar, e eu o faço pedindo-te de beijares por mim a mão ao nosso augusto soberano e amo.

Adeus, meu Jobim, recebe um abraço de teu

Velho amigo,
Drummond.

(Doc. 5597)

Lisboa, 6 de agosto 1850.

Meu querido Jobim.

Recebi a estimada tua carta de 11 de maio, que agradeço.

Tenho feito toda diligência pela obra do dr. Rosa, sobre as febres de Pernambuco, impressa em 1695, e não é possível achar

nem um exemplar à venda, e nas bibliotecas só a acho na pública desta cidade. Este exemplar, que é talvez o único que existe, já se acha em meu poder e hoje mesmo principia-se a tirar dele uma cópia. As folhas que assim se forem prontificando irão sendo remetidas, e dentro de muito pouco tempo terá o meu amigo a obra inteira.

Já falei ao Conselho de Saúde sobre a necessidade de se escrever daqui alguma coisa sobre a homeopatia dessa. Prometeu fazê-lo: veremos.

Creio, meu amigo, que labora em erro quem julga o conde de Tomar vítima da corrompida nobreza portuguesa. O conde não é vítima de ninguém. As circunstâncias políticas, e os erros que ele tem cometido são as coisas que produziram os efeitos, que a respeito dele estamos vendo. Eu não posso ser juiz que o julgue, dou-me com ele, mas os fatos são que o julgam. O conde entrou para o ministério pobríssimo, sem sapatos, é hoje milionário. Pior do que isso ostenta essa riqueza. Em política sustenta-se pela corrupção. Compôs as câmaras, pela maior parte, de cães, que ladram e mordem a quem ele manda ladrar e morder em troco de um osso que dá a cada um para roer. A quem se recusa a isso tira-lhe o osso. Tem por isso muitos cães para ladrar e roer. Com câmaras tais faz tudo o que quer. Se fosse para o bem os fins justificariam os meios, mas não, não trata senão de haver dinheiro. Ao contrato de tabaco deu ele, e as câmaras acabam de sancionar, uma indenização, de que não há exemplo, de nada menos de 3.320:684\$391 a pretexto de se não ter verificado a anexação do contrato de pólvora, e de terem os contratadores sofrido muito nos seus interesses com a guerra civil de outubro de 1846 a julho de 1847. Isto se não faz sem dar motivo de levantar a voz pública contra si. Explicarei.

O contrato do tabaco, sabão e pólvora foi arrematado conjuntamente por doze anos em razão de 1:521 contos por ano. A pólvora era a primeira vez que entrava em contrato. A incorporação deste ramo ao contrato de tabaco e sabão não se verificou. Por esta causa indeniza-se agora o contrato da quantia acima de 3.320:684\$391, que repartida pelos doze anos vem a ser a indenização de 276:723\$699 anualmente. Ajustando-se a esta quantia outra de 120:500\$ porque andava arrematado em separado

397:223\$699

o contrato de sabão, vem a ficar o tabaco por 1.129:77\$301. Ora, o tabaco antes de ser dado aos amigos do conde andava arrematado por 1:300 contos. Fica agora aos contratadores atuais por 176:229\$699 menos, e estes ficam ainda com os lucros do sabão.

Iguais queixas levantam contra as estradas. O conde despendeu dois mil contos na feitura de vinte léguas de estrada. Estes fatos juntos ao da riqueza do conde depõem contra ele. Eis porque os inimigos crescem. Se a rainha, iludida, não o protegesse os próprios cães das câmaras já o teriam abandonado. O país está miserável. Talvez o conde tenha razão, os fatos nem sempre tem a mesma significação, o que é certo é que ele não é vítima de ninguém.

Suas Majestades estão em Cintra. O duque de Saldanha ali está igualmente. Lamento que o duque não vá ao paço. O conde de Tomar vai depois de amanhã para as Caldas, e depois para o seu castelo de Tomar. Não voltará antes de princípio de outubro. Não é verdade o que dizem os jornais, que Suas Majestades irão visitar o conde em Tomar. A rainha está grávida. Ela e toda a família real gozam saúde. A 20 do corrente vai para Mafra, e pelo meado de setembro regressará a esta. Disse-me o Elias, 1º médico da rainha, que S. M. precisava de banhos de mar, mas que ele não aconselhava de os tomar este ano, por que ela tinha nisso repugnância, não entrava na água do joelho para cima. A rainha é de um carácter tão firme que ninguém é capaz de a fazer mudar de resolução.

O comércio tem muito sofrido com as quarentenas. Alcancei agora, que ficassem isentas as embarcações que trouxessem carta de saúde limpa, e não houvesse comunicado com navio sabido de porto infestado, ou não trouxesse doente a bordo. Alcancei isto do Conselho de Saúde particularmente, que do governo nada poderia alcançar. O dr. Abrantes membro do Conselho de Saúde é o meu médico. Aqui o que se não faz por amizade é perdido.

Continuo sem secretário, e com um só adido, e este sem ordenado, capaz de trabalhar. Ultimamente mandaram-me um, que estava em Londres, Pinto Peixoto, de empréstimo. Foi uma caçoada. É um estróina. Pedi que me mandassem para secretário o Gondin, que está em Washington. É o que me convém. Se o não

mandarem fecho a loja: não posso mais trabalhar com a pena na mão 8 horas por dia.

Adeus, meu Jobim, beije por mim a mão ao nosso soberano, e recebe um abraço do

Teu
Drummond.

P. S.

Vou fazer um paralelo: O duque de Saldanha deu, como sabes a sua demissão de conselheiro de Estado. O conde de Tomar apressou-se em prover o lugar em outro. Deste modo fechou a porta do Conselho de Estado ao duque. Por ocasião da revolução do Minho o conde de Tomar e seu irmão foram demitidos de conselheiros de Estado. Essas demissões foram exigidas pela revolução triunfante. Mas o ministério cedendo a ela não proveu os lugares que ficaram vagos; e o duque de Saldanha achando-se depois à testa do ministério restituiu o conde de Tomar e seu irmão aos cargos de conselheiros de Estado de que tinham sido demitidos. E o que dizes a isto? Os novos conselheiros são visconde de Castro e Antônio José d'Ávila. O primeiro foi ministro com o duque, e o 2º seu protegido. Eis os homens.

(Doc. 5597)

Cintra, 16 de outubro de 1850.

Meu querido Jobim.

Tenho presente a estimada tua carta de 24 de julho p. p. cujo conteúdo agradeço.

Longe vá o teu agouro de termos de entrar em guerra com Rosas. Pois quando ele esteve afrontado com tantos inimigos poderosos o Brasil o poupou a ponto de cometer baixezas para o não desgostar, agora que ele um a um vai fazendo a paz com os seus inimigos é que o Brasil se lembra de lhe fazer a guerra? Sendo assim ou eu não entendo a política dos nossos homens de Estado ou ela é tão robusta que poupa o inimigo enquanto inimigo está fraco, para o ir atacar quando ele aumenta as suas forças. São coisas incompreensivas, para mim ao menos, e por isso mudo de assunto.

Muito e sinceramente estimarei que alcances a candidatura senatorial pelo província do Espírito Santo. Da minha parte ainda confio nos homens, mas em ministros de Estado não confio nada. Toma sentido.

Quanto às informações que pedes sobre o legado deixado pelo imperador d. Pedro, de gloriosa memória ao menor Pedro de Alcântara Brasileiro preciso ir a Lisboa para poder dá-las com acerto. Brevemente o farei. Hoje pouco me lembra disso posto tivesse sido membro do Conselho de Família nesse inventário. Creio que a imperatriz deliberou alguma coisa a esse respeito, e foi em virtude dessa deliberação que se não entregou ainda o legado. Direi depois com certeza.

O casamento de Narcisa foi feito com consentimento meu. Esta menina é realmente minha filha, e como tal há muito tempo que se acha reconhecida legalmente com carta de legitimação assinada pelo imperador, não admira tenha comigo alguma parecença. Mas a respeito da outra menina, de que também falas, a filha do Mariano, a que nasceu em Lisboa, não tenho a mesma pretensão a menos que se me não conceda as faculdades do Espírito Santo. Quando cheguei a Lisboa em 1838 já essa menina tinha mais de um ano de idade. Agora parece comigo! *Voilà comme on écrit l'histoire*. A mãe pariu 24 horas depois da minha chegada um menino, de que fui padrinho, e que faleceu poucos dias depois do nascimento. Desse parto agravaram-se os males que a mãe já sofria, não pode restabelecer-se, faleceu 15 meses depois, que todos eles foram de uma quase agonia para ela. O que fica exposto são fatos. O que se disse foram calúnias...

Tenho respondido aos tópicos da tua carta. Agora direi, quanto ao que se pode esperar em grande de acontecimentos na Europa, que a carta inclusa falará mais alto do que eu. É ela de Jerônimo Bonaparte. O Império há de nascer ainda este ano; a 10 de dezembro talvez. É o Império o caminho da restauração? Deus o traga o quanto antes. E pois que esta carta de Jerônimo explica mais que cem despachos diplomáticos a situação da França eu ta l'envio para que a mostres ao imperador, e me devolvas pela primeira ocasião.

Deste país não há nada de bom a referir. As misérias públicas, e as riquezas do conde de Tomar contrastam. Faleceu o duque de Palmela a 12 do corrente. O barão de Ourem, porque

se mostrava desafeto ao conde de Tomar, e é homem de meios e resolução, foi despachado governador geral da Índia. Seu genro secretário; e seus três filhos ajudantes-de-ordens; e todos partem com um posto de acesso. Este conde quando não pode destruir os seus inimigos, faz destas para se ver livre deles. Em dinheiro somente custa este despacho, porque todos vão por Alexandria uns 12 contos de despesa extraordinária.

Beija por mim a mão ao imperador, e tem saúde e felicidades como merece lhe

deseja
Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5766)

Lisboa, 13 de março de 1851.

Meu querido Jobim.

Acabo de receber as estimadas tuas cartas de 16, e 30 de janeiro próximo passado. Agradeço as boas notícias que mandas da família imperial, e peço que beijes a mão do imperador da minha parte.

Pelo que nas tuas ditas cartas me diz respeito pessoalmente, devo dizer, em resposta à conversa que teve contigo o amigo cônego Geraldo, que eu nunca desejei, não quero, nem aceito emprego senão vago por morte, transferência, ou promoção de quem o servia. É nesta hipótese que o amigo cônego Geraldo falou na pretensão de ser eu transferido para Paris. Em nem uma outra podia ele falar, até porque sou amigo do Amaral, foi meu secretário, e desejo-lhe todo o bem. O cônego faltou pois para o caso de achar-se o lugar vago. Sendo ele da 2ª ordem, e achando-se atualmente ocupado por um ministro da 3ª com razão o supunha vago. Que se eleve o Amaral à 2ª ordem estimarei muito, e o moço, é digno disso.

Com a resolução que tomei de casar com uma linda e virtuosa brasileira o que me convém agora é continuar a ficar nesta legação, e não mudar para nenhuma outra. Para o conseguir imploro o auxílio da tua amizade, tanto mais necessária nesta ocasião, que por aqui se diz, vindo de lá, que há projeto de me reformarem.

Não sei até que ponto seja isto verdade, o que sei é que eu estou tão certo da justiça do imperador que me persuado que ele não há de consentir nisso. E o que fiz eu para ser reformado? Se o ter servido com honra e inteligência é um título para ser posto fora do serviço neste caso tão somente é que a minha reforma deixava de ser uma injustiça.

Disse-te ao cônego Geraldo que o melhor era eu recolher-me a essa corte, para ser aproveitado nela. De que utilidade pode ser nela um homem que está ausente há 28 anos, e que neste espaço de tempo uma transformação geral se tem operado na organização administrativa do país, cujas raízes ele ignora e não conhece os homens que essa transformação operaram? Seria inutilizar-me. Estou velho para principiar.

O que aconteceria a mim se voltasse é pouco mais o que há de acontecer a quem vier me suceder: tem muito que aprender.

Nestes termos a minha conservação nesta corte, aonde tenho a fortuna de ser estimado e respeitado de todos é o que me convém. Eu te peço pois que trabalhes neste sentido; e que ponhas aos pés do imperador esta minha súplica. Confio na justiça do imperador. Não: Sua Majestade não há de consentir que se desatenda a um seu antigo servidor, ao único homem que ainda resta dos que tomaram a maior parte na Independência do Brasil! Confio tão bem nos teus bons ofícios.

Se é vaidade, talvez que a possa ter; meu nome e a minha pessoa são conhecidos na Europa, aos olhos dela a minha reforma não honrava nem ao país, nem ao governo que a decretasse.

Todavia, se temos no baralho das nossas cartas figuras tão dignas que pelo seu valor obrigue ao descarte desta que até agora tem ganho a partida, neste caso, que se descartem de mim, que me lancem ao mar.

É pouca vergonha que eu ocupe três páginas em falar da minha humilde pessoa, somente para parar um golpe que ouvi dizer querem descarregar sobre a minha inocente cabeça! Não falarei mais. Porém, se o muito que ainda tenho de escrever do governo (do governo, que me quer pôr de parte) me permitirei de escrever ainda outra carta. Concluo hoje com um abraço de amizade

Teu do c.,
Drummond.

(Doc. 5766)

Lisboa, 14 de março de 1851.

Meu querido Jobim.

A minha carta de ontem tratou apenas de mim, foi uma carta perdida, que eu não valho o papel em que foi escrita, mas isso não admira, que trago a pulga atrás da orelha. Hoje é para outro assunto, e principio pelo meio circulante do Império.

Parece-me que a ocasião é própria para nos irmos desfazendo do papel-moeda. A abundância de metais é extraordinária. A causa é sabida de todos. Cumpre aproveitar o ensejo.

Segundo os meus cálculos, têm ido ultimamente da Europa para o Império 500 mil libras esterlinas em metais preciosos. O vapor chegado dessa há quatro dias trouxe ordens para remessa de dinheiro metálico por grandes somas. Em letras sobre esta praça vieram 20 mil libras para comprar prata.

À vista disto, e porque estas ocasiões favoráveis nem sempre durão, persuado-me que o Brasil devia já suprimir o seu papel-moeda em circulação de menos de dois mil réis, trocando por outro de maior valor.

E criar um imposto de dez por cento adicionais sobre os direitos das alfândegas com aplicação à amortização do papel-moeda. Esta amortização deve ser feita por séries, para que possa haver maior certeza na extinção de cada série, sobre o que nela houve de falsificação, a fim de se não pagar mais do que se emitiu.

À proporção que for correndo essa amortização ir-se-á aumentando a quantidade do numerário no pagamento dos impostos, de modo que em um certo e determinado prazo não seja mais o papel moeda, moeda legal. Uma lei regulará isso.

Creio ser esta a medida essencialmente salvadora do Brasil. Atrevo-me a dizer, que se não for aproveitada esta favorável ocasião para pôr em prática, nem outra virá tão cedo, nem o Brasil escapa de uma bancarrota medonha.

Os falsificadores da nossa moeda-papel trabalham e cogitam todos os meios de emendar o Brasil dela, e isto junto ao abuso que vem da facilidade de fazer moeda de trapos, abuso que todos os governos de todos os países aonde semelhante flagelo tem existido, tem praticado, há de forçosamente acabar por uma bancarrota medonha.

Eu tenho feito aqui o incrível quase para evitar a continuação deste fabrico para o Brasil, e punir os criminosos. Alguma coisa tenho alcançado e se não fora os desgostos que por isso tenho sofrido, vindos eles donde me não devia vir senão elogios, contente estaria com o que é feito. Eu não tenho quem me coadjuve nestes negócios que precisam de agentes, porque os nossos consulares com isso não se importam, que se os tivesse mais se teria ainda feito.

A respeito de agentes consulares o nosso governo tem uma política que tem a seu favor o ser singular.

Se na tua posição parlamentar e privada poder fazer alguma coisa neste sentido em favor do nosso Brasil não percas tempo que ele o merece.

O rei manda nesta ocasião a S. M. o Imperador a medida dele; e eu fico curioso para saber qual dos dois é mais alto. Prepara também para mandar uma coleção de clássicos portugueses, que o imperador deseja ter. El-rei mostrou-me há poucos dias a coleção, que já está em oitenta e tantos volumes. Não sei se poderão ficar prontas as pinturas, que o imperador deseja ter, e pedir a el-rei.

Cabe aqui dizer que o secretário, ou quem quer que é que cuida do gabinete do imperador é pouco zeloso na escolha do papel, e dos sobrescritos que fornece para uso de S. M. Tu deves dizer-lhe que ponha ali melhor papel sobrescritos de igual qualidade. Não é o imperador que deve lembrar isto que compete a nós que temos a ventura de o servir. Que ponha também uma pasta de papel mata-borrão para sobre ela escrever o imperador. Eu vejo quando el-rei abre uma carta do imperador cair dela areia.

Não digas que isto são impertinências de velho, não; o que sai das mãos do imperador deve ser perfeito como ele é!

Aqui não há nada de novo. A Câmara dos Deputados declarou que lhe não competia tomar conhecimento do arrendamento do Alfeite. O conde de Tomar tem pois de gozar por 100 anos os frutos desta grande propriedade se o deixarem bem entendido.

Tem tu saúde e felicidade como mereces e te deseja

Teu amigo do c.,
Drummond.

(Doc. 5766)

Lisboa, 13 de agosto 1851.

Meu querido Jobim.

Pelo último paquete não recebi carta tua. Como sei que não foi isso por falta de saúde é menor a pena. Espero ser lembrado pelo próximo paquete, e que por ele me mandes o despacho prometido para minha mulher. Temos aqui muitos dias de grande gala e a despesa é muita com os vestidos de corte. O uniforme de dama economiza toda essa despesa.

Os negócios aqui vão paliando: saiu o Franzini de ministro da Fazenda, e entrou o Ferrão. A troca foi fatal. Franzini é um homem de bem, e Ferrão carece dessa reputação. Franzini queria administrar com economia, remediando o presente sem gravar o futuro. Isto não queria o quartel-general. O quartel-general é quem governa. Veio o Ferrão, que é genro do comissário em chefe do Exército. Sogro e genro são criaturas do quartel-general. Dizem que o genro liquidará as contas do sogro que anda alcançado em trezentos contos. Se não foi tanto há de fazer menos mas da mesma natureza.

O Ferrão apenas entrou no ministério criou 800 contos de bilhetes do Tesouro admissíveis no pagamento dos direitos da alfândega. Isto nada mais é que uma antecipação das rendas do Estado. Atrás destes virão outros e outros até se desacreditar esta indústria e valer pouco estes bilhetes no mercado. Outra indústria da mesma natureza será descoberta até não poder mais, e manifestar-se a bancarrota.

Pelo que tenho observado parece-me ser esse o desejo de muita gente. Que se trabalha para se fazer impossível a nacionalidade portuguesa, para mais facilmente entregarem o país à Espanha, é uma suposição aliás não tem explicação as asneiras que todos fazem. O que é certo é que o partido da união com a Espanha cresce sempre. El-rei com a sua bondade natural não vê as coisas pelo mesmo prisma que eu vejo, e daí vem o contentamento em que anda, e quer passar aos outros. Eu já tomei a liberdade de lhe dizer: não louvarei o capitão que diga não cuidei. Da minha parte estou sempre desconfiado do futuro, e desta minha desconfiança a rainha tem tirado bom proveito.

As câmaras não se reunirão senão a 15 de dezembro. Principiará então uma nova e perigosa crise. As câmaras são constituintes quer queiram quer não queiram, por que tem de reformar a Carta a seu arbítrio. A reforma da Carta foi proclamada por um general no teatro, e nos quartéis pelos soldados embriagados. É em consequência de semelhante funesta e criminosa proclamação que as câmaras vão reformar a Carta não se sabe em que artigo ou artigos. Isto dito basta para podermos julgar do perigo iminente que a reunião de semelhantes. Câmaras ameaçam. Eu continuo a prestar bons serviços à rainha, o que ela reconhece, não obstante as misérias da nossa gente que vão a tirar-me fora de tempo, o prestígio e a influência que exerço nesta terra. Sim, meu querido Jobim, não há aqui taberneiro que não tenha recebido carta de outro dessa sobre o projeto do sr. Paulino de me tirar daqui e reformar. Matar um homem é uma crueldade, mas pô-lo em agonia meses antes de o matar é crueldade que não tem nome pelo seu refinamento: apesar disso ainda não perdi de todo a influência ainda tenho forças para perseguir os falsos moedeiros do Brasil, e para servir a rainha contra os revolucionários energúmenos anarquistas.

Saldanha foi já restituído aos empregos de 1º ajudante de el-rei e de mordomo-mor. Está a pátria salva. Toca o hino.

Nas inclusas duas folhas do *Diário do Governo*, acha-se publicado um discurso teu no Senado.

Estimei que aparecesse no *Diário do Governo*, e não em outro jornal. A este respeito vi com pena que daí mandarão publicar um discurso do Pereira da Silva na *Revolução de Setembro*. Um discurso em defesa do governo do Brasil publicado em um jornal revolucionário que proclama a abdicação da rainha! O infame jornal, publicando o tal discurso declarou que o não aprovavas e por isso, e para lhe tirar o interesse retalhou-o em pedacinhos, não obstante levar dinheiro pela publicação.

Agora vou pedir-te de beijar por mim a mão ao imperador.

Adeus, meu querido Jobim, tem saúde e felicidade como mereces e te deseje

Teu amigo do c.,
Drummond.

P. S. A homeopatia principia a lavrar nesta terra. Está aqui um dr. dela de nome Proença vindo daí. E já em Mafra e em Cintra outros drs. vão impingindo globos.

(Doc. 5766)

Lisboa, 13 de outubro 1851.

Meu querido Jobim.

Beija por mim a mão a Sua Majestade o Imperador.

Recebi e agradeço a estimada tua carta de 12 do mês passado, vinda pelo vapor *Tay*; que chegou a este porto a 10 do corrente. Veio por ele o deputado Pereira da Silva, de quem tu falas na dita tua carta. No dia seguinte jantou nesta tua casa, e a tarde eu o levei a Caxias para beijar a mão à imperatriz, e cumprimentar a el-rei naquela mesma noite no Paço das Necessidades. Eu havia prevenido e pedido licença para isso na véspera a S. M., que me lá concedeu com a promessa de distinguir o meu apresentado. E assim aconteceu, que o apresentado ficou satisfeito com o real recebimento. El-rei me honra tanto que até permite que eu faça essas apresentações sem intervenção de seus ministros como é costume.

O sr. Pereira da Silva quer partir para Londres pelo paquete de 19. Ontem foi com o visconde de Almeida à feira do Campo Grande, enquanto que eu fiquei todo o dia, posto fosse domingo, a escrever de ofício para essa. Hoje pouco tempo tenho para escrever aos amigos, que o paquete quer largar hoje mesmo.

Procurarei todos os meios de fazer ao sr. Pereira da Silva mais agradável a sua estada nesta corte.

Se tivesse mais tempo, mais largamente escreveria, agora agradecido pela boa notícia que me dás na dita tua carta, dizendo que o imperador é meu amigo. Nem uma outra notícia me poderia agradar tanto. Nem quero outra honra para mim. Aconteça o que acontecer, uma vez que não tenho a desgraça de incorrer no desagrado do imperador não me importa nada. Toda minha vida tenho trabalhado para ser digno da imperial confiança.

A respeito do despacho de minha mulher refiro-me ao que disse na minha anterior. Suspiro por ele. Custa tão caro os vestidos de corte que são precisos mudar a cada beija-mão...

A rainha teve um aborto de três meses no dia 4. Já está restabelecida. Dizem os drs. que foi uma felicidade, que se chegasse a termo poderia por em perigo a vida de Sua Majestade. São eles de opinião que a rainha não terá mais que abortos, e que um parto perfeito lhe poria a vida em grande risco.

A princesa Amélia está doente com febres intermitentes. Ontem dei disso parte oficial ao nosso governo. Hoje porém acabo de saber pelo secretário, que mandei a Caxias saber da saúde de S. A., que a febre tem tomado outro caráter menos benigno. Estou assustado com isso, mas não digo mais nada do ofício para não assustar o imperador. Depois de jantar irei eu mesmo a Caxias. Se houver alguma novidade, e poder ainda alcançar o paquete escreverei o que souber: A imperatriz está tão aflita que mete dó.

As coisas políticas nesta terra vão indo sofrivelmente. Estão muito distantes dos dias aziagos de abril e maio. Ao menos não se fala em roubos dos ministros como antigamente era o pão diário. As eleições não prometem ser más, e melhor seriam se não fossem as intrigas cabralistas.

A estes se deverá talvez a entrada de maior número de setembristas na Câmara. Na escolha entre os extremos o ministério opta pelo setembrismo moderado. Eis porque os Cabrais levam os setembristas à Câmara. El-rei disse-me uma vez, que era preciso que morressem todos os Cabrais e todos os duques para que houvesse sossego no país. Não vai longe da razão.

Mas eu não me fio em eleições; só depois delas feitas é que as posso julgar. Apelo para então. Desejo que sejam boas para não haver necessidade de dissolver a Câmara.

Adeus, meu bom amigo
Teu do c.,
Drummond.

(Doc. 5766)

Lisboa, 14 de outubro de 1851.

Meu querido Jobim.

O paquete que se esperava chegasse ontem pela manhã, e seguisse imediatamente viagem para essa, chegou hoje e parte já. Tenho tempo para escrever estas duas linhas, e para dizer-te que a princesa Amélia vai melhor. Ontem passei a maior parte do dia em Caxias menos pela moléstia da princesa, que pelo estado inconsolável em que se acha a imperatriz.

A moléstia da princesa é diversa da que se supôs ao princípio: não é febre intermitente, tem relação ao incômodo mensal.

Ontem sofreu S. A. alguns espasmos, depois deles appareceu-lhe o menstro, e cessou a febre. Viu-se então que estava muito fraca. Espero em Deus passe o mal em poucos dias.

Beija a mão ao imperador da minha parte.

Adeus
teu do c.,
Drummond.

P. S. às 11 horas da manhã.

Chega agora o adido Serra Gomes, de Caxias, aonde o mandei esta manhã saber como havia S. A. passado a noite, e traz boas notícias.

Teve uma noite mais sossegada do que a anterior. Caminha para o restabelecimento.

Fico ansioso pelas melhoras que permitam regressar S. M. para Lisboa, o palácio de Caxias não tem cômodos, e está longe de duas léguas, de má estrada.

(Doc. 5833)

Lisboa, 13 de janeiro de 1852.

Beija por mim a mão a Sua Majestade o Imperador.

Meu querido Jobim, eu desejava muito fazê-lo pessoalmente. Os meus sentimentos, o meu submisso devotamento, a minha gratidão, o meu dever enfim assim me aconselham e exigem. Mas para isso é preciso obter do mesmo augusto senhor uma licença para eu poder ir ao Rio de Janeiro, quando ele assim o determinar. Eu desejo isto ardentemente. A ti, meu bom amigo, encarrego este negócio. Poder beijar a mão ao imperador, e pôr-me humildemente aos seus pés; é quanto desejo e peço. A ocasião esta é o mesmo augusto senhor que a há de determinar de modo que por mim não sofra o seu serviço a meu cargo.

O tempo foge. Adeus,
teu do c.,
Drummond.

(Doc. 5833)

Lisboa, 13 de janeiro de 1852.

Meu querido Jobim.

Estou sem carta tua. Por este paquete não quiseste escrever ao teu velho amigo? Motivo? Não uso de represália, escrevo sempre para dizer que desejo que tenha neste presente ano bissexto de seis eclipses todas as venturas deste mundo, e que continues a ser meu amigo.

As notícias que recebo dessa são todas ótimas. Por este vapor chegaram alguns patrícios, que continuarão a viagem ficando nesta os novos E. de N. para Madri, e Haia. Este último aqui me fica o inverno, e como é rato de biblioteca há de dar-se bem comigo.

As desta terra são sem importância. As coisas vão tomando um caminho regular mas não próspero. Contribui para isso o *coup d'état* do Luisinho da França. Os anarquistas ficaram derrotados. O rapaz mostrou-se digno do grande nome, salvou a França, e a Europa por alguns anos ao menos do furor dos socialistas, comunistas e kossouts. Deus queira, que ele seja como o carrasco, que não trabalha para si. O *coup* foi extraordinário, e prova que um presidente pode mais do que um rei, e sabes tu porque? Porque este tem a moral como limite de suas ações, e aquele não...

As cortes portuguesas estão há um mês abertas e ainda se não constituíram! Se fizessem esta gente trabalhar grátis andaria mais depressa. A fala do trono da abertura vai impressa no *Diário do Governo*. Em separado vai adjunta a fala com que a rainha deveria ter aberto as cortes, diz um jornal miguelista. O ridículo faz fortuna nesta terra. Se todos pensassem no presente e esquecessem o passado, menos mal iriam as coisas.

Na casa real vai tudo em polvorosa. Mas para entenderes bem o que vou dizer é preciso que saibas, que a casa real é governada pelos dois homens mais desgovernados da monarquia: estribeiro-mor duque da Terceira, vedor d. Manoel de Portugal. A rainha que paga tão bem a esta gente, e é tão mal servida! Vamos ao caso. Nos primeiros dias do ano disse S. M. a d. Ma-

noel, que tendo recebido muitas cartas anônimas sobre o mau governo de sua casa nomeara Franzini para examinar o estado dela. D. Manoel depois de ouvir o recado subiu à vedoria, e achou já Franzini a examinar livros. Voltou, procurou a rainha, e dando-se por ofendido pediu a sua demissão. S. M. respondeu-lhe mui graciosamente: pense d. Manoel no que faz. E o homem pensou bem que desamou e vai vivendo: e Franzini vai examinando os livros da vedoria.

Estou que não achará melgueira, que bem tolos seriam eles se a deixassem visível, mas é certo que d. Manoel, posto seja honrado, é incapaz pelo seu caráter desregulado de administrar a casa real. Não entende nada disso, nem mesmo a escrituração, que consentiu fazer dos róis da cozinha em partidas dobradas! A despesa cresce. Mas a rainha é tão boa e tão generosa, que por fim de contas há de ficar tudo em nada. Todavia a casa real podia governar-se de outra forma sem gastar tanto, se à testa deste serviço estivessem homens mais habilitados para ele. O sr. d. Pedro I não queria que aqueles oficiais mores tivessem ingerência alguma no regime interno de sua casa, teve aqui um intendente para esse fim que lhe dava contas diretamente. Depois da morte do imperador é que as coisas voltaram ao antigo uso, e se criou um contador, e se estabeleceu uma escrituração por partidas dobradas, com o fim talvez de não poderem ser essas contas examinadas por quem compete, e por quem elas interessam.

Sobre a minha pretensão, a favor de minha mulher, repito o que já disse em outra: se vires que não é da vontade do imperador não fales mais nisso. Apesar do muito que me convinha não quero nada que não seja de sua imperial vontade e aprovação. Se porém, não vier senão da má vontade dos ministros, neste caso peço que continues a suplicar ao imperador a concessão dessa mercê.

Adeus, meu querido Jobim, o vapor chegou tão tarde desta vez, que me não dá tempo para nada. Anteontem somente é que chegou. O dia em que ele chega é todo empregado em ir levar cartas nos Paços das Necessidades e das Janelas Verdes, e em ler a correspondência. Até breve.

Teu do c.,
Drummond.

(Doc. 5833)

Lisboa, 13 de maio 1852.

Beija por mim a mão ao imperador nosso soberano e amo.

Meu querido Jobim.

Pelo *Severn*, chegado dessa a 9 do corrente, não recebi carta tua. Espero não seja por falta de saúde.

O *Severn* perdeu cinco passageiros, um vindo do Rio, poucos dias depois da partida e quatro marinheiros naufragados, que recebeu em Cabo Verde. Para que se recebesse aqui a mala, e desembarcasse os passageiros para o lazareto foi necessário que eu interviesse officiosamente com o ministro do Reino. O Conselho de Saúde anda tão desorientado com o que tem escrito um jornal sobre a febre amarela no Brasil, que não queria receber nem malas nem passageiros. Tomara já ver acabadas e para sempre, essas febres.

Com as câmaras fechadas e a corte em viagem estamos aqui em grande insipidez e carência de acontecimentos. O que mais interessa são os pormenores da jornada dos augustos viajantes, sobre a qual nada direi para não repetir o que está impresso nos jornais. Nos jornais que mando – a *Imprensa* – acharás tudo isso, e lamenta comigo as asneiras, que o tonto do Saldanha tem posto na boca da rainha. Asneiras! não só asneiras, são inconveniências, que se tem feito a rainha repetir em resposta aos discursos que todo bicho careta lhe vai fazendo pelo caminho. Destas respostas citarei uma de preferência. É a que deu a Câmara Municipal do Porto. A resposta que se chama aqui – da Menina. Vai marcado o jornal em que foi publicada.

O Saldanha tem consigo um sobrinho muito tolo com fumos de avisado, a quem ele encarregou da redação de tais respostas. O ministro do Reino está tão zangado com isso, que proibiu que tais respostas fossem impressas no *Diário do Governo*.

A respeito do incêndio que houve em Barcelos, na casa em que os augustos viajantes estavam hospedados, não há nada mais do que o que conta a – *Imprensa* – se não que o dono dela é miguelista.

Os passageiros que vieram do Brasil, e estão nos lazaretos desesperam com aquela habitação e julgando que eu posso tirá-los dela escrevem-me cartas para isso. Já respondi ao dr. Miguel Maria Lisboa, que não era isso possível, para ele, nem para o sr. Carvalho Moreira, em nome de quem falara também. Não acreditaram e este último dirigiu-se ao visconde de Almeida para alcançar a saída dele do lazareto. Pareceu-me criançaçada, e criançaçada, que o protetor viesse pedir-me minha proteção para uma coisa, que não é possível alcançar. Nestes casos os regulamentos sanitários não se alteram em favor de ninguém, nem mesmo dos soberanos.

Adeus, meu querido Jobim, tem saúde e felicidade como mereces e te deseja

Teu amigo do c.,

Drummond.

(Doc. 5833)

Lisboa, 13 de julho 1852.

Beija por mim a mão a S. M. o Imperador.

Meu querido Jobim.

Recebi e agradeço a estimada tua carta de 13 do mês passado.

Estou ainda tão moralmente incomodado que pouco poderei escrever por esta ocasião. Estivemos a ponto de perder a S. A. a princesa Amélia. S. A. foi sacramentada no dia 2 do presente mês. Hoje está muito melhor, livre de perigo, quanto ao ataque que sofreu no mencionado dia 2, mas quanto a moléstia em si as melhoras são nulas. A moléstia está qualificada de tísica pulmonar no 1º grau. Nos jornais que remeto acharás os respectivos boletins. O Barral é o principal assistente. Remeto também inclusas duas *Folhas da Justiça* aonde o dr. Lima Leitão

publicou dois artigos sobre a moléstia da princesa. À vista dos boletins e dos artigos poderás tu julgar melhor do estado da augusta enferma.

O Barral quer que a princesa vá para a ilha da Madeira. Esta opinião foi aprovada pela junta de 7 doutores, que consultarão a esse respeito. E S. M. a Imperatriz está resolvida a partir para aquela ilha logo que a princesa puder suportar a viagem.

Espero em Deus que a vida da princesa será salva, mas enquanto não vejo isto seguro não posso tranqüilizar o meu espírito. Meu bom amigo, a morte da princesa seria a morte da imperatriz, S. M. não sobreviveria à sua augusta filha. Espero, repito em Deus, que não havemos de passar por esse duplicado golpe. A princesa não é uma criatura humana, é um anjo de inocência e de bondade. Recebeu a notícia do perigo em que se achava com uma placidez admirável. Confessou-se e sacramentou-se com a mesma placidez. Quis despedir-se de todos os seus criados, e o fez com a mesma placidez. Parecia que não tinha idéia da morte. Lamentava somente que sua augusta mãe não pudesse resistir à tamanha perda. Depois disse que era cruel morrer antes de ter visto a todos os seus irmãos; que ainda não tinha visto a S. M. o Imperador, e S. A. a princesa Januária repetiu ao médico: hei de morrer antes de ver o mano Pedro e a mana Januária? S. M. a Imperatriz está tão desfeita e acabada que mete compaixão. Não o estaria mais se lhe tivessem passado vinte anos pela idade.

Suas Majestades fidelíssimas logo que tiveram notícia do estado em que se achava a princesa apresentaram-se em Benfica, ainda a tempo de se administrar o sacramento. Tem continuado a ir ali. S. A. a infanta d. Isabel Maria veio logo de Cintra aonde se achava. Eu meu caro amigo faço o que devo, e o que o coração me pede. Às 7 horas da manhã mando um criado; ao meio-dia mando o secretário; e às 5 da tarde vou eu. Isto agora, que nos primeiros dias estava lá sempre. Deste modo estou quase que sem interrupção recebendo notícias da augusta enferma.

Nesta capital o interesse pelo restabelecimento da princesa é geral. Pessoas de todas as classes e de todos os partidos vão a Benfica, e ao Palácio das Janelas Verdes diariamente informarem-se da saúde da princesa. A esta legação vem diariamente mais de 100 pessoas... para as quais tenho sempre exposto o

boletim do dia, que o Barral me manda pela manhã. Os drs. Barral e Teixeira ainda não deixaram Benfica desde o dia 2 ficam dia e noite no palácio. Nada falta pois, e espero que nem a proteção divina para salvar uma vida tão preciosa. Em todas as igrejas se fazem preces. Lembro que se mande fazer o mesmo nas igrejas dessa corte.

Vai incluso o boletim de hoje, que há de ser impresso amanhã.

Quase que não tenho força para escrever sobre outros assuntos, direi todavia que a continuação da febre amarela nessa capital, ainda no mês de junho é assustador. Uma moléstia importada não deverá permanecer tanto tempo se as precauções devidas tivessem sido tomadas a tempo. Estou invadindo os teus domínios, paro na fronteira deles pedindo que empregues os teus desvelos e a autoridade do teu saber, para levar o governo a adotar o que for necessário para extirpar de uma vez esse mal.

A intriga é outra moléstia tanto ou pior do que a febre amarela. Contra ela o melhor remédio é um bom pau nas costas dos intrigantes, mas este remédio nem tu nem eu estamos no caso de saber aplicar. Como não posso aplicar esse remédio peço uma coisa, e é, que a meu respeito não se me oculte nada, porque eu estou no caso de poder pulverizar os meus caluniadores sejam eles quais forem, porque a minha vida é pura graças a Deus, em todos os sentidos. Quando o imperador tiver alguma dúvida a meu respeito tem aonde buscar na sua altura informações exatas.

À S. M. a Imperatriz viúva, e a Suas Majestades fidelíssimas se pode dirigir. A estes curvo a cabeça. Fora deles é de justiça que seja ouvido. 43 anos de serviço e fidelidade merecem esta contemplação.

Vamos aqui indo sofrivelmente em política. Vamos mal em administração. Já temos um ato adicional sancionado felizmente pelo soberano. Foi isto um triunfo. O espírito vertiginoso morre. O amor pelo soberano cresce. O país ganha. Oxalá não venha da França algum aguaceiro intempestivo! Salve

Adeus. Amigo do c.,

Drummond.

Cópia

BOLETIM

Sua Alteza Imperial a princesa d. Maria Amélia passou o dia de ontem bem achando-se muito mais vigorosa; de tarde deu um passeio de cadeirinha na Quinta o que fez sem cansaço antes com prazer; dormiu bem de noite, e hoje acha-se também como ontem. A tosse e os incômodos de garganta apesar de terem diminuído muito não estão contudo completamente desvanecidos. Palácio em Calhariz de Benfca 13 de julho de 1852. Assinado. – *Dr. Barral.* – *Manoel Carlos Teixeira.*

(Doc. 5943)

Beija por mim a mão a S. M. o Imperador nosso augusto soberano e amo.

Paris, 6 de fevereiro de 1854.

Meu querido Jobim.

A tua carta de 15 de dezembro do ano passado foi recebida com a costumada satisfação a 17 do mês findo.

Agradeço tanto mais o seu conteúdo, no que é relativo a mim, que estou persuadido de não haver nele a menor discrepância da verdade. Antes de o saber já estava persuadido que assim devia acontecer.

Se ainda não regressei a essa corte não é por falta de vontade, duas filhas uma a desmamar, e outra apenas nascida são quem me tem disso privado até agora. Chega porém o tempo de realizar esta desejada viagem. Conto partir daqui no corrente de janeiro digo de abril próximo com escala por Lisboa, onde me demorarei o tempo tão-somente necessário para dissolver a minha casa e arrecadar os meus papéis.

Esta resolução de voltar a Lisboa destituído de todo caráter oficial, negando-se-me até o direito de ser o portador das recredenciais que dão por acabada uma missão que exerci com honra e dignidade por mais de quinze anos, é um sacrifício que faço à salvação de meus papéis, que lá ficaram. Se de meus bens única-

mente se tratasse certamente que por eles não sujeitaria a passar por tanta humilhação e tanto desprezo, embora tivesse de perder metade, ou mais de metade do valor deles, como sempre acontece a quem em iguais circunstâncias se confia de procuradores em Portugal. Mas os meus papéis, não posso expô-los aos mesmos desvias, são muito preciosos para a história política, administrativa e geográfica do Brasil, e custaram muito dinheiro e muitos desvelos – por amor deles, e sobretudo de um que pertence A S. M. o Imperador, e que só eu sei onde está, a tudo me sacrifico, ponho os olhos no chão e vou passar por toda essa nova espécie de humilhação e de desprezo que lembra a um governo expor um diplomata da sua nação aos olhos do estrangeiro insolente.

Agradeço a oferta da tua casa: eu a aceito para te visitar nela muitas vezes. Aí conversaremos sobre o passado, o presente e o futuro. Não esquecerá recordar o que já se está passando a respeito dos negreiros e falsos moedeiros, os quais mal dei costas a Portugal armaram logo, e expediram do Porto navios para o tráfico: e exportaram pelos portos de Portugal e da Espanha muita moeda-papel falsa para o Brasil. Como deves saber o governo português já foi interpelado na Câmara dos Pares a respeito dos navios – *Guerra e Trajano* – armados e saídos do porto para o tráfico. Quanto à moeda falsa o Brasil a está sofrendo, e na diplomacia brasileira já não há tolo que queira ser sacrificado como eu fui aos interesses de tão honrada gente. Daqui mesmo sei tudo quanto se passa a esse respeito.

Mr. Trogé para quem mandastes uma carta, e que morou no Bulevar des Capucines, e não na Rua des Capucines, já não existe exercendo o ofício, vendeu a casa a outros, e estes que a compraram ainda não poderão dar conta da tua medida, pois que só em presença dela é que eu consentirei que se faça a obra. Para isso já fiz escrever a Mr. Trogé, e se ele der conta dela serei eu o portador da encomenda. Os que estão com a casa disseram logo que tinham a medida, mas quando pedi que mostrassem o livro onde ela e teu nome estavam não o puderam fazer. Soube depois que deste modo já tinham enganado a um sujeito de Pernambuco a quem mandaram fato que não serviu.

Se me escreveres pelo pacote de março manda a carta pela mala da legação em Lisboa, onde eu me acharei, se Deus não

dispuser de outra sorte, no corrente do mês de abril. Se dali quiseres que leve alguma coisa manda as tuas ordens.

Tem saúde e felicidades como mereces e te deseja

Teu amigo do c.,
Drummond.

P. S.

Fica a expirar o veador José Marcelino Gls.

Já faleceu.

2º P. S. Reservado

O meu sucessor estreou mal em Lisboa freqüentando desde a primeira noite da sua chegada o teatro, onde atualmente não comparece nenhum outro membro do corpo diplomático, nem pessoa grada do país por causa do luto pela morte da rainha. O murmúrio tem sido geral.

Alcindo Sodré

**A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA
E A IMPERIAL BRASILEIRA**

(Efemérides)

A Família Real portuguesa

Chegada ao Brasil em 1808

D. Maria I: rainha.

Filha de el-rei dom José I e de d. Mariana Vitória de Bourbon, viúva de seu tio d. Pedro III.

Princesas:

D. Maria Francisca Benedita, princesa do Brasil,
viúva do príncipe dom José, primogênito de d. Maria I.

D. Mariana Josefa: ambas irmãs da rainha.

Dom João: príncipe regente.

D. Cartota Joaquina: esposa do príncipe regente.

Príncipes dom Pedro e dom Miguel: filhos do regente.

Infantas:

D. Maria Teresa.

D. Maria Isabel.

D. Maria Francisca.

D. Isabel Maria.

D. Maria da Assunção.

D. Ana de Jesus Maria.

Todas filhas do regente.

Em companhia da família real portuguesa veio também o infante de Espanha dom Pedro Carlos.

A família imperial do Brasil

Dom Pedro I casou com a arquiduquesa da Áustria Leopoldina.

Filhos:

1. D. Maria da Glória.
2. D. Miguel.
3. D. João Carlos.
4. D. Januária.
5. D. Paula.
6. D. Francisca.
7. D. Pedro de Alcântara.

Do segundo consórcio de dom Pedro I com a princesa dona Amélia de Leuchtenberg nasceu uma única filha, a princesa dona Maria Amélia.

Dom Pedro II casou com d. Teresa Cristina.

Filhos:

1. D. Afonso.
2. D. Isabel.
3. D. Leopoldina.
4. D. Pedro Afonso.

Netos:

Filhos de d. Isabel:

1. D. Pedro de Alcântara.
2. D. Luís.
3. D. Antônio.

Filhos de d. Leopoldina:

1. D. Pedro Augusto.
2. D. Augusto Leopoldo.
3. D. José Fernando.
4. D. Luís.

Bisnetos:

Netos de d. Isabel:

a) Filhos de dom Pedro:

1. D. Isabel.
2. D. Pedro (de Alcântara) Gastão
3. D. Maria Francisca.
4. D. João.
5. D. Teresa Maria.

b) Filhos de dom Luís:

1. D. Pedro Henrique.
2. D. Luís.
3. D. Pia Maria.

Netos de d. Leopoldina:

a) Filhos de d. Augusto:

1. D. Augusto.
2. D. Clementina.
3. D. Maria Carolina.
4. D. Rainer.
5. D. Filipe.
6. D. Teresa Cristina.
7. D. Leopoldina Branca.
8. D. Ernesto.

b) Filhos de d. Luís:

Do primeiro matrimônio:

1. D. Antônio Maria.
2. D. Maria Imaculada.

Do segundo matrimônio:

1. D. Josefina.

Obs.: os não mencionados não deixaram descendência.

D. Maria II: rainha de Portugal, 1º consórcio com o príncipe Augusto de Leuchtenberg. Não houve descendentes.

Segundo consórcio com o príncipe dom Fernando de Saxe Coburgo-Gota:

Filhos:

1. D. Pedro V.
2. D. Luís I.
3. D. Maria.
4. D. João.
5. D. Maria Ana.
6. D. Antônio Maria.
7. D. Fernando.
8. D. Augusto.

9. D. Leopoldo.
10. D. Maria.
11. D. Eugênio.
12. (Infante morto ao nascer).

Dos filhos da rainha d. Maria II reinaram:

D. Pedro V e d. Luis I.

Os três soberanos do Brasil

D. João VI.

Filho de d. Maria I e de dom Pedro III, nasceu em Lisboa a 13 de maio de 1767. Tinha 21 anos incompletos quando em 1788, por morte de seu irmão dom José, – “príncipe do Brasil”, – foi reconhecido herdeiro presuntivo do trono. Casou em 27 de março de 1783 com a infanta de Espanha d. Carlota Joaquina de Bourbon, filha do rei dom Carlos IV e da rainha d. Maria Luísa de Parma. A ratificação do tratado matrimonial efetuou-se em Ajuda no dia 9 de maio. Desse consórcio nasceram nove filhos:

1. D. Maria Teresa (1793-1874), que desposou o infante de Espanha dom Pedro Carlos.
2. D. Antônio (1795-1801), falecido aos seis anos.
3. D. Maria Isabel (1797-1827) que se consorciou com o rei Fernando VII, de Espanha.
4. Dom Pedro I, imperador do Brasil (1798-1834).
5. D. Maria Francisca (1800-1834), que casou com o infante de Espanha d. Carlos Maria Isidro, irmão do rei.
6. D. Isabel Maria (1801-1876), regente em 1826 durante a curta enfermidade e após o falecimento do rei.
7. D. Miguel, prior do Crato, duque de Beja (1802-1866), famoso pelas lutas com seu irmão dom Pedro.
8. D. Maria da Assunção (1805-1834), que morreu solteira.
9. D. Ana de Jesus Maria (1806-1856), que desposou o marquês de Loulé.

Impedida a rainha de gerir os negócios do reino, dom João assumiu a regência em 10 de fevereiro de 1792. Em 16 de julho



D. João VI
Guiado pela Providência

(Grav. a buril de G. F. de Queiroz, segundo desenho de
D. A. Sequeira, feita em Lisboa em 1817.)
Col. do Museu Imperial.

de 1799 foi a doença da mãe declarada incurável, e então adotou ele o título de “príncipe regente” ou “regente do reino”. Diante da impossibilidade de defender o país contra a invasão das tropas de Napoleão comandadas por Junot, embarcou com a família real e a corte para o Brasil em 29 de novembro de 1807. A frota, após 54 dias de viagem, fundeou na Bahia em 22 de janeiro de 1808, desembarcando o príncipe regente no dia 24 pelas cinco horas da tarde. Seis dias depois de seu desembarque, em 28 de janeiro, assinou uma carta régia abrindo os portos do Brasil a todas as nações amigas. No dia 26 de fevereiro, após uma permanência de um mês e quatro dias em Salvador, seguiu viagem para o Rio de Janeiro, aonde chegou em 7 de março, desembarcando no dia 8. No dia 10 nomeou o seu ministério, que ficou assim constituído:

Marquês de Aguiar: Reino.

Conde de Linhares: Negócios Estrangeiros e Guerra.

Conde de Anadia: Marinha e Ultramar.

Por decreto de 16 de dezembro de 1815 elevou o Brasil à categoria de reino. Com a morte de sua mãe, a rainha d. Maria I, ocorrida em 20 de março de 1816, passou a usar o título de rei – havendo sido solenemente aclamado em 6 de fevereiro de 1817. Permaneceu no Brasil durante treze anos, realizando aqui uma das mais notáveis obras administrativas. Para tanto contou com a valiosa ajuda de três extraordinários ministros: o conde de Linhares (dom Rodrigo de Sousa Coutinho), o conde da Barca (Antônio de Araújo de Azevedo) e o conselheiro Tomás Antônio Vila-Nova Portugal.

Com a revolução constitucionalista no Porto em 1820, retornou a Portugal em 26 de abril de 1821, deixando como regente do reino em sua ausência o príncipe dom Pedro. Chegou a Lisboa em 3 de julho de 1821, desembarcando no dia 4 entre gerais demonstrações de alegria do povo português.

Sentindo-se gravemente enfermo, nomeou em 6 de março de 1826 uma regência para governar o reino durante a sua enfermidade, sob a presidência de sua filha a princesa d. Isabel Maria. Faleceu no Paço Real da Bemposta contando 59 anos de idade no dia 10 de março de 1826, pelas cinco horas da tarde.

Dom Pedro I

Quarto filho de dom João VI e de d. Carlota Joaquina de Bourbon, nasceu no Real Palácio de Queluz, Portugal, a 12 de outubro de 1798. Contava dez anos de idade quando acompanhou a família real ao Brasil, onde passou vinte e três anos. Aos dezenove anos desposou a arquiduquesa de Áustria d. Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo. O casamento por procuração efetuou-se em Viena em 13 de maio de 1817 e a benção nupcial no Rio, em 6 de novembro. Nasceram desse consórcio sete filhos:

1. D. Maria da Glória (1819-1853), rainha de Portugal, sob o nome de d. Maria II.
2. Dom Miguel (1820), que faleceu ao nascer.
3. Dom João Carlos, príncipe da Beira, (1821-1822) falecido com onze meses.
4. D. Januária (1822-1901), que desposou o conde de Áquila, e morreu octogenária.
5. D. Paula (1823-1833), falecida aos dez anos de idade.
6. D. Francisca (1824-1898), que casou com o príncipe de Joinville.
7. Dom Pedro II (1825-1891).

Tendo dom João VI resolvido retornar a Portugal, por decreto de 22 de abril de 1821 nomeou dom Pedro regente do reino em sua ausência. A 9 de abril de 1822, desobedecendo à intimação que lhe mandavam as cortes de Lisboa, decidiu por permanecer no Brasil, cuja independência veio a proclamar em 7 de setembro de 1822. A 1 de dezembro foi sagrado e coroado imperador. A 25 de março de 1824 outorgou a primeira Constituição ao nascente Império. Abdicou espontaneamente o trono de Portugal em favor de sua filha, a princesa d. Maria da Glória, em 2 de maio de 1826, após haver dado ao país uma Carta Constitucional em 29 de abril do mesmo ano. Desposou em segundas núpcias a princesa d. Amélia de Leuchtenberg, por procuração em Munique, em 2 de agosto de 1828, e pessoalmente no Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1829, tendo tido desse consórcio uma única filha – d. Maria Amélia, nascida em Paris, em 1 de dezembro de 1831 e falecida aos 22 anos em Funchal, ilha da Madeira, em 4 de fevereiro de 1853. Forçado pelas circunstâncias, abdicou o trono do Brasil em favor de seu filho dom Pedro II (que contava então cinco anos, quatro meses e sete dias de idade).

Destronado, tomou o título de duque de Bragança. No dia 13, a bordo da nau inglesa *Volage*, embarcou para a Inglaterra, aonde chegou a 26 de julho. A 3 de março assumiu a regência do reino durante a menoridade de sua filha, cujo trono fora usurpado por seu irmão dom Miguel, a que nomeara seu lugar-tenente em 3 de julho de 1827. A 26 de maio de 1834, dom Miguel, derrotado com suas forças, assinou a convenção de Évora-Monte. Em 18 de setembro de 1834, após haver reposto no trono sua filha d. Maria II, enviou uma carta ao Congresso na qual dizia que o seu estado de saúde não lhe permitia cuidar dos negócios do reino. A 19 foi ela declarada maior contando apenas quinze anos de idade. Nesse mesmo dia, ditou ele o testamento (ao ministro do Reino Bento Pereira do Carmo), vindo a falecer no mesmo quarto em que nascera, às 14 horas e 30 minutos do dia 24, contando 36 anos incompletos.

Dom Pedro II:

Sétimo filho de dom Pedro I e de d. Leopoldina, nasceu no Paço Imperial de São Cristóvão a 2 de dezembro de 1825, às duas horas e trinta minutos. Batizou-se a 8 de dezembro. Em 2 de agosto de 1826, contando nove meses de idade, foi reconhecido herdeiro presuntivo do trono. Por abdicação de seu pai em 7 de abril de 1831, foi feito imperador com a idade de cinco anos, quatro meses e sete dias. Durante a sua menoridade (7 de abril de 1831 a 23 de julho de 1840), que durou nove anos e quatro meses, governou através de regências. Foi declarado maior em 23 de julho de 1840 e coroado e sagrado em 18 de julho de 1841. A 23 de novembro de 1841 criou-se o Conselho de Estado para o coadjuvar no governo. A 23 de julho de 1842 contrataram seu casamento com a princesa real das Duas Sicílias d. Teresa Cristina Maria, casando por procuração em 30 de maio na Capela Palatina, em Nápoles, tendo a imperatriz desembarcado no Rio de Janeiro a 4 de setembro. Desse consórcio nasceram quatro filhos:

1. Dom Afonso, nascido em 23 de fevereiro de 1845 e falecido a 11 de junho de 1847.

2. D. Isabel, a Redentora, nascida em 29 de julho de 1846, casada em 15 de outubro de 1864 com o príncipe Gastão de Orleans, conde d'Eu, e falecida no castelo d'Eu, França, em 14 de novembro de 1921, aos 75 anos de idade.

3. D. Leopoldina, nascida a 13 de julho de 1847, casada em 15 de dezembro de 1864 com o príncipe d. Luís Augusto Maria Eudes de Saxe Coburgo Gota, duque de Saxe, e falecida com 23 anos, 5 meses e 12 dias em 7 de fevereiro de 1871.

4. Dom Pedro Afonso, nascido a 19 de julho de 1848 e falecido em 10 de janeiro de 1850 com um ano, cinco meses e 12 dias de idade.

Seu reinado teve a duração de 58 anos, sendo que quase cinquenta de governo pessoal. Por três vezes empreendeu viagem ao estrangeiro, a primeira em 25 de maio de 1871 a 31 de março de 1872; a segunda de 26 de março de 1876 a 26 de setembro de 1877 e a terceira e última de 30 de junho de 1887 a 22 de agosto de 1888. Exilado com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, seguiu viagem para Portugal em 17 de novembro, desembarcando no continente europeu a 7 do mês seguinte. Vinte e um dias após sucumbia a imperatriz num modesto aposento do Grande Hotel, no Porto, vítima de colapso cardíaco. O ex-imperador fixou residência em Cannes, na França, e a seguir em Paris, no Hotel Bedford, à rua de l'Arcade, 11, próximo à Praça da Concórdia, onde veio a falecer em 5 de dezembro de 1891, aos 66 anos e três dias de idade. Seus restos mortais foram transportados para Lisboa e depositados no Panteão dos Braganças em São Vicente de Fora, donde foram posteriormente trasladados para o Brasil.

Algumas datas importantes

Dom João assume a regência do reino em nome de sua mãe, a rainha d. Maria I em 10 de fevereiro de 1792.

Partida da família real para o Brasil em 29 de novembro de 1807.

Chegada da família real ao Brasil: à Bahia em 22 de janeiro de 1808. Ao Rio de Janeiro em 8 de março de 1808.

Elevação do Brasil à categoria de reino em 16 de dezembro de 1815.

Retorno da família real a Portugal em 26 de abril de 1821.

Morte de dom João VI em 10 de março de 1826.

Morte de d. Carlota Joaquina em 7 de janeiro de 1830.

Dom Pedro proclama a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

Nascimento de dom Pedro II em 2 de dezembro de 1825.

Dom Pedro abdica a coroa de Portugal em favor de dona Maria da Glória em 29 de abril de 1826.

Dom Miguel nomeado lugar-tenente durante a menoridade da rainha em 3 de julho de 1827.

Dom Miguel rei em 11 de julho de 1828.

Morte da imperatriz Leopoldina em 11 de dezembro de 1826.

Dom Pedro I abdica a coroa do Brasil em 7 de abril de 1831.

Dom Pedro II aclamado imperador do Brasil em 9 de abril de 1831.

Vitória de dom Pedro sobre dom Miguel (convenção de Évora-Monte) em 26 de maio de 1834.

Maioridade de dom Pedro II em 23 de julho de 1840.

Morte de dom Pedro I em 24 de setembro de 1834.

Morte da imperatriz d. Teresa Cristina em 28 de dezembro de 1889.

Deposição e exílio de dom Pedro em 16 de dezembro de 1889.

Morte de dom Pedro II, em Paris em 5 de dezembro de 1891.

Morte da princesa d. Isabel em 14 de novembro de 1921.

Proclamação da República em Portugal e exílio de dom Manuel II, último rei da dinastia de Bragança em 5 de outubro de 1910.

A família real portuguesa e imperial do Brasil
nos dias da semana

Domingo

Nasce a imperatriz d. Leopoldina em 22 de janeiro de 1797.

Nasce a rainha d. Maria II em 14 de abril de 1819.

Nasce o duque de Leuchtenberg em 9 de dezembro de 1810.

Nasce o príncipe dom Afonso em 23 de fevereiro de 1845.

Morre a imperatriz d. Amélia em 26 de janeiro de 1873.

Morre a princesa d. Francisca em 27 de março de 1898.

Nasce o príncipe dom João de Orleans e Bragança em 15 de outubro de 1916.

Batismo da rainha d. Maria I em 9 de janeiro de 1735.

Batismo da princesa Isabel em 15 de novembro de 1846.

Sagração e coroação de dom Pedro II em 18 de julho de 1841.

Dom Pedro I nomeado regente do Brasil em 22 de abril de 1821.

Lei Áurea em 13 de maio de 1888.

Embarque de dom João para o Brasil em 28 de novembro de 1807.

Embarque de dom Pedro II para o exílio em 17 de novembro de 1889.

Segunda-feira

Nasce o rei dom Pedro III em 5 de julho de 1717.

Nasce a princesa d. Januária Maria em 11 de março de 1822.

Nasce a princesa d. Paula Mariana em 17 de fevereiro de 1823.

Nasce a princesa d. Francisca em 2 de agosto de 1824.

Nasce o conde de Áquila em 19 de julho de 1824.

Nasce o príncipe dom Pedro Augusto em 19 de março de 1866.

Nasce o príncipe dom Pedro Henrique em 13 de setembro de 1909.

Terça-feira

Nasce o infante dom Miguel em 26 de outubro de 1802.

Nasce el-rei dom Fernando II em 29 de outubro de 1816.

Nasce o príncipe dom João Carlos em 6 de março de 1821.

Nasce a princesa d. Leopoldina em 13 de julho de 1847.

Nasce o príncipe dom Antônio em 9 de agosto de 1881.

Nasce a rainha d. Carlota Joaquina em 25 de abril de 1775.

Morre a rainha d. Maria II em 15 de novembro de 1853.

Morre el-rei dom Fernando II em 15 de dezembro de 1885.

Morre a princesa d. Leopoldina em 7 de fevereiro de 1871.

Batiza-se a princesa d. Leopoldina em 7 de setembro de 1847.

Quarta-feira

Nasce o príncipe dom Pedro Afonso em 19 de julho de 1848.

Nasce a princesa d. Isabel, a Redentora em 29 de julho de 1846.

Nasce el-rei dom João VI em 13 de maio de 1767.

Nasce o príncipe dom Pedro de Orleans e Bragança em 19 de fevereiro de 1913.

Morre a rainha de Portugal d. Maria I em 20 de março de 1816.
Morre o imperador dom Pedro I em 24 de setembro de 1834.
Morre o infante dom Miguel (de Portugal) em 14 de novembro de 1866.

Morre a princesa d. Januária Maria em 13 de março de 1901.
Morre a princesa d. Paula Mariana em 16 de janeiro de 1833.
Morre o príncipe dom Augusto em 11 de outubro de 1822.
O Fico em 9 de janeiro de 1822.
Morre a imperatriz d. Leopoldina em 11 de dezembro de 1826.
Morre o príncipe dom João Carlos em 4 de fevereiro de 1822.
Morre a princesa d. Isabel, a Redentora, em 14 de novembro de 1921.

Morre o marechal conde d'Eu em 28 de agosto de 1922.
Morre o príncipe do Grão-Pará em 29 de janeiro de 1940.
Morre o príncipe dom Antônio em 29 de novembro de 1918.
Morre o príncipe dom José Fernando em 13 de agosto de 1888.
Batismo da princesa d. Maria da Glória em 3 de maio de 1819.
Batismo de d. Paula Mariana em 24 de fevereiro de 1823.
Casamento da princesa d. Francisca em 1 de maio de 1843.
Reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal em 10 de abril de 1826.

Quinta-feira

Nasce a princesa d. Maria Amélia em 1 de dezembro de 1831.
Nasce a imperatriz d. Teresa Cristina em 14 de março de 1822.
Nasce o marechal conde d'Eu em 28 de abril de 1842.
Nasce o príncipe dom Luís de Saxe em 15 de setembro de 1870.
Morre o rei dom Pedro III de Portugal em 25 de maio de 1786.
Morre a rainha d. Carlota Joaquina em 7 de janeiro de 1830.
Morre a imperatriz d. Teresa Cristina em 28 de dezembro de 1889.

Morre o príncipe dom Pedro Afonso em 10 de janeiro de 1850.
Casamento da princesa d. Leopoldina em 15 de dezembro de 1864.

Batismo do príncipe do Grão-Pará em 2 de dezembro de 1875.

Batismo do príncipe dom Luís em 14 de março de 1878.

Dom João VI retorna a Portugal em 26 de abril de 1821.

Dom João VI desembarca em Salvador em 21 de janeiro de 1808.

Dom Pedro II, desterrado, desembarca em Lisboa em 7 de dezembro de 1889.

Sexta-feira

Nasce a rainha d. Maria I em 17 de dezembro de 1734.

Nasce o imperador dom Pedro I em 12 de outubro de 1798.

Nasce a imperatriz d. Amélia em 31 de julho de 1812.

Nasce o imperador dom Pedro II em 2 de dezembro de 1825.

Nasce o príncipe de Joinville em 14 de agosto de 1818.

Nasce o príncipe do Grão-Pará em 15 de outubro de 1875.

Nasce o príncipe dom Augusto em 6 de dezembro de 1867.

Nasce o príncipe dom José Fernando em 21 de maio de 1869.

Morre o príncipe dom Afonso em 11 de junho de 1847.

Morre a princesa d. Maria Amélia em 4 de fevereiro de 1853.

Morre el-rei dom João VI em 10 de março de 1826.

Morre o conde de Áquila em 5 de março de 1897.

Morre o príncipe dom Antônio em 29 de novembro de 1918.

Morre o príncipe dom Luís em 26 de março de 1920.

Batismo do imperador dom Pedro II em 9 de dezembro de 1825.

Proclamação da República no Brasil em 15 de novembro de 1889.

Sábado

Nasce a princesa d. Isabel Maria em 4 de julho de 1801.

Nasce o duque de Saxe em 9 de agosto de 1845.

Nasce o príncipe dom Luís em 26 de janeiro de 1878.

Morre a princesa d. Isabel Maria em 22 de abril de 1876.

Morre o duque de Leuchtenberg em 28 de março de 1835.

Morre o imperador dom Pedro II em 5 de dezembro de 1891.



D. Miguel I rei de Portugal
(Lit. de Sendim, impressa na Oficina Real Tipográfica, em 1828)
(Col. do Museu Imperial)

Morre o duque de Saxe em 14 de setembro de 1907.

Morre o príncipe de Joinville em 16 de junho de 1900.

Casamento da princesa Isabel, a Redentora em 15 de outubro de 1864.

Casamento do príncipe do Grão-Pará em 14 de novembro de 1908.

Embarque da família real para o Brasil em 27 de novembro de 1807.

Dom João VI adoece gravemente em 4 de março de 1826.

A família real portuguesa e imperial do Brasil nos meses

Janeiro

Nasce a imperatriz Leopoldina em 22 de janeiro de 1797.

Batismo de d. Maria I em 9 de janeiro de 1735.

Morre o príncipe do Grão-Pará em 29 de janeiro de 1940.

O Fico em 9 de janeiro de 1822.

Morre d. Carlota Joaquina em 7 de janeiro de 1830.

Morre dom Pedro Afonso em 10 de janeiro de 1850.

Nasce o príncipe dom Luís em 26 de janeiro de 1878.

Desembarque de dom João VI no Brasil (Bahia) em 21 de janeiro de 1808.

Fevereiro

Nasce o príncipe dom Pedro Afonso em 23 de fevereiro de 1845.

Nasce a princesa d. Paula Mariana em 17 de fevereiro de 1823.

Morre o príncipe dom João Carlos em 4 de fevereiro de 1822.

Batismo de d. Paula Mariana em 24 de fevereiro de 1823.

Nasce o príncipe dom Pedro de Orleans e Bragança em 19 de fevereiro de 1913.

Morre a princesa d. Leopoldina em 7 de fevereiro de 1871.

Morre a princesa d. Maria Amélia em 4 de fevereiro de 1853.

Março

Morre d. Francisca em 27 de março de 1898.

Nasce d. Januária Maria em 11 de março de 1822.

Morre d. Januária Maria em 13 de março de 1901.

Nasce dom Pedro Augusto em 19 de março de 1866.
Morre d. Maria I em 20 de março de 1816.
Nasce a imperatriz d. Teresa Cristina em 14 de março de 1822.
Nasce o “príncipe da Beira” dom João Carlos em 6 de março de 1821.
Morre el-rei dom João VI em 10 de março de 1826.
Morre o conde de Áquila em 5 de março de 1897.
Morre o príncipe dom Luís em 26 de março de 1920.
Morre o duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz em 28 de março de 1835.
Dom João VI adoece gravemente em 4 de março de 1826.
Casamento de dom Pedro II em Nápoles em 30 de março de 1843.
Dom Pedro II viaja pela terceira vez para a Europa e para os EUA, em 26 de março de 1876.
Dom Pedro II retorna de sua primeira viagem à Europa em 31 de março de 1872.

Abril

Nasce d. Maria II em 4 de abril de 1819.
Dom Pedro I é nomeado regente do reino do Brasil em 22 de abril de 1821.
Portugal reconhece a Independência do Brasil em 10 de abril de 1826.
Nasce o conde d’Eu em 28 de abril de 1842.
Dom João VI retorna a Portugal em 26 de abril de 1821.
Morre d. Isabel Maria em 22 de abril de 1876.

Mai

Lei Áurea em 13 de maio de 1888.
Casamento da princesa d. Francisca em 1 de maio de 1843.
Batizado de d. Maria da Glória em 3 de maio de 1819.
Morte de dom Pedro III em 25 de maio de 1786.

Junho

Morre o príncipe de Joinville em 16 de junho de 1900.
Morre o príncipe dom Afonso em 11 de junho de 1847.
Casa-se d. Maria I em 6 de junho de 1760.

Morre a princesa d. Elisabeth de Orleans e Bragança, viúva do príncipe do Grão-Pará em 10 de junho de 1951.

Julho

Sagração e coroação de dom Pedro II em 18 de julho de 1841.
Nasce o rei dom Pedro III em 5 de julho de 1717.
Nasce o conde de Áquila em 19 de julho de 1824.
Nasce dom Pedro Afonso em 19 de julho de 1848.
Nasce a princesa d. Isabel em 29 de julho de 1846.
Nasce a princesa d. Leopoldina em 13 de julho de 1847.
Nasce a imperatriz d. Amélia em 31 de julho de 1812.
Nasce a princesa regente d. Isabel Maria em 4 de julho de 1801.
Morre dom Pedro Augusto em 7 de julho de 1934.
Dom João VI, de volta do Brasil, desembarca em Lisboa em 4 de julho de 1821.
Dom Miguel declarado rei pelos Três Estados em 11 de julho de 1828.
Batismo de d. Isabel Maria em 12 de julho de 1801.
Maioridade de dom Pedro II em 23 de julho de 1840.

Agosto

Nasce d. Francisca em 2 de agosto de 1824.
Morre o conde d'Eu em 28 de agosto de 1922.
Morre o príncipe dom José Fernando em 13 de agosto de 1888.
Nasce o príncipe dom Antônio em 9 de agosto de 1881.
Nasce o príncipe de Joinville em 14 de agosto de 1818.
Nasce o duque de Saxe em 9 de agosto de 1845.
Batismo da princesa d. Francisca em 9 de agosto de 1824.
Dom Pedro II reconhecido herdeiro presuntivo do trono do Brasil em 26 de agosto de 1826.
Casamento de dom Pedro I com d. Amélia de Leuchtenberg, em Munique, em 29 de agosto de 1829.

Setembro

Nasce o príncipe dom Pedro Henrique em 13 de setembro de 1909.

Dom Pedro I proclama a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

Morre dom Pedro I do Brasil, IV de Portugal, em 24 de setembro de 1834.

Nasce dom Luís de Saxe em 15 de setembro de 1870.

Batismo da princesa d. Leopoldina em 7 de setembro de 1847.

Falece o duque de Saxe em 14 de setembro de 1907.

Maioridade da rainha d. Maria II em 19 de setembro de 1834.

Outubro

Nasce o príncipe dom João de Orleans e Bragança em 15 de outubro de 1916.

Morre o príncipe dom Augusto em 11 de outubro de 1922.

Nasce o infante dom Miguel em 26 de outubro de 1802.

Nasce o rei dom Fernando II em 29 de outubro de 1816.

Nasce dom Pedro I em 12 de outubro de 1798.

Nasce o príncipe do Grão-Pará em 15 de outubro de 1875.

Casamento da princesa d. Isabel em 15 de outubro de 1864.

Casamento do príncipe do Grão-Pará em 14 de outubro de 1908.

Novembro

Exílio de dom Pedro II em 17 de novembro de 1889.

Embarque de d. João VI para o Brasil em 28 de novembro de 1807.

Batismo da princesa Isabel em 15 de novembro de 1846.

Morre a princesa Isabel em 14 de novembro de 1921.

Morre o príncipe dom Antônio em 29 de novembro de 1918.

Morre o infante dom Miguel em 14 de novembro de 1866.

Morre a rainha d. Maria II em 15 de novembro de 1853.

Dezembro

Nasce o duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz em 9 de dezembro de 1810.

Morre a imperatriz Leopoldina em 11 de dezembro de 1826.

Nasce a princesa d. Maria Amélia em 1 de dezembro de 1831.

Morre a imperatriz d. Teresa Cristina em 28 de dezembro de 1889.

Casa-se a princesa d. Leopoldina em 15 de dezembro de 1864.
Batismo do príncipe do Grão-Pará em 2 de dezembro de 1875.
Nasce a rainha d. Maria I em 17 de dezembro de 1734.
Nasce o imperador dom Pedro II em 2 de dezembro de 1825.
Nasce o príncipe dom Augusto em 6 de dezembro de 1867.
Batismo de dom Pedro II em 9 de dezembro de 1825.
Morte de dom Pedro II em 5 de dezembro de 1891.
Morte de dom Fernando II em 15 de dezembro de 1885.

Curiosidades sobre a família real portuguesa
e imperial do Brasil

1. A princesa regente d. Isabel Maria, filha de el-rei João VI, nasceu em 4 de julho de 1801 e faleceu em 22 de 1876 num sábado.
2. O duque de Saxe, esposo da princesa d. Leopoldina, nasceu em 9 de agosto de 1845 e faleceu em 14 de setembro de 1907, num sábado.
3. Nasceram numa sexta-feira dom Pedro I, em 12 de outubro de 1798 e dom Pedro II, em 2 de dezembro de 1825.
4. Dom João VI chegou ao Brasil numa quinta-feira em 21 de janeiro de 1808 e retornou a Portugal noutra quinta-feira em 26 de abril de 1821.
5. A princesa d. Leopoldina nasceu em 13 de julho de 1847, batizou-se em 7 de setembro de 1847 e faleceu numa terça-feira em 7 de fevereiro de 1871.
6. Numa terça-feira morreu d. Maria II em 15 de novembro de 1853 e seu esposo, o rei dom Fernando II nasceu numa terça-feira em 29 de outubro de 1816 e faleceu noutra terça-feira em 15 de dezembro de 1885.
7. Dois filhos da princesa Isabel, o príncipe do Grão-Pará em 2 de dezembro de 1875, e o príncipe dom Luís em 14 de março de 1878 se batizaram numa quinta-feira.
8. O imperador dom Pedro II em 5 de dezembro de 1891 e a imperatriz d. Teresa Cristina, sua esposa, em 28 de dezembro de 1889 faleceram em dezembro.
9. Dom Pedro II nasceu em 2 de dezembro de 1825 e faleceu em 5 de dezembro de 1891.

10. Dom João VI embarcou para o Brasil num domingo 28 de novembro de 1807; dom Pedro II seguiu para o exílio domingo em 17 de novembro de 1889.

11. A imperatriz d. Teresa Cristina Maria nasceu em de 14 março de 1822 e faleceu em 28 de dezembro de 1889 numa quinta-feira.

12. Dom Pedro I em 24 de setembro de 1834 e seu irmão, o infante dom Miguel em 14 de novembro de 1866 faleceram numa quarta-feira.

13. A princesa d. Januária em 11 de março de 1822 e seu esposo, o conde de Áquila em 19 de julho de 1824 nasceram numa segunda-feira.

14. D. Januária nasceu em 3 de março de 1822 e faleceu em 13 de março de 1901.

15. A princesa Isabel em 14 de novembro de 1921 e seu esposo, o conde d'Eu em 28 de agosto de 1922, morreram numa segunda-feira, bem como o primeiro e o último de seus filhos: o príncipe do Grão-Pará em 29 de janeiro de 1940 e o príncipe dom Antônio em 29 de novembro de 1918.

16. Três filhos de dom Pedro I nasceram numa segunda-feira: d. Januária em 11 de março de 1822, d. Paula em 17 de fevereiro de 1823 e d. Francisca em 2 de agosto de 1824.

17. Foram batizados numa segunda-feira: d. Maria da Glória em 3 de maio de 1819 e d. Paula em 24 de fevereiro de 1823, ambas filhas de dom Pedro I.

18. Nasceram em julho as princesas d. Isabel em 29 de julho de 1846 e d. Leopoldina em 13 de julho de 1847.

19. A princesa de Joinville d. Francisca em 2 de agosto de 1824 e seu esposo dom Francisco, príncipe de Joinville em 14 de agosto de 1818 nasceram ambos em agosto.

20. Dom Pedro I em 12 de outubro de 1798 e seu irmão, o infante dom Miguel em 26 de outubro de 1802 nasceram no mês de outubro.

21. Morreram numa quarta-feira dois filhos de dom Pedro I: d. Paula em 16 de janeiro de 1833, e d. Januária em 13 de março de 1901. Nasceram numa quarta-feira dois dos quatro filhos de dom Pedro II: d. Isabel em 29 de julho de 1846 e dom Afonso em 19 de julho de 1848.

22. Nasceram numa segunda-feira d. Januária em 11 de março de 1822 e sua irmã d. Paula em 17 de fevereiro de 1823,

e faleceram ambas numa quarta-feira: d. Januária em 13 de março de 1901 e d. Paula em 16 de janeiro de 1833.

23. Morreram em dezembro a primeira imperatriz d. Leopoldina, em 11 de dezembro de 1826 e a última, d. Teresa Cristina em 28 de dezembro de 1889.

24. Em dezembro dom Pedro II nasceu em 2 de dezembro de 1825, batizou-se em 9 de dezembro de 1825 e morreu em 5 de dezembro de 1891.

25. Três soberanos da dinastia de Bragança, membros da família real de Portugal e imperial do Brasil, faleceram numa quinta-feira; dom Pedro III, em 25 de maio de 1786, d. Carlota Joaquina, em 7 de janeiro de 1830 e d. Teresa Cristina, em 28 de dezembro de 1889.

26. A imperatriz d. Leopoldina nasceu num domingo, em 22 de janeiro de 1797 e faleceu numa segunda-feira, em 11 de dezembro de 1826; o infante dom Miguel (de Portugal) nasceu numa terça-feira, em 26 de outubro de 1802 e faleceu numa quarta-feira, em 14 de novembro de 1866; o príncipe dom Pedro Afonso, nasceu numa quarta-feira, em 19 de julho de 1848 e faleceu numa quinta-feira, em 10 de janeiro de 1850; a princesa d. Amélia, nasceu numa quinta-feira, em 1 de dezembro de 1831 e faleceu numa sexta-feira, em 4 de fevereiro de 1853; o príncipe de Joinville, nasceu numa sexta-feira, em 14 de agosto de 1818 e faleceu num sábado, em 16 de junho de 1900; bem como o imperador dom Pedro II, em 2 de dezembro de 1825, em 5 de dezembro de 1891.

Efemérides

Janeiro

02/01/1826. Segunda-feira. Dom Pedro II, com um mês de idade, é levado por seus augustos pais à igreja da Glória do Outeiro para ser ali consagrado à Virgem. As tropas, envergando uniforme de gala, formaram em frente ao templo. Os moradores dependuraram nas janelas e sacadas vistosas colchas e cortinas e alcatifaram de folhas as ruas por onde deveria passar o séqüito, à cuja frente ia a carruagem imperial. Tendo saído às 8 horas da manhã do Paço de S. Cristóvão, chegava ela ao templo uma hora depois, entre as vivas demonstrações de regozijo do povo e da corte ali reunida. Dom Pedro I, tomando o filho nos braços, depositou-o sobre o altar, e aí recebeu a bênção do cônego Re-

nato Pedro Boiret, capelão-mor do Exército, e mais tarde um dos preceptores do imperador menino. Seguiu-se missa com sermão e logo após lauto almoço servido no próprio consistório da igreja.

02/01/1835. Celebram-se na capela imperial exéquias por alma do ex-imperador dom Pedro I, falecido a 24 de setembro de 1834 no Real Palácio de Queluz, Portugal.

06/01/1819. Quarta-feira. Falece em Nápoles, onde se encontrava exilado, o rei d. Carlos IV, de Espanha, pai da rainha d. Carlota Joaquina. Era filho de Carlos III e neto pelo lado paterno de Filipe V. Nasceu em 12 de novembro de 1748, subiu ao trono em 13 de dezembro de 1788, foi forçado por Napoleão a abdicar o trono em favor de José Bonaparte. Casou com a rainha Maria Luisa de Parma. Esta veio a falecer quatorze dias após de sua morte. A notícia chegou ao Rio de Janeiro, onde estava a corte portuguesa, em 15 de maio, transmitindo-a ao rei dom João VI o conde de Casa Flores, ministro Plenipotenciário de S. M. católica. Dom João e sua real família se encerraram por oito dias e juntamente com a corte tomaram luto por seis meses, três rigorosos, três aliviados.

07/01/1830. Quinta-feira. Falece aos cinquenta e cinco anos de idade no Real Palácio de Queluz a rainha d. Carlota Joaquina Maria de Bourbon, viúva de el-rei dom João VI. Nasceu no Real Palácio de Aranjuez, na Espanha, em 25 de abril de 1775. No mesmo dia do seu transpasse ditou o seu testamento ao conselheiro Antônio Ribeiro Saraiva.

07/01/1833. Falece em Santarém durante a querela da sucessão do trono em Portugal, vitimada pela febre tifóide, a infanta d. Maria da Assunção, penúltima filha de d. João VI e de d. Carlota Joaquina, contando vinte e oito anos de idade. Nascera em 25 de julho de 1805 as 23 horas e 30 minutos. Batizou-se em 15 de agosto.

08/01/1921. Chegam ao Brasil, a bordo do encouraçado *São Paulo* os despojos dos ex-soberanos dom Pedro II e d. Teresa Cristina, que jaziam no panteão dos Braganças em S. Vicente de Fora, em Lisboa. Foram depositados na catedral de Petrópolis numa capela para esse fim construída. Acompanhou-os o marechal conde d'Eu, não tendo podido vir, devido a seu precário estado de saúde, a princesa d. Isabel.

07/01/1735. Domingo. Batiza-se em Lisboa a princesa da Beira d. Maria Francisca, depois rainha de Portugal sob o nome de d. Maria I. Recebeu na pia batismal os seguintes nomes: Maria, Francisca, Isabel, Josefa, Antônia, Gertrudes, Rita e Joana. Serviram de padrinhos os avós dom João V e a rainha de Espanha Isabel Farnésio, representada no ato pela infanta d. Francisca.

09/01/1822. Quarta-feira *O Fico*. Pelo correio marítimo *Infante D. Miguel* haviam chegado ao Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1821 três decretos das cortes de Lisboa, dois datados 29 de setembro e um de 1 de outubro, pelos quais eram extintos o Tribunal de Chancelaria, o do Trono, a Junta de Comércio e várias outras repartições aqui estabelecidas por dom João VI, ordenando também o regresso imediato do príncipe a fim de viajar incógnito pelas cortes européias, completando ali sua educação. Para cada uma das províncias seria nomeado então um governador das armas, que seria órgão de poder executivo das cortes. Em consequência dessas medidas retornaria o Brasil à sua situação anterior de colônia, perdendo os privilégios de que vinha desfrutando. O príncipe regente dom Pedro mandou aprontar logo a fragata *União*, no intuito de cumprir as determinações das cortes. Grande foi então a revolta causada por aquela decisão. Recrudesceu o movimento favorável à independência, a cuja frente se puseram logo – no Rio o cônego Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Ledo, frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, capitão-mor José Joaquim da Rocha; e, em São Paulo, os Andradas. O mal-estar para com as exigências portuguesas vinha desde algum tempo fermentando. Em 4 de outubro do ano anterior haviam aparecido proclamações declarando o Brasil independente e dom Pedro imperador. O próprio príncipe dava disso notícia ao pai, e em carta que então lhe endereçara afirmava: “Queriam-me e dizem que me querem aclamar imperador. Protesto a V. Majestade que nunca serei perjuro, que nunca lhe serei falso, e que eles farão essa loucura, mas será depois de eu e todos os portugueses estarem feitos em postas, o que juro a V. Majestade, escrevendo nesta com o meu sangue estas palavras: Juro sempre ser fiel a V. majestade, à nação e à Constituição portuguesa”. Da revolta causada pelas exigências que agora faziam as cortes participava a

dom João VI em duas cartas, uma datada de 16 e outra, de 30 de dezembro. Os chefes da reação não estavam inativos e multiplicavam as reuniões secretas nos clubes e lojas maçônicas. Várias representações iam sendo ocultamente assinadas com o objetivo de pedirem ao príncipe sua permanência no Brasil. Por essa ocasião foi procurado José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, por alguns cabeças do movimento, que lhe solicitaram entregasse ao príncipe essas representações, o que ele recusou, acedendo porém em fazê-lo depois que auscultado o príncipe declarou que as receberia. A representação de São Paulo, redigida por José Bonifácio em nome da junta provincial, tem data de 24 de dezembro, e somente passou às mãos do príncipe após o dia 16 de janeiro, ocasião em que José Bonifácio e seus companheiros chegaram à corte. Outra representação, da Câmara de São Paulo, era de 31 de dezembro e finalmente outra, do bispo, em seu nome pessoal e no do cabido e do clero de sua diocese, datada de 1 de janeiro. A representação do Rio, escrita por frei Sampaio, datada de 29 de dezembro, trazia perto de oito mil assinaturas, destacando-se aí o seguinte trecho: “O povo do Rio de Janeiro julga que o navio, que conduzir Sua Alteza Real, aparecerá sobre o Tejo com o pavilhão da independência do Brasil”. É de 2 de janeiro a representação dos negociantes e oficiais da corte endereçada ao Senado da Câmara. A junta governativa de S. Paulo não se limitou a remeter a sua representação: mandou que a levassem em mãos deputados que, sob a chefia de José Bonifácio, fariam ver ao príncipe, de modo mais incisivo, a necessidade da sua permanência no Brasil. Constituiu essa deputação de: José Bonifácio de Andrada e Silva e Antônio Pereira da Gama Lobo, pelo governo; José Arouche de Toledo Rendon, pela Câmara e padre Alexandre Gomes de Azevedo, pelo clero. Enquanto isso grande manifestação estava sendo preparada pelo Senado da Câmara depois que o marquês de Jacarepaguá (Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda) sondou o príncipe a respeito, concordando este em ficar desde que fosse esta a vontade unânime dos povos do Rio, de São Paulo e de Minas, prontificando-se a receber a deputação. No dia 2 de janeiro José Clemente Pereira pediu-lhe uma audiência e durante as conversações com ele mantidas, ficou deliberado que em 9 de janeiro S. A. receberia as representações. Grande massa de povo afluiu nesse dia ao largo



Dom Pedro I

(Lit. de S. A. Simon, executada em 1859, segundo
tela de Simplício R. de Sá.)
Col. do Museu Imperial.

do Paço, em meio ao silêncio das tropas portuguesas. Eram 11h30 da manhã quando recebeu dom Pedro a deputação das Câmaras tendo à frente José Clemente Pereira, que, em nome de todos, proferiu enérgico discurso (redigido por Ledo mas bastante modificado), que assim começava: “Senhor! A saída de V. Alteza Real dos Estados do Brasil será o fatal decreto, que sanciona a independência deste reino.” A seguir profliga o procedimento iníquo das cortes, cujo intento era reduzir o Brasil à situação anterior de colônia, e asseverava que “o povo vive animado da mais ardente vontade de permanecer unido a Portugal, pelos vínculos de um pacto social, que fazendo o bem geral de toda a nação, faça o do Brasil por anéis em condições em tudo iguais”.

Dom Pedro hesita a princípio, mas, por fim, responde: “Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico!”

Estas palavras, imediatamente repetidas de uma das sacadas do paço por José Clemente Pereira, foram saudadas pelo povo com estrepitosas e demoradas aclamações. Com elas tinha início a última fase decisiva da luta em prol da independência do Brasil.

10/01/1850. Quinta-feira. Falece às 4h20 da manhã na Imperial Fazenda de Santa Cruz, tendo apenas um ano, cinco meses e vinte e dois dias de idade, o príncipe dom Pedro Afonso, quarto e último filho do imperador dom Pedro II e da imperatriz dona Teresa Cristina. Nasceu em 19 de julho de 1848. O *Jornal do Comércio* de 11 de janeiro de 1850 publica seis boletins sobre o estado de saúde de S. A. No primeiro deles diz, em certo trecho que, “apesar de tudo que se tem feito, continuam as convulsões, que se sucedem com pequeno intervalo de tempo. Sua Alteza está em perigo de vida”. O derradeiro boletim, datado do dia 10, diz assim: “Às 4 horas e vinte minutos S. A. I. faleceu, durante o acesso que terminou sua preciosa existência oito horas e meia. Imperial Fazenda de Santa Cruz, 10 de janeiro de 1850”. Esses boletins são assinados pelo médico de semana dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles. O enterro foi no dia 12. Saiu à noite do Paço da Cidade em direção do convento de Santo Antônio, onde os restos mortais do desditoso príncipe ficaram depositados. “Foi extraordinário o concurso de povo apinhado nas ruas e praças por onde passou o préstito, e a dor profunda causada por uma

perda tamanha, tanto mais sensível quanto inesperada, via-se debuxada em todos os semblantes. A morte do príncipe, depositário das esperanças de uma nação inteira, foi geralmente considerada uma calamidade. (*Jornal do Comércio*, 13 de janeiro de 1850, 2ª p. coluna 5ª).

10/01/1899. Nasce em Pola, porto do Adriático, a princesa d. Maria Carolina, Filomena, Inácia, Paulina, Josefa, Micaela, Gabriela, Rafaela, Gonzaga, terceira dos filhos do príncipe dom Augusto, neta de d. Leopoldina, bisneta do imperador dom Pedro II. Faleceu na Áustria em 1943.

10/01/1890. Dom Pedro II, após o enterramento da imperatriz, retira-se com sua família para Cannes, na França, onde passa a residir.

15/01/1781. Falece a rainha d. Mariana Vitória, viúva de dom José I. Era filha de Filipe V e de Isabel Farnésio, de Espanha. Nasceu em 1718. Casou em 19 de janeiro de 1729 contando apenas 11 anos de idade. Ainda bem não contava seis anos de idade quando se cogitava do seu consórcio com Luís XV, rei de França.

16/01/1833. Quarta-feira. Falece às 9h10 da manhã no Paço Imperial de S. Cristóvão, após vinte e um dias de gravíssima enfermidade, aos nove anos e onze meses de idade, a princesa d. Paula Mariana, irmã do imperador dom Pedro II, nascida em 17 de fevereiro de 1823. O tratamento da moléstia, que pareceu a princípio dar resultado, tornou-se logo depois improfícuo. Sobrevieram convulsões, que se tornaram repetidas e por fim paralisia do lado esquerdo. Reconheceu-se depois que se tratava de febre tifóide, tendo havido complicações. O nº 19 do *Diário do Governo*, de 17 de novembro de 1833, publica extenso relatório da moléstia e do tratamento da desditosa princesa, começando pelas seguintes palavras: “Sua alteza tinha de idade quase dez anos, era muito irritável, dotada de uma constituição nervosa, com grande desenvolvimento de cabeça”.

Assinam esses boletins os médicos dr. Francisco José de Sá, dr. Fidélis Martins Bastos, dr. Joaquim Vicente Torres Homem e dr. José Martins Cruz Jobim. D. Paula sofria de impaludismo e de hepatite crônica. Morreu perfeitamente consciente. Por sua resignação e bondade era por todos considerada “uma santinha”. Em carta datada de 23 de janeiro o imperador e suas irmãs d. Já-

nuária e d. Francisca participavam ao pai o doloroso ocorrido. O tutor – José Bonifácio, acrescentava em “post-scriptum” os dois versos finais da Ode XXIV do Livro I das Odes de Horácio: *Durum! sed levius fit patientia – quidquid corrigere nefas* (é duro, mas a paciência torna mais suave o que não é possível ser de outra forma).

O cadáver foi colocado em riquíssimo caixão e conduzido da Quinta da Boa Vista, onde se deu o óbito, para o Paço da Cidade. Estava armado ali um catafalco e em derredor vários altares, nos quais se rezou missa de corpo presente. A encomendação teve início às 15 horas e terminou às 18, seguindo-se as cerimônias do enterramento. Depositou-se o corpo no convento da Ajuda (aproximadamente às 22 horas), permanecendo aí até esse convento ser demolido, e em 9 de novembro de 1911 trasladado para o convento de Santo Antônio, onde permanece.

18/01/1807. Realiza-se à tarde deste dia, na capela da Basílica de Mafra, o batismo da infanta d. Ana de Jesus Maria, nona e última dos filhos de dom João VI e de d. Carlota Joaquina, sendo oficiante o deão patriarcal da Sé de Lisboa. Foram padrinhos o infante d. Pedro Carlos de Espanha, e a princesa d. Maria Benedita, viúva do príncipe do Brasil dom José e irmã da rainha d. Maria I.

20/01/1819. Quarta-feira. Falece em Nápoles, quatorze dias após a morte do rei seu esposo, a rainha de Espanha d. Maria Luísa Teresa de Parma, progenitora da rainha d. Carlota Joaquina. Nasceu em 1751. Casou-se em 1765 com o rei d. Carlos IV, havendo desse consórcio nove filhos. Com a invasão da Espanha por Napoleão em 1808, foi juntamente com o rei exilada para Compiègne, donde posteriormente seguiram para Roma fixando residência ali.

21/01/1808. Quinta-feira. Pelas cinco horas da tarde desembarca em Salvador, na Bahia, o príncipe regente dom João, que saíra de Portugal em 29 de novembro do ano anterior, “acossado pela invasão do déspota da Europa” (como se expressa o príncipe dom Pedro num de seus manifestos). Foi aí que assinou a carta régia de 28 de janeiro de 1808 pela qual abria os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas, dando assim cumprimento ao Tratado da Ajuda, assinado ainda em Portugal com lorde Strangford. O príncipe regente permaneceu na Bahia

um mês e cinco dias, continuando viagem para o Rio de Janeiro em 26 de fevereiro. Parte da esquadra, as naus *Rainha de Portugal*, *Príncipe do Brasil* e *Conde Dom Henrique*, dispersas pelo temporal que rebentara logo após a saída de Lisboa, ali haviam aportado em 17 de janeiro.

21/01/1832. Dom Pedro I faz em Paris o seu primeiro testamento, o qual ficará depois como codicilo do segundo, escrito em Queluz em 15 de setembro de 1834 (ver esta data).

22/01/1797. Domingo. Nasce em Viena da Áustria a arquiduchessa d. Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, que virá desposar o príncipe d. Pedro, depois imperador do Brasil. Era a segunda filha de Francisco I da Áustria (1801) e II da Alemanha (1792), rei da Hungria e da Boêmia, e da imperatriz d. Maria Teresa Carolina de Bourbon Nápoles; irmã do imperador Fernando I da Áustria e da imperatriz de França Maria Luisa, e sobrinha de Maria Antonieta, esposa de Luís XVI, rei de França.

26/01/1821. Famoso manifesto das cortes de Lisboa reclamando a presença de dom João VI em Portugal.

26/01/1835. Casamento da rainha de Portugal d. Maria II, primogênita do imperador dom Pedro I e da imperatriz d. Leopoldina, com o príncipe dom Augusto, Carlos, Eugênio, Napoleão, duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz, irmão da segunda imperatriz do Brasil d. Amélia de Leuchtenberg e Eischtadt. O contrato matrimonial foi assinado em 8 de novembro, realizando-se o casamento por procuração em 1 de dezembro de 1834. As bênçãos nupciais foram dadas na Sé Patriarcal de Lisboa. O príncipe veio a falecer dois meses após, em 28 de março, sem haver deixado descendência. D. Maria II de novo casou em 9 de abril de 1836 com o duque Formoso, príncipe dom Fernando de Saxe Coburgo e Gota, havendo desse segundo consórcio doze filhos. Dom Fernando, por morte dela, ocorrido em 15 de novembro de 1853, desposou a cantora lírica Elisa Frederica Hensler em 10 de junho de 1869, na real capela de Benfica.

26/01/1873. Domingo. Vitimada por colapso cardíaco falece em Lisboa, às 5 horas da manhã, aos 61 anos de idade, em seu Palácio das Janelas Verdes, a ex-imperatriz do Brasil, duquesa de Bragança, d. Amélia de Leuchtenberg e Eischtadt, nascida em Milão, em 31 de julho de 1812. Casou-se na idade de 17

anos com o imperador dom Pedro I (que contava então 30), celebrando o ato civil em Munique em 2 de agosto de 1828 e recebendo a bênção nupcial no Rio em 17 de outubro de 1829. Vivia de uma pensão que lhe foi estabelecida em Portugal por lei de 19 de dezembro de 1834, e de outra, estabelecida no Brasil por decreto de 19 de junho de 1838. Fez o seu testamento em 6 de janeiro de 1863. A notícia do seu falecimento chegou ao Rio de Janeiro em 13 de fevereiro, uma quinta-feira. O imperador e a família imperial tomaram luto por seis meses, três rigorosos e três aliviados. Em Portugal foi decretado luto geral por oito dias.

26/01/1878. Sábado. Nasce em Petrópolis, às 3h45 da manhã, o príncipe dom Luís Filipe, Pedro de Alcântara, Gastão, Miguel, Rafael, Gonzaga, segundo filho da princesa Isabel e do conde d'Eu. Veio a desposar em 4 de novembro de 1908 a princesa de Itália d. Maria Pia de Bourbon Sicília. Faleceu em Cannes, aos 42 anos de idade, em 26 de março de 1920.

27/01/1792. Enlouquecimento da rainha d. Maria I. Vinha ela reinando havia quinze anos e contava de idade 58. Entre as causas que teriam fatalmente contribuído para essa desgraça incluem-se os desgostos experimentados com o desaparecimento de seus entes mais queridos. Em 24 de fevereiro de 1777 perdia o pai. A 15 de janeiro de 1781 faleceu a mãe. A primogênita morreu logo ao nascer, tendo morrido ainda crianças os príncipes dom João, d. Clementina e d. Isabel. Em 25 de maio de 1786 finava-se o marido, o rei dom Pedro III. Em 11 de setembro de 1768 sucumbia em plena juventude o príncipe dom José, herdeiro presuntivo do trono. Em 2 de novembro do mesmo ano morre prematuramente, aos vinte anos incompletos, a filha recém-casada d. Mariana, e uma semana após o filhinho dela. Em 29 descia ao túmulo o arcebispo, seu confessor e conselheiro, por quem tinha especial predileção.

Veio de Londres especialmente contratado para tratá-la o famoso especialista dr. Francisco Willis, que curara de idêntico mal o rei Jorge III. Chegou a Lisboa em 15 de março e retornou à Inglaterra em 15 de agosto sem que a paciente experimentasse melhoras.

Fora a rainha atacada de profunda melancolia; num estado de idiotia apática permaneceu durante vinte e quatro anos até seu falecimento no Rio de Janeiro em 20 de março de 1816, na avançada idade de 81 anos.

Fevereiro

01/02/1792. O príncipe regente dom João, que em 1788, por morte do príncipe dom José, fora declarado herdeiro do trono, assume o governo por impedimento de sua mãe, a rainha d. Maria I, que ficara alterada das faculdades mentais.

01/02/1908. São brutal e traiçoeiramente assassinados no Terreiro do Paço, em Lisboa, ao chegarem de Vila Viçosa, o rei dom Carlos I e o príncipe herdeiro dom Luís Filipe. Desse atentado saiu incólume a rainha d. Maria Amélia de Orleans, ficando ligeiramente ferido o infante dom Manuel, logo a seguir elevado ao trono sob o nome de dom Manuel II. Era dom Carlos filho de dom Luís I e de d. Maria Pia de Sabóia, neto de d. Maria II e de dom Fernando II e bisneto de dom Pedro I do Brasil, IV de Portugal. Nasceu em 28 de setembro de 1863. Casou em 1885 havendo nascido do consórcio os seguintes filhos: d. Luís Filipe (21 de março de 1887); d. Maria (14 de dezembro de 1887) falecida logo depois; d. Maria Ana (1888) e dom Manuel II (15 de novembro de 1889).

03/02/1908. Dom Manuel II sobe ao trono de Portugal, de que foi o 33º e último rei. Com a proclamação da República em 5 de outubro de 1910 foi deposto e exilado, vindo a falecer em 2 de julho de 1932. Jaz em S. Vicente de Fora.

04/02/1822. Segunda-feira. Falece às 9h45 da manhã no Paço Imperial de S. Cristóvão, em consequência de crise convulsiva, que durou vinte e quatro horas, o príncipe da Beira dom João Carlos, terceiro dos filhos de dom Pedro I e da imperatriz Leopoldina, nascido em 6 de março de 1821. Seu corpo foi embalsamado pelo primeiro médico do paço dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, depois barão de Iguaraçu. Foi sepultado no convento de Santo Antônio no dia 6, data em que completaria 11 meses. Em 1842, construído um mausoléu para o enterrar, foi para o mesmo trasladado em 22 de novembro de 1843. Dom Pedro I, em carta endereçada a dom João VI, em data de 14 de fevereiro. Culpava de sua morte o comandante da divisão auxiliadora Jorge de Avilês (general Jorge de Avilês Jusarte de Sousa Tavares). Avilês, em consequência do “fico” em 9 de janeiro, a 11 ocupou com suas forças o morro do Castelo, o que motivou a saída da família imperial a altas horas da



D. Maria II, rainha de Portugal

(Lit. de Fertig, executada por Lopes & Bastod e editada por Diogo J. Oliveira da Cunha e Domingos Francisco Lopes.)
Col. do Museu Imperial.

noite para a Fazenda de Santa Cruz. Dom João Carlos estava resfriado, e a friagem da noite agravou-lhe o mal. Devido a isso retornou com ele, d. Leopoldina no dia 19, sobrevivendo depois a crise convulsiva de que veio a falecer.

04/02/1853. Sexta-feira. Vítima de tuberculose pulmonar, falece aos 22 anos de idade, no Paço das Angústias, em Funchal, ilha da Madeira, onde se encontrava em tratamento, a princesa d. Maria Amélia, filha única do segundo consórcio de dom Pedro I com d. Amélia de Leuchtenberg. Nascera em Paris, quando seus pais ali se encontravam exilados, em 1 de fevereiro de 1831. O corpo da desditosa princesa, transportado para Lisboa, aonde chegou em 11 de maio, foi depositado no Panteão dos Braganças em S. Vicente de Fora. A ex-imperatriz, desolada com a morte da filha, fez erguer no local, para tratamento de moças tuberculosas, um preventório ainda hoje ali existente denominado “Preventório Dona Amélia”. A notícia do passamento da princesa chegou ao Rio de Janeiro a 11 de março, uma quarta-feira. A família imperial e a corte tomaram luto por seis meses, três rigorosos e três aliviados, retirando-se o imperador para Petrópolis no dia 16 e retornando em 18 para receber as condolências da corte. Jamais vira ele a irmã falecida. Um cortejo que deveria realizar-se no dia 14 em comemoração ao natalício da imperatriz, ficou transferido para o dia 28 às 13 horas.

05/02/1911. Domingo. Inaugura-se às 15 horas, na praça principal de Petrópolis, a estátua de dom Pedro II, executada mediante subscrição popular. A pedra fundamental fora lançada em 20 de dezembro de 1908. O projeto deveu-se ao famoso artista francês Jean Magroux, e o pedestal de granito ao famoso arquiteto parisiense Félix Debret. A estátua representa o imperador assentado, em atitude pensativa, com a mão esquerda apoiando a face e com a direita segurando um livro. Discursou na ocasião o conde de Afonso Celso, presidente da comissão executiva do monumento. O monumento foi desvendado pelo presidente da República marechal Hermes da Fonseca. Estiveram presentes ao ato, entre inúmeras personalidades ilustres, três ex-presidentes de conselho da monarquia: visconde de Ouro Preto, marquês de Paranaguá e conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

06/02/1818. Solene aclamação de dom João VI no Rio de Janeiro. Pela manhã desse dia o rei e a família real assistiram missa na Capela Real, solenidade que terminou ao meio-dia. Às 16 horas dom João apareceu na suntuosa varanda armada em frente ao Paço da Cidade, acompanhando-o os grandes do reino, bispos, diplomatas e oficiais militares. A cerimônia religiosa presidida pelo bispo capelão-mor dom José Caetano da Silva Coutinho. Adiante do rei vinham os príncipes dom Pedro e dom Miguel. dom João, ao ser visto pelo povo, foi freneticamente aclamado. Traria o manto real de veludo carmesim recamado de ouro, ostentando na cabeça um chapéu adornado de vistosas plumas. A seguir sentou-se enquanto o desembargador do paço Luís Carvalho e Melo proferiu um discurso alusivo à solenidade. A cerimônia do juramento foi logo após, recebendo-o o bispo capelão-mor assistido pelos bispos de Moçambique e de Goiás. Imediatamente o príncipe dom Pedro se ajoelhou aos pés de dom João pronunciando idêntico juramento, no que foi imitado pelos demais membros da família real e pelos grandes da corte. Depois o rei de armas gritou para o povo: “Ouvide, ouvide, estai atentos!” E o alferes-mor repetiu três vezes: “Real, real, real pelo muito alto e muito poderoso rei dom João VI!” Renovaram-se as aclamações, troaram as fortalezas, salvaram os navios surtos no porto, rebentaram fogos por todos os lados e repicaram os sinos nas igrejas. A cerimônia realizou-se na antiga igreja dos Carmelitas. Seguiu-se solene Te-Déum com música especialmente composta para essa solenidade pelo já então famoso maestro Marcos Portugal. Prolongaram-se as cerimônias até às 8 horas da noite, e os festejos duraram três dias e três noites. Para comemorar o fato foi instituída no Brasil a ordem honorífica de “Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa”.

07/02/1871. Terça-feira. Vítima de febre tifóide, falece em Viena da Áustria aos 23 anos, 5 meses e 6 dias de idade a princesa d. Leopoldina, terceira dos filhos de dom Pedro II e de d. Teresa Cristina, esposa do duque de Saxe. A princesa Isabel e o conde d’Eu, que se achavam a passeio na Inglaterra, ao terem notícia do grave estado da princesa, partiram sem demora para Viena, aonde chegaram no dia 5, a tempo ainda de assistir aos seus últimos instantes. Os restos mortais foram trasladados para Coburgo, na Alemanha. A notícia do falecimento chegou à

corte do Rio de Janeiro vinte e seis dias após pelo paquete inglês *Oneida*, que entrou a barra em 5 de março. Nasceu d. Leopoldina em 15 de julho de 1847. Contraiu núpcias em 15 de dezembro de 1864 com o príncipe dom Luís Augusto Maria Eudes de Saxe, havendo desse consórcio nascido quatro filhos. O desgosto que custou a sua morte aos soberanos do Brasil fez que empreendessem a sua primeira viagem à Europa (25 de maio de 1871 a 31 de março de 1872). Na fala do trono com que abriu a Assembléia Geral em 3 de maio desse ano, disse o imperador, aludindo ao seu passamento: “Transpassado da mais pungente dor, comunico-vos que no dia 7 de fevereiro último faleceu em Viena da Áustria minha muito amada e prezada filha, a princesa d. Leopoldina, duquesa de Saxe. Resigno-me submisso aos decretos do Altíssimo e as manifestações de pesar que recebi de todos os brasileiros, às quais sou cordialmente reconhecido, muito contribuíram para mitigar-me tão profunda mágoa”.

10/02/1792. Uma junta médica, nesta data, dando parecer sobre o estado de saúde da rainha d. Maria I respondeu aos quatro quesitos que lhe foram formulados: 1, se a moléstia dava esperanças de próximas melhorias; 2, se haveria demora no perfeito restabelecimento de S. M.; 3, se era compatível com o restabelecimento da rainha alguma aplicação desta aos negócios do governo; 4, se atualmente seria prudente tocar S. M. nestas coisas sem risco de alterar o progresso de seu restabelecimento. Negativamente quanto aos quesitos 1, 2 e 4, e afirmativamente quanto ao terceiro. À vista disso, o Conselho dos Ministros dirigiu uma representação ao príncipe dom João fazendo-lhe ver a necessidade de assumir imediatamente a direção dos negócios públicos. O príncipe baixou então um decreto nesse sentido e deu conhecimento do fato às cortes européias. Em 15 de julho de 1799 foi declarada incurável a doença da soberana, e então assumiu o título de regente do reino ou príncipe regente.

17/02/1823. Segunda-feira. Nasce no Paço da Boa Vista a princesa d. Paula Mariana, quinta dos filhos de d. Pedro I e de d. Leopoldina. Houve no dia 19 às 13 horas beija-mão no Paço da Cidade e solene Te-Déum na Capela Imperial. Dona Paula veio a falecer aos dez anos de idade em 16 de janeiro de 1833.

17/02/1845. Nasce em Portugal a infanta d. Maria, sexta dos doze filhos da rainha d. Maria II. Desposou mais tarde o príncipe Leopoldo Hohenzollern-Sigmaringen.

18/02/1821. É lavrado em Portugal um decreto das cortes (publicado no dia 24) determinando a ida imediata para ali do príncipe dom Pedro, a fim de que assumisse a direção dos negócios públicos enquanto dom João VI permanecesse no Brasil. Uma vez em Portugal, deveria ele remeter o projeto de Constituição que as cortes formulassem. Essa determinação não foi obedecida.

19/02/1911. Domingo. Nasce em Cannes (França) o príncipe dom Luís Gastão Antônio Maria Filipe, segundo filho do príncipe dom Luís, neto da princesa d. Isabel e do conde d'Eu. Faleceu em 9 de setembro de 1931.

19/02/1828. Dom Miguel, procedente da Inglaterra, chega triunfalmente em Portugal a bordo da fragata portuguesa *Pérola*, sendo então ruidosamente aclamado “rei absoluto”.

19/02/1913. Quarta-feira. Nasce no castelo d'Eu, França, dom Pedro, Gastão, Maria, Filipe, Lourenço, segundo dos filhos do príncipe do Grão-Pará, neto da princesa Isabel e do conde d'Eu. Consorciou-se com a princesa de Espanha d. Esperanza, filha do infante dom Carlos.

21/02/1777. Casamento do príncipe do Brasil dom José, filho da princesa d. Maria Francisca, logo depois rainha sob o nome de d. Maria I, com sua tia d. Maria Benedita, contando ele 16 anos e ela 31. O impedimento de parentesco foi dispensado por um breve papal.

22/02/1827. Após o falecimento de el-rei dom João VI, o infante dom Miguel entra em Lisboa e toma posse do governo como lugar-tenente de seu irmão dom Pedro IV (I do Brasil). Presta no dia 26 o juramento prescrito, terminando nessa data a regência da infanta d. Isabel Maria, instituída por dom João VI antes de morrer.

22/02/1832. Dom Pedro I, procedente de Londres, desembarca na ilha de S. Miguel, a caminho do continente, a fim de repor no trono sua filha d. Maria II.

23/02/1845. Domingo. Nasce às 13 horas e trinta e cinco minutos no Paço Imperial da Boa Vista o príncipe dom Afonso,



Infanta d. Isabel Maria de Bragança
(Lit. de Santa Bárbara, executada em 1859 na
Litografia da Casa Real.)
Col. do Museu Imperial

primogênito de dom Pedro II e de d. Teresa Cristina. Para comemorar o feliz sucesso houve solene Te-Déum na capela imperial e festejos que se prolongaram por três dias. Batizou-se no dia 25, tendo-se-lhe dado esse nome em memória de dom Afonso, mestre de Avis, fundador da Casa de Bragança. Foram padrinhos o rei de França Luís Filipe e a duquesa de Bragança, ambos representados *in absentia*.

24/02/1823. Segunda-feira. É batizada às 17 horas na capela imperial a princesa d. Paula Mariana. Saiu o cortejo do Paço da Cidade, sendo a recém-nascida conduzida debaixo do pátio nos braços do mordomo-mor da imperatriz dom Francisco da Costa de Sousa Macedo. Recebeu na pia batismal os seguintes nomes: d. Paula, Mariana, Joana, Carlota, Faustina, Matias, Francisca, Xavier de Paula, Micaela, Gabriela, Rafaela, Gonzaga. Foram padrinhos o glorioso patriarca S. José e a princesa d. Maria da Glória. Várias condecorações foram conferidas nesse dia em regozijo pelo faustoso acontecimento.

24/02/1777. Segunda-feira. Morre em Lisboa, às primeiras horas da manhã, o rei dom José I, subindo ao trono sua filha d. Maria Francisca, princesa da Beira, que tomou o nome de d. Maria I. O corpo do finado monarca foi depositado em São Vicente de Fora. Havia caído com um ataque de apoplexia em 12 de novembro de 1776. No dia 18 pediu e recebeu os Santos Sacramentos, ministrando-lhe a extrema-unção o deão patriarcal. No dia 29 perdeu a fala e nessa data a princesa assumiu a regência do reino. Sua esposa, a rainha d. Mariana Vitória, veio a falecer em Queluz a 15 de janeiro de 1781. Era dom José I filho de dom João V e da rainha d. Mariana da Áustria. Nasceu em Lisboa em 1714 e subiu ao trono em 31 de julho de 1750. Reinou vinte e sete anos sob a supervisão do seu onipotente ministro Sebastião José de Carvalho Melo, conde de Oeiras (1759) e a seguir marquês de Pombal (1770). Inúmeras perseguições aos nobres e ao clero foram feitas durante o seu reinado.

25/02/1907. Segunda-feira. Nasce no Castelo de Gerasdorf o príncipe dom Ernesto, Francisco, José, Inácio, Tadeu, Félix, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, sétimo e último dos filhos do príncipe dom Augusto, neto da princesa d. Leopoldina, bisneto do imperador dom Pedro II.

26/02/1808. O príncipe regente d. João, deixa a Bahia, aonde aportara em 22 de janeiro, com destino ao Rio de Janeiro. O brigue *Voador*, destacando-se da frota, no dia 14 levou a notícia, intensificando-se então os preparativos para recepção condigna do príncipe. A viagem de Lisboa ao Brasil demorou 54 dias e 9, a da Bahia ao Rio, havendo sido de 33 dias a permanência do príncipe regente em Salvador.

28/02/1821. A conselho de seus ministros lança dom João VI um manifesto no qual declara sua resolução de retornar a Portugal, mandando preparar logo a fragata *Maria da Glória*. Foi por essa ocasião que começou a formar-se e a desenvolver no Brasil o movimento em favor da independência, a cuja frente puseram logo Joaquim Gonçalves Ledo, cônego Januário da Cunha Barbosa, frei Sampaio e José Clemente Pereira, este último juiz de fora da corte.

Março

03/03/1832. O ex-imperador dom Pedro I, após haver chegado aos Açores, assume a regência durante a menoridade de sua filha a rainha d. Maria II, cujo trono havia sido usurpado por dom Miguel.

04/03/1826. Sábado. Dom João VI adoece gravemente após uma merenda na Quinta de Belém, enquanto aguardava a saída da procissão de S. S. Sacramento da Igreja da Ajuda. Piorou a partir do dia 5, sobrevivendo-lhe freqüentes náuseas seguidas de vômitos fortíssimos e caindo em desmaios. No dia 6 houve conferência médica sobre o seu estado de saúde; mas a doença não ficou conhecida. Suspeitou-se que houvesse sido envenenado. Dois meses após o seu falecimento a rainha d. Carlota Joaquina, ao receber as condolências do embaixador inglês Sir William A'Court, declarou que o rei fora realmente envenenado e chegou a citar a natureza do tóxico escolhido (água tofana).

04/03/1913. Terça-feira. Nasce em Boulogne-sur-Seine, França, a princesa d. Pia Maria, Isabel, Antônia, Vitória, Teresa, Amélia, Geralda, Gonzaga, terceira e última dos filhos do príncipe d. Luís, neta da princesa Isabel e do conde d'Eu.



Imperatriz d. Amélia e sua filha, a princesa d. Maria Amélia

(Lit. de J. Fertig, executada por Piloty e Lochle, em
Munique, segundo tela de Dürck.)
Col. do Museu Imperial.

05/03/1843. Parte para Nápoles a divisão naval brasileira encarregada de conduzir ao Brasil a imperatriz Teresa Cristina. Estava sob o comando do chefe-de-esquadra graduado Teodoro de Beaurepaire-Rohan, e compunha-se de três vasos de guerra: a fragata *Constituição* sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra, José Inácio Maia, as corvetas *Dois de Julho* sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Pedro Ferreira de Oliveira, e *Euterpe* comandada pelo capitão-de-fragata João Maria Wandenkolk. Ia como embaixador extraordinário de S. M. junto à corte de Nápoles o comendador José Alexandre Carneiro Leão, futuro visconde de São Salvador de Campos, tendo como secretário da embaixada Braz Carneiro Belens. A divisão fundeou na baía de Nápoles em 21 de maio pelo amanhecer, desembarcando o embaixador e sua comitiva no dia 22. O casamento efetuou-se no dia 30 (ver 30 de maio de 1843).

05/03/1897. Sexta-feira. Falece o príncipe dom Luís Carlos Maria, José de Bourbon, conde de Áquila, que em 28 de abril de 1844 desposou a princesa d. Januária, irmã do imperador dom Pedro II. Nascera em 19 de julho de 1824.

06/03/1821. Terça-feira. Nasce no Paço da Boa Vista o príncipe da Beira dom João Carlos Borromeu, terceiro dos filhos do príncipe dom Pedro e de d. Leopoldina. Foi batizado no paço pelo cônego José de Araújo Landim. No dia 8 houve solene Te-Déum na capela imperial com música de Marcos Portugal sob a regência do maestro Fortunato Mazziotti, e no dia 9 missa gratulatória, durante a qual se fez ouvir o famoso orador sacro frei Sampaio. Recebeu os seguintes nomes: dom João, Carlos Borromeu, Pedro, Leopoldo, Olegário da Encarnação, Francisco Xavier de Paula, Miguel, Gabriel, Rafael Gonzaga. Por essa ocasião baixou dom João VI dois decretos – um concedendo perdão aos criminosos de deserção simples dos diferentes corpos do Exército; outro aos criminosos de deserção simples dos corpos da Marinha e brigada real. Dom João Carlos foi crismado em 27.

06/03/1826. Por decreto desta data nomeia dom João VI uma regência para governar o reino durante a enfermidade que o acometera sob a presidência da infanta d. Isabel Maria, constituindo-a o cardeal patriarca, o duque de Cadaval (dom Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo) o marquês de Valada, o conde

dos Arcos e o conselheiro, ministro e secretário de Estado de cada uma das secretarias respectivas. O ato foi dado à publicidade logo no dia imediato na *Gazeta de Lisboa*. Dom Pedro I confirmou esta regência em 26 de abril (quarta-feira), após haver recebido notícia do falecimento do pai.

06/03/1821. Quarta-feira. Dom João VI, resolvido a retornar a Portugal, nomeia dom Pedro, por decreto desta data, regente do reino em sua ausência. Esse mesmo decreto convocava constituintes às cortes de Lisboa.

06/03/1808. Uma salva de canhões seguida de repiques festivos dos sinos de todas as igrejas do Rio de Janeiro, anuncia a chegada da frota procedente da Bahia conduzindo o príncipe dom João e parte da família real. Eram 14 horas. Os demais membros da real família já haviam desembarcado em 17 de janeiro, após a chegada ao Rio das naus *Rainha de Portugal*, *Príncipe do Brasil*, *Infante Dom Henrique*, fragatas *Minerva*, *Golfinho* e *Martim de Freitas*, além de várias embarcações mercantis e os navios ingleses *London*, *Malbourg* e *Monarch*, dispersos desde a saída de Lisboa por um forte temporal. Vinham neles d. Maria Benedita, princesa do Brasil, viúva do príncipe dom José, irmão mais velho do regente, e a infanta d. Mariana, ambas irmãs da rainha d. Maria I, as filhas do regente: d. Isabel Maria e d. Maria Francisca, as quais só se decidiram a desembarcar depois que souberam achar-se sãos e salvos os demais membros da família real, que haviam aportado na Bahia. A alvissareira notícia foi recebida em 19 de fevereiro, quase um mês depois. Era então vice-rei do Brasil o conde dos Arcos, dom Marcos de Noronha e Brito. A nova do embarque do príncipe regente para o Rio foi trazida pelo brigue *Voador*, comandado pelo capitão-de-fragata Francisco Maximiliano de Sousa, o qual se destacou da frota. Eram: a nau *Príncipe Regente* conduzindo o príncipe, o príncipe da Beira dom Pedro; os infantes dom Miguel e dom Pedro Carlos, de Espanha; a nau *Príncipe Real* com a rainha d. Maria I; a nau *Afonso de Albuquerque* com d. Carlota Joaquina e as infantas d. Maria Teresa, d. Maria de Assunção e d. Ana de Jesus Maria, filhas do regente; e a nau *Medusa*, a fragata *Urânia* e a nau inglesa *Bedford* conduzindo fidalgos em número superior a quinze mil.



Príncipe Eugênio de Beauharnais
(Duque de Leuchtenberg)
(Lit. de N. Muxel executada por Selb, segundo original de Stieler.)
Col. do Museu Imperial

A esquadra fundeou em frente ao largo do Paço às 14 horas. O príncipe regente desembarcou no dia 8 às 16 horas. Seu primeiro ato ao saltar foi ajoelhar-se em terra e beijar um crucifixo que um sacerdote lhe apresentou, o mesmo fazendo os demais membros da família real. A seguir encaminhou-se com numeroso séquito, debaixo de ruidosas aclamações, para a Igreja do Rosário, que servia então de catedral, sendo aí entoado solene Te-Déum. A rainha desembarcou no dia imediato indo hospedar-se no palácio dos vice-reis, depois Paço da Cidade e atualmente diretoria geral dos Correios e Telégrafos, à praça XV de Novembro. A população do Rio era então calculada em 90.000 habitantes, contando o Brasil as dez seguintes capitanias: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande de São Pedro do Sul. Logo ao chegar, dom João, a conselho do marquês de Belas, endereçou uma circular a cada um dos governadores das capitanias, explicando os motivos que determinaram sua vinda para o Brasil.

10/03/1792. O príncipe dom João, depois rei sob o nome de dom João VI, assume a regência do reino durante o impedimento de sua mãe, a rainha d. Maria I, que, acabrunhada pelos desgostos e pelas dificuldades dos negócios públicos, ficara alterada das faculdades mentais.

10/03/1826. Sexta-feira, 5 horas da tarde. Morre aos 59 anos de idade no Real Palácio da Bemposta o rei dom João VI. Foi dado como *causa-mortis* apoplexia e epilepsia, havendo indícios porém de que haja sido envenenado. Declarou um de seus médicos, testemunha ocular da moléstia que vitimou, que teve ela começo no dia 2 à tarde, após a merenda que fizera na quinta de Belém. A princípio lhe sobreveio uma diarréia biliosa, que durou até o dia 3 à noite. Saiu à tarde desse dia para ver a procissão dos Passos. Comeu pouco. Observou-se que desde certo tempo andava muito triste. No dia 4 almoçou em presença do médico uma galinha corada em manteiga, um pedacinho de queijo e algumas laranjas. Às 9h30 da manhã sentiu vertigens, que passaram logo. Pouco depois, entrando a despachar com o ministro da Fazenda, sobrevieram-lhe novas perturbações na vista e sentiu certa ansiedade; saiu por um pouco, dormiu e acordou às 13h30. Enquanto conversava teve um desmaio e a seguir foi tomado de aflições e fez vômitos. Então lhe deram a beber uma infusão de marcela, tendo

vomitado muito após havê-la ingerido. Chegaram pouco depois alguns amigos: o barão de Alvaizere, Loureiro, Abrantes e outros. Às 16h30 horas teve novo acesso do qual voltou a si com a aplicação de forte banho d'água nos pés. No dia 5 passou melhor. No dia 6, pelas 9h30 da manhã, novo acesso o acometeu. Então lhe sangraram o braço direito e lhe aplicaram bichas e sinapismos. Nos dias 7 e 8 experimentou melhoras tendo recebido os santos sacramentos. No dia 9 pelas 6h30 da tarde teve novo acesso e perturbações na cabeça, que entretanto passaram logo. Depois os acessos se repetiram até às 17 horas, quando entregou a alma a Deus. A fatal notícia chegou ao Rio pelo brigue *A Providência* no dia 24 de abril. Dom Pedro I, ao recebê-la, decretou luto oficial por seis meses e retirou-se até o dia 30, marcando o dia 1 para receber as condolências da corte e do corpo diplomático.

11/03/1822. Segunda-feira. Nasce no Paço da Boa Vista a princesa d. Januária, quarta dos filhos de dom Pedro I e de d. Leopoldina, cognominada “Princesa da Independência” (por haver nascido no ano em que o Brasil se tornou livre). Recebeu na pia batismal os seguintes nomes: d. Januária, Maria, Joana, Carlota, Leopoldina, Cândida, Francisca Xavier de Paula, Micaela, Gabriela, Rafaela Gonzaga. Desposou em 28 de abril de 1844 o conde de Áquila irmão da imperatriz d. Teresa Cristina, e faleceu em Nice aos 79 anos em 13 de março de 1901.

13/03/1901. Quarta-feira. Falece em Nice aos 79 anos de idade a princesa d. Januária Maria, condessa de Áquila, irmã do imperador dom Pedro II.

14/03/1822. Quinta-feira. Nasce em Nápoles a princesa real das Duas Sicílias, d. Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha de Francisco I (1777-1830), rei das Duas Sicílias, e da rainha d. Maria Isabel (1789-1848). Desposou em 30 de maio de 1843 o imperador dom Pedro II e faleceu no Porto em 28 de dezembro de 1889.

14/03/1826. Terça-feira. Funerais de dom João VI em S. Vicente de Fora.

14/03/1878. Quinta-feira. Batiza-se às 11 horas da manhã na capela imperial o príncipe dom Luís, segundo filho da princesa Isabel e do conde d'Eu, o qual recebeu na pia batismal os



Princesa Augusta Amélia da Baviera
(Duquesa de Leuchtenberg)
(Lit. de Selb, executada por J. Stielerr, segundo tela de Winterhalter).
Col. do Museu Imperial.

seguintes nomes: dom Luís Filipe, Pedro de Alcântara, Gastão, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga. Foram padrinhos seu avô paterno o príncipe dom Luís Filipe Rafael de Orleans, duque de Nemours, e a princesa Czartoryska, Margarida Adelaide Maria de Orleans, representados no ato pelo conselheiro de Estado e senador do Império visconde de Bom Retiro.

19/03/1830. Realizam-se no Rio de Janeiro as exéquias da rainha d. Carlota Joaquina, falecida em 7 de janeiro de 1830.

19/03/1866. Segunda-feira. Nasce o príncipe dom Pedro Augusto de Saxe Coburgo e Gota, primogênito da princesa dona Leopoldina e do duque de Saxe, neto mais velho do imperador dom Pedro II. Recebeu na pia batismal os seguintes nomes: dom Pedro, Augusto, Luís, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica e distinguiu-se no estudo da mineralogia. A proclamação da República abalou-o profundamente; durante a viagem para o exílio começou a manifestar sintomas de alienação mental. Faleceu em Viena em 1934 com sessenta e oito anos de idade, sem haver deixado descendência.

20/03/1816. Quarta-feira. Após curta agonia, falece no Rio de Janeiro, às 11h15 da manhã, com a avançada idade de oitenta e um anos, três meses e três dias a rainha d. Maria I, nascida em Lisboa numa sexta-feira, dia 17 de dezembro de 1734, às 18 horas. Estava no Brasil havia oito anos. Existe no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um documento que contém todos os pormenores da sua moléstia e passamento. A notícia oficial foi dada nos seguintes termos: “A rainha fidelíssima, a senhora d. Maria I, faleceu das conseqüências de uma extrema debilidade, no dia 20 do corrente pelas 11 horas e um quarto da manhã, com oitenta e um anos, três meses e três dias de idade”. Antes de morrer confessou-se, comungou e recebeu a extrema-unção. O príncipe regente dom João não deixou um instante a cabeceira da mãe enferma, cujo estado agravara desde começo de janeiro. Pelo respeito imenso que lhe tinha não permitiu que tocassem em seu corpo para o embalsamarem. No dia 21 houve a cerimônia do beija-mão e às 10 horas da noite foi o cadáver colocado num caixão de madeira e metido este dentro de terceiro caixão, logo conduzido para a sala nobre do paço, forrada

de cima a baixo de veludo-carmesim. Em frente à eça foi erguido um altar e em derredor mais oito. Na manhã de 23 houve missa de réquiem pelo bispo capelão-mor dom José Caetano da Silva Coutinho, tendo o núncio apostólico dom Lourenço Callepi proferido o último responso. Às 20 horas houve nova encomendação e após teve início a cerimônia do enterramento, cujo itinerário foi o seguinte: largo do Paço (atual praça XV de Novembro), ruas Direita (atual Primeiro de Março), Pescadores (atual Visconde de Inhaúma), Quitanda, Ouvidor, Ourives e Ajuda (presentemente rua Chile). A população inteira, exceção dos escravos, pôs luto pesado. À direita do coche caminhava o mordomo-mor marquês de Angeja e à direita o reposteiro-mor conde de Cavaleiros. A Real Guarda dos Arqueiros era comandada pelo marquês de Belas. A porta da igreja da Ajuda (que ficava na atual praça Floriano) foi o caixão tirado pelos Irmãos da Misericórdia passando sucessivamente por três eças suntuosas. Na última foi o corpo encomendado pelo cabido a cuja testa se encontrava o bispo capelão-mor. À porta do coro inferior o marquês de Angeja fez a entrega solene do corpo à abadessa do convento, lavrando-se por essa ocasião um termo, que foi assinado por ela e pelos nobres presentes. As cerimônias terminaram quase à meia noite. Quando em 1821 dom João retornou a Portugal levou consigo os restos mortais da mãe, que ele tanto estremecia, e fê-los depositar na Basílica do Sagrado Coração de Jesus, da Estrela, por ela outrora construída. Foi esse no mundo o primeiro santuário dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, cuja devoção ela introduzira em Portugal. É a única dos soberanos da dinastia bragantina que não jaz na igreja de São Vicente de Fora.

20/03/1826. Uma portaria da regência instituída por dom João VI antes de morrer, publicada no nº de 27 da *Gazeta de Lisboa*, determina que todas as cartas patentes e leis do reino sejam expedidas em nome de dom Pedro IV “por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves”.

21/03/1795. Nasce o infante dom Antônio, segundo filho de dom João VI e de d. Carlota Joaquina.

22/03/1869. Por decreto desta data, é o conde d’Eu nomeado comandante-em-chefe das forças brasileiras em operações no Paraguai.



Princesa d. Maria Ana de Bragança
(Princesa real de Saxe)
(Lit. de Santa Bárbara, feita em Lisboa, em 1857, na oficina de Lopes & Bastos)
Col. do Museu Imperial

23/03/1897. Nasce em Pola, na Europa, a princesa dona Clementina Maria, Teresa, Josefa, Gabriela, Gonzaga, primeira dos filhos do príncipe dom Augusto, neta da princesa d. Leopoldina, bisneta de dom Pedro II. Casou-se em 17 de novembro de 1925, com o barão Eduardo de Helles, consórcio do qual nasceram dois filhos: Carolina, baronesa de Helles, e Simão, barão de Helles.

25/03/1824. Dom Pedro I jura a Constituição do Império, elaborada sobre as bases por ele apresentadas ao Conselho de Estado. A cerimônia realizou-se na capela imperial e, “foi conservada numa gravura de Debret.

25/03/1845. É solenemente batizado no Paço Imperial da Boa Vista o príncipe dom Afonso, primogênito de dom Pedro II e de d. Teresa Cristina. Serviram de padrinhos o rei dos franceses, Luís Filipe e a duquesa de Bragança.

26/03/1876. Domingo. Dom Pedro II, em companhia da imperatriz, empreende a sua viagem aos E. Unidos e segunda à Europa. Durou ano e meio. Regressou a 26 de setembro de 1877. Na manhã daquele dia passaram SS. MM. para bordo do vapor *Hevelius* que levantou ferros às 9 horas da manhã. Tocou em Salvador no dia 29, em Belém no dia 4 de abril e chegou a Nova Iorque no dia 15. Hospedou-se no Fifth Avenue Hotel. No dia imediato embarcou para Filadélfia a fim de presenciar a abertura solene da exposição universal, onde foi o telefone pela primeira vez exposto. Coube ao imperador chamar sobre ele a atenção do mundo civilizado, donde a propagação rápida do admirável invento de Graham Bell. Quatro dias depois embarcou para S. Francisco da Califórnia. Percorreu quase todos os estados da federação americana e em seguida o Canadá, enquanto a imperatriz permanecia em Nova Iorque. A 20 de junho partiu para a Inglaterra, dali seguindo para a França e a Alemanha. Em Gastein recebeu a vista do imperador Guilherme. Na Baviera assistiu um concerto de Wagner. Visitou a seguir a Dinamarca, a Suécia, Noruega e Rússia. Neste último país esteve, entre outras cidades, em S. Petersburgo, Moscou, Kieve, Odessa e Sebastopol. Percorreu também a Criméia. Em Ialta recebeu a visita do imperador Alexandre. De Ialta rumou para Constan-

tinopla, onde se demorou pouco; a imperatriz estava ali esperando-o. Foi então à Turquia e a Grécia, percorrendo Vieratia, Delfos, Micenas e Corinto. Da Grécia se dirigiu à Terra Santa. Visitou as ilhas de Patmos, Rodes e Chipre. Na Palestina esteve em Jerusalém, Belém, Nazaré, no vale do Jordão e às margens do lago Tiberíades e do mar Morto. Passou-se depois a Jafa e a Port-Said, percorrendo a seguir o canal de Suez, donde foi ao Egito, visitando ali as mais importantes localidades centrais e as cidades mediterrâneas. Chegou finalmente a Alexandria, donde embarcou para a Itália. Percorreu neste último país as cidades sulinas, que os antigos cognominam “Magna Grécia”, demorando-se até a primeira quinzena de março de 1877. Visitou então a Áustria e a França. Em 23 de maio foi à casa de Vítor Hugo. Em 13 de junho embarcou para Londres, onde se demorou até 1 de julho, dia em que seguiu viagem para a Escócia e a Irlanda. Em 13 de julho saiu de Dover com destino a Calais. Foi então à Bélgica e à Holanda. Saiu de Haia a 17, a 18 chegou a Amsterdã aí permanecendo até 21. Em 4 de agosto vamo-lo encontrar em Berna. Demorou-se na Suíça até 18 de agosto, data em que rumou para Portugal. Em 1 de setembro almoça com Alexandre Herculano em Vale de Lobos e no dia 8 sai de Portugal com destino ao Brasil, a bordo do paquete francês *Orenoque*. No dia 21 tocou em Pernambuco, no dia 23 em Salvador, aportando finalmente no Rio no dia 26. Nessa viagem foi acompanhando pelo barão de Bom Retiro, grande amigo seu.

26/03/1920. Sexta-feira. Confortado pelos Santos Sacramentos, falece em Cannes, em consequência de moléstia contraída durante a primeira grande guerra, o príncipe dom Luís, segundo filho da princesa Isabel e do conde d’Eu, nascido em 26 de janeiro de 1878. Foi jornalista, escritor, ensaísta, soldado e poliglota. Deixou várias obras em francês.

26/03/1876. Tem início a segunda regência da princesa Isabel, a qual terminaria em 25 de setembro de 1877 com a volta do imperador de sua segunda viagem à Europa. Durante esse período esteve no poder o 26º gabinete, presidido pelo duque de Caxias (25 de junho de 1875 a 5 de janeiro de 1878).

27/03/1783. É oficialmente feito o pedido de casamento do príncipe dom João com a infanta de Espanha d. Carlota Joaquina



D. Augusto de Beauharnais
(Duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz, príncipe-consorte de Portugal)
(Lit. de Hanfstaengl, segundo tela de Stieler, impressa por Th. Kammerer em Munique)
Col. do Museu Imperial.

de Bourbon, que contava então 11 anos incompletos. O pedido foi feito em Madri ao rei dom Carlos IV pelo embaixador português marquês de Loureço. Nesse mesmo dia realizaram-se os esponsais, oficiando o cardeal patriarca das Índias. A infanta saiu de Aranjuez em 27 de abril e chegou a Lisboa em 8 de maio. O embaixador espanhol duque de Almodóvar fez então a entrega ao conde de Valadares, representante dos reis de Portugal. No dia 9 celebrou-se em Ajuda a ratificação do matrimônio. Desse consórcio nasceram nove filhos:

1. D. Maria Teresa (1793-1874).
2. Dom Antônio (1795-1801).
3. D. Maria Isabel (1797-1827).
4. Dom Pedro IV, I do Brasil (1798-1834).
5. D. Maria Francisca (1800-1834).
6. D. Isabel Maria (1801-1876).
7. Dom Miguel, prior do Crato (1802-1866).
8. D. Maria da Assunção (1805-1834).
9. D. Ana de Jesus Maria (1806-1856).

27/03/1898. Domingo. Confortada pelos santos sacramentos, falece na Europa, aos 73 de idade, vítima de pneumonia aguda, a princesa d. Francisca, irmã do imperador dom Pedro II, que desposou em 1 de maio de 1843 o príncipe de Joinville, Francisco de Orleans. A doença prostrou-a em 48 horas. Faleceu às 8 horas da manhã em sua residência no hotel da avenida d'Autin nos Campos Elíseos. Os funerais realizaram-se em Dreux, onde os seus restos mortais foram inhumados na capela de S. Luís, reservada para sepultura dos membros da família Orleans. Deixou uma filha – a duquesa de Chartres e um filho – o duque de Penthièvre e os seguintes netos: a princesa Waldemar, da Dinamarca; o príncipe Henri de Orleans; a princesa Marguerite e o príncipe Pierre de Orleans. Em consequência da revolução de 1848 foi exilada com o esposo, retornando mais tarde durante a terceira República.

28/03/1835. Sábado. Vitimado pelo crupe (angina-laringite) falece em Lisboa às 12h30, no Paço Real das Necessidades, dois meses após haver-se casado com a rainha d. Maria II, o príncipe dom Augusto, Carlos, Eugênio Napoleão, duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz. Era irmão da imperatriz

do Brasil d. Amélia de Leuchtenberg e Eischstadt. Não deixou descendência. Espalhou-se logo o boato de que morrera envenenado e em consequência verificaram-se então graves perturbações da ordem em Lisboa. Dom Augusto foi o único estrangeiro que teve no Brasil o título de duque. D. Maria II de novo casou em 9 de abril de 1836 com o “duque Formoso” dom Fernando de Saxe Coburgo e Gota. Este, por morte dela, ocorrida em 15 de novembro de 1853, veio a desposar a cantora lírica Elisa Hensler, em 10 de junho de 1869.

30/03/1862. Domingo. Inauguração solene da estátua equestre de dom Pedro I no largo do Rocio, praça Tiradentes. Foi feita à custa de subscrição popular, tendo sido a idéia de sua elevação levantada pelo “Despertador Constitucional” ainda em vida de dom Pedro e com seu consentimento foram dados os primeiros passos para a construção do monumento. Existe em Lisboa estátua semelhante onde o imperador é representando cavalgando fogoso corcel e mostrando numa das mãos a Carta Constitucional.

30/03/1869. Nomeado comandante em chefe das forças brasileiras em operações no Paraguai parte o conde d’Eu com destino ao teatro da luta, desembarcando em Montevidéu em 5 de abril.

31/03/1872. Dom Pedro II retorna ao Brasil após a sua primeira viagem à Europa.

Abril

04/04/1819. Domingo de Ramos. Nasce às 17 horas no Paço da Boa Vista a princesa d. Maria da Glória, primogênita do príncipe dom Pedro e de d. Leopoldina, a qual será mais tarde rainha de Portugal sob o nome de d. Maria II (1834-1853). A notícia foi saudada na corte com gerais demonstrações de alegria. Troaram as fortalezas, salvaram as embarcações surtas no porto e repicaram os sinos em todas as igrejas. Apresentada à corte, “todos beijaram reverentes sua real mão” (diz o padre Luís Gonçalves dos Santos). No dia imediato houve missa solene e Te-Déum na capela real. Saiu imediatamente para Lisboa a escuna *Leopoldina* levando despachos de el-rei anunciando a boa nova a seus súditos de Portugal, e também um emissário à



Pinçon del.

- 25

S.M.F. O. SENHOR D. FERNANDO 2.º

BULLA Frères Éditéur rue Tiquetonne, 16

Imp. Becquet, rue de

D. Fernando II
(Duque de Saxe e rei de Portugal)
(Lit. de Pinçon, impressa por Becquet e edit. por Bulla Frères, Paris.)
Col. Museu Imperial

corte de Viena (tenente-coronel Guilherme Cristiano Feldner), a fim de fazer ali a mesma participação. No dia 6, pelas 11 horas da manhã, realizou-se soleníssima parada militar no Largo do Paço, e o rei recebeu os grandes da corte, o corpo diplomático e as pessoas gradas que o foram cumprimentar. Nesse mesmo dia chegou a desoladora notícia do passamento da rainha de Espanha, d. Maria Isabel, o que fez interromper as solenidades que se celebravam em comemoração ao nascimento da princesa.

05/04/1831. Dom Pedro I organiza o seu derradeiro ministério, cognominado “ministério dos marqueses”, de que faziam parte os marqueses de Baependi (marechal-de-campo Manuel Jacinto Nogueira da Gama), de Inhambupe (Antônio Luís Pereira da Cunha) e de Aracati (João Carlos Augusto de Oyenhausen); o conde de Lajes (João Vieira de Carvalho) e o visconde de Alcântara (João Inácio da Cunha). A nomeação desse ministério e conseqüente demissão do anterior, formado em 19 de março, deu causa a uma revolta, cujo epílogo foi a abdicação do imperador e sua retirada para a Europa.

06/04/1831. Por decreto desta data, mas posterior ao ato de abdicação, nomeia dom Pedro I a José Bonifácio tutor de seus filhos menores. O decreto está assim redigido: “Tendo maduramente refletido sobre a posição deste Império, conhecendo quanto se faz necessária a minha abdicação, e não desejando mais nada neste mundo senão glória para mim e felicidade para minha pátria: hei por bem usando do direito que a Constituição me concede no capítulo 5º artigo 130: nomear, como por este meu imperial decreto nomeio, tutor de meus amados e prezados filhos, ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo. Boa Vista, aos seis de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império – Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil”.

O ex-imperador escreveu a seguir a seguinte carta a José Bonifácio:

– “*Amicus certus in re incerta cernitur*”.

É chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu muito amado e prezado filho, seu imperador.

Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu filho e espero que educando-o naqueles sentimentos de honra de patriotismo com que devem ser educados os soberanos serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudoso.

– Eu espero que me faça este obséquo, acreditando que não me o fazendo eu viverei sempre atormentado.

Seu amigo constante,

Pedro.”

07/04/1831. O imperador dom Pedro I, premido pelas circunstâncias, abdica a Coroa do Brasil em favor de seu filho dom Pedro II, que contava então cinco anos, quatro meses e cinco dias de idade. As circunstâncias históricas em que os fatos se desenrolaram são bastante conhecidas. Era pouco mais de uma hora da madrugada do dia 7 de abril quando o imperador, sem pedir conselho a ninguém, escreveu o ato de abdição concebido nos seguintes termos:

– “Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o sr. dom Pedro de Alcântara. Boa Vista, 7 de abril de 1831, décimo da Independência e do Império”.

Esse decreto foi entregue ao major Miguel de Frias Vasconcelos, emissário do povo e das Forças Armadas sublevadas. Antes do amanhecer passou-se o imperador, que tomava agora o título de duque de Bragança, para bordo da nau inglesa *Warspite*, surta no porto, aí se asilando.

09/04/1831. Dom Pedro II, com cinco anos, quatro meses e sete dias de idade, é solenemente aclamado imperador do Brasil. Saiu na manhã desse dia da Quinta da Boa Vista com suas três irmãs menores (d. Januária, d. Francisca e d. Paula), acompanhando-os sua aia d. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho. Debret fixou a cena em uma de suas formosas e conhecidas estampas.

09/04/1836. Celebra-se em Lisboa o consórcio da rainha d. Maria da Glória com o príncipe dom Fernando de Saxe Co-

burgo e Gota. O casamento por procuração efetuou-se em 1 de janeiro de 1836. Desse consórcio nasceram onze filhos:

1. Dom Pedro V (16 de setembro de 1837 a 1861), que sucedeu à mãe no trono.
2. Dom Luís I (31 de novembro de 1838 a 1889), a quem coube suceder o irmão.
3. D. Maria (1840).
4. Dom João (1842-1861).
5. D. Maria Ana (21 de julho de 1843 a 1884).
6. D. Antônia Maria (17 de fevereiro de 1845 a 1913).
7. Dom Fernando (1846-1861).
8. Dom Augusto (1847-1889).
9. Dom Leopoldo (1849).
10. D. Maria (1851).
11. Dom Eugênio (1853).

Após a morte da rainha, ocorrida em 15 de novembro de 1853, dom Fernando de novo casou em 10 de junho de 1869, na real capela de Benfica, com a cantora lírica Elisa Frederica Hensler, a quem o rei da Prússia conferiu o título de condessa de Edla.

10/04/1826. Segunda-feira. Tratado entre Portugal e o Brasil, pelo qual reconhecia aquele país a independência deste, proclamada por dom Pedro em 7 de setembro de 1822. O tratado foi feito em 29 de agosto de 1825. Por carta de lei de 15 de novembro de 1825, anunciava dom João VI que havia transmitido os seus direitos sobre a Coroa do Brasil a seu filho dom Pedro I, reservando-se todavia o título de imperador: “Houve por bem ceder e transmitir em meu sobre todos muito amado e prezado filho dom Pedro de Alcântara, herdeiro e sucessor destes reinos, meus direitos sobre aquele país, criando e reconhecendo sua independência com o título de Império, reservando-me, todavia, o título de imperador do Brasil. Meus desígnios sobre este tão importante objeto se acham ajustados da maneira que consta do tratado de amizade e aliança, assinado no Rio de Janeiro no dia 29 de agosto do presente ano, ratificado por mim no dia de hoje”. Dom Pedro o ratificou em 30 de agosto. Menos de quinze dias após o ato final do tratado chegava ao conhecimento de dom Pedro a notícia da morte de el-rei dom João VI.

13/04/1831. Dom Pedro I, na manhã desse dia; passa-se com a ex-imperatriz e o duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz de bordo da nau inglesa *Warspite*, onde se encontrava asilado, para bordo da nau *Volage*, enquanto a rainha d. Maria II, os marqueses de Loulé e o marquês de Cantagalo tomam lugar na fragata francesa *La Seine*, que os conduziram ao exílio. Uma embarcação de guerra nacional – a corveta *Amélia* – acompanha-os até deixarem as águas brasileiras. A partida para a Europa dá-se na manhã desse dia. Levava para o exílio mil contos. Chega à Inglaterra no dia 26 de julho, após haver desembarcado em Cherburgo. D. Maria II desceu em Brest, hospedando-se com o rei Luís Filipe. Em Londres hospedou-se dom Pedro no Clarendon Hotel. Posteriormente se transferiu para Paris, e dali para os Açores. A educação de d. Maria da Glória foi confiada a monsenhor Dupanloup, mais tarde bispo de Orleans.

15/04/1831. O imperador dom Pedro II e a regência, de um palacete no campo de Santana (campo da Honra, e em seguida campo da Aclamação), assistem a uma parada militar formada em sua honra, na qual os oficiais se entrelaçavam com os paisanos em sinal de unanimidade de sentimentos pela vitória da revolução de 7 de abril. No decorrer dessa festividade foi pela primeira vez cantado o *Hino Nacional Brasileiro* de autoria do maestro Francisco Manuel da Silva (cuja letra variou até a forma definitiva). Após houve solene Te-Déum na igreja de S. Francisco de Paula.

16/04/1826. Domingo. Dom Pedro I, por decreto desta data, cria a “Ordem de Dom Pedro I, fundador do Império do Brasil”, a fim de comemorar o reconhecimento da Independência. Os estatutos da ordem foram aprovados pelo decreto nº 228 de 19 de outubro de 1842. O único brasileiro que possuiu grã-cruz desta ordem foi Caxias. Entre os poucos agraciados contam-se o duque de Nemours, o rei dom Fernando e o imperador Alexandre III da Rússia.

19/04/1843. Quarta-feira. O barão de Langsdorf, em nome do rei da França, pede em casamento para o príncipe de Joinville a princesa imperial d. Francisca, irmã do imperador dom Pedro II. O príncipe chegou ao Rio numa segunda-feira, dia 27 de março de 1843, a bordo da fragata *Belle Poule*.



**D. Thereza Maria Christina
Imperatriz do Brasil.**

D. Teresa Cristina Maria
(*Imperatriz do Brasil*)
(Gravura de Carlos Mayer)
Col. do Museu Imperial.

Foram imediatamente levar-lhe as boas vindas de parte do imperador o ministro dos Estrangeiros Carneiro Leão e o mordomo do paço, Paulo Barbosa da Silva, que pôs à sua disposição o Paço da Cidade e as carruagens da Casa Imperial. O desembarque deu-se no dia citado às 13 horas. No dia 28 às 10 horas da manhã o príncipe visitou o imperador, e por essa ocasião lhe fora apresentada a princesa d. Francisca. O imperador o condecorou então com a Ordem do Cruzeiro. No dia 29 S. M. retribuíra-lhe a visita a bordo da fragata *Belle Poule*. No dia 1 de abril foi o príncipe em companhia do imperador até S. Cristóvão, onde no dia 6 houve um baile em sua homenagem. Uma vez pedido o casamento, foi nomeado para celebrar o contrato o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos. Terminada a cerimônia de pedido oficial, retornou o barão de Langsdorf para bordo da fragata, onde o príncipe aguardava o resultado, e deu-lhe conta da missão. Nessa ocasião os navios franceses surtos no porto hastearam a bandeira brasileira e deram salvas logo correspondidas pelas fortalezas. Em 21 de abril o ministro da Fazenda (Joaquim Francisco Viana) se dirigiu à Câmara em nome do imperador pedindo abertura do crédito para pagamento do dote (o qual era de 750:000\$000), de acordo com o disposto nos artigos 4 e 11 da lei de 29 de setembro de 1840, e mais 100:000\$000 para o enxoval. Uma parte foi dada em terras: 25 léguas quadradas numa superfície de 46.582 hectares, na antiga província de Santa Catarina. Nesse local se fundou então a “Colônia Dona Francisca”, à margem direita do rio Cachoeira, a qual de tal modo se desenvolveu que se transformou na cidade de Joinville (freguesia em 1858, município em 1866 e finalmente cidade em 1877).

20/04/1842. É assinado o contrato de casamento de dom Pedro II com a princesa real das Duas Sicílias d. Teresa Cristina Maria de Bourbon, pelo embaixador especial de S. M. conselheiro Bento da Silva Lisboa. O contrato foi ratificado pelo imperador em 23 de julho de 1842. O secretário da embaixada – José Ribeiro da Silva – trouxe da Europa o retrato da futura imperatriz.

21/04/1821. Dom João VI, por decreto desta data, manda adotar a Constituição espanhola enquanto não vinha a que estava sendo preparada pelas cortes de Lisboa. Esse documento é revogado por outro no dia imediato, que mandava ao mesmo tempo

proceder a devassa contra os sediciosos e amotinadores da Praça do Comércio, que haviam pedido a sua promulgação.

22/04/1800. Nasce a 1h45 da manhã no Real Palácio de Queluz, Portugal, a princesa d. Maria Francisca de Assis, quinta dos filhos do príncipe regente dom João e de d. Carlota Joaquina. Desposou o infante de Espanha dom Carlos Maria Isidro e faleceu em 1834.

22/04/1821. Domingo. Dom João VI, por decreto desta data, publicado na *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* de 26, nomeia a d. Pedro I regente e lugar-tenente de el-rei a fim de governar o Brasil em sua ausência. Nessa mesma ocasião foram publicadas “Instruções” de como o príncipe real deveria desempenhar essa incumbência. O decreto de 7 de março tratava do regresso do rei para Lisboa e falava do encargo a ser conferido ao príncipe de exercer o governo provisório do Brasil.

23/04/1891. Dom Pedro II escreve em Cannes, sua fé de ofício, que remete ao visconde Taunay – para divulgá-la no Brasil. Foi aqui pela primeira vez estampada no *Jornal do Comércio*, de 28 de maio. Nenhum outro documento projeta tanta luz sobre as aspirações do reinado, escreveu Nabuco – como esse rápido e imperfeito apanhado de reminiscências, feito pelo imperador enfermo como consolação do desterro e Taunay o considera um dos documentos mais belos e mais sinceros e honrados da história do Brasil.

25/04/1775. Terça-feira. Nasce no Real Palácio de Aranjuez, na Espanha, a princesa real d. Carlota Joaquina Maria de Bourbon, a qual viria em 1785 a desposar o príncipe dom João, posteriormente rei sob o nome de dom João VI.

Foram seus pais o rei de Espanha d. Carlos IV (12 de novembro de 1748 a 20 de janeiro de 1819) e a rainha d. Maria Luísa de Parma. Carlos IV, durante a revolução francesa, tomou partido por Luís XVI e por isso a convenção lhe declarou guerra em 1793. Vencido, – assinou o tratado de paz da Basiléia em 1795 e o tratado de Santo Ildefonso em 1796. Napoleão fê-lo renunciar em 1808 e deu o trono de Espanha a seu irmão José Bonaparte. Carlos IV retirou-se então para Marselha e dali para Roma, vindo a falecer em Nápoles.

25/04/1821. Quarta-feira. Pela madrugada deste dia dom João VI, juntamente com sua real família, passam-se para bordo da nau *Dom João VI*, que os conduzirá a Portugal. Acompanhando-a, seguiram as fragatas *Carolina* e *Princesa Real*, seis charruas e diversas embarcações mercantis, num total de 14 navios, transportando cerca de quatro mil fidalgos, que levavam consigo o que possuíam e podiam. A saída deu-se no dia 26 às 6 horas da manhã. A chegada a Lisboa foi no dia 3 de julho e o desembarque do rei no dia 4.

26/04/1820. Nasce no Paço de São Cristóvão o príncipe dom Miguel, segundo filho do primeiro consórcio de dom Pedro I com d. Leopoldina, o qual faleceu pouco depois.

26/04/1826. Dom Pedro I do Brasil, IV de Portugal, confirma a regência instituída por dom João VI antes de morrer.

28/04/1842. Quinta-feira. Nasce em Neuilly-sur-Seine, França, o príncipe d. Luís Filipe Maria Gastão de Orleans, conde d'Eu, que viria desposar a princesa d. Isabel, herdeira do trono do Brasil.

28/04/1844. Casamento da princesa d. Januária Maria, irmã mais velha de dom Pedro II, com o conde de Áquila (Luís Carlos Maria José de Bourbon), príncipe real das Duas Sicílias, irmão mais moço da imperatriz d. Teresa Cristina e do rei Francisco II, de Nápoles. Nasceu em 19 de julho de 1824 e faleceu aos 73 anos de idade em 5 de março de 1897. Chegou ao Rio em 1844. Tendo-se naturalizado brasileiro foi em seguida nomeado almirante honorário da Armada nacional. Nasceram desse consórcio três filhos: 1º dom Luís, conde de Áquila (18 de julho de 1845 a 28 de novembro de 1909), que casou com d. Maria Amélia Hamel, nascida em 19 de junho de 1847 e falecida em 1 de março de 1914, consórcio realizado em 22 de março de 1869, e do qual nasceram dois filhos: Maria Januária (1870) e Luís de Bourbon (1873); 2º d. Maria Isabel (22 de julho de 1846 e faleceu em 1859); 3º dom Filipe (12 de agosto de 1847), que em 23 de setembro de 1882 casou com Maria Concepción Boonen, nascida em 25 de julho de 1847 e falecida em 23 de outubro de 1912.

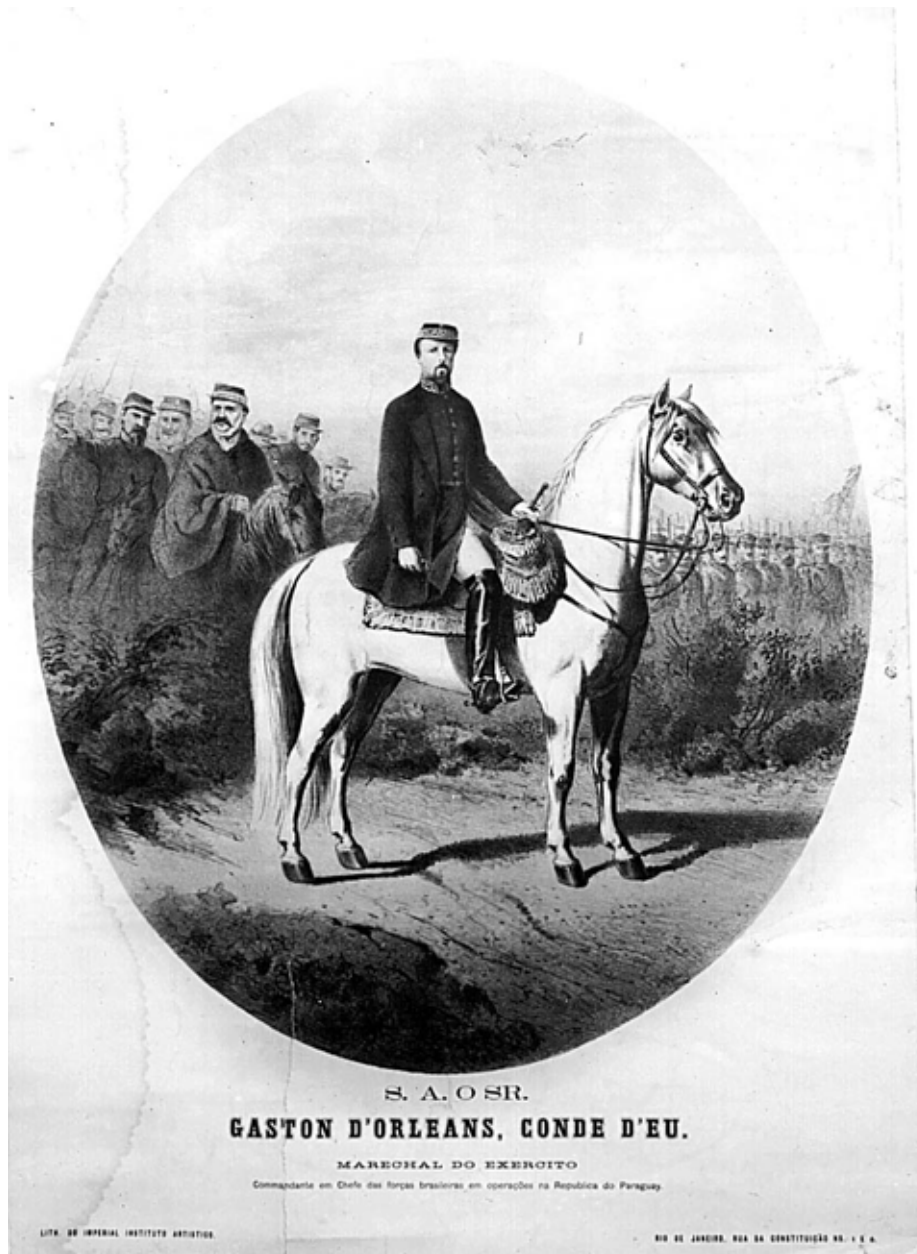
29/04/1821. Primeiro decreto do príncipe Dom Pedro na qualidade de regente do reino: “suspende o direito do sal, na

entrada e passagem pelos registros, ou alfândegas de portos secos”. Referendou-o dom Diogo de Menezes, conde de Louzã.

29/04/1793. Segunda-feira. Nasce às 6h45m da manhã no Palácio da Ajuda, em Lisboa, a princesa d. Maria Teresa, primogênita de d. João VI e de d. Carlota Joaquina.

29/04/1826. Dom Pedro I, sucedendo o pai no trono de Portugal, a exemplo do que fizera no Brasil, outorga uma Carta Constitucional, em cujo artigo 5º se lia o seguinte: “Continua a dinastia da sereníssima Casa de Bragança na pessoa da senhora princesa d. Maria da Glória, pela abdicação e cessão de seu augusto pai, o senhor dom Pedro I, imperador do Brasil, legítimo herdeiro e sucessor do sr. dom João VI”. A Carta, jurada em 31 de julho de 1826, baseava-se na Constituição de 1822 e na do Brasil de 1824.

30/04/1824. Revolta de dom Miguel conhecida por “Abrilada”, por instigação da rainha d. Carlota Joaquina. O infante, que desfrutava de real prestígio entre os militares, entrou desde o amanhecer a percorrer os quartéis aos gritos de: “Abaixo os traidores!” reunindo a seguir as tropas no Largo do Rocio, ao tempo que chegava a rainha seguida de um piquete de cavalaria dado pelo conde da Ponte, entre vivas e aclamações estrepitosas. Circulavam boatos da abdicação do rei, bem como de que teria sido assassinado no Palácio da Bemposta, onde residia, pelos pedreiros-livres (maçons), dom João VI, na verdade, achava-se simplesmente prisioneiro das tropas de dom Miguel, e incomunicável. Daí a pouco saía a público uma proclamação assinada pelo infante. Eram presos os ministros e amigos do rei e novo ministério se formava. Ato contínuo um cortejo de embaixadores, que se havia reunido na nunciatura por iniciativa do ministro da França Hyde de Neuville, atravessando com indiferença o largo transformado em praça de guerra, se encaminhou para o paço, entrando ali à força. Seguiam na mesma carruagem os embaixadores da França e da Inglaterra: Hyde de Neuville, a quem dom João agraciara com o título de conde da Bemposta, e o embaixador inglês Sir Edward Thornton, agraciado com o de conde de Cacilas. Declarou o rei que se encontrava prisioneiro e suas ordens não eram cumpridas. Os embaixadores aconselharam-no a chamar o infante e repreendê-lo com severidade, o que ele fez. Dom Mi-



Gastão de Orleans
(*Conde d'Eu*)
(Lit. do Imperial Instituto Artístico, do Rio de Janeiro, dirigido por
Henrique Fleiuss. Sem indicação de autor)
Col. do Museu Imperial.

guel continuaria como chefe das tropas, mas estas se retirariam incontinentemente para os quartéis. Todavia permaneciam armadas e de prontidão e continuavam sendo presos os adversários da rainha e do infante e ficava o rei impedido de exercer as suas funções. Em 5 de maio, por insistência do corpo diplomático, dom João VI, convencido de que não estava seguro em seu palácio, decidiu passar-se na manhã do dia seguinte para bordo da nau inglesa *Windsor Castle*, onde logo arvorou a bandeira portuguesa. O infante continuava governando e o regime de terror imperava no país. O rei assinou logo ordem de soltura para os presos políticos, exonera o infante do comando supremo das forças e lança uma proclamação ao país. Em seguida manda chamar dom Miguel e dá-lhe ordem de embarcar imediatamente para Brest na nau portuguesa *Pérola*. No dia 15 escreveu uma carta a Fernando VII, irmão da rainha, propondo-lhe que escrevesse a ela chamando-a para a Espanha. Logo depois, a conselho dos ministros, decide-se a deportá-la, encarregando de levar-lhe essa notícia o arcebispo de Évora. A carta que lhe envia é datada de 21, e nela diz esperar que cumpra a sua decisão. Apesar de tudo a rainha permaneceu em Queluz, onde continuou conspirando contra o rei.

Maio

01/05/1801. Morre os seis anos de idade o infante dom Antônio, segundo filho do príncipe dom João e de d. Carlota Joaquina. Nasceu em 21 de março de 1795.

01/05/1809. Manifesto do príncipe regente dom João às nações amigas, expondo as razões que o levaram a passar-se para o Brasil e a declarar guerra a Napoleão.

01/05/1843. Segunda-feira. Celebra-se às 12 horas no Paço Imperial de S. Cristóvão o casamento da princesa d. Francisca, irmã do imperador dom Pedro II, com o príncipe de Joinville (Francisco de Orleans). Serviram de testemunhas o visconde de Olinda (Pedro de Araújo Lima) e o barão de Monte Alegre (José da Costa Carvalho). No dia 5 houve no Teatro São Pedro de Alcântara representação de uma peça em francês por uma companhia francesa em homenagem ao príncipe e sua consorte. No dia 6 o imperador recebeu no Paço da Cidade as congratulações da corte. O casal embarcou para a Europa num sábado,

dia 13, a bordo da fragata francesa *Belle Poule*, na qual chegara o príncipe. Tendo fundeado em Brest no dia 23 de julho, a 25 seguiram para o Chateau de Bizy entre grandes demonstrações de regozijo do povo francês. Desse consórcio nasceram:

1. D. Francisca, duquesa de Chartres (14/10/1844).

2. Dom Pedro Filipe, 5º duque de Penthièvre (04/01/1845 e f. 17/07/1919). Francisca em 11/06/1863, desposou seu primo Roberto (09/11/1840 f. 05/12/1910), irmão do conde de Paris e filho de Ferdinand (1810-1842), 7º duque de Orleans, e foram pais de:

1. Maria Amélia (17/01/1865 e f. 04/12/1909).

2. Roberto (11/01/1866 e f. 30/05/1885), príncipe de Orleans.

3. Henri (16/10/1867 e f. 09/08/1901).

4. Margarida (25/01/1869) e

5. João (07/09/1874).

I – *Maria Amélia* (n. 17/01/1865, f. 04/12/1909) casou em 20/10/1885 com Waldemar (n. 27/10/1852), filho de Cristiano IX, 17º rei da Dinamarca, consórcio do qual nasceram cinco filhos: Adage Cristiano (10/06/1887), Axel (12/08/1888), Erick (08/11/1890), Vigo (25/12/1893) e Margarida (17/09/1895).

II – *Roberto* (n. 11/01/1866 e f. 30/05/1885), foi príncipe de Orleans.

III – *Henri* (n. 16/10/1867 e f. 09/08/1901) não deixou descendência.

IV – *Margarida* (n. 25/01/1869) casou com Patrício Mac Mahon (10/06/1855), segundo duque de Magenta, em 23/04/1896, consórcio de que nasceram: Maria Isabel (19/06/1899), Amélia (11/09/1900) e Maurício (13/11/1903).

V – *João* (n. 07/09/1874) casou em 30/10/1899 com sua primária Maria Isabel (n. 07/05/1878), duquesa de Guise, filha do conde de Paris, herdeiro presuntivo do trono da França, tendo sido pais de: Isabel (27/11/1900), Francisca (25/12/1902), Ana (05/08/1906) e Henrique (05/06/1908), conde de Paris e atual pretendente ao trono da França, o qual veio a consorciar-se com a prima d. Isabel de Orleans e Bragança, filha primogênita do príncipe do Grão-Pará.

01/05/1900. Realiza-se em Munique o casamento do príncipe dom Luís Gastão Clemente Maria Miguel Gabriel Rafael Gon-

zaga, quarto filho da princesa d. Leopoldina e do duque de Saxe, com a princesa d. Matilde Maria Teresa Henriqueta Cristina Leutpold, filha do 6º rei da Baviera, nascida em 17/08/1877 e falecida em 06/08/1906. Nasceram desse consórcio dois filhos: dom Antônio (17/06/1901) e d. Maria Imaculada (10/01/1904). Viúvo, o príncipe dom Luís casou segunda vez com d. Ana, condessa de Trautmansdorf-Weinsberg, da Áustria, em 30/09/1907, tendo nascido desse matrimônio uma única filha: d. Josefina (20 de setembro de 1911).

02/05/1826. Dom Pedro I do Brasil, IV de Portugal, abdica em favor de sua filha d. Maria da Glória, princesa do Grão-Pará, o que aliás já havia feito no artigo 5º da Constituição que em 29 de abril outorgara para Portugal. Dispunha o novo ato que dona Maria da Glória (então com 7 anos de idade) casaria com o seu tio dom Miguel, ficando este como regente do reino até que ela atingisse a maioridade. Dom Miguel, que se achava na Áustria, jurou a Carta, celebrou o casamento civil e embarcou em 6 de dezembro de 1827, chegando a Lisboa em 22 de fevereiro de 1828. Proclamado rei absoluto pelos Três Estados, deu por desfeito o casamento e apoderou-se do governo. D. Maria da Glória, à vista da usurpação, teve de vir para o Brasil.

03/05/1819. Segunda-feira. Batismo da princesa d. Maria da Glória. Foram padrinhos dom João VI e d. Carlota Joaquina. O ato realizou-se na capela real. O dia fora escolhido pelo rei por ser o da invenção da Santa Cruz. A princesa foi conduzida sob o pátio nos braços do conde de Louzã. Presidiu a cerimônia o bispo capelão-mor dom José Caetano da Silva Coutinho. Foram-lhe postos os seguintes nomes: d. Maria da Glória, Joana, Carlota, Leopoldina, da Cruz, Francisca, Xavier de Paula, Izidora, Micaela, Rafaela, Gonzaga. O crisma foi ministrado logo a seguir. Entoou-se solene Te-Déum com música composta e dirigida pelo já então famoso maestro Marcos Portugal. Diz-se que durante a cerimônia uma pomba branca sobrevoou o batistério e que a princesa d. Leopoldina mandou recolhê-la ao paço, onde cuidou dela até morrer. Mais tarde, no enterro da rainha, outra pomba branca sobrevoará o caixão e irá acompanhá-la até o túmulo. Por ocasião desse batizado foram concedidos inúmeros títulos e condecorações. Parece que em nenhuma outra circunstância foram

conferidos tantos. No dia 27 houve cerimônia de consagração da recém-nascida a Nossa Senhora da Glória, cujo nome recebera. O rei, a família real e a corte de novo compareceram à Igreja da Glória do Outeiro. Decorreu a solenidade em meio de grande gala. As ruas, à noite, foram feericamente iluminadas. Fogos de artifício subiram galhardamente pelos céus. No dia 12 de maio, por iniciativa do Senado da Câmara, foi rezada missa de ações de graças na igreja de São Francisco de Paula, celebrando-a mons. Roque da Silva Moreira. De novo se fez ouvir a orquestra dirigida por Marcos Portugal. O sermão gratulatório foi proferido pelo pregador régio frei Francisco de S. Carlos.

03/05/1828. Dom Miguel convoca os 3 Estados do Reino e é por eles aclamado rei absoluto.

04/05/1793. Batiza-se a princesa da Beira – d. Maria Teresa Francisca, primogênita de d. João VI e de d. Carlota Joaquina. A cerimônia foi presidida por d. José Francisco Miguel Antônio de Mendonça, cardeal patriarca. Recebeu a princesa os seguintes nomes: d. Maria Teresa Francisca de Assis, Antônia, Carlota, Joana, Josefa, Xavier de Paula, Micaela, Rafaela, Isabel Gonzaga. Serviram de padrinhos seu avô materno o rei dom Carlos IV de Espanha, representado no ato pelo infante dom Pedro Carlos, e madrinha sua avó paterna, a rainha d. Maria I, representada por sua irmã d. Maria Benedita, princesa no Brasil.

04/05/1900. Sexta-feira. Nasce em Pola, na Europa, o príncipe dom Rainer Maria José Floriano Inácio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, terceiro dos filhos do príncipe dom Augusto, neto da princesa d. Lepoldina, bisneto do imperador dom Pedro II. Casou com Joana Karoly Potty, nascida em Salzburgo, na Áustria, em 1906, tendo nascido desse consórcio o príncipe dom João Henrique (em Insbruck, a 28 de março de 1931). Casou segunda vez em 13 de fevereiro de 1940 com Edith Gyongyi de Kozol, nascida em Budapeste em 1913.

05/05/1821. O príncipe d. Pedro, no desempenho de suas funções de regente do reino do Brasil, estabelece por decreto desta data as mesadas sua e da princesa real. O texto é o seguinte:

“Havendo meu pai e senhor determinado, por decreto de 9 de novembro de 1818, que se entregasse ao visconde de Vilanova

da Rainha a quantia de 5:935\$466 no princípio de cada mês, para as mesadas reais: sou servido, que do mês de abril em diante se entregue ao tesoureiro-mor do Real Erário a quantia de 3:200\$000 mensalmente para as minhas mesadas e da minha sobre todas muito amada e prezada mulher; e com o competente conhecimento de recibo, se levará em conta esta despesa ao sobredito tesoureiro-mor. O conde de Louzã, do Conselho de el-rei meu senhor e pai, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, presidente do Real Erário, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários, não obstante quaisquer ordem, leis ou disposições em contrário. – Palácio do Rio de Janeiro em 5 de maio de 1821. – Com a rubrica do príncipe regente, conde de Louzã, dom Diogo”.

06/05/1908. Dom Manuel II, que sucedera seu pai, el-rei dom Carlos I, é aclamado rei de Portugal. Dois anos após, com a proclamação da República em 5 de outubro de 1910, foi exilado. Casou em 4 de setembro de 1913 com dona Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen, nascida em 19 de agosto de 1890, vindo a falecer em 2 de julho de 1932. Jaz em São Vicente de Fora.

06/05/1826. Dom Pedro I abre com grande solenidade a primeira legislatura da Assembléia Legislativa do Império do Brasil.

09/05/1783. Celebra-se em Ajuda a ratificação do casamento do príncipe dom João com a infanta de Espanha d. Carlota Joaquina de Bourbon.

13/05/1767. Nasceu em Lisboa o príncipe dom João, filho da rainha d. Maria I e de dom Pedro III, depois regente e rei com o nome de dom João VI.

13/05/1810. Celebra-se com grande gala no Paço de São Cristóvão o casamento da infanta d. Maria Teresa, primogênita do príncipe regente dom João com seu primo, o infante de Espanha dom Pedro Carlos, que acompanhara a família real ao Brasil.

13/05/1817. Realiza-se em Viena da Áustria o casamento do príncipe dom Pedro com a arquiduquesa d. Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, filha do imperador Francisco I da Áustria (1801) e II da Alemanha (1792), rei da Hungria e da

Boêmia, e de d. Maria Teresa Carolina de Bourbon Nápoles. Contava dom Pedro 19 anos e a princesa 20. O pedido de casamento foi feito pelo 6º e último marquês de Marialva dom Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, então embaixador de Portugal em Paris. As negociações foram inicialmente entabuladas pelo ministro português Rodrigo Navarro de Andrade, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à corte de Viena. O ato foi celebrado com grande pompa. Dom João VI queria dar às cortes européias uma demonstração de sua grandeza. O marquês gastou uma fortuna, inclusive a sua particular. A notícia chegou à corte em 13 de maio (celebração dos esponsais em Viena). No dia 21 houve solene Te-Déum em ações de graça e seguiram-se três dias de festejos em regozijo pelo venturoso acontecimento. A princesa embarcou para Florença, e dali para Liorne em 14 de agosto, trazendo consigo numerosa comitiva, sobressaindo um grupo de cientistas que depois escreveram obras notáveis sobre o Brasil, figurando entre eles o zoólogo Natterer, o entomólogo Mikau, o botânico Pohl e o mineralogista Roque Schüch, que permaneceu no Brasil. A esquadra chegou ao Rio em 5 de novembro. Os navios, devido à falta de vento somente às 17 horas conseguiram fundear junto ao cais de São Bento. O rei saiu de São Cristóvão numa galeota em direção ao Arsenal de Marinha, onde desembarcou. Formou-se ali numerosa esquadrilha de escaleres, que rumaram para a nau *Dom João VI*, na qual vinha a princesa. Ao aproximar-se o rei ela desceu a seu encontro, dom João, após cumprimentá-la, ofereceu-lhe riquíssimo presente constituído de vistosa caixa de ouro repleta de brilhantes, dizendo-lhe que “eram frutos da terra”. Depois retornou à Quinta da Boa Vista por via marítima, permanecendo a princesa a bordo. Às 11 horas da manhã chegou a rainha em companhia das filhas, todas vistosamente vestidas, e deram as boas-vindas à princesa. A esse tempo retornava d. João e logo a seguir tinham lugar as cerimônias da benção nupcial, em meio de pompas desusadas. Achavam-se presentes cinco bispos, além do diocesano. Terminada a cerimônia entoou-se solene Te-Déum. A seguir houve beija-mão no Paço da Cidade. A cerimônia terminou às 21h30, quando dom João se retirou novamente para a quinta. Uma estampa de Debret representa o desembarque da princesa rememorando o acontecimento.

13/05/1822. O príncipe regente dom Pedro aceita o título de “defensor perpétuo do Brasil”.

13/05/1840. Holanda Cavalcanti apresenta no Senado dois projetos de lei: um declarando desde logo a maioria do imperador dom Pedro II, outro propondo a criação de um Conselho de Estado que o ajudasse a governar. Foi o início do debate finalmente vitorioso em 22 de julho (v. esta data).

13/05/1888. Domingo. A princesa regente d. Isabel, a Redentora, sanciona a “Lei Áurea” – lei nº 3.353 – pela qual era declarada extinta a escravidão no Brasil.

– O movimento abolicionista vinha-se processando gradativamente. A princípio, pela lei de 01/11/1831, suprimiu-se o tráfico dos escravos, introduzido pelos colonos portugueses depois de 1530. A seguir a lei de 7 de novembro de 1831 declarava livres os escravos vindos de fora do Império. A “Lei Eusébio de Queiroz”, de 14 de novembro de 1850, extinguiu definitivamente o tráfico. Em 1886 o marquês de S. Vicente, Pimenta Bueno, apresentou, com o apoio do imperador, cinco projetos relativos à emancipação progressiva dos escravos. Em 28 de setembro de 1871 o visconde do Rio Branco promulgava a “Lei do ventre livre”. Em 28 de setembro de 1885 a “Lei Saraiva-Cotegipe” liberta compulsoriamente os escravos que houvessem atingido a idade de sessenta anos. A 10 de março de 1888 subia ao poder o gabinete presidido pelo senador por Pernambuco – conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, ministério esse que ficou assim constituído:

Presidente do Conselho dos Ministros e ministro da Fazenda: João Alfredo; Império: José Fernandes da Costa Pereira Júnior; Justiça: Antônio Ferreira Viana; Estrangeiros: Antônio da Silva Prado; Marinha: Luís Antônio Vieira da Silva; Guerra: conselheiro Tomás José Coelho de Almeida; Agricultura: Rodrigo Augusto da Silva. No dia 3 de maio a princesa imperial regente, abrindo a terceira sessão da 20ª legislatura, dizia na fala do trono aos representantes da nação:

“A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada

por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação de parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições. Mediante providências que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem as comunicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam o crédito agrícola e aviventem a indústria nacional, pode-se asseverar que a produção sempre crescente tomará forte impulso e nos habilitará a chegar mais rapidamente aos nossos auspiciosos destinos”.

No dia 8 o ministro da Agricultura apresentou à Câmara um projeto de lei nos seguintes termos: “É declarada extinta a escravidão no Brasil.” Discutido com urgência, teve logo parecer favorável do relator Duarte de Azevedo e entrou no dia imediato em discussão. Opuseram-se veementemente à medida, entre outros, o deputado Andrade Figueira. Encerrada a discussão, e tendo recebido a emenda “desde a data desta lei”, foi aprovado em votação nominal por 88 votos contra 9. No dia 10 entrou em última discussão, e logo a seguir remetido ao Senado. Lido na sessão de 11 de maio, recebeu parecer favorável da comissão de cinco membros encarregados de revê-lo. No dia 12 discorreu sobre ele o barão de Cotegipe, que disse entre outras coisas:

– “Entendo que grandes males vão surgir desta medida; que convém que sejam quanto antes tomadas algumas providências em benefício não só da lavoura como dos que vão ser libertados. Chamo a atenção do país e do governo para as tendências que já aparecem e, afinal pedirei a Deus, do mais íntimo do meu coração, que separe de nós todos os males que eu prevejo”.

Mais adiante referiu-se o orador a um discurso de Rui Barbosa proferido pouco antes na Bahia, no qual dizia o conselheiro que a abolição abria caminho à República. Nesse ponto recebeu o seguinte aparte de Jaguaribe (Domingos José Nogueira Jaguaribe):

– “Tenhamos fé nas instituições; se elas valem alguma coisa, não há de ser por falta de escravos que não há de cair”.



D. Pedro II

(Lit. de Sisson, feita do daguerreótipo de W. Telfer, impressa
na Litografia Imperial de Heaton e Rensbrg, edit. por Bernasconi & Cia.)
Col. do Museu Imperial.

Cotegipe preveniu:

– “A verdade é que há de haver uma perturbação enorme no país durante muitos anos, o que não verei talvez, mas aqueles a quem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presenciarão. Se me engano, lavrem na minha sepultura este epitáfio: “O chamado no século barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley, era um visionário”.

No dia 13 entrou o projeto em terceira e última discussão, tendo falado contra Paulino de Sousa e a favor Sousa Dantas e Correia. A princesa imperial regente desceu de Petrópolis, onde se encontrava, às 15 horas, e recebeu no Paço da Cidade a deputação que lhe foi levar o projeto para ser sancionado. Discursou por essa ocasião o conselheiro Dantas, apresentando-lhe o autógrafo em pergaminho, que ela assinou precisamente às 15 horas e quinze minutos, em meio de estrepitosas aclamações. Coelho Neto, testemunha ocular da histórica cena, assim a descreveu para a posteridade no capítulo XXVII de seu livro *A Conquista*:

– “Foi com a violência inesperada de uma erupção vulcânica que irrompeu na Câmara dos Deputados o projeto de lei extinguindo a escravidão. Discutido com urgência ferosa dos propagandistas, que o reputavam uma “necessidade nacional”, venceu impetuosamente a primeira represa, subindo ao Senado onde foi acolhido com simpatia quase unânime.

Os mais ferrenhos opositores, que haviam procurado travar a propaganda, sentiram-se mesquinhos diante da massa avassaladora que se impunha ameaçando, com energia, o próprio trono. O projeto da Câmara tinha, a bem dizer, a feição ostensiva de um *ultimatum* e os senadores mantiveram a toga suspensa.

Cândido de Oliveira, requerendo que a 3ª discussão e subsequente votação fossem excepcionalmente feitas no domingo, 13 de maio, precipitou o desfecho. Os representantes da imprensa reuniram-se no Clube de Esgrima para discutir o programa dos festejos comemorativos, todas as associações convocaram os seus membros e, no dia do pronunciamento do Senado, a cidade amanheceu festiva. Às janelas de algumas casas tremulavam bandeiras. O povo afluía às imediações do Senado ocupando as ruas adjacentes, enchendo o parque como um exército sitiante. O sol dardejava rijo sobre a multidão: as copas dos chapéus de sol moviam-se como carapaças que flutuassem, lenços agitavam-se.

As janelas do Senado estavam atupidas e foi necessário que a tropa interviesse para vedar a entrada no recinto.

Esperava-se com a alegria da certeza e, com o correr das horas, mais engrossava a multidão. Havia gente nas moitas, nas grades no parque, pelos telhados, acolhida à sombra de chapéus de sol; muito longe mesmo nos telhados das casas, moviam-se vultos. Homens agarravam-se aos lampiões, outros subiam nos postes telefônicos. Era a cidade ansiosa que alongava os olhos para o templo donde devia ser lançado o misericordioso perdão sobre os cativos da África.

Os bondes, parados em fila, traziam curiosos sobre a tolda; carros detinham-se intimados pelo povo. Os próprios soldados refreavam os animais na impossibilidade de vencer a massa compacta.

Repentinamente estrugiram brados no interior do recinto e um homem apareceu à janela afogueado, gesticulando e clamando. Um pombo branco fugiu por uma das janelas, tatalando as asas, atordoado; outro, outro, outro e outro e voaram todos em direção ao parque que, com sua verdura viçosa, respndia ao sol.

O povo, como se visse naqueles animais inocentes um símbolo das almas que se haviam libertado; ganhando, como eles, a largueza vasta das terras e dos espaços, prorrompeu em palmas e em vivas. O rumor estupendo abalou os espaços e, em vários pontos, em clangor triunfal, fanfarras atroaram.

O povo ondulava ovante e mais de vinte mil bocas, em unísono, aclamavam; iam chapéus ao ar, lenços palpitavam e, aos arrancos impetuosos, foguetes rasgavam os ares espocando na altura. Súbito uma detonação abalou os ecos. O povo conteve, por momentos, a alacridade; outro estampido longínquo – eram os fortes e os navios saudando a redenção da pátria.

O entusiasmo recrudescera chegando às raias do delírio. Mas à porta do Senado apareceu um estandarte, outros foram saindo – eram os guiões do Exército benemérito e o povo recebia-os como se, efetivamente, eles voltassem gloriosos de campos cruentos de batalha. E, de tranco em tranco, asfiziado, rouco, a gesticular, chorando e rindo, vinha um homem de bronze por entre o tumulto, de braço em braço como um ídolo que todos quisessem veneradamente tocar e sentir – era Patrocínio.

E fez-se a desfilada em direção ao Paço da Cidade onde a regente, que descera de Petrópolis, esperava os triunfadores.

A notícia, comunicando-se aos pontos mais extremos da cidade, trouxe à rua o povo feliz e o trajeto foi lento e difícil – ia-se por entre muralhas humanas, sob uma chuva de pétalas, à luz radiosa dum dia lindo e amável.

A lei foi assinada afluindo o povo à Rua do Ouvidor onde já aflavam bandeiras em triunfo, fazendo uma abóbada policrômica, como numa cena de lenda oriental.

O dia passou-se em delírio. Bandos percorriam as ruas, cantando. Saíram serenatas e grupos de negros com os seus maracás e os seus reco-recos e, à luz de archotes, começaram os carpinteiros a martelar construindo coretos ou ficando postes para a ornamentação.”

13/05/1905. Sábado. Nasce no castelo de Gerasdorf, na Europa, a princesa d. Leopoldina Branca, Maria, Josefa, Inácia, Pancrácia, Micaela, Gabriela, Rafaela, Gonzaga, sétima dos 11 filhos do príncipe dom Augusto e neta da princesa d. Leopoldina.

15/05/1822. D. Carlota Joaquina, tendo-se recusado a jurar a Constituição imposta pelas cortes de Lisboa, é deportada e coagida a ficar em sua Quinta de Ramalhão.

16/05/1813. Morre no Rio de Janeiro a infanta d. Mariana, irmã da rainha d. Maria I.

18/05/1828. O 6º regimento de infantaria no Porto, declara-se por “Dom Pedro IV, pela rainha d. Maria II e pela Carta”. No dia 22 forma-se uma junta provisória. Aderiram logo ao movimento os batalhões sediados em Almada, Aveiro e Coimbra e vinte outros regimentos.

19/05/1797. Nasce às 6h10 da manhã no Real Palácio de Queluz a princesa d. Maria Isabel de Bragança, segunda dos filhos do príncipe dom João e de d. Carlota Joaquina, a qual desposaria mais tarde o rei de Espanha Fernando VII. Distinguiu-se por suas virtudes e pela proteção dispensada às artes.

20/05/1828. Inicia nesta data o governo da junta nomeada por dom Pedro I (IV de Portugal), para reger o reino, durante a usurpação de dom Miguel.

20/05/1842. É assinado em Viena da Áustria o contrato de casamento de dom Pedro II com a princesa real das Duas Sicílias d. Teresa Cristina Maria de Bourbon. Representou o imperador o conselheiro Bento da Silva Lisboa, e o rei Francisco II das Duas Sicílias, o ministro Vincenzo Ramirez. Nesse ínterim viajou para o Brasil trazendo cópia do contrato e um retrato da futura imperatriz o secretário da legação brasileira em Viena José Ribeiro da Silva. A notícia da ratificação do contrato por parte do imperador foi dada a conhecer no Rio em 7 de agosto de 1842. Em 14 de agosto partiu de volta com a ratificação.

20/05/1871. A princesa imperial d. Isabel presta juramento como regente do Império durante a ausência do imperador, que embarcou para a Europa no dia 25. Durante esse período esteve no poder o gabinete presidido pelo visconde do Rio Branco (07/03/1871 a 25/06/1875), que foi o mais longo do reinado.

21/05/1843. Fundeia na baía de Nápoles a divisão naval brasileira encarregada de conduzir ao Brasil a imperatriz d. Teresa Cristina (v. 5 de março de 1843).

21/05/1869. Sexta-feira. Nasce no Rio de Janeiro às 6h50m da manhã o príncipe dom José Fernando, Francisco, Maria, Miguel. Rafael, Gonzaga, terceiro filho da princesa d. Leopoldina e do duque de Saxe. Faleceu aos 19 anos em 13 de agosto de 1888.

25/05/1786. Quinta-feira. Vitimado por congestão cerebral falece em Lisboa, aos 69 anos de idade, o rei dom Pedro III, esposo da rainha d. Maria I, sua sobrinha, nascido em 5 de julho de 1717, uma segunda-feira.

25/05/1871. Quinta-feira. Dom Pedro II, em companhia da imperatriz, embarca para a Europa pela segunda vez. Os soberanos achavam-se inconsoláveis com o desaparecimento da princesa d. Leopoldina. O pedido de licença, feito através do ministro do Império, chegou à Câmara no dia 4 de maio. A princesa d. Isabel prestou juramento no dia 20. O imperador embarcou às 7 horas da manhã do dia 25, a bordo do paquete inglês *Douro*. Chegou a Lisboa a 12 de junho, segunda-feira. No dia 22 seguiu para Madri por estrada de ferro. A 26, segunda-feira, chegou a Bayonne, na França. No dia 29 desembarcou em Dover, aonde chegou a bordo do navio francês *Napoléon*;



A Família Imperial Brasileira

por volta de 1850

(Lit. de H. Fleiuss)

Col. do Museu Imperial

dia 30, a Londres, onde em 4 de julho visitou a rainha Vitória no castelo de Windsor. Permaneceu na Inglaterra até o fim de julho. Dali viajou para a Bélgica, Alemanha, Suíça, Itália, Palestina, Egito e Ásia Menor, regressando ao Rio em 31 de março de 1872.

25/05/1812. Terça-feira. Falece às 18h37m no Paço da Boa Vista o infante dom Pedro Carlos, esposo da princesa Maria Teresa, filha primogênita do príncipe regente dom João, de quem era sobrinho, compadre e íntimo amigo. Nascera a 18 de junho de 1787, no Real Palácio de Aranjuez, na Espanha. Foram seus pais o infante Gabriel e d. Mariana, sendo neto paterno do rei dom Carlos III. Foi sepultado no dia 29, à noite, (noite escura e tempestuosa) no convento de Santo Antônio. Por uma coincidência faleceu nesse mesmo dia em Portugal o marquês de Pombal. De seu consórcio com d. Maria Teresa nasceu um único filho – dom Sebastião, primeiro príncipe nascido no Brasil. Seus restos mortais foram mais tarde transladados para Lisboa e em 25 de março de 1817 colocados na capela da Conceição, em Lisboa.

26/05/1848. Por lei desta data são exilados na França, por determinação do governo revolucionário triunfante, os príncipes de Orleans, que somente retornarão durante a Terceira República. Estava entre os desterrados a princesa de Joinville d. Francisca Carolina, irmã do imperador d. Pedro II.

26/05/1834. Capitulação de dom Miguel em Évora-Monte.

Dom Pedro IV (I do Brasil), após haver abdicado o trono de Portugal em favor de sua filha d. Maria da Glória, e o do Brasil em favor de dom Pedro II, em 7 de abril de 1831, viajara para a Inglaterra no dia 13, ali chegando a 26 de julho. Põe-se à frente dos liberais e prepara-se para invadir Portugal sob a proteção da Grã-Bretanha e da França. Numa carta datada de 10 de janeiro de 1834 por ele endereçada a d. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, aia de seus filhos menores, que haviam ficado no Brasil, dizia ele: “No dia 20, ou muito até ao fim deste mês, me embarco para as ilhas em frente da expedição contra o usurpador do trono de minha amada filha e assassino de meu pai e da Carta Constitucional; parece-me que este meu modo de proceder merecerá a aprovação de todos os homens de bem, e será por eles considerado digno de um pai extremoso e

de um homem que ama de coração a liberdade bem entendida.” Em fevereiro de 1832 chega aos Açores. Em 3 de março assume a regência do reino e constitui novo ministério. No dia 27 sai da ilha de S. Miguel uma expedição de 7.500 homens, que a 8 de julho desembarcam na praia do Mindelo marchando a seguir sobre o Porto. Em 24 de julho manda o duque da Terceira à frente de 1.500 homens desembarcar junto da Tavira, e ocupa logo todo o Algarve, enquanto as forças miguelistas se retiram para o norte. A 28 de julho faz a sua entrada solene na capital. A 11 de outubro de 1833 os miguelistas levantam o cerco do Porto e marcham sobre Lisboa sitiando-a; mas acabam sendo derrotados. Em 26 de maio de 1834 dom Miguel reconhece a sua derrota e assina a convenção de Évora-Monte dispondo-se a sair imediatamente do país. Suas forças eram então aproximadamente de treze mil homens relativamente bem equipados, perto de cinqüenta peças de artilharia e mil e duzentos cavalarianos. Dom Pedro decreta a anistia geral e concede a dom Miguel uma pensão anual de sessenta contos sob condição de não mais retornar à península. O infante lança uma proclamação no dia 27 e se retira para a Itália, após escrever a seguinte declaração:

– “Para satisfazer à superveniente exigência dos marechais duque da Terceira e conde de Saldanha, em nome do seu governo declaro que jamais, direta ou indiretamente, me misturarei em negócios políticos destes reinos e seus domínios. Paço em Évora, 29 de maio de 1834. – Miguel.”

Mas a 20 de julho, encontrando-se em Gênova, lança um protesto contra a convenção, declarando que lhe fora a assinatura arrancada à força.

28/05/1822. Dom Pedro I é eleito grão-mestre da Maçonaria no Brasil. Seu nome aí era Guatimozim.

30/05/1829. O marquês de Barbacena, enviado especial de dom Pedro I, assina em Munique o contrato de casamento deste com a princesa d. Amélia de Leuchtenberg, filha do finado duque Eugênio de Leuchtenberg, ex-rei da Itália, príncipe de Eischaedt, neta de Maximiliano José, rei da Baviera. Dom Pedro, ao corrente da notícia, enviou à Europa, a toda a pressa, o mordomo Paulo Barbosa da Silva, levando a ratificação datada de 30 de julho. Eugênio de Beauharnais, pai da princesa d. Amélia,

fora um dos célebres generais de Napoleão, de quem era enteado. Seu pai morrera decapitado durante a Revolução Francesa. Eugênio casou com a princesa Augusta, filha do rei Maximiliano José I, da Baviera, havendo nascido desse consórcio oito filhos, dos quais era d. Amélia o 3º.

30/05/1834. A Câmara, por 61 votos contra 19, aprova o banimento do ex-imperador dom Pedro I. Essa proposta foi em 18 de junho rejeitada pelo Senado. O autor do projeto, deputado Venâncio Henrique de Resende, apresentou-o em 3 de junho do ano anterior.

30/05/1843. Celebra-se em Nápoles, por procuração, o casamento de dom Pedro II com d. Teresa Cristina. Contava ele 18 anos e ela 21. Representou o imperador o irmão da noiva, príncipe Leopoldo de Bourbon, conde de Siracusa, irmão também do conde de Áquila, que virá desposar a princesa d. Januária. O casamento civil realizou-se às 10 horas da manhã e o religioso logo a seguir na real capela palatina, oficiando-o o arcebispo capelão-mor. Estavam presentes a família real, os nobres da corte, diplomatas e embaixadores de S. M. I. Foram testemunhas o embaixador do Brasil e os dois ministros de Estado das Duas Sicílias (o da Justiça e o do Exterior). O impedimento de consangüinidade existente foi dispensado por breve especial do Papa Gregório XVI. O breve foi lido em voz alta pelo cônego presbítero assistente. Seguiu-se solene Te-Déum, e festejos extraordinários assinalando o acontecimento. Dom Pedro, que conhecia a noiva apenas pelo retrato de meio corpo, viu-a pela vez primeira em 3 de setembro, à tarde, quando de sua chegada ao Brasil (cais Valongo, daí por diante cais da Imperatriz na extremidade da atual Praça XV de novembro). Nessa ocasião achava-se ele em companhia da condessa de Belmonte e da princesa d. Januária (ver 1 de julho de 1843).

30/05/1894. Casa-se em Viena da Áustria o príncipe dom Augusto, segundo filho da princesa d. Leopoldina e do duque de Saxe, com a arquiduquesa d. Maria Imaculada, neta do 11º duque de Toscana, nascida em Alt-munster em 5 de setembro de 1869 e falecida em Budapeste em 12 de maio de 1945, Nasceram desse consórcio oito filhos: dom Augusto (27/10/1895); d. Clementina (23/03/1897); d. Maria Carolina (10/01/1899);

dom Reiner (04/05/1900); dom Filipe (18/08/1901); Teresa Cristina (23/08/1902); d. Leopoldina Branca (13/05/1905) e dom Ernesto (25/02/1907). Faleceu dom Augusto em 1922 e d. Maria Imaculada em 1945.

31/05/1836. A princesa d. Januária, reconhecida como herdeira presuntiva e sucessora do trono do Brasil, jura a Constituição perante o Senado do Império.

Junho

01/06/1834. Dom Miguel embarca na baía de Sines, pequena aldeia portuguesa, a bordo do navio inglês *Stag*, a caminho do exílio. Foi residir em Gênova. Seguiram em sua companhia o duque de Cadaval e alguns nobres. Jamais retornaria a Portugal. Levava apenas um vintém no bolso. O Papa Gregório XVI pôs à sua disposição um apartamento no palácio Capponi e deu-lhe pequena mesada.

05/06/1797. Batiza-se na capela do Real Palácio de Queluz a princesa d. Maria Isabel de Bragança, segunda filha de dom João VI e de d. Carlota Joaquina. Ministrou o sacramento o cardeal patriarca, servindo de padrinhos o príncipe das Astúrias representado pelo infante dom Pedro Carlos e a princesa d. Maria Francisca Benedita, viúva do príncipe dom José (primogênito de d. Maria I). D. Maria Isabel casou mais tarde com o rei Fernando VII de Espanha.

06/06/1760. Casa-se na capela real do paço da Ajuda a princesa d. Maria Francisca (depois rainha de Portugal sob o nome de d. Maria I), com seu tio, o infante d. Pedro Clemente Francisco, prior do Crato, um dos quatro irmãos legítimos de dom José I. Contava ela 25 anos incompletos e ele 43. Desse consórcio nasceram 6 filhos: 1. Dom José, príncipe do Brasil, herdeiro presuntivo, que casou com sua tia d. Maria Benedita e veio a falecer com 27 anos em 11 de novembro de 1788; 2. João, que morreu criança; 3. Dom João, que veio a suceder a mãe no trono e reinou sob o nome do dom João VI; 4. D. Mariana, que desposou o infante Gabriel e faleceu em 2 de novembro de 1788; 5. D. Clementina, falecida em criança; 6. D. Isabel, que teve igual destino.



D. Afonso Pedro de Bragança
(Príncipe imperial do Brasil)
(Lit. de A. A. L. Guimarães, impressa por Heaton & Rensburg, desenhada por L. A.
Boulanger, segundo original de Barandier)
(Col. do Museu Imperial)

10/06/1869. O rei dom Fernando II viúvo da rainha d. Maria II, casa-se na real capela de Benfca, Portugal, com a cantora lírica Elisa Frederica Hensler, condessa de Edla.

10/06/1951. Domingo. Falece às 23 horas na Quinta do Anjinho, em Sintra, Portugal, a princesa d. Elisabeth de Orleans e Bragança, viúva do príncipe do Grão-Pará. Nasceu perto de Praga, na Áustria, em 7 de dezembro de 1875. Era filha do conde João Dobrezensky de Dobrozenicz e de Elisabeth, condessa de Kotulinsky von Kotulin. Casou em Versalhes com o príncipe do Grão-Pará em 14 de novembro de 1908. Em 1935 passou a residir em Petrópolis.

11/06/1847. Sexta-feira. Vítima de convulsões, falece repentinamente às 17 horas e trinta minutos no Paço da Boa Vista, aos 27 meses de idade, o príncipe dom Afonso, filho do imperador dom Pedro II e de d. Teresa Cristina. Brincava nos corredores do paço quando foi acometido pela traiçoeira moléstia. “Parece que uma fatalidade persegue aos herdeiros da ilustre Casa dos Braganças. Os primogênitos desta Casa, alguns deles príncipes de grandes esperanças, tem morrido antes de subirem ao trono; aos segundos tem tocado sempre a Coroa” – escrevia o *Jornal do Comércio* em 12 de junho de 1847, p. 3, coluna 3ª. No dia 13 às 13 horas houve cortejo fúnebre em São Cristóvão, ao fim do qual foi o corpo do inocente príncipe encerrado num caixão de chumbo. No dia 14 transportaram-no para o convento da Ajuda, encomendando-se o corpo em cada uma das igrejas por onde passava o préstito fúnebre. Findas as cerimônias religiosas lavrou-se um termo de entrega do corpo à guardiã do convento. Várias poesias apareceram então nos jornais em louvor do desventurado príncipe, algumas em português, outras em latim, inglês, francês e castelhano.

11/06/1863. Casa-se em França a duquesa de Chartres, filha dos príncipes de Joinville e sobrinha do imperador dom Pedro II, com seu primo, o duque de Chartres.

14/06/1834. Dom Pedro IV, após a convenção de Évora-Monte, lança uma proclamação ao povo português.

15/06/1863. Dom Pedro destitui dom Miguel da lugar-tenência do reino e institui uma regência para governar durante o período da usurpação sob a presidência do duque de Palmela.

17/06/1901. Segunda-feira. Nasce em Insbruck o príncipe dom Antônio, Maria, Luís, Clemente, Eugênio, Carlos Henrique, Augusto, Luitpold, Leopoldo, Francisco, Woliang, Pedro José, Galvão, Alexandre, Afonso, Inácio, Aluísio, Estanislau, primeiro dos filhos do primeiro matrimônio do príncipe dom Luís de Saxe com a princesa d. Matilde Maria.

18/06/1919. Nasce em Boulogne-sur-seine a princesa d. Teresa Maria Cristina, quinta e última dos filhos do príncipe do Grão-Pará e de d. Elisabeth, condessa Dobrezensky de Dobrezenic, neta da princesa d. Isabel e do conde d'Eu.

16/06/1900. Sábado. Morre o 7º príncipe de Joinville, dom Francisco de Orleans, que desposou a princesa d. Francisca Carolina, irmã do imperador dom Pedro II. Nasceu numa sexta-feira, 14 de agosto de 1818.

20/06/1834. Protesto de dom Miguel em Gênova, onde se encontrava exilado, contra a convenção de Évora-Monte. Saiu publicado na *Gazeta de Modena* – “La voce della Verità” em 26 de julho e transcrito na *Gazeta de Gênova* de 2 de agosto de 1835.

21/06/1824. Dom João VI, em carta dirigida à rainha d. Carlota Joaquina, ordena-lhe sair do reino. Foi portador da missiva o arcebispo de Évora, a quem a rainha se dirigiu no dia 29 alegando falta de saúde. E com essa alegação permaneceu em Queluz onde continuou conspirando contra o rei. Em 15 de maio enviara el-rei uma carta a Fernando VII relatando-lhe o proceder desastroso da rainha.

20/06/1862. Uma lei portuguesa desta data autoriza a abertura do crédito necessário à colocação de uma estátua de dom Pedro IV na praça do Rocio, em Lisboa.

30/06/1887. Quinta-feira. Dom Pedro II, gravemente enfermo, embarca para a Europa em companhia da imperatriz a bordo do paquete francês *Gironde*. A 9 de julho, sábado, chegou a Dacar. No dia 15, sexta-feira, a Lisboa, onde desembarcou. Dirigiu-se logo a Madri e de lá a Paris, onde foi examinado pelos professores Bouchard, Peter e Brown-séquard. Estava com diabetes e intoxicação palustre. Em 2 de agosto embarcou por estrada de ferro para Baden-Baden, a fim de fazer um tratamento de águas termais. Ali permaneceu durante 45 dias. Em Baden-Baden foi examinado pelo professor Kussmann, de Strasburgo,

tendo sido o diagnóstico satisfatório (cf. telegr. do conde de Mota Maia em 10 de agosto de 1887 in *Diário Oficial* de 12 de agosto). Dom Pedro hospedou-se ali no Hotel Stéphanie e freqüentou o balneário de Friedrischbad, onde fez tratamento hidro-terapêutico. S. M. foi também examinado pelo dr. Heilingenthal, diretor médico do estabelecimento. Nas horas vagas encontrava-se com o renomado escritor Maxime du Camp. Outras vezes ia assistir aos concertos no Palácio Conversationshaus executados pelas bandas militares locais. Antes de retornar a Paris o imperador foi a Coburgo visitar o túmulo da filha, princesa d. Leopoldina. Em outubro regressou inteiramente restabelecido à capital francesa. De lá foi a Bruxelas, onde permaneceu três dias. Voltando a Paris em 8 de outubro, visitou ali sua irmã d. Januária, e também literatos e cientistas famosos, entre os quais Rénan e Pasteur. Em começo de novembro dirigiu-se a Cannes, hospedando-se no hotel Beau-Séjour. A seguir foi a Nice. Em 6 de fevereiro recebeu a visita de Gladstone em Cannes, para onde havia retornado. Foi durante uma sessão literária aí realizada que soube o imperador da demissão do gabinete Cotegipe e da organização do novo sob a presidência do conselheiro João Alfredo. Às 3h30 da tarde do dia 2 de abril embarcou para a Itália, entre grandes manifestações de apreço. No dia 3 visitou Gênova, onde se hospedou no hotel “Isosa”. No dia 4 visitou a Câmara Municipal, onde foi homenageado, tendo ocasião de contemplar a urna que contém as cinzas de Cristóvão Colombo. No dia 5 chegava a Roma, e nesse mesmo dia, às 9 horas na noite, em Nápoles, onde hospedou-se no hotel Nobile. No dia 6 visitou Pompéia e logo após Capri. De volta visitou o Vesúvio. Esteve ainda em Florença, onde viu os túmulos de Galileu, Dante e Miguel Ângelo. Em 23 de abril foi a Bolonha, hospedando-se no hotel Danielli em Veneza, ao chegar a essa cidade do Adriático. Em 29 partiu para Milão, em cuja estação foi cumprimentado pelo historiador César Cantú. Ali hospedou-se no hotel Milan, onde visitou o maestro Carlos Gomes, que o convidou para um concerto a realizar-se no dia 2 de maio. No dia 3 o imperador amanheceu fortemente resfriado e com temperatura elevada. Foi chamado às pressas para vê-lo o professor Charcot, bem como o professor Sêmmla, de Nápoles. A conselho deste último aplicaram-lhe ventosas, sal de quinino e

acetado amoniacal. Estava atacado de pleurisia. Também lhe foi aplicada injeção hipodérmica de cafeína. Dada a dificuldade da vinda de Charcot, foi chamado o professor Bruno, de Turim, e também o professor De Giovanni Achille, de Pádua. Pouco depois chegava Charcot, que confirmou os diagnósticos já feitos. O imperador experimentava melhoras. Foi por essa ocasião que recebeu a notícia da promulgação da Lei Áurea. Em 4 de julho partiu para Aix-les-Bains, onde se hospedou no hotel Splendid. Em fim de junho estava já restabelecido. A 3 de agosto, havendo recebido alta dos médicos, viajou em trem especial para Bordéus, onde embarcou para o Brasil, a bordo do transatlântico francês *Congo*. No dia 9 pela manhã fundeou no Tejo, onde recebeu os cumprimentos dos soberanos portugueses, do escritor Ramalho Ortigão e do poeta brasileiro Luís Guimarães. No dia 8, às 12h30, o *Congo* deixava Lisboa em direção a Dacar, aonde chegou a 13. No dia 22 de agosto desembarcava no Rio de Janeiro entre as mais entusiásticas demonstrações de regozijo popular.

Julho

01/07/1843. O embaixador extraordinário de S. M. o Imperador dom Pedro II, José Alexandre Carneiro Leão, futuro visconde de São Salvador de Campos, recebe solenemente em Nápoles no Palácio Chiaramonti a imperatriz d. Teresa Cristina. A partida para o Brasil verificou-se no dia 2 pela madrugada. A viagem demorou 62 dias. Uniu-se à divisão naval brasileira a esquadra napolitana, constituída do navio *Vesúvio* e das fragatas *Amélia*, *Elisabeth* e *Parténope* (ver 03/09/1843).

02/07/1932. Falece em Twickenham, Inglaterra, dom Manoel II, 33º e último rei de Portugal.

03/07/1821. Dom João VI, de volta do Brasil, chega a Portugal entre vivas demonstrações de júbilo do povo português. Desembarcou em Lisboa no dia seguinte.

03/07/1827. Dom Pedro I nomeia dom Miguel seu lugar-tenente para governar o reino durante a menoridade da filha d. Maria da Glória (que contava então oito anos de idade), em favor da qual havia abdicado.

04/07/1801. Sábado. Nasce às 10h30m da manhã no Real Palácio de Queluz a infanta d. Isabel Maria, quarta filha do príncipe regente dom João e de d. Carlota Joaquina, a qual seria mais tarde regente do reino.

04/07/1877. Por decreto desta data do governo francês é dom Pedro II feito sócio do “Institut de France”.

05/07/1828. D. Maria II parte para a Europa sob os cuidados do marquês de Barbacena, a fim de ser entregue a seu avô Francisco I. Sua educação foi confiada a monsenhor Dupanloup.

05/07/1840. A princesa d. Maria Amélia, filha do imperador dom Pedro I e de d. Amélia de Leuchtenberg, nascida em Paris em 1 de dezembro de 1831, é declarada princesa brasileira.

06/07/1832. Dom Pedro, à frente de uma expedição de 7.500 homens, desembarca nas praias de Portugal, a fim de vencer as forças miguelistas e repor no trono sua filha d. Maria II. Dom Pedro conseguiu em Londres um empréstimo de dois milhões, contando ainda com a ajuda econômica do judeu espanhol Mendizabal. Com esse dinheiro recrutou mercenários e os equipou para a investida no continente.

07/07/1906. O senador Coelho Lisboa apresenta um projeto de lei mandando transladar para o Brasil os restos mortais dos ex-soberanos dom Pedro II e d. Teresa Cristina, propondo ao mesmo tempo que um navio de guerra os fosse buscar em Lisboa, autorizando-se ainda a abertura do crédito necessário para a construção de um panteão, no qual deveriam ser também encerrados, 25 anos *post-mortem*, os restos mortais dos mais ilustres homens do Brasil. Novo projeto foi submetido à Câmara pelo deputado Maurício Lacerda em 22 de julho de 1912, subscrevendo-o entre outros os deputados Flores da Cunha, Otávio Mangabeira e Sales Filho. Na sessão de 19 de dezembro de 1913 o deputado Martim Francisco apresentou emenda ao dito projeto no tocante às despesas a serem efetuadas pelo governo com o navio de guerra nacional que houvesse de ir a Lisboa. Na mensagem presidencial enviada ao Congresso em 3 de maio de 1920, o presidente Epitácio Pessoa renovava a questão da transladação dos restos mortais dos ex-soberanos, o que se faria dois anos depois como uma das solenidades comemorativas do centenário da Independência.

08/07/1832. O duque de Bragança (ex-imperador Pedro I, à frente de uma expedição invasora, desembarca no Porto enfrentando aí os partidários de dom Miguel. Em 25 de agosto entra em Lisboa, pouco depois sitiada pelos miguelistas que, em 11 de outubro de 1833, são completamente derrotadas. As perdas dos adversários tornaram-se daí por diante sucessivas. Em janeiro de 1834 perdem para os liberais em Pernes; a 25 de fevereiro, em Almostrim; a 16 de maio em Asseiceira e, por fim, a 26 de maio em Évora, onde dom Miguel por seu representante general José Antônio de Azevedo e Lemos, assina uma convenção com dom Pedro, representado pelo duque da Terceira e conde (depois duque) de Saldanha.

10/07/1865. Dom Pedro II embarca para o Sul a bordo do vapor *Santa Maria*, a fim de com sua presença animar as tropas brasileiras em operações em Uruguaiana. Seguiram em sua companhia seus dois genros – o conde d’Eu e o duque de Saxe; o ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o marquês de Caxias e os generais Cabral, Lamare e Beaurepaire-Rohan. No dia 19 desembarca em Porto Alegre. No dia 11 de setembro chega à frente de Uruguaiana, assediada pelos paraguaios. No dia 17 ordena que as tropas tomem posição de combate. É então mandada uma intimação aos inimigos, dando-lhes duas horas de prazo para se renderem. O comandante-em-chefe das forças paraguaias coronel Antônio Estigarríbia aceita a intimação, manifestando porém o desejo de depositar na pessoa do imperador a garantia da capitulação (ver 18 de setembro de 1865).

11/07/1828. Os Três Estados do Reino, convocados em 03/05, excluem dom Pedro dos direitos à Coroa portuguesa e declaram dom Miguel rei a partir de 10 de março de 1826, data do falecimento de dom João VI. Foi então abolida a Carta e declarados nulos todos os atos emanados do imperador do Brasil. Começara então a luta entre constitucionalistas ou liberais, partidários de dom Pedro, e absolutistas, adeptos de dom Miguel.

12/07/1801. Batiza-se na capela do Real Palácio de Queluz a princesa d. Isabel Maria, que recebeu os seguintes nomes: d. Isabel Maria da Conceição, Joana, Guarberta, Ana Francisca de Assis, Xavier de Paula, d’Alcântara, Antônia Rafaela, Micaela, Gabriela, Joaquina, Gonzaga. Oficiou o ato o cardeal patriarca.

Foram padrinhos o infante dom Pedro Carlos e d. Maria Francisca Benedita. D. Isabel Maria foi mais tarde, por morte de dom João VI, regente do reino.

13/07/1847. Quarta-feira. Nasce no Paço da Boa Vista a princesa d. Leopoldina, terceira dos filhos do imperador dom Pedro II e de d. Teresa Cristina. Foi batizada no dia 7 de setembro.

18/07/1841. Domingo. Solene sagração e coroação de dom Pedro II na capela imperial pelo arcebispo da Bahia e vice capelão-mor dom Romualdo Antônio de Seixas (depois marquês de Santa Cruz por decreto de 14/03/1860). Uma varanda suntuosa, – a mesma que servira para a coroação de dom João VI, – estendia-se do adro da capela até o passadiço do palácio, numa extensão de 310 palmos. Num dos extremos erguia-se vistoso pavilhão, que se chamou “do Prata”, e no outro o “do Amazonas”. Inúmeras luminárias pendiam do teto dessas galerias. No dia 16, pelas 13 horas, fazia o imperador sua entrada solene na cidade, partindo o préstito de S. Cristóvão. Dele participaram nada menos de 88 carruagens além de 10 da Casa Imperial. No dia 18, às 11 horas da manhã, saiu o préstito em direção da capela imperial. As tropas formavam em continência. O imperador foi recebido à porta da igreja pelo bispo capelão-mor e pelo cabido ricamente paramentados. S. M. ia vestido de cavaleiro, ostentando o manto do Cruzeiro. Dirigiu-se à Capela do SS. Sacramento, onde orou por alguns instantes e dali passou-se ao presbitério, onde recebeu a unção no pulso, no braço direito e nas espáduas. Depois o revestiram com as vestes imperiais, e foi ocupar o trono armado junto ao altar, donde assistiu à celebração da missa. Durante as cerimônias recebeu as insígnias imperiais. Ao Evangelho fez-se ouvir o abade general da Congregação Beneditina no Brasil, fr. José de S. Bento Damásio. Por fim entoou-se solene Te-Déum, ao término do qual desfilou o cortejo em direção à varanda imperial. Logo que o imperador apareceu no adro foi entusiasticamente saudado e demoradamente aplaudido pela multidão, que se apinhava no Largo do Paço. Na varanda ocupou o trono, enquanto o rei de armas, erguendo a mão direita, bradou ao povo: “Ouvide, ouvide, estai atentos!” e o alferes-mor repetiu três vezes: “Está sagrado o muito alto e muito

poderoso príncipe, o senhor dom Pedro Segundo, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil! Viva o imperador”. E ao proferir estas palavras agitava de um para outro lado o estandarte imperial. Repetiram-se as aclamações, repicaram os sinos em todas as igrejas, troaram as fortalezas, enquanto o imperador penetrava na sala nobre do paço e recebia ali as felicitações da corte e do corpo diplomático. Por essa ocasião foram conferidos inúmeros títulos e condecorações. O Hino da Coroação era de autoria da poetisa Francisca de Assis Brandão. Várias poesias alusivas ao ato apareceram então nos jornais.

19/07/1824. Segunda-feira. Nasce em Nápoles dom Luís Carlos, Maria, José de Bourbon, príncipe real das Duas Sicílias, conde de Áquila, irmão mais moço da imperatriz d. Teresa Cristina, o qual em 28 de abril de 1844 virá desposar a princesa d. Januária, irmã mais velha do imperador dom Pedro II.

19/07/1848. Quarta-feira. Nasce às 8 horas da manhã no Paço Imperial da Boa Vista o príncipe dom Pedro Afonso, quarto e último dos filhos do imperador dom Pedro II e de d. Teresa Cristina.

23/07/1840. Maioridade do imperador dom Pedro II. Contava então o imperador 14 anos, 7 meses e 21 dias de idade. Coube a Bernardo Pereira de Vasconcelos agitar a questão ao alegar que a princesa imperial d. Januária havia atingido a idade de dezoito anos e, de acordo com o artigo 126 da Constituição, cabiam-lhe, por direito, a regência do Império durante a menoridade do imperador. Tal idéia, fruto sobretudo do espírito partidário, não foi então ventilada no Parlamento; propagou-se, porém, ao surgir outra: a declaração imediata da maioridade para apaziguar o país devorado por lutas intestinas. Esta solução agradou o povo. A 3 de maio abriu-se a sessão ordinária da Assembléia. Na resposta à fala do trono (projeto redigido por Antônio Carlos, Aureliano e Montezuma) tocou-se no assunto, assegurando-se que a Câmara “se ocupará, e com toda a solícitude, deste objeto, que o trono se dignou de oferecer à consideração da Assembléia Geral”. O debate teve início no dia 12 de maio com a discussão do voto de graças. Por essa ocasião propôs Honório Hermeto se suprimisse o trecho alusivo à “maioridade”. Pelo que diz Teófilo Ottoni

em sua “Circular ao Mineiros”, já em data anterior haviam proposto alguns congressistas uma reunião de caráter particular para se cogitar desse assunto. A questão foi todavia levantada por Antônio Carlos e Martim Francisco, com imediato beneplácito do marquês de Paranaguá, Aureliano e outros, adversários do regente. As reuniões iam tendo lugar em casa do senador José Martiniano de Alencar, sita na atual rua Visconde do Rio Branco, e delas participavam os Andradas, Holanda Cavalcanti, Limpo de Abreu, Álvares Machado, padre Marinho e outros. Diz-se que os “maioristas” fizeram chegar às mãos do imperador, através de Aureliano, um bilhete no qual o consultavam sobre o assunto, que S. M. respondeu aquiescendo. (Ottoni, *Circular*). O imperador negou isto mais tarde. Os maioristas, exceção de Paranaguá, pertenciam todos ao partido liberal. Combinou-se que Holanda Cavalcanti respondesse a Honório Hermeto e apresentasse dois projetos: um propondo a maioria imediata do imperador e outro, a criação de um Conselho de Estado que o coadjuvasse no exercício de suas funções. Holanda Cavalcanti enviou ao Senado esses projetos, que traziam além da sua as assinaturas de Alencar, Paula Albuquerque, Ferreira de Melo, Costa Ferreira e Melo e Sousa. A esse tempo, discussão no mesmo sentido travava-se na Câmara. No dia 18 pediu Honório reforma do artigo 121 da Constituição, a fim de ser o imperador desde logo declarado maior, argumentando que, com isso, se poria fim à fraqueza do regime regencial e se restituiria à nação a tranqüilidade de que tanto carecia. Achavam outros não haver necessidade de reforma constitucional, bastando que se elaborasse um projeto de lei à parte. No dia 20 houve no Senado a primeira discussão do projeto Holanda Cavalcanti. Paranaguá desceu da cadeira da Presidência, que então ocupava, e veio para o plenário apoiá-lo. Votaram a favor 16 senadores e 18 contra. A favor Paranaguá, Pais de Andrade, Jardim, marquês de São João da Palma, Lima e Silva, Paula Cavalcanti, conde de Lages, Costa Ferreira, José Saturnino, Vergueiro, Paula Albuquerque, Alencar, Almeida Albuquerque, Ferreira de Melo, Holanda Cavalcanti e Melo e Sousa. Contra: Lopes Gama, Araújo Viana, marquês de Maricá, visconde de Pedra Branca, visconde de Congonhas de Campo, Alves Branco, Velasques, Cunha Vasconcelos, Oliveira, Paraíso Rodrigues de Andrade, padre Marcos, Francisco

Carneiro de Campos, Melo Matos, João Evangelista e Nabuco de Araújo. Honório Hermeto, chefe do partido, fez cair o período da comissão encarregada de elaborar na Câmara a resposta ao discurso da Coroa. O regente formou logo novo gabinete (gabinete de 23 de maio), confiando sua organização a Caetano Maria Lopes Gama, gabinete do qual fazia parte Honório Hermeto. Enquanto isto os “maioristas” buscavam atrair para si o apoio franco do imperador. O aspecto político do caso tinha também a sua influência. Os conservadores no poder não consentiam em prestigiar uma iniciativa dos liberais, que, por certo, haveriam de suceder-lhes. Os debates agitam então a Câmara. O povo começa a interessar-se vivamente pela questão e aplaude os “maioristas”. Era então presidente da Câmara já em sua quarta legislatura (1838-1841) Joaquim Marcelino de Brito, que substituíra o marquês de Sapucaí (Cândido José de Araújo Viana). Vem à baila a situação legal de d. Januária, já maior e reconhecida como herdeira presuntiva. O ataque ao regente era assim velado. No dia 17, porém, os debates tornam-se violentos. Navarro de Abreu (maiorista) e Maciel Monteiro (conservador) altercam abrasadamente da tribuna. A Câmara, por proposta de Honório, vota na sessão de 18 a favor da retirada do projeto, Limpo de Abreu propõe o adiamento até o dia 20. Martim Francisco sugere a reunião das duas casas legislativas para apreciar e adotar uma fórmula capaz de solucionar a questão, que tanto vai apaixonando o plenário. Limpo de Abreu manifesta-se pela constituição de uma comissão, que logo se forma com os deputados Ramiro de Assis Coelho, Francisco Gonçalves Martins e Nunes Machado. No dia 21 Antônio Carlos interpela a Mesa sobre o projeto e, como observasse Nunes Machado que deveria ser este elaborado com meditação, pede o fogoso orador, através de um requerimento que envia logo à Mesa, a proclamação imediata da maioria, solicitando ao mesmo tempo urgência para a discussão. Os debates acaloraram-se. A moção foi aprovada por pequena maioria. Às 18 horas o regente convoca o ministério reconhecendo a necessidade de se proclamar desde logo a maioria, tirando-se-lhe porém o aspecto revolucionário. Em tais circunstâncias propunha o adiamento das sessões da Câmara para o mês de dezembro, a fim de se decretar a maioria no dia 2, data em que o imperador completaria quinze anos. Sugeriu Vas-

concelos que, em caso de resistência, se empregasse a força armada para fazer acatar a decisão do regente. É então que entra para o ministério, onde permanecerá apenas nove horas. O regente dirige-se ao paço e comunica sua deliberação ao imperador, que fica de pleno acordo com ele (afirma Vasconcelos em seu “Manifesto”). Os revolucionários não sustam os ataques, agora cada vez mais acirrados. Antônio Carlos exclama cheio de exaltação que o regente se tornara um usurpador, desde 11 de março e seu ministério não passava de traidor e infame. Álvares Machado proclama os parlamentares para uma reunião no Campo de Santana, enquanto Antônio Carlos os convoca para o Senado, onde não tinha havido sessão por falta de número. Convidam a presidir a ela o marquês de Paranaguá e propõe-se que se constitua uma comissão para ir a São Cristóvão consultar o imperador. Integram essa deputação Antônio Carlos, Vergueiro, marquês de Lajes Alencar, Holanda Cavalcanti, Martim Francisco e Montezuma. Eram duas horas da tarde quando deram entrada no paço. Antônio Carlos dirige-se ao imperador em nome dos presentes e lê um discurso breve. O imperador pede alguns instantes para responder e, enquanto isso, vai a uma sala próxima onde se encontravam o regente e o ministro da Marinha. Consulta também o tutor. O regente expõe-lhe o motivo do adiamento das Câmaras, declarando-lhe que, todavia, estava pela sua decisão. Diz-lhe S. M. que as convocasse para o domingo a fim de prestar perante elas o juramento prescrito. Mas logo depois, por insistência de Antônio Carlos, decide que a convocação seja para o dia imediato, 23 de julho. Antônio Carlos participa à Assembléia a solução adotada pelo imperador. Propõe Navarro que as Câmaras permaneçam em sessão permanente. Pouco depois chega o decreto do regente e o marquês de Paranaguá dá por finda a sessão. O decreto, com data do dia anterior, é publicado nos jornais de 23. Nesse dia, às 10 horas e 30 minutos da manhã, aberta a sessão e presentes quase todos os deputados e senadores, Paranaguá, de pé, proclama que “como órgão da representação nacional, em assembléia geral, declaro desde já maior S. M. o Imperador senhor dom Pedro II, e no pleno exercício dos seus direitos constitucionais”. A seguir nomeia uma comissão para ir a S. Cristóvão combinar com S. M. a hora de prestar o juramento, constituindo-a Paula Sousa, Alves Branco e Limpo de Abreu. A cerimônia é

marcada para as 15 horas e 30 minutos. A essa hora sua majestade comparece perante o Congresso reunido e, entre desusadas manifestações de júbilo e de entusiasmo das Câmaras e do povo, presta o juramento prescrito na Constituição.

23/07/1842. Procedente de Viena da Áustria, chega ao Rio, exatamente quando se comemorava o segundo aniversário da maioridade do imperador, o secretário da legação brasileira, José Ribeiro da Silva com o contrato de casamento de dom Pedro II com a princesa real das Duas Sicílias d. Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha do rei Francisco I das Duas Sicílias (1777-1830).

25/07/1805. Nasce às 11h30m da manhã no Real Palácio de Queluz, Portugal, a princesa d. Maria de Assunção, penúltima dos nove filhos de dom João VI e de d. Carlota Joaquina. Bocage fez um soneto para comemorar o acontecimento.

28/07/1874. Morre ao nascer, a filha primogênita da princesa Isabel e do conde d'Eu. Foi sepultada no convento de Santo Antônio num caixão cor-de-rosa, onde ainda hoje se lê a inscrição: "Aqui repousam os restos da princesa inocente, filha de d. Isabel e de Luís Filipe Gastão, conde d'Eu. Nasceu morta no Rio de Janeiro em 28 de julho de 1874. Foi batizada dentro do ventre materno em 26 do mesmo mês." O monumento mortuário foi executado em Paris mediante desenho fornecido pela própria princesa.

24/07/1840. Dom Pedro II, ao entrar no exercício de suas funções majestáticas, organiza o seu primeiro ministério, que ficou assim constituído com elementos do partido liberal:

Império: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva;

Justiça: Antônio Paulino Limpo de Abreu (posteriormente visconde de Abaeté);

Estrangeiros: Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (futuro visconde de Sepetiba);

Fazenda: Martim Francisco Ribeiro de Andrada;

Marinha: Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (mais tarde visconde de Albuquerque);

Guerra: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Esse gabinete conservou-se no poder até 23 de maio de 1841.

Houve durante o Segundo Reinado 36 gabinetes ministeriais; o último, como fora o primeiro, foi constituído com os liberais.

25/07/1833. Vitória no Porto, das forças de dom Pedro, duque de Bragança.

28/07/1833. Dom Pedro IV entra triunfalmente em Lisboa após haver levantado o cerco do Porto. Suas forças haviam chegado ali no dia 24.

29/07/1846. Quarta-feira. Nasce às 18 horas e 25 minutos, no Paço Imperial de S. Cristóvão, a princesa d. Isabel, mais tarde regente do Império. A notícia da aproximação da hora do seu nascimento foi rapidamente transmitida à corte, que logo se reuniu em S. Cristóvão para presenciar o ato. Uma vez verificado o parto, que decorreu normalmente, foi a princesa reconhecida pelos presentes, lavrando-se então o seguinte termo:

– “Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e seis, nesta muito leal e heróica cidade do Rio de Janeiro, achando-se reunidos no Paço Imperial da Quinta da Boa Vista, por ordem de S. M. o sr. dom Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, os ministros e secretários de Estado, os conselheiros de Estado, os grandes do Império, e os presidentes das duas câmaras da Assembléia Geral Legislativa, comigo abaixo assinados, para servirem de testemunhas do nascimento do sereníssimo príncipe ou princesa que S. M. a Imperatriz a sra. d. Teresa Cristina Maria, augusta esposa da dita S. M. I. o sr. dom Pedro II, se achava próxima a dar a luz, fomos conduzidos pelo ex.^{mo} marquês de Itanhaém, fazendo às vezes de mordomo-mor da casa imperial, ao interior do referido paço, e aí, pelas seis horas e vinte e cinco minutos da tarde do mencionado dia fomos introduzidos pelo mesmo mordomo-mor na próxima câmara em que S. M. a Imperatriz estava, e onde foi apresentada por S. M. o Imperador a augusta recém-nascida a qual reconhecemos ser do sexo feminino, e achar-se sã e perfeita. E para que o referido conste a todo o tempo, eu Joaquim Marcelino de Brito, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, lavrei três autos todos do mesmo teor por mim assinados, pelas testemunhas acima declaradas, e pelo médico da imperial câmara o dr. Cândido Borges Monteiro, um dos quais ficará depositado nas augustas mãos de S. M. o Imperador, outro será remetido para o reino das Duas Sicílias, e o terceiro ficará arquivado no Arquivo Público do Império. – *Joaquim Mar-*

celino de Brito. – José Joaquim Fernandes Torres. – Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque – Barão de Cairu. – João Paulo dos Santos Barreto. – Visconde de Monte Alegre. – Visconde de Olinda. – Conde de Valença. – Manuel Alves Branco. – José Antônio da Silva Maia. – José Joaquim de Lima e Silva. – José Carlos Pereira de Almeida Torres. – Honório Hermeto Carneiro Leão. – Francisco de Sousa e Melo. – Bispo de Anemúria. – Caetano Maria Lopes Gama. – José Cesário de Miranda Ribeiro. – Francisco Cordeiro da Silva Torres. – Marquês de Baependi. – Luís José de Oliveira. – Francisco Muniz Tavares. – Marquês de Itanhaém. – Marquês de Cantagalo. – Conde do Rio Pardo. – Conde de Caxias. – Visconde da Vila Real da Praia Grande. – O bispo de Crisópolis, esmoler-mor. – Barão de Vila Bela. – Visconde de Goiana. – Manuel, bispo capelão-mor. – Gregório de Castro Morais e Sousa, veador de semana. – Visconde de Congonhas do Campo. – Barão de Lajes. – O dr. Cândido Borges Monteiro. – José Moreira Lírio, guarda-roupa de semana. – O dr. Luís Carlos da Fonseca, médico de semana. Está conforme. – Antônio José Pires de Andrade”.

Inúmeras poesias apareceram pelos jornais celebrando o acontecimento. O batizado da princesa foi marcado por S. M. para o dia 15 de novembro.

31/07/1812. Sexta-feira. Nasce em Milão, onde seus pais então se encontravam desde alguns meses, a princesa d. Amélia Augusta, Eugênia, Napoleona de Beauharnais de Leuchtenberg e Eichstadt, filha do vice-rei da Itália Eugênio de Beauharnais, enteado de Napoleão Bonaparte, a qual virá desposar em segunda núpcias o imperador dom Pedro I.

31/07/1826. É jurada em Portugal a Constituição outorgada por dom Pedro I logo após o falecimento de seu pai dom João VI. A Carta foi levada para Portugal pelo embaixador inglês Sir Charles Stuart, que saiu do Rio a bordo da fragata *Diamond*.

Agosto

02/08/1824. Segunda-feira. Nasce às 21 horas no paço de S. Cristóvão a princesa d. Francisca Carolina, sexta dos filhos de dom Pedro I e de d. Leopoldina. Para comemorar o acon-

tecimento houve na corte três dias de grande gala, imponente cortejo e beija-mão no paço da Cidade. Veio a desposar o príncipe de Joinville em 1 de maio de 1843, e faleceu em Paris em 27 de março de 1898 com a avançada idade de 73 anos.

02/08/1822. Dom Pedro I entra para a maçonaria, de que se tornara pouco depois grão-mestre em substituição a José Bonifácio, reorganizador da maçonaria no Brasil. O imperador recebeu o nome de Guatimosin. Da fusão das três lojas então existentes, “Comércio e Artes” (criada em 1815), “União e Tranqüilidade” e “Esperança”, formou-se, em começo de 1822, o “Grande Oriente do Brasil”. À primeira pertenciam, entre outros, o dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, médico da Casa Imperial, e o renomado orador frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio. Da segunda era orador oficial José Clemente Pereira e da terceira, que funcionava em Niterói o dr. João Vahia. Na sessão de 28 de maio de 1822 foi José Bonifácio eleito grão-mestre do Grande Oriente ficando como primeiro vigilante o jornalista Joaquim Gonçalves Ledo e como grande orador o cônego Januário da Cunha Barbosa. Criou-se por essa ocasião, por inspiração de José Bonifácio, nova loja com a denominação de “Apostolado”. Elegeram o imperador seu arconte-rei, ficando José Bonifácio como seu lugar-tenente. Da luta entre o “Apostolado” e o “Grande Oriente” resultaram intrigas de toda sorte, que deram causa à demissão do ministério Andrada, formado em 16 de janeiro de 1822, durante o qual se fez a independência do Brasil.

05/08/1799. O príncipe dom João, assume a regência de direito no Real Palácio de Queluz. Assumira a regência provisória, durante a doença da mãe, em 1 de fevereiro de 1792. A rainha faleceu em 20 de março de 1816 tendo sido dom João aclamado rei em 6 de fevereiro de 1818.

05/08/1891. O deputado por Mato Grosso, Caetano de Albuquerque apresenta à Câmara um projeto que revoga o banimento do imperador dom Pedro II e lhe restitui os direitos políticos cassados pelo governo provisório (v. 11/12/1919).

06/08/1829. Contrato nupcial para os esposais de dom Pedro I com a princesa d. Amélia de Leuchtenberg, filha do falecido príncipe Eugênio de Beauharnais, enteado de Napoleão Bonaparte. Foi encarregado das negociações o marquês de Bar-

bacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes). Celebrado o consórcio por procuração, embarcou d. Amélia em companhia da rainha de Portugal d. Maria da Glória e de seu irmão o príncipe de Leuchtenberg, sob os cuidados de Caldeira Brant. Havendo seguido para Ostende, e dali para Plymouth, velejou em 30 de agosto com destino ao Brasil, aonde chegou em 16 de outubro. Chovia copiosamente nesse dia. O desembarque deu-se no dia imediato, realizando-se então as cerimônias religiosas da benção nupcial.

06/08/1906. Segunda-feira. Falece em Davos d. Matilde Maria, Teresa, Henriqueta, Cristina Leutpold, da Baviera, que em 1 de maio de 1900 desposou em Munique o príncipe d. Luís, filho da princesa d. Leopoldina e do duque de Saxe. D. Luís casou em segundas núpcias com d. Maria Ana, condessa de Trauttmansdorf Weinsberg.

08/08/1901. Nasce o príncipe dom Filipe, quinto filho de dom Augusto e de d. Carolina, neto da princesa d. Leopoldina e do duque de Saxe.

09/08/1824. Segunda-feira. Batiza-se às 17 horas a princesa d. Francisca, filha do imperador dom Pedro I e da imperatriz d. Leopoldina. Ministrou o sacramento o bispo capelão-mor dom José Caetano da Silva Coutinho. Foram padrinhos o imperador e a imperatriz da Áustria, avós da recém-nascida, representados por procuração pela princesa d. Maria da Glória e pelo conde de Palma. Seguiu-se solene Te-Déum e farta distribuição de mercês. À noite toda a cidade se iluminou e os folguedos populares se prolongaram durante três dias. Recebeu na pia batismal os seguintes nome: d. Francisca Carolina, Joana, Carlota, Leopoldina, Romana, Xavier de Paula, Micaela, Rafaela, Gonzaga. Fez a sua primeira comunhão numa quinta-feira, 4 de abril de 1833, aos 9 anos de idade. Dom Pedro II era-lhe particularmente afeiçoado.

09/08/1845. Sábado. Nasce no Castelo d'Eu, França, o duque de Saxe, dom Luís Augusto Maria Eudes de Coburgo e Gota, duque de Saxe, filho do príncipe Augusto, duque de Saxe e de d. Maria Clementina Carolina Leopoldina Clotilde de Orleans, Foi no mesmo dia batizado na capela do palácio. Casou-se em 15 de dezembro de 1864 com a princesa d. Leopoldina,



Principe Luís de Orleans
(Duque de Nemours)
(Gravura a buril de Pannier, sob desenho de Sandoz, segundo tela de Winterhalter)
Col. do Museu Imperial

filha do imperador dom Pedro II e da imperatriz d. Teresa Cristina.

09/08/1881. Terça-feira. Nasce em Paris o príncipe dom Antônio Gastão, Filipe, Francisco de Assis, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, terceiro e último dos filhos da princesa d. Isabel e do conde d'Eu.

10/08/1850. A princesa d. Isabel é declarada herdeira do trono do Brasil em cerimônia realizada no Senado às 11 horas da manhã. Estiveram presentes 79 deputados e 36 senadores.

11/08/1827. Uma carta de lei desta data, baixada por dom Pedro I, determina em seu artigo 3º uma dotação de doze contos anuais para alimentos do príncipe herdeiro (dom Pedro II) enquanto menor, devendo passar a vinte e quatro contos logo que completasse dezoito anos.

13/08/1817. Após haver casado por procuração com o príncipe dom Pedro, a princesa d. Leopoldina embarca em Livorno com destino ao Brasil. No dia 2 houve no palácio Grão-Ducal a cerimônia de entrega ao marquês de Castelo Melhor, comissário de dom João VI, pelo príncipe de Metternich, em nome do imperador. O financiamento das despesas com os esponsais, realizado com desusadas pompas, foi feito por um rico comerciante português – Henrique Teixeira de Sampaio, amigo do rei. A notícia da realização do consórcio foi recebida no Rio em 20 de maio, e deu-se a 14 de julho o desembarque dos comissários oficiais. A notícia foi oficialmente transmitida ao rei pelo conde de Wrba. A princesa e sua comitiva embarcaram a bordo dos navios *Dom João VI* e *São Sebastião* e da fragata *Príncipe Dom Pedro*, e aportaram no Rio em 5 de novembro.

13/08/1888. Segunda-feira. Morre na Áustria o príncipe dom José Fernando, terceiro filho de d. Leopoldina e do duque de Saxe, nascido a 21 de maio de 1869.

13/08/1911. Domingo. Nasce no castelo d'Eu a princesa d. Isabel Maria, Amélia, Luisa, Vitória, Teresa, Joana, filha primogênita do príncipe do Grão-Pará, neta da princesa Isabel e do conde d'Eu a qual viria a desposar o príncipe Henrique, conde de Paris, atual pretendente ao trono da França, nascido em 5 de junho de 1908.

13/8/1822. Um decreto desta data determina que na ausência do príncipe regente dom Pedro presida a princesa real d. Leopoldina ao despacho do expediente e as sessões do Conselho de Estado.

14/08/1818. Sexta-feira. Nasce em França Francisco de Orleans, príncipe de Joinville que em 1 de maio de 1843 se consorciou com a princesa d. Francisca, irmã do imperador dom Pedro II, e veio a falecer em 16 de junho de 1900.

14/08/1844. Nasce em França a duquesa de Chartres (Françoise, Marie Amélie), filha dos príncipes de Joinville, sobrinha do imperador dom Pedro II.

15/08/1805. Batiza-se na Capela do Real Palácio de Queluz a princesa d. Maria de Assunção, penúltima filha do príncipe dom João e de d. Carlota Joaquina. O sacramento foi ministrado, pouco mais das dezoito horas pelo deão principal, no impedimento do cardeal patriarca. Recebeu a recém-nascida os seguintes nomes: d. Maria d' Assunção, Ana, Joana, Josefa, Luisa, Gonzaga, Francisca de Assis, Xavier de Paula, Joaquina, Antônia de Santiago. Foram padrinhos o infante dom Pedro Carlos e infanta d. Mariana.

18/08/1901. Domingo. Nasce em Walterskirchen, na Baixa Áustria, o príncipe Filipe, Josias, Maria, José, Inácio, Miguel, Gabriel Rafael Gonzaga, quinto dos filhos do príncipe dom Augusto neto da princesa d. Leopoldina e bisneto de dom Pedro II. Casou em Orsova, na Hungria, a 8 de fevereiro de 1914, com Halasz Sara Aurélia, consórcio do qual nasceu em Budapeste em 3 de janeiro de 1944 o príncipe Filipe Augusto Ferdinando.

21/08/1761. Nasce em Lisboa o príncipe dom José, príncipe do Brasil, primogênito de d. Maria I e de dom Pedro III. Casou-se em 21 de fevereiro de 1777 com sua tia d. Maria Benedita, e faleceu aos 27 anos de idade, em 11 de setembro de 1788.

22/08/1821. Aparece nas cortes de Lisboa um projeto que propõe a ida de dom Pedro I para Portugal, a fim de viajar incógnito pelas cortes européias aperfeiçoando assim sua educação. Tal proposta foi convertida em lei em 30 de setembro de 1821. Logo no começo do ano de 1822 zarpou do Tejo uma esquadra sob o comando do vice-almirante Francisco Maximiano de Sousa com o objetivo de levar o príncipe. Vinham sete navios e 1190

praças sob o comando do coronel José Rosado. Com essa medida tirar-se-ia a dom Pedro a regência do Brasil, que retornaria, assim, à categoria anterior de colônia.

22/08/1888. Procedente de sua terceira e última viagem a Europa chega ao Brasil o imperador dom Pedro II. O povo brasileiro o recebe entre grandiosas manifestações de júbilo, e de satisfação pelo seu restabelecimento.

23/08/1902. Sábado. Nasce em Walterskirchen, na Baixa Áustria, a princesa d. Teresa Cristina, Maria, Josefa, Inácia, Benícia, Micaela, Gabriela, Rafaela, Gonzaga, sexta dos filhos do príncipe dom Augusto, neta da princesa d. Leopoldina e bisneta de dom Pedro II. Casou em 6 de novembro de 1930, em Salsburgo, com o barão de Lamoral Taxis de Bordogna e Valnigra, consórcio do qual nasceram os seguintes filhos: Carlos Lamoral (1931), Elisabeth (em Schladmingen, a 8 de janeiro de 1939) e Maria Cristina (em Villazzan di Trento, a 1943).

24/08/1820. Revolução no Porto, em conseqüência da qual dom João VI retorna ao continente europeu, após a permanência de 13 anos no Brasil. A notícia chegou ao Rio de Janeiro a 17 de outubro através da fragata francesa *La Créole*.

26/08/1826. Dom Pedro II, contando nove meses de idade, é reconhecido herdeiro presuntivo do trono do Brasil, segundo a ordem de sucessão estabelecida no título 5º, capítulo IV, artigo 117 da Constituição do Império.

28/08/1922. Segunda-feira. Assaltado por mal súbito a bordo do transatlântico *Massília*, morre em viagem para o Brasil, e já em águas brasileiras, o marechal conde d'Eu, que, a convite do presidente Epitácio Pessoa, aqui vinha assistir aos festejos comemorativos do centenário da Independência. Podia ser umas cinco horas da tarde, quando, após o jantar, reclinando o rosto do ombro de sua nora, que o acompanhava, mansamente expirou. O corpo chegou ao Rio no dia 31 e ficou exposto na igreja Cruz dos Militares, à rua Primeiro de Março. A 30 de setembro foi levado para a França a bordo do paquete brasileiro *Curvelo* e a 26 de outubro finalmente depositado na capela mortuária de Dreux ao lado dos restos mortais da princesa Isabel. O conde d'Eu chegou ao Brasil em 2 de setembro de 1864, aqui se consorciando com a princesa d. Isabel em 15 de outubro

de 1864. Exilado com a família imperial em 17 de novembro de 1889, passou a viver no castelo d'Eu, de que adquiriu plena propriedade em 1897.

28/08/1840. Pelo decreto nº 151 desta data passou a 500:000\$000 anuais a dotação do imperador, e a 96:000\$000 a da imperatriz. Até então era a dotação imperial de 240:000\$000 anuais. Determinava o mesmo decreto que os alimentos dos príncipes seriam de 12:000\$000 enquanto menores e de 20:000\$000 após atingirem a idade de 18 anos. A imperatriz, se viúva, receberia apenas 50:000\$000 por ano.

29/08/1825. Sir Charles Stuart, ministro inglês, por parte de dom João VI, assina com os plenipotenciários brasileiros o tratado e convenção pelos quais reconhecia Portugal a independência do Brasil, mediante uma indenização de 1.400:000\$000 além de 600:000\$000 pedidos por dom João VI pelas propriedades aqui deixadas. Pagaria o Brasil a primeira importância à Inglaterra para amortizar o débito que tinha Portugal para com esta nação, a fim de cobrir o empréstimo pedido para certas necessidades suas. As ratificações foram permutadas em 20 de novembro.

29/08/1829. Realiza-se em Munique a cerimônia do casamento de dom Pedro I com d. Amélia de Leuchtenberg e Eichstadt, contando ela 17 anos e ele 30. O contrato antenupcial foi assinado em Canterbury a 30 de maio. Dom Pedro, ao receber a notícia, enviou a Munique, a toda pressa, uma ordem de ratificação datada de 30 de julho, sendo portador o mordomo Paulo Barbosa da Silva. O contrato foi feito pelo marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes). Tendo saído do Rio a bordo do *Red Pole*, em 19 de agosto de 1827, desembarcou de volta em 12 de maio de 1828 sem nada haver conseguido, e por isso de novo partira a 11 de julho. D. Amélia chegou ao Rio em 16 de outubro de 1829 entre chuvas copiosas. O desembarque e a cerimônia da bênção nupcial tiveram lugar no dia seguinte. Desse consórcio nasceu uma única filha – d. Amélia. Dom Pedro veio a falecer cinco anos depois.

31/08/1922. Chega ao Rio de Janeiro, às 17 horas, o corpo do marechal conde d'Eu, falecido em viagem para o Brasil.

Setembro

02/09/1848. Chegam à corte do Rio de Janeiro o conde d'Eu e o duque de Saxe, que viriam pouco depois desposar as princesas d. Isabel e d. Leopoldina, filhas do imperador dom Pedro II. A propósito escreveu em suas memórias a princesa Isabel: “Meu pai desejava essa viagem tendo em mira os nossos casamentos. Pensava-se no conde d'Eu para minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e os nossos corações decidiram diferentemente”.

03/09/1843. A bordo da fragata *Constituição*, chega ao Brasil à tarde desse dia a imperatriz d. Teresa Cristina. A divisão naval brasileira, encarregada de trazê-la, havia saído do Rio em 5 de março de 1842 e chegara a Nápoles em 21 de maio. Era constituída pelas fragatas *Constituição* comandada pelo capitão J. J. Maia; corveta *Dois de Julho*, pelo capitão Pedro Ferreira de Oliveira; corveta *Euterpe* pelo capitão João Maria Wandenkolk. A viagem teve a duração de 62 dias. A corveta *Euterpe*, destacando-se da frota no dia 20 de agosto, saiu para anunciar a boa nova. Intensificaram-se então os preparativos para a recepção. Logo que a *Constituição* penetrou na baía de Guanabara salvaram os fortes; e fogos subiram garbosamente pelos céus e os sinos em todas as igrejas anunciaram com badaladas alegres a presença da imperatriz do Brasil. O imperador deixou o Paço de São Cristóvão com luzida comitiva e dirigiu-se para bordo. As ruas, apesar das chuvas que caíam copiosamente, estavam coalhadas de gente, ansiosa por ver a nova soberana. O desembarque deu-se na manhã do dia 4 de setembro ao som do Hino Nacional, entre repiques de sinos e estalidos de fogos. Precisamente às 10h30m a imperatriz deixava o navio que viera e tomava lugar numa galeota ao lado do imperador e da princesa d. Januária, desembarcando pouco depois no cais Valongo, que tomou dessa data em diante a denominação de “cais da Imperatriz”. No local de desembarque foi erguido suntuoso chafariz, inaugurado posteriormente em 07/11/1872. Então S. M. o Imperador tomou lugar numa carruagem ao lado do conde de Áquila, irmão da imperatriz, enquanto noutra seguia esta juntamente com d. Januária.

04/09/1843. Dom Pedro II e d. Teresa Cristina recebem no Rio a bênção nupcial. A cerimônia religiosa terminou às 16h30m, seguindo o cortejo para o Paço da Cidade, onde SS. MM. receberam os seus súditos, sendo que o imperador dispensou os cumprimentos por se achar muito fatigado. Em seguida desfilou o cortejo, na mesma ordem em que viera, em direção da Quinta da Boa Vista, onde foi servido lauto banquete, do qual participaram os grandes do Império. Várias solenidades foram então celebradas para comemorar o faustoso acontecimento e foram distribuídas inúmeras condecorações e títulos nobiliárquicos.

05/09/1816. Realiza-se em Cádiz, na Espanha, aonde haviam chegado no dia anterior a bordo dos navios em que viajavam, os consórcios das infantas d. Maria Isabel, segunda filha de el-rei dom João VI, com o rei de Espanha Fernando VII (viúvo) e o de d. Maria Francisca, terceira filha, com o infante dom Carlos Isidro, irmão do rei. Havia saído do Rio de Janeiro em 3 de julho a bordo da nau portuguesa *São Sebastião*. Os casamentos religiosos realizaram-se por procuração no dia 6. No dia 11, pela manhã, seguiram viagem para Madri.

07/09/1822. Sábado. Dom Pedro I, às margens do riacho Ipiranga, nas proximidades de São Paulo, proclama a Independência do Brasil. Tendo-se verificado “O Fico” a 9 de janeiro, a 11 revoltaram-se as tropas portuguesas, sediadas no Rio e comandadas pelo general Jorge de Avilés. Repellido, teve Avilés de retirar-se com a divisão auxiliadora (denominação dada às suas forças). No dia 13 de maio foi o príncipe aclamado defensor perpétuo do Brasil. Depois de ter visitado Minas de 25/03 a 25/04, a 13 de agosto seguiu para São Paulo, aonde chegou no dia 25. O motivo dessa viagem foi a necessidade de por fim aos distúrbios ali provocados por José da Costa Carvalho. Durante a ausência do príncipe assinou o expediente e presidiu ao Conselho dos Ministros a princesa d. Leopoldina. Em 11 dias percorreu dom Pedro 60 léguas. Parou em Taubaté, Jacareí e Penha, pequena povoação a légua e meia da capital. Ao chegar a S. Paulo, foi entusiasticamente recebido. No dia 5 dirigiu-se a Santos a fim de conhecer a cidade e inspecionar as fortificações. Nessa viagem o acompanhou uma guarda de honra chefiada pelo

coronel Marcondes de Oliveira e Melo (depois barão de Pindamonhangaba) e pelo coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo, bem como o séqüito que trouxera consigo da corte: os criados particulares João Carlota e João Carvalho Silva e seu ajudante-de-ordem Francisco Gomes da Silva (alinhado “o Chalaça”); o guarda-roupa Joaquim Maria da Gama Freire Berquó (futuro marquês de Cantagalo), e mais o padre Belchior Pinheiro e o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão. Permaneceu em Santos no dia 6 e a 7 retornava a São Paulo. Nas imediações do Ipiranga mandou que a guarda se adiantasse e parou à beira da estrada atacado de fortes cólicas, ocasionadas por alguma coisa que lhe fizera mal e que comera no jantar do dia anterior. Já acabava de retornar à estrada em direção dos cavalos ali parados quando surgiram dois emissários vindos da corte – Paulo Bregaro, oficial de secretaria do Supremo Tribunal Militar, e Antônio Cordeiro – e lhe entregaram os seguintes despachos: instruções das cortes determinando sua volta imediata para Portugal; uma carta de dom João VI recomendando-lhe obediência a essas instruções; uma carta de José Bonifácio dizendo-lhe que um dos dois caminhos havia a seguir: o regresso a Portugal tornando-se ali prisioneiro das cortes, como sucedia a dom João VI, ou a proclamação imediata da independência do Brasil, ficando como seu rei ou imperador; uma carta da princesa d. Leopoldina pedindo-lhe que ouvisse os conselhos do seu ministro e ainda outra do seu agente secreto Chamberlain participando-lhe a vitória do partido miguelista em Portugal e falando-lhe do movimento em favor de sua deserção. Eram aproximadamente 16 horas e trinta minutos. Dom Pedro, recebendo as cartas, mandou que as lesse um de seus companheiros de viagem, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira. Terminada a leitura, que ouviu trêmulo de raiva, arrancou-as violentamente das mãos do padre, amarrotou-as e lançou-as ao chão, pisando-as. Abotoou a fardeta e, virando-se para o padre, disse.

– E agora, padre Belchior?...

– Se Vossa Alteza não se faz rei do Brasil, – redargüi o sacerdote, será prisioneiro das cortes, e talvez deserdado por elas, Não há outro caminho senão a independência e a separação.

O príncipe dá alguns passos silencioso em direção aos animais amarrados à beira do caminho; repentinamente estaca e, em tom firme e decidido, prossegue:

– Padre Belchior, eles o querem, terão a sua conta. As cortes me perseguem; chamam-me com desprezo de “rapazinho” e de “brasileiro”, pois verão agora quanto vale o “rapazinho”. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal.

Os que o cercam tomados de súbito entusiasmo exclamam a uma:

– Viva a liberdade! Viva o Brasil! Viva dom Pedro!...

O príncipe vira-se para o seu ajudante de ordens e fala-lhe:

– Diga à minha guarda que eu acabo de fazer a independência completa do Brasil. Estamos separados de Portugal!

A esta altura o tenente Canto e Melo corre à venda sita pouco adiante, onde a guarda, composta de 28 soldados, se achava descansando, e torna à frente de todos vivando dom Pedro, a independência, o Brasil e a religião! Fez-se um semicírculo em torno do príncipe e, formada a guarda, proclamou dom Pedro:

– Amigos! As cortes portuguesas querem escravizar-nos! Perseguem-nos! De hoje em diante nossas relações estão quebradas! Nenhum laço já nos une!...

Arranca incontinentemente do chapéu o laço azul e branco, símbolo da nacionalidade portuguesa, e brada:

– Laços fora, soldados! Viva a independência, a liberdade e a separação do Brasil!

Os presentes respondem em coro uníssono erguendo vivas a dom Pedro, ao Brasil e à independência.

O príncipe desembainha a espada, no que é seguido por todos os militares, enquanto os paisanos tiram o chapéu, e diz:

– Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil!...

– Juramos! – respondem todos.

A seguir mete a espada na bainha, põe-se à dianteira da comitiva e, corpo ereto sobre os arreios, exclama:

– Brasileiros! Nossa divisa de hoje em diante será: “Independência ou Morte!”

Dito isto galopa em direção a São Paulo montando uma besta baia gateada. Ali chegando vai hospedar-se em casa do brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão. Manda imediatamente chamar o relojoeiro Lessa, morador à Rua Boa Vista, e lhe encomenda com urgência um dístico com as palavras “Independência ou Morte!” Então compõe ele próprio o Hino da Independência. À noite aparece no teatro, onde a companhia Zachelli representava a peça “Convidados de pedra”, trazendo no braço o dístico sobre uma fita verde-amarela. Ao aparecer no camarote, o alferes Tomás de Aquino e Castro e o padre Ildefonso Xavier Ferreira, bradaram simultaneamente: ‘Independência ou Morte!’ ...

E todo o povo, delirando de contentamento, repete entre uma tempestade de aplausos:

– “Independência ou Morte!” ...

A seguir é executado o hino de autoria de dom Pedro. O poeta Tomás de Aquino declamou uma poesia na qual é o príncipe chamado “imperador”, o que provoca novas e demoradas aclamações. Outras poesias são recitadas, quase todas com o mote: “Independência ou Morte!” A do dr. Manuel da Cunha terminava assim:

“Ou ficar a pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil!”

No dia 8, domingo, lança dom Pedro uma proclamação aos paulistas. No dia 9, segunda-feira, entrega o governo da província a uma junta constituída pelo seguinte triunvirato: d. Mateus, bispo diocesano; dr. José Correia Pacheco, ouvidor da comarca, e o comandante da praça de Santos – marechal Cândido de Almeida e Sousa, assistidos pela guarda cívica que criara, composta de vinte ou vinte e quatro jovens sob o comando do coronel Anastácio de Freitas Trancoso. A essa guarda, apresentada ao príncipe pelo padre Ildefonso Xavier Ferreira, foi dada a denominação de “Sustentáculo da Independência do Brasil”.

Naquele mesmo dia, 9 de setembro, o príncipe voltou ao Rio de Janeiro, gastando na viagem apenas cinco dias.

07/09/1847. Terça-feira. Batiza-se às 17 horas na capela imperial a princesa d. Leopoldina, terceira dos quatro filhos do imperador dom Pedro II e de d. Teresa Cristina. Nasceu em 13 de julho. Recebeu na pia batismal os seguintes nomes: dona Leopoldina, Teresa, Francisca, Carolina, Micaela, Gabriela, Ra-

faela, Gonzaga. Foram padrinhos Francisco de Orleans, príncipe de Joinville, representado por M. C. Ais de Butenval, embaixador extraordinário do rei de França, e madrinha a princesa de Joinville, d. Francisca, irmã do imperador, representada pela condessa de Belmonte.

08/09/1914. Terça-feira. Nasce no castelo d'Eu a princesa d. Maria Francisca, Amélia, Luísa, Vitória, Teresa, Isabel, terceira dos filhos do príncipe do Grão-Pará, neta da princesa dona Isabel e do conde d'Eu. Desposou em Petrópolis em 15 de outubro de 1942 o duque de Bragança, dom Duarte Nuno, pretendente ao trono de Portugal.

09/09/1931. Morre o príncipe dom Luís Gastão, segundo filho do príncipe dom Luís, neto da princesa d. Isabel e do conde d'Eu.

10/09/1904. Sábado. Nasce em Insbruck a princesa dona Maria Imaculada, Leopoldina, Francisca, Teresa, Ildefonso, Aldegonda, Clementina, Hildegarda, Ana, Josefa, Isabel, Saneta, Angelina, Nicoleta Segunda e última filha do primeiro consórcio do príncipe dom Luís de Saxe.

11/09/1788. Vítima de ataque de bexigas, falece às 16 horas e 10 minutos, aos 27 anos de idade, o príncipe do Brasil dom José, primogênito da rainha d. Maria I e de dom Pedro III, nascido em 21 de agosto de 1761. Os funerais tiveram lugar no dia 14. Bocage, que o estimava, escreveu dois belos sonetos sobre o doloroso acontecimento (sonetos CLVI e CLVII); sendo um deles o seguinte:

“José, sangue de heróis, príncipe amado,
Nosso Bem, nosso pai, nossa alegria,
Tu pela negra mão da Morte fria,
Da truculenta Morte em flor cortado!
 Tu de nós para sempre desterrado!
 Nós sem ti para sempre! Horrível dia!
 Mísero povo! Infausta Monarquia!
 Rígida lei do inexorável Fado!...
Áureas, vãs esperanças concebemos...
Hei-las, hei-las em cinza no jazigo
Com teu rosto adorável, que perdemos.
 Ah! Que é do nosso generoso abrigo?
 Que fazemos no mundo, ah! que fazemos,
 Que não nos vamos sepultar contigo?”

13/09/1909. Segunda-feira. Nasce em Boulogne-sur-Seine o príncipe dom Pedro Henrique Afonso, Filipe, Maria, primogênito do príncipe dom Luís e de d. Maria Pia, neto da princesa d. Isabel e do conde d'Eu.

14/09/1907. Sábado. Falece em Carlsbad, na Boêmia, aos 62 anos de idade, o duque de Saxe, que desposou a princesa d. Leopoldina, filha do imperador dom Pedro II. Nasceu no castelo d'Eu em 9 de agosto de 1845.

15/09/1870. Quinta-feira. Nasce no castelo de Ebental, na Áustria, o príncipe dom Luís, Gastão, Clemente, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, quarto e último dos filhos da princesa d. Leopoldina, neto do imperador dom Pedro II.

16/09/1834. D. Maria II, depois de declarada maior, entra no exercício do governo.

16/09/1837. Nasce dom Pedro V, primogênito da rainha d. Maria II, o qual após a morte dela, ocorrida em 15 de novembro de 1853, foi aclamado rei de Portugal. Durante sua menoridade (1853-1855) governou o reino seu pai, o rei d. Fernando II. Dom Pedro V casou em 18 de maio de 1858 com a princesa d. Estefânia de Hohenzollern Sigmarigen, nascida em 15 de julho de 1837 e falecida em 17 de julho de 1859. Depois de haver reinado seis anos, faleceu prematuramente em 11 de novembro de 1861, sucedendo-lhe no trono seu irmão d. Luís I.

16/09/1855. Dom Pedro V entra em exercício da autoridade real, após haver atingido a maioridade.

17/09/1834. Dom Pedro IV, duque de Bragança, reconhecendo a gravidade do seu estado de saúde, dita o seu testamento ao ministro do Reino Bento Pereira do Carmo. Era o segundo que fazia. O primeiro foi escrito em Paris em 21 de janeiro de 1832.

18/09/1834. O duque de Bragança (dom Pedro IV), sentindo avizinhar-se-lhe a morte, escreve à Câmara dos Deputados a seguinte carta, na qual notifica o país de que o seu estado de saúde não lhe permitia ocupar-se mais com os negócios do reino:

– “Senhores deputados da nação portuguesa:

Sempre franco e fiel aos meus juramentos, e obedecendo à voz da minha consciência, vou participar-vos que tendo ontem

cumprido com os deveres de filho da Igreja Católica, e de pai de família, julgo também do meu consciencioso dever participar que o mesmo estado de moléstia, que ontem me ditou aquela resolução, me inibe de tomar conhecimento dos negócios públicos, em cujas circunstâncias vos peço queirais prover do remédio: eu faço os mais ardentes votos ao céu pela felicidade pública. – Palácio de Queluz, em 18 de setembro de 1834. – *Dom Pedro*, regente.”

O Congresso declara-se logo em sessão permanente. Uma comissão incumbida de dar parecer sobre a carta, opina favoravelmente à declaração imediata da maioria da rainha, que contava então 15 anos de idade. Essa proposta foi convertida em lei no dia imediato.

18/09/1865. Rendição de Uruguaiana, assaltada pelas forças paraguaias. Dom Pedro II, ladeado pelos dois grandes chefes aliados – general Mitre, presidente da República Argentina, e Flores, governador provisório da República Oriental uruguaia, presencia a capitulação. 5.531 praças de pré e 59 oficiais (5.515 homens – diz Rio Branco) entregam as armas, sete bandeiras e seis canhões, que ficam como troféu.

19/09/1834. D. Maria II, contando apenas quinze anos de idade, é declarada maior. No dia 20 presta o juramento perante as cortes, de acordo com o disposto no artigo 76 da Carta Constitucional. Seu primeiro ato, ao iniciar o reinado, é condecorar o pai com a Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

19/09/1864. Pedido de casamento do conde d’Eu à princesa imperial d. Isabel. Foram designados para celebrar o contrato antenupcial o general Dumas, por parte do príncipe, e o ministro do Império dr. José Liberato Barroso, por parte do imperador.

20/09/1911. Quarta-feira. Nasce no castelo de Wolfgang a princesa d. Josefina, Maria, Ana, Leopoldina, Clementina, Ludovina, Teresa, Gabriela, Gonzaga, filha única do segundo matrimônio do príncipe dom Luís de Saxe.

23/09/1833. D. Maria II chega a Lisboa a bordo do vapor inglês *Sono*. Nesse dia houve na catedral solene Te-Déum em regozijo, celebrando-o o cardeal patriarca. O Chalaça foi por essa ocasião nomeado secretário da Casa de Bragança.



D. Pedro I
(Duque de Bragança)

(Original a carvão e giz de J. J. Rodrigues Primavera - desenhado do natural no dia 25 de setembro de 1834. Doc. 4.900, do "Inventário dos Docs. da Casa Imperial do Brasil existentes no castelo d'Eu", hoje no Museu Imperial).

24/09/1834. Quarta-feira. Falece aos 36 anos incompletos, às 14h30m no Real Palácio de Queluz, Portugal, no mesmo quarto em que nascera (câmara “Dom Quixote”), o duque de Bragança e ex-imperador do Brasil (dom Pedro I, IV de Portugal). Durante o cerco do Porto lhe sobrevieram antigos padecimentos do fígado e rins. Desde 6 de agosto passara a residir em Queluz. Apareceu ali um edema num dos pés. Em novembro de 1833 resfriara-se ao passar-se de Lisboa para Almada. Vendo-se subitamente atacado por uma bronquite, mal convalescera, e de novo constipou-se na ida a Cartaxo. Daí lhe adveio a tuberculose que o havia de vitimar. Em 27 de maio de 1834 tivera uma hemoptise no teatro São Carlos quando os liberais o receberam com estrondosa pateada; mas em julho o cuidaram restabelecido. Em setembro sentiu-se pior e a 15 desse mês ditou o testamento (aliás o segundo que fazia) ao ministro do Reino Bento Pereira do Carmo. No dia 16 assinou todo o expediente. No dia 17 pediu e recebeu contrito e resignado os últimos sacramentos. No dia 18 endereçou uma carta às cortes declarando que seu estado de saúde não lhe permitia mais tomar conhecimento dos negócios do reino. No dia 19 era sua filha d. Maria II, declarada maior e no dia 20 prestava juramento perante as cortes. No mesmo dia foi por ela condecorado com a Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. No dia 21 recebeu o viático pela segunda vez. No dia 24, por volta das catorze horas e trinta minutos, expirou. No dia 25 autopsiaram o cadáver, verificando-se que todos os órgãos se achavam afetados. Os funerais realizaram-se no dia 27, à noite, com grande acompanhamento. Uma multidão de pessoas empunhava tochas e velas acesas. Troou a artilharia; dobraram a finados os sinos de todas as igrejas. Ele havia antes de morrer dispensado as honras fúnebres. No dia 28 o arcebispo eleito de Lacedemônia levou o seu coração embalsamado para o Paço das Necessidades, onde ficou encerrado numa urna de granito feita com uma das pedras das fortalezas do Porto, segundo seu desejo expresso antes de morrer. Em 4 de fevereiro de 1835 o enviaram para essa cidade e o colocaram na capela da Lapa.

A notícia chegou ao Rio de Janeiro em começo de dezembro.
Dom Pedro I nascera numa sexta-feira, dia 12 de outubro

de 1798. Veio para o Brasil, juntamente com a família real, com a idade de 9 anos e aqui permaneceu durante 23.

Presenciaram os seus últimos instantes a duquesa de Bragança, a rainha d. Maria II, o arcebispo de Tessalônica, o médico do paço dr. Tavares e os marqueses de Saldanha e de Resende.

24/09/1851. O infante dom Miguel casa-se em Kleinheubach com a princesa d. Adelaide de Loewenstein, consórcio do qual nasceram os oito seguintes filhos: 1º d. Maria das Neves (1852), que desposou o príncipe espanhol dom Afonso de Bourbon; 2º dom Miguel Maria, ou dom Miguel II (1853); 3º d. Maria Teresa (1855), que se consorciou com o arquiduque Carlos Luís Filipe, irmão do imperador da Áustria; 4º d. Maria José (1857), que casou com o príncipe Teodoro, da Baviera, e foi mãe da rainha viúva da Bélgica; 5º d. Aldegundes (1858), condessa de Bardi e duquesa de Guimarães, que casou com o príncipe Henrique de Bourbon em 1876; 6º d. Maria Ana (1861), que contraiu núpcias com o grão-duque Guilherme, de Luxemburgo; 7º d. Maria Antônia (1862), que casou com o duque Roberto, de Parma; 8º dom Miguel, já falecido e sepultado no panteão dos príncipes de Loewenstein, no convento de Engelberg. Dom Miguel II nasceu em 19 de setembro de 1853. Casou em 1877 com d. Isabel de Turn e Taxis, havendo desse consórcio nascido três filhos: dom Miguel, duque de Vizeu; dom Francisco José (falecido) e d. Maria Teresa, que desposou dom Carlos Luís de Turn e Taxis. Enviuvando, dom Miguel II de novo se consorciou em 1893 com sua prima d. Maria Teresa, princesa de Loewenstein Wertheim Rosemberg, tendo nascido desse consórcio sete filhas e um filho, que é dom Duarte Nuno, em favor de quem abdicou dom Miguel II os direitos à Coroa portuguesa, em 1920. Sobre esses direitos houve também um pacto firmado entre ele e dom Manuel II, em 1812, em Dover, e em 1922 em Paris. Dom Duarte Nuno, atual pretendente à Coroa portuguesa, casou em 15 de outubro de 1942, em Petrópolis, com a sua prima, a princesa d. Maria Francisca, filha do falecido príncipe do Grão-Pará, nascida no castelo d'Eu em 8 de setembro de 1914.

27/09/1816. Celebra-se em Madri a cerimônia religiosa do casamento do rei Fernando VII de Espanha com a princesa dona

Maria Isabel, e o do infante dom Carlos Isidro, seu irmão, com a infanta d. Maria Francisca, ambas filhas de el-rei dom João VI, que se encontrava então no Brasil com a família real portuguesa.

27/09/1862. Casamento do rei de Portugal dom Luís I, irmão e sucessor de dom Pedro V, filhos ambos da rainha dona Maria II, com a princesa de Itália d. Maria Pia, filha de Vítor Manuel II, rei da Itália, nascida em 16 de outubro de 1847 e falecida em 5 de julho de 1911. Nasceram desse consórcio: dom Carlos I (32º rei de Portugal) em 28 de setembro de 1863 e dom Afonso Henrique, em 31 de julho de 1865. Faleceu o primeiro em 1 de fevereiro de 1908, e o segundo em 21 de fevereiro de 1920. D. Maria Pia desembarcou em Lisboa no dia 6 de outubro de 1862, e nesse mesmo dia recebeu a bênção nupcial na Igreja de São Domingos.

28/09/1863. Nasce em Lisboa o príncipe dom Carlos, Fernando, Luís, Maria, Vítor, Miguel, Rafael, Gabriel, Gonzaga, Xavier, Francisco de Assis, José, Simão, de Bragança, Sabóia, Bourbon, Saxe, Coburgo Gota, filho de dom Luís I e da rainha d. Maria Pia de Sabóia, o qual viria a ser o 32º rei de Portugal (1889 a 1908). Dom Carlos reinou durante 19 anos. Casou em 22 de maio de 1886 com a princesa d. Maria Amélia de Orleans, filha de Luís Filipe, conde de Paris, e da princesa dona Isabel de Orleans. Nasceram desse consórcio dois filhos: dom Luís Filipe (21/03/1887 a 01/02/1908) e dom Manuel II (15 de novembro de 1889 a 2 de julho de 1932). Dom Carlos morreu assassinado em 1 de fevereiro de 1908 juntamente com o príncipe herdeiro, ao chegarem ao Terreiro do Paço, em Lisboa. Dom Manuel II foi o 33º e último rei de Portugal. Reinou de 1908 a 1910, tendo sido deposto e exilado após a proclamação da República em 5 de outubro de 1910. Casou em 1913 com a princesa d. Augusta Vitória de Hohenzollern, passando a residir em Twickenham, nos arredores de Londres.

28/09/1888. A princesa Isabel recebe a “Rosa de Ouro” que lhe mandava Leão XIII, como lembrança da promulgação da Lei Áurea.

29/09/1840. A lei nº 166, desta data, estabelece a dotação de S. Alteza Imperial quando houver de realizar-se o seu consórcio. A dotação era de noventa e seis contos anuais, cessando com o casamento a verba destinada aos alimentos. Havia ainda uma

dotação de cento e vinte e seis contos para aquisição dos prédios, cem contos para o enxoval e uma verba extraordinária para as negociações do casamento. No caso de sair do Império, a dotação era de 750 contos, pagos de uma só vez.

30/02/1833. Em solenidade realizada no Paço da Ajuda, às 13 horas, o duque de Bragança (ex-imperador do Brasil), assume a regência do reino durante a menoridade de sua filha d. Maria II, em favor da qual abdicara. Já em 3 de março de 1832, a bordo da fragata *Rainha de Portugal* ele já havia se proclamado regente do reino, quando assumiu o comando do Exército na ilha Terceira. A abdicação foi feita de acordo com o disposto no artigo 5º da Carta Constitucional por ele outorgada a Portugal em 29 de abril de 1826. Em 2 de maio do mesmo ano fez nova abdicação, dispondo que d. Maria da Glória, que contava então sete anos de idade, deveria casar com seu tio, o infante dom Miguel. Este, que se encontrava em Viena da Áustria, jurou a Carta em 4 de outubro e no dia 29 celebrou ali o casamento com a sobrinha, representada no ato pelo barão de Vila Seca. No dia 3 de julho do ano seguinte era nomeado por dom Pedro seu lugar-tenente para governar o reino em sua ausência. Chegou a Lisboa em 22 de fevereiro de 1828. A 11 de julho, reunidos os Três Estados, foi aclamado rei absoluto, e dom Pedro excluído dos direitos à coroa portuguesa, em vista de se ter feito monarca de um país estrangeiro. Com a declaração da realeza de dom Miguel, começa a luta entre “constitucionais” e “absolutistas”, a qual terá seu epílogo com a derrota de dom Miguel e a assinatura da convenção de Évora-Monte em 26 de maio de 1834.

Outubro

04/10/1848. Batismo do príncipe dom Pedro Afonso, quarto e último dos filhos do imperador dom Pedro II e de dona Teresa Cristina. Nasceu em 19 de julho de 1848. Foram padrinhos o imperador da Áustria e a duquesa de Bragança, representados pelo visconde de Olinda e a condessa de Belmonte.

07/10/1831. José Bonifácio, na qualidade de tutor de dom Pedro II e de suas irmãs, nomeia-lhes os primeiros mestres: Luís Aleixo Boulanger (nomeado desde 7 de agosto), mestre de escrita, geografia e primeiras letras; cônego Renato Pedro Boiret, de

francês; Simplício Rodrigues de Sá (pintor português), que por decreto de 30 de outubro de 1826 fora designado mestre de pintura de d. Maria da Glória, de desenho; posteriormente, em 1835, devido a uma doença nos olhos, foi substituído por Félix Emílio Taunay, diretor da Academia de Belas-Artes; Lourenço Lacombe, de dança; Fortunato Mazziotti, de música. Posteriormente foram nomeados Nataniel Lucas, de inglês; Alexandre Antônio Vandelli, de ciências naturais; Félix Emílio Taunay foi, a partir de 1839, designado sub-preceptor pelo novo tutor marquês de Itanhaém; Roberto João Damby, de equitação (a partir de 1836); coronel Luís Alves de Lima (futuro duque de Caxias), de esgrima (1839); Cândido José de Araújo Viana (futuro marquês de Sapucaí), de literatura e ciências práticas; frei Pedro de Santa Mariana, diretor de estudos desde 1833, de matemática a partir de 1834 e após de lógica; Roque Söch (antigo bibliotecário da imperatriz Leopoldina), de literatura e alemão (1839), Félix Emílio Taunay, depois barão de Taunay, ensinou ao imperador francês, grego, desenho e história universal. Em 1840 S. M. iniciou os estudos filosóficos. Após a maioridade passou a estudar o sânscrito com o dr. Seybold e com o glotólogo alemão dr. Koch. Aprendeu ainda o hebraico, que chegou a conhecer bem, e as Sagradas Escrituras, assunto sobre o qual possuía a melhor biblioteca do país. Sobre egiptologia correspondeu-se com Brugsch e Mariette Bey. O horário observado durante essa época dos estudos foi o seguinte: 7 horas da manhã – levantar-se; 8 horas – almoço em presença do médico do paço; de 8 a 9 horas – descanso; de 9 às 11h30 – estudo; de 11h30 a 13h30 – diversões e passeio; 14 horas – jantar; 16h30 – passeio nos jardins do paço até o anoitecer. A seguir mudava a roupa e entregava-se a leituras ligeiras e recreativas; 20 horas – orações da noite; 21 horas – ceia; 22 horas – recolhia-se ao leito.

11/10/1864. Assinatura do contrato de casamento do conde d'Eu com a princesa d. Isabel. O consórcio realizou-se no dia 15.

11/10/1922. Quarta-feira. Falece em Schladming, Alemanha, o príncipe dom Augusto, segundo filho da princesa dona Leopoldina e do duque de Saxe, nascido em 6 de dezembro de 1867.

12/10/1798. Sexta-feira. Nasce na sala “Dom Quixote” no Real Palácio de Queluz, Portugal, o príncipe dom Pedro,

quarto dos filhos de dom João VI e de d. Carlota Joaquina, o qual seria mais tarde imperador do Brasil e regente do reino em Portugal. Recebeu na pia batismal os seguintes nomes: Pedro de Alcântara, Francisco, Antônio, João, Carlos, Xavier de Paula, Miguel, Rafael, Joaquim, José, Gonzaga, Pascoal, Cipriano, Serafim, de Bragança e Bourbon. Faleceu no mesmo quarto em que nascera aos 36 anos incompletos, no dia 24 de setembro de 1834.

12/10/1822. Por proposta de José Clemente Pereira, apresentada em 21 de setembro, é dom Pedro I, em sessão extraordinária da Câmara, realizada em 12 de outubro, aclamado imperador constitucional do Brasil. Uma circular de 17 de setembro do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, convidava para a solenidade as Câmaras das Províncias. A cerimônia realizou-se num palacete sito no antigo Campo de Santana. As tropas num total de seis mil homens sob o comando do general Joaquim Xavier Curado (depois conde de São João das Duas Barras), formaram em continência. Discursou por essa ocasião o presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, respondendo o imperador. Uma litografia de Debret rememora o acontecimento.

15/10/1864. Sábado. Casa-se a princesa d. Isabel com o príncipe dom Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, conde d'Eu, filho do duque de Nemours e neto de Luís Filipe, rei de França. Dez carruagens saíram de São Cristóvão às nove horas da manhã desse dia em direção ao Paço da Cidade. Na nona iam a imperatriz e as princesas d. Isabel e d. Leopoldina e na décima o imperador e o duque de Saxe, juntamente com o conde d'Eu. Do paço formou-se o préstito, que se dirigiu à capela imperial, onde o arcebispo da Bahia e vice-capelão-mor do Império dom Manuel Joaquim da Silveira presidiu a cerimônia. Foram padrinhos: da princesa o senador Francisco José, presidente do Conselho de Ministros e o marquês de Itanhaém; do conde d'Eu: o duque de Saxe e o marquês de Olinda. Serviu de mestre-de-cerimônias o mordomo do paço Paulo Barbosa da Silva. O conde d'Eu envergava farda de oficial do Exército e trazia várias condecorações. Terminada a cerimônia religiosa o imperador lançou-lhe ao pescoço o colar da Ordem da Rosa. A seguir entoou-se solene Te-Déum. Formou-se de novo o cortejo que por mais de hora e meia desfilou em direção ao paço. Às 15

horas seguiram os nubentes numa galeota para Petrópolis, onde temporariamente fixaram residência, acompanhando-os a essa viagem o barão e a baronesa de Lajes. Regressaram à corte no dia 24. Por decreto assinado nesse mesmo dia o imperador conferiu ao genro o posto honorário de marechal do Exército. Para assinalar o acontecimento foram no dia do consórcio libertos todos os escravos em serviço na casa imperial.

15/10/1942. Realiza-se em Petrópolis o consórcio da princesa brasileira d. Maria Francisca, filha do finado príncipe do Grão-Pará, com o pretendente ao trono de Portugal dom Duarte Nuno, descendente do rei dom Miguel. O casamento civil foi efetuado no dia 13 na embaixada portuguesa, no Rio. Imponente cortejo nupcial saiu às 11h30 do Palácio Grão-Pará em direção à catedral, onde tiveram lugar as cerimônias religiosas presididas pelo bispo de Niterói, dom José Pereira Alves, no impedimento do cardeal dom Sebastião Leme, então gravemente enfermo. Foram padrinhos por parte da noiva o conde de Paris, representado pelo príncipe dom João de Orleans de Bragança, e a rainha d. Amélia, pelo conselheiro João Camelo Lampreia; por parte do noivo o infante d. João Carlos, príncipe das Astúrias, representado pelo conde de Almada, e a infanta d. Filipa de Bragança. Dom Duarte Nuno, Fernando, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Francisco, Xavier, Raimundo, Antônio, duque de Bragança, nasceu no castelo de Seebenstein em 23 de setembro de 1907, e d. Maria Francisca, Amélia, Luísa, Vitória, Teresa, Elizabeth, de Orleans e Bragança no Castelo d'Eu em 8 de setembro de 1914.

16/10/1875. Sexta-feira. Nasce em Petrópolis às 4h50m da manhã o príncipe do Grão-Pará, dom Pedro de Alcântara, Luís, Filipe, Maria, Gastão, Miguel, Gabriel, Rafael, Gongaza, de Orleans e Bragança, primogênito da princesa d. Isabel e do conde d'Eu. O parto foi difícil, teve de ser extraído a fórceps e nasceu asfíxiado. Batizou-se numa quinta-feira, dia 2 de dezembro. O título de príncipe do Grão-Pará foi-lhe conferido de acordo com o artigo 105 da Constituição de 25 de março de 1824. A 30 de outubro de 1908 renunciou seus direitos à sucessão do trono. Casou em Versalhes em 14 de novembro desse mesmo ano vindo a falecer em Petrópolis em 29 de janeiro de 1940.

15/10/1916. Domingo. Nasce no castelo d'Eu o príncipe dom João de Orleans e Bragança, quarto dos cinco filhos do príncipe do Grão-Pará e de d. Elizabeth Adelaide, Dobzensky de Dobzenicz. Casou com a princesa do Egito d. Fátima. Ingressou na Aeronáutica em 1936.

16/10/1829. Viajando a bordo da fragata *Imperatriz*, chega ao Rio de Janeiro, entre chuvas torrenciais, a princesa Amélia de Leuchtenberg, que desposara em Munique por procuração o imperador dom Pedro I. Permaneceu a bordo todo esse dia sob os cuidados do marquês de Barbacena, em cuja companhia viajara. A divisão naval que a conduzia, da qual fazia parte a fragata *Isabel* e a corveta *Maria Isabel*, estava sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra João Carlos Pedro Pritz.

17/10/1829. Realiza-se na Capela Imperial a cerimônia da bênção nupcial de dom Pedro I com d. Amélia Leuchtenberg. Seguiram-se diversas solenidades, tendo havido à noite baile suntuoso, que, segundo se diz, foi o mais imponente do Primeiro Reinado.

17/10/1829. Dom Pedro I cria neste dia a Ordem da Rosa para comemorar o seu “faustíssimo consórcio” com d. Amélia de Leuchtenberg. Constava a condecoração de uma estrela de seis pontas sobre uma grinalda de rosas, tendo no anverso monograma A. P. (Amélia e Pedro) circundado pela legenda Amor e Fidelidade e no reverso a data do casamento em Munique: 2 de agosto de 1828, volteando-a a legenda: Pedro e Amélia. As fitas e banda eram cor-de-rosa claro. A distribuição dessas condecorações foi copiosa. Dom Pedro I concedeu nada menos de 189 grã-cruzes e dom Pedro II 15.146, de modo especial para premiar serviços prestados à instrução e à extinção da escravatura.

23/10/1834. O duque de Palmela, presidente do Conselho de Ministros, apresenta na Câmara um projeto de lei excluindo dom Miguel e seus sucessores dos direitos de suceder na Coroa, banindo-os ao mesmo tempo do território português.

26/10/1802. Terça-feira. Nasce em Lisboa o infante d. Miguel, sétimo dos nove filhos de dom João VI e de d. Carlota Joaquina. Faleceu com 64 anos de idade em Bronnbach, pequena povoação da Alemanha, em 14 de novembro de 1866.

26/10/1824. D. Carlota Joaquina após o fracasso da “abrilada” é remetida presa para Queluz, onde passa a residir.

27/10/1895. Nasce em Pola, na Áustria, o príncipe dom Augusto, primogênito de dom Augusto e neto da princesa dona Leopoldina. Faleceu com 15 anos de idade em 1910.

29/10/1826. O infante dom Miguel, ex-duque da Beja, após haver jurado a Carta Constitucional outorgada por seu irmão, dom Pedro IV, 1º do Brasil, casa por procuração em Viena da Áustria com sua sobrinha d. Maria da Glória, em favor da qual dom Pedro havia abdicado a Coroa portuguesa. Nessa solenidade foi a rainha, que contava então sete anos de idade, representada pelo barão de Vila Seca. Tal desposório ficou praticamente nulo devido aos acontecimentos supervenientes.

29/10/1816. Terça-feira. Nasce em Coburgo, na Alemanha, o príncipe dom Fernando Augusto Francisco Antônio, duque de Saxe Coburgo-Gota, que viria a desposar em segundas núpcias a rainha de Portugal d. Maria II. Faleceu em 15 de dezembro de 1885.

30/10/1835. Uma carta de lei desta data reconhece dona Januária como princesa imperial e sucessora no trono do Brasil. Nessa qualidade prestou juramento em 31 de maio de 1836.

31/10/1828. Nasce o príncipe dom Luís, que sucederia no trono de Portugal a seu irmão dom Pedro V. Casou com a princesa de Itália, d. Maria Pia de Sabóia, filha de Vitor Manuel II, rei da Itália, nascida em 16 de outubro de 1847, e falecida em 5 de julho de 1911. Nasceram desse consórcio: dom Carlos I, 32º rei de Portugal (28/09/1863 a 01/02/1908) e dom Afonso Henrique (31/07/1865 a 21/02/1920).

Novembro

01/11/1832. A expedição invasora do duque de Bragança, (ex-imperador dom Pedro I) penetra vitoriosa na capital do Minho.

04/11/1811. Nasce no Paço Real da Boa Vista o infante dom Sebastião, primeiro e único filho da princesa d. Maria Teresa, filha mais velha do príncipe regente dom João e de d. Carlota Joaquina, e do infante de Espanha dom Pedro Car-

los. Foi o primeiro príncipe nascido no Brasil. Batizou-se na capela real, tendo recebido os seguintes nomes: dom Sebastião Gabriel, Carlos, João, José, Francisco, Xavier de Paula, Miguel, Bartolomeu de S. Geminiano, Rafael, Gonzaga. Serviram de padrinhos a rainha d. Maria I e o príncipe regente dom João.

04/11/1845. Nasce em França o duque de Penthièvre, Pierre Philippe Jean Marie d'Orleans, segundo filho dos príncipes de Joinville, sobrinho do imperador dom Pedro II.

04/11/1847. Nasce em Portugal o infante dom Antônio, duque de Coimbra, filho da rainha d. Maria II e de el-rei dom Fernando.

04/11/1908. Casa-se o príncipe dom Luís, filho da princesa Isabel, com a princesa d. Maria Pia de Bourbon Sicília, filha de dom Afonso, conde de Caserta, chefe da casa real das Duas Sicílias, e da princesa d. Maria Antonieta de Bourbon, nascida em 12 de outubro de 1878. Tiveram os seguintes filhos: dom Pedro Henrique (13/09/1909), dom Luís Gastão (19/02/1911) faleceu a 9 de setembro de 1931 e d. Pia Maria (04/03/1913), o primeiro e o terceiro em Boulogne-sur Seine e o segundo em Cannes.

05/11/1834. Casa-se em Munique, por procuração, com a rainha de Portugal d. Maria II, o príncipe dom Augusto, Carlos, Eugênio, Napoleão, duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz, príncipe de Eichstadt, irmão da imperatriz do Brasil d. Amélia de Leuchtenberg (v. 26/01/1835).

06/11/1817. Celebram-se na capela imperial os esponsais de dom Pedro I (então príncipe real) com a arquiduquesa da Áustria d. Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, que desembarcara no dia anterior com luzida comitiva. Acompanhou-a na qualidade de embaixador extraordinário da Áustria o conde Eltz. No dia 7 houve em São Cristóvão recepção à corte e ao corpo diplomático. Nasceram desse consórcio os seguintes filhos: 1º d. Maria da Glória (1819-1853), rainha de Portugal sob o nome de d. Maria II; 2º dom Miguel (1820-1820); 3º dom João Carlos, príncipe da Beira (1821-1822); 4º d. Januária (1822-1901); 5º d. Paula Mariana (1823-1833); 6º d. Francisca, princesa de Joinville (1824-1898); 7º dom Pedro II, imperador do Brasil (1825-1891). Dom Pedro I, em carta ao sogro, par-

tipando-lhe o falecimento da imperatriz, dizia que casado desde nove anos era pai de nove filhos. Parece aludir aí aos frutos de dois partos prematuros, de que um deverá situar-se dentro do espaço de dezessete meses, que medeiam entre o casamento (6 de novembro de 1817) e o nascimento de d. Maria da Glória a 4 de abril de 1819); o segundo, que foi do sexo masculino, nasceu em 2 de dezembro de 1826, nove dias antes do passamento da imperatriz.

08/11/1834. Contrato de casamento da rainha d. Maria II com o príncipe dom Augusto de Leuchtenberg.

09/11/1889. Suntuoso baile na ilha Fiscal oferecido à oficialidade do encouraçado chileno *Almirante Cochrane* pelo presidente do Conselho dos Ministros, visconde de Ouro Preto, conhecido como “o último baile da monarquia”. O encouraçado achava-se no Brasil em visita de cortesia, e ancorara na baía de Guanabara desde o começo de outubro. Estava sob o comando do comodoro Constantino Bannem. A esse baile estiveram presentes o imperador e a família imperial e também os grandes da corte, parlamentares, o corpo diplomático e figuras representativas das diversas classes sociais.

11/11/1861. Após curto reinado, morre vitimado por febre maligna dom Pedro V, 30º rei de Portugal, nascido a 16 de setembro de 1837, o qual em 1853 sucedera no trono sua mãe, a rainha d. Maria II.

14/11/1866. Quarta-feira. Falece em Bronnbach, aos sessenta e quatro anos de idade, o infante dom Miguel, sétimo filho de dom João VI e de d. Carlota Joaquina. Dom Miguel deixou definitivamente o reino após a convenção de Evora-Monte em 26 de maio de 1834. Recusou a pensão que lhe fora concedida pelo governo, mas em Roma, onde passou a viver, o Papa Gregório XVI pôs à sua disposição um apartamento no palácio Capponi e lhe deu uma mesada.

14/11/1908. Sábado. Casa-se em Versalhes o príncipe do Grão-Pará com d. Maria Elisabeth Adelaide, condessa Dobrzensky de Dobrzeznicz, nascida em 7 de dezembro de 1875, em Chotebor, na Boêmia, filha do conde João Dobrzensky de Dobrzeznicz e de d. Elizabeth, condessa de Kottulinsky von Kottulin. Nasceram desse consórcio cinco filhos: 1º d. Isabel Maria (13/08/1911), que casou com o príncipe Henrique Fer-

nando Roberto (05/06/1908), conde de Paris e atual pretendente ao trono da França; 2º dom Pedro de Alcântara (19/02/1913), que desposou a princesa de Espanha d. Esperanza, filha do infante dom Carlos, recentemente falecido; 3º d. Maria Francisca (08/09/1914), que contraiu núpcias com o príncipe dom Duarte Nuno, pretendente ao trono de Portugal; 4º dom João (15/10/1916), que se consorciou com a princesa do Egito d. Fátima, e 5º d. Teresa Maria (18/06/1919).

14/11/1921. Segunda-feira. Após lenta agonia, falece no castelo d'Eu, França, "em conseqüência de fraqueza cardíaca agravada por congestão pulmonar" (telegrama do conde d'Eu à baronesa de Loreto) a princesa d. Isabel, a Redentora, por três vezes regente do Império. No dia 11 saíra, como de costume, para dar um passeio em carro aberto pelos arredores do castelo; por essa ocasião resfriou-se. A moléstia foi-se agravando. Dois dias após teve de recolher-se ao leito, donde não mais se levantou. Morreu às 10 horas da manhã depois de haver recebido entre as mais pias demonstrações os santos sacramentos. Os funerais realizaram-se no dia 18 na igreja Colegial d'Eu. Seus restos mortais foram transportados para Dreux e ali depositados no jazigo da família Orleans. A corte espanhola tomou luto por quinze dias. O governo brasileiro, pelo decreto nº 15.116, de 16 de novembro de 1921, ordenou luto nacional por três dias e mandou que se hasteasse a meio pau a bandeira nacional em todas as repartições públicas. O embaixador do Brasil junto ao governo francês Gastão da Cunha representou o governo brasileiro nas solenidades fúnebres. Na Câmara Federal, o deputado por Minas Francisco Valadares e no Senado o senador pelo Rio Grande do Norte Tobias Monteiro requereram voto de pesar pelo falecimento da princesa. O deputado Otávio Rocha encaminhou à Mesa um projeto mandando transladar para o Brasil os seus restos mortais. Em seu testamento, feito em Boulogne-sur-Seine em 10 de janeiro de 1910, dizia ela: "Quero morrer na religião Católica, Apostólica Romana, no amor de Deus e no dos meus e de minha pátria".

15/11/1846. Domingo. Batiza-se na capela imperial d. Isabel, a Redentora, nascida em 29 de julho. Ministrou-lhe a água lustral o bispo capelão-mor e diocesano dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, conde de Irajá, que a seguir tam-

bém a crismou. Foram padrinhos o rei de Portugal dom Fernando II, representado pelo marquês de Itanhaém, estribeiro-mor, e madrinha a rainha viúva das Duas Sicílias d. Isabel, representada pela marquesa de Maceió. Recebeu a princesa os seguintes nomes: d. Isabel, Cristina, Leopoldina, Augusta, Micaela, Gabriela, Rafaela, Gonzaga.

15/11/1853. Terça-feira. Falece às 11h30m da manhã no Paço Real das Necessidades, em consequência de parto, a rainha de Portugal d. Maria II, filha primogênita de dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal e da imperatriz Leopoldina. Sucedeu-lhe no trono seu filho mais velho dom Pedro V, governando durante sua menoridade o rei dom Fernando II. Uma hora após o transpasse foi lavrado um termo, a que assinaram os conselheiros de Estado presentes: o duque da Terceira, José da Silva Carvalho, Rodrigo da Fonseca Magalhães, conde de Tomar, o cardeal patriarca (Frederico Guilherme da Silva Pereira), José Bernardo da Silva Cabral e Manuel Duarte Leitão, visconde de Castro. A seguir lançou-se uma proclamação assinada pelo rei e pelos ministros. No dia seguinte, 16, chegavam a Lisboa pelo vapor inglês *City of London* os príncipes de Joinville que, desconhecedores do triste desenlace, iam ali passar algum tempo com a família real. O infante morreu ao nascer. A notícia do fatal ocorrido chegou ao Rio de Janeiro em 19 de dezembro pelo vapor inglês *Lusitânia* da linha de Liverpool.

15/11/1889. Sexta-feira. Nasce em Lisboa o príncipe dom Manuel, filho do rei dom Carlos I e da rainha d. Maria Amélia de Orleans. Foi o 33º e último rei de Portugal. Subiu ao trono em 3 de fevereiro de 1908, após o assassinio de seu pai e do príncipe herdeiro, atentado do qual saiu ileso. Com a proclamação da República em 5 de outubro de 1910, foi deposto e desterrado. Casou no exílio em 4 de setembro de 1913 com d. Augusta Vitória de Hohenzollern Sigmaringen, nascida em 19 de agosto de 1890. Morreu em Twickenham, na Inglaterra, onde residia, em 2 de julho de 1932, sem haver deixado descendentes.

15/11/1889. Sexta-feira. Após a deposição do gabinete Ouro Preto, 36º e último do Segundo Reinado, proclama-se a República dos Estados Unidos do Brasil. Às 3h30m da manhã desse dia o presidente do Conselho de Ministros passava ao imperador, que se encontrava então em Petrópolis, o seguinte

telegrama: “Urgente. A Sua Majestade o Imperador. – Senhor, esta noite o 1º e o 9º regimento de cavalaria e o 2º batalhão de artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela guarda negra, e de ter sido preso o marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do quartel-general de que viriam desagrar aquele marechal. O governo toma providências necessárias para conter os insubordinados, e fazer respeitar a lei. Acho-me no arsenal de Marinha com meus colegas da Justiça e da Marinha”. Ao clarear o dia, a conselho do ministro da Guerra, visconde de Maracaju (Rufino Enéias Gustavo Galvão), reuniu-se o ministério na secretaria da Guerra, na praça da Aclamação (onde é presentemente o Ministério da Guerra). Às oito horas da manhã apareceram na esquina da praça os batalhões sublevados sob o comando de Deodoro. Postaram-se à frente do quartel, com eles confraternizando pouco depois as forças ali formadas e em posição de sentido e em posição de combate, mas indiferentes e inativas. Exigia Deodoro a retirada imediata do gabinete. A essa altura, verificando Ouro Preto a impossibilidade de resistência e a impassibilidade do ajudante general marechal Floriano Peixoto, passou às 10h30m da manhã novo telegrama ao imperador, o qual foi levado ao telégrafo pelo diretor-geral da secretaria da Guerra, barão de Itaipu. Dizia aí: “Senhor. O ministério, sitiado no quartel-general, à exceção do sr. ministro da Marinha, que consta achar-se ferido em casa próxima, tendo mais de uma vez ordenado debalde, por órgão do presidente do Conselho e do ministro da Guerra, que se repelisse pela força a intimação armada do marechal Deodoro para pedir a sua exoneração e diante das declarações feitas pelos generais visconde de Maracaju, Floriano Peixoto e barão de Rio Apa de que, por não contarem com a tropa reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, depõe nas augustas mãos de V. M. o seu pedido de demissão. A tropa acaba de fraternizar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do quartel”.

O primeiro telegrama chegara a Petrópolis às 5h30 da manhã e fora recebido por um criado particular do imperador. S. M. que assistia à missa quando lhe foi entregue este segundo, saiu incontinentemente da igreja encaminhando-se para a estação, onde mandou preparar um trem especial. Desceu logo em companhia da imperatriz e dos condes de Aljezur e Mota Maia, desembarcando

na estação de S. Francisco Xavier (ponto terminal da “linha do norte”). Às 12 horas já se encontrava no Paço da Cidade.

As tropas sublevadas fizeram a seguir um desfile pela cidade, enquanto ficavam detidos no quartel o presidente do Conselho e o ministro da Justiça (visconde de Ouro Preto e conselheiro Cândido de Oliveira). “Quanto ao imperador – declarou então Deodoro – tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos”. “O ministério – acrescentou o marechal – estava deposto e se organizaria outro de acordo com as indicações que iria levar ao imperador”. Enquanto isso, no paço, várias pessoas se achavam reunidas e trocavam sugestões sobre como fazer em momento tão crítico. Propôs o conde d’Eu se mandasse chamar o conselheiro Saraiva, e foi-lhe então enviado o seguinte bilhete escrito pelo ministro do Império, barão de Loreto: “Confidencial. Ex.^{mo} amigo sr. conselheiro Saraiva. Rio, 15 de novembro de 1889 (Paço da Cidade). O imperador e a princesa estimariam que v. ex.^a viesse agora mesmo ao Paço da Cidade, no qual se espera compareça, daqui a pouco, o general Deodoro, a fim de apresentar a S. M. a sua mensagem. Escrevo a meu sogro pedindo-lhe para que também venha. Aqui já se acham Paulino, Dantas, Olegário, Silva Costa, e outros amigos do imperador, fazendo-lhe companhia em tão crítica situação. Com subida honra de ser de v. ex.^a amigo muito obrigado. – Franklin Dória”.

Às 15 horas José do Patrocínio, à frente de uma turba multa, penetrou no edifício da Câmara Municipal com grande tumulto, e por sua alta recreação deu a República como proclamada, fazendo lavar um “ata” e arvorando uma bandeira improvisada, semelhante à dos Estados Unidos da América do Norte. A esse tempo Francisco Glicério percorria a rua do Ouvidor arrebanhando gente para uma concentração defronte à casa de Deodoro, coadjuvando-o, nessa tarefa, Alberto Torres e Magalhães Castro. Coube a este último discursar em nome de todos. Deodoro, que se achava acamado, preso de fortes dores e terrivelmente atacado de dispnéia, não apareceu, respondendo em seu nome o coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

No Paço da Cidade sucediam-se as conversações. Somente às nove horas da noite apareceu Saraiva, que ali se demorou até às 11. Pelas duas da madrugada é de novo chamado. O con-

selho de Estado reunido opinava pela formação imediata de novo gabinete.

Lá fora ferviam as intrigas.

Teve Ouro Preto a má idéia de sugerir ao imperador o nome do conselheiro Gaspar da Silveira Martins, que no momento até se encontrava ausente da corte e em viagem no Rio Grande do Sul, para formar o novo gabinete. Tratava-se exatamente de um inimigo irreconciliável de Deodoro. Essa notícia foi habilidosamente explorada pelos intrigantes. O próprio Benjamim se encarregou de amedrontar o marechal com a ameaça que representava para todos, e mormente para ele, a escolha do fogaoso tribuno dos Pampas. “Vossa excelência, – ponderou-lhe então – tem o direito de dispor como bem e melhor entender, da sua vida; mas me parece que não tem o direito de dispor das cabeças de seus companheiros, que tomaram parte ativa na revolta contra o governo”.

Pelas três horas da madrugada chegava à casa de Deodoro, sita no Campo de Santana, quase à esquina da atual avenida Presidente Vargas, o major de engenheiros Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, levando-lhe o seguinte bilhete de Saraiva: “Encarregado pelo imperador de organizar novo ministério, não quero e não devo fazer coisa alguma sem entender-me com v. ex.^ª”.

Já Deodoro, envenenado pelos boatos e irritado com a notícia da escolha de Silveira, dava mostras de estar saindo da pavorosa indecisão em que se achava. Quando, momentos depois, lhe entregava o emissário do paço o bilhete de Saraiva, ele declarou-lhe que havia proclamado a República e organizado o ministério, “sem derramamento de sangue e sem desacato à família imperial, para evitar que alguns dias mais tarde fosse ela feita de modo contrário”; e por isso dissesse a Saraiva que já era tarde.

No dia seguinte os membros do governo provisório apareceram incorporados à Câmara Municipal, reunida extraordinariamente, e em meio de grande número de oficiais e de curiosos, prestaram juramento.

O Paço Imperial foi logo cercado por reforçada escolta comandada pelo major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro. O povo, segundo refere Aristides Lobo, ministro do Interior do novo

governo, “assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”.

16/11/1889. Sábado. O major Solon Ribeiro, de parte do marechal Deodoro, apresenta-se no Paço da Cidade e entrega a Sua Majestade o Imperador a seguinte carta: “Senhor: Os sentimentos democráticos da nação há muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reação do caráter nacional contra o sistema de violação, de corrupção de todas as leis, exercido em um grau incomparável pelo ministério de 7 de junho; a política sistemática de atentados do governo imperial, nestes últimos tempos, contra o Exército e a Armada, política odiosa à nação e profundamente repelida por ela; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que, em todas as épocas, têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra da pátria; a intenção manifestada nos atos dos vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compressão oficial, que foram sempre entre nós objeto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstâncias conheceis e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar.

Em face desta situação, pesa-nos dizer-vo-lo, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família imperial no país, ante a nova situação que lhe criou a resolução irrevogável do dia 15, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos que a salvação pública nos impõe a necessidade de evitar.

Obedecendo, pois, às exigências do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos levados a notificar-vos que o governo provisório espera de vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com a vossa família, no mais breve termo possível.

Para esse fim se vos estabelece o prazo máximo de vinte e quatro horas que contamos não tentareis exceder. O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisório um navio com a guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança, de vossa pessoa e de toda a vossa família, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia, continuando-se a contar-vos a dotação que a lei

vos assegura até que sobre este ponto se pronuncie a Assembléa Constituinte.

Estão dadas todas as ordens, a fim de que se cumpra esta deliberação.

O país conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador em 7 de abril de 1831.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. *Manoel Deodoro da Fonseca*”.

O imperador, após haver lido a intimação, redigiu com o barão de Loreto, a resposta concebida nos seguintes termos: “À vista da representação que me foi entregue hoje às três horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir, com toda a minha família, para a Europa, amanhã, deixando esta pátria, de nós estremecida, a qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. *Dom Pedro de Alcântara*”.

A princesa imperial d. Isabel, enviou, de sua parte, a seguinte carta: “É com o coração partido de dor que me afasto de meus amigos, de todos os brasileiros e do país que tanto amei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir, e pela qual continuarei a fazer os mais ardentes votos.”

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. *Isabel, condessa d’Eu*”.

16/11/1889. O governo provisório, pelo decreto nº 2, desta data, concede ao imperador dom Pedro II uma ajuda de custo de cinco mil contos, a ser paga de uma só vez, para seu estabelecimento no estrangeiro, juntamente com sua família. Esse mesmo decreto considerava extintas, a partir do dia 15, as dotações do imperador e da imperatriz. Foi portador da notícia desse decreto o general José Simeão de Oliveira, que dele deu conhecimento à princesa Isabel e ao conde d’Eu. Achava-se o imperador a bordo da *Parnaíba* quando ali compareceu o tenente Jerônimo Teixeira França, na madrugada desse dia, para entregar-lhe o referido documento, cujo conteúdo não revelou, e que

ele recebeu após certa relutância, quando lhe disse o portador ser o documento referido muito honroso para ele: o tenente retirou-se logo. Dom Pedro, ao tocar o primeiro porto (S. Vicente) escreveu a seu procurador e ex-mordomo, visconde Nogueira da Gama, recusando altivamente a oferta e dizendo-lhe que se caso a houvesse recebido a devolvesse imediatamente. O governo provisório, em represália, baixou o decreto nº 78-A, banindo-o do território nacional com toda a sua família e proibindo-lhe de possuírem bens no Brasil, dando-lhes ao mesmo tempo prazo de dois anos para liquidar os que aqui possuíssem. Por esse mesmo decreto ficava revogado o de nº 2.

17/11/1889. Domingo. O tenente-coronel Mallet (João Nepomuceno de Medeiros Mallet), por incumbência do governo provisório, aparece a altas horas da noite no Paço da Cidade, a fim de fazer que a família imperial embarcasse para a Europa antes de romper a madrugada. A praça estava repleta de curiosos, que foram evacuados por ordem do major Sólton Ribeiro. O imperador foi acordado pelo seu médico, o conde da Mota Maia. Era seu desejo assistir à missa antes de partir; isso porém não lhe foi permitido. Achavam-se em sua companhia, além da imperatriz, a princesa Isabel, o conde d'Eu, dom Pedro Augusto, seu neto mais velho, o visconde da Penha e o general Miranda Reis. O imperador relutava ante a exigência de embarcar àquela hora.

– “Não sou negro fugido – exclamava ele; não embarco a essa hora!”

Replicava Mallet que se temiam manifestações inconvenientes e tais precauções visavam unicamente a maior segurança da família imperial. O almirante Jaceguai, que ali se encontrava para despedir-se de S. M., pediu licença para ponderar:

– “Não, meu senhor. Vossa Majestade deve embarcar. Realmente temem-se manifestações desagradáveis dos estudantes”.

– “Quem faz caso de estudantes?” redargue o imperador.

Eram duas horas e quarenta e cinco minutos da manhã quando o imperador se decidiu a descer. O trajeto até o cais era curto. O imperador, a imperatriz, d. Isabel, dom Pedro Augusto e o conde d'Eu tomaram lugar na carruagem, que começou a rodar lentamente. Os demais foram a pé. Próximo ao cais Pharoux estava atracada uma lancha do arsenal de Guerra. A noite estava tímida e chuvosa, e o mar agitado. Com grande dificuldade con-

seguiram tomá-la de modo especial o imperador e a imperatriz. Acompanhou-os o marquês de Tamandaré. Depois de remar algum tempo, aproximou-se a lancha do cruzador *Parnaíba* para onde a custo puderam passar-se em meio à escuridão da noite. O comandante Serrano assumiu o comando. E o navio rumou em direção da ilha Rasa, onde se encontrava o paquete *Alagoas* pertencente à Cia. Brasileira de Navegação a Vapor, e que fora fretado para levar ao exílio a família imperial. Próximo estava fundeado o encouraçado *Riachuelo*, que por ordem do governo provisório deveria comboiar o *Alagoas* até deixar as águas brasileiras. Ao cair da tarde chegava o *Parnaíba* em frente da enseada do Abraão, na ilha Grande. Após o jantar, e com não menores dificuldades que da vez primeira, passaram-se todos para bordo do *Alagoas*, comandado pelo comandante José Maria Pessoa. Passava de meia-noite quando o paquete levantou ferro e começou a movimentar-se em caminho para a Europa. Haviam chegado para acompanhar a família imperial os barões de Loreto e de Muritiba com as respectivas senhoras; o conde de Mota Maia e seu filho mais velho; a viscondessa de Fonseca Costa, o conde de Aljezur; o engenheiro André Rebouças e o professor Stoll, preceptor dos filhos da princesa Isabel. Na altura da ilha de Fernando de Noronha, retornou o *Riachuelo*, e o *Alagoas* prosseguiu viagem sem a incômoda guarda que o seguia. No dia 2 de dezembro aportaram em S. Vicente. No dia 2 festejaram a bordo o aniversário natalício do imperador, tendo o barão de Loreto composto e recitado o seguinte soneto de sua lavra:

A nação brasileira, que, amparada
Por Ti, seu vigilante e sábio guia,
No fim de meio século atingia
A raia do progresso disputada,
Conquanto agora a ingratitude a invada
E a desvaire o clamor da aleivosia,
Lembrar-se-á saudosa deste dia,
Que dantes festejava alvoroçada.
Longe dela, conforme ao negro plano,
Hoje, em frágil baixel, sobre o oceano,
Ergues a mente a Deus, que o Bem expande
E a família e amigos, com transporte,
Saúdam a teu lado o varão forte,
Que, inda fora do trono é sempre grande!

À noite foi servido lauto banquete, durante o qual brindou o imperador à prosperidade do Brasil. No dia 7 chegavam a Lisboa, onde o rei e a família real, acompanhado de todo o ministério e dos grandes da corte, foram receber o imperador. Foi-lhe franqueado o Paço das Necessidades, o que ele agradeceu e recusou; indo hospedar-se no hotel Bragança. Permaneceu em Lisboa cinco dias. No dia 22 seguiu de trem para o Porto, hospedando-se aí no hotel Frankfurt. Todo o dinheiro que levava consigo eram cento e sessenta mil réis, que dispôs, ao desembarcar em S. Vicente, fosse distribuído com os pobres.

19/11/1853. Sábado. Funerais da rainha d. Maria II, em Lisboa. O corpo foi colocado em três caixões: o primeiro de cedro, o segundo de chumbo e o terceiro de mogno. A cerimônia fúnebre terminou às 17 horas, tendo sido o corpo depositado no panteão dos Braganças em S. Vicente de Fora. Durante as exéquias uma pomba branca pousou sobre o caixão e a seguiu até o túmulo, entre gerais manifestações de surpresa e admiração. Segundo uma tradição, trinta e quatro anos antes, ao ser batizada, uma pomba branca penetrou no batistério e circunvoou a pia batismal. A princesa d. Leopoldina mandou então apanhá-la e levá-la para o Paço, onde dela cuidou até a morte. O poeta João de Lemos escreveu a propósito uma célebre poesia – “O funeral e a pomba”, publicado no nº 1836 do jornal *A Nação*, parafraseando-a outro poeta Francisco Gomes do Amorim. As duas poesias foram daí por diante publicadas conjuntamente.

23/11/1891. Dom Pedro II, em Paris, sai de casa pela derradeira vez, a fim de assistir a uma sessão no Instituto de França, do qual era membro correspondente. Houve eleição de novo sócio, saindo eleito Gastão Boissier, no qual votara o imperador. Terminada a solenidade, saiu em carro aberto para dar um passeio a Saint-Cloud, às margens do Sena. A noite estava fria e o vento gélido que corria por toda parte o gripou fortemente. Desse resfriado lhe adveio uma pneumonia da qual irá morrer.

26/11/1816. É assinado em Viena da Áustria o tratado matrimonial de dom Pedro I com d. Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo. O pedido foi feito nessa corte em 18 de fevereiro. O casamento teve lugar em 13 de maio de 1817.

27/11/1807. Sábado. A família real portuguesa embarca para o Brasil, em vista da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão sob o comando de Junot.

– A Espanha, sob pressão de Bonaparte, declara guerra a Portugal em 27 de fevereiro de 1801. A 24 de maio foi aceito o desafio. O país tinha então em armas 85.000 homens. As conseqüências da luta foram desastrosas. As capitulações iniciais de Olivença, Juromenha e Elvas abateram o moral das tropas. A 1º de junho após a capitulação de Portalegre, começaram-se as negociações para um tratado de paz, concluindo no dia 6. Por esse tratado obrigava-se Portugal a fechar os seus portos à navegação inglesa. O príncipe aceitou a imposição, mas recusou a cumprir a outra, que era perseguir os súditos ingleses residentes no país. A 1 de maio denunciou o tratado. A 19 de fevereiro Napoleão lhe mandara uma carta através de Junot, intimando-o a cortar as relações políticas e comerciais com a Inglaterra. Pelo tratado de Fontainebleau, concluído em 27 de outubro de 1807, Espanha e França partilhavam entre si Portugal. No dia 17 de novembro, Junot, à frente de um exército invasor, cruzava a fronteira. No dia 24 chegava a Abrantes, ao tempo em que a fatal notícia corria pela corte apavorada. Vinte e oito mil franceses, aos quais se ajuntaram onze mil espanhóis, avançaram sem obstáculo pelo país. O príncipe regente foi então aconselhado pelo embaixador inglês lorde Strangford a passar-se para o Brasil juntamente com a família real. Ele porém, deixa-se estar indeciso em Queluz, até que lhe vem às mãos um número do *Moniteur* trazendo uma proclamação de Napoleão, na qual se declarava que “a Casa de Bragança deixara de existir na Europa”. A esse tempo chegava o tenente-coronel Lecor dando-lhe a notícia da aproximação das forças de Junot. Foi então que se decidiu a partir, e ordenou que os preparativos imediatamente se fizessem. No dia 26 lançou uma proclamação ao país, comunicando sua decisão. Nomeia governadores para dirigir em sua ausência, e assina com a Inglaterra o tratado secreto da Ajuda, pelo qual se comprometia esta a não reconhecer senão um Bragança como soberano de Portugal, e ele em franquear-lhe os portos do Brasil, logo que aqui chegasse. Durante a invasão foi o país defendido pelo general Beresford,

– No dia 27 dom João tomava um escaler no cais de Belém juntamente com o infante de Espanha dom Pedro Carlos. O povo afluiu em massa e ele, com os olhos lacrimejantes, dava a mão a beijar. Outras carruagens vinham chegando. O príncipe, através do Tejo, se dirigiu para bordo da nau *Príncipe*, onde pouco depois embarcavam a rainha e o príncipe dom Pedro.

D. Carlota Joaquina, as filhas e o infante dom Miguel se dirigiram para bordo da nau *Afonso de Albuquerque*. Incalculável multidão de nobres e validos superlotavam os navios surtos no porto prestes a partir. Ao largarem ferros veio escoltá-los a esquadra inglesa sob o comando de Sydney Smith. O mau tempo impediu a saída da barra, e só no dia 29 puderam os navios fazer-se ao largo. No dia 30 Junot entrava triunfalmente em Lisboa, arriava a bandeira portuguesa no forte de São Jorge e hasteava em seu lugar a bandeira da França, entre salvas dos canhões e aclamações de seus soldados. No dia 26 de janeiro de 1808 a esquadra que conduzia o príncipe regente aportava nas costas da Bahia. (Quinze mil fidalgos e pessoas diversas faziam parte do séqüito de que participaram 8 naus, 3 fragatas, 2 brigues, 1 escuna, 1 charrua com mantimentos e 21 navios mercantes. O príncipe regente desembarcou às 8 horas da manhã num dia de sol radiante entre grandiosas demonstrações de júbilo e de entusiasmo do povo brasileiro, a quem iria prestar os mais assinalados serviços.

29/11/1891. O imperador dom Pedro II, a caminho do exílio, ao chegar a S. Vicente na ilha de Cabo Verde, escreve a seu ex-mordomo e procurador visconde Nogueira da Gama rejeitando a dádiva de cinco mil contos que lhe oferecia o governo provisório para seu estabelecimento na Europa.

29/11/1918. Sexta-feira. Vítima de desastre de avião, caído perto de Edmonton, nas cercanias de Londres, falece no hospital daquela cidade, após haver recebido os santos sacramentos, o príncipe dom Antônio, terceiro e último filho da princesa d. Isabel e do conde d'Eu. Nascera em Paris 9 de agosto de 1881.

Dezembro

01/12/1822. Dom Pedro I, por decreto desta data, cria a “Ordem Imperial do Cruzeiro”, a mais antiga do Brasil, para assinalar a sua aclamação, sagração e coroação como imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Foram agraciados nacionais e estrangeiros. As fitas e bandas eram de cor azul-celeste. O decreto nº 2.583, de 7 de dezembro de 1861, regulou a concessão das condecorações. Dom Pedro I condecorou ao todo 829 cavaleiros, 258 oficiais, 70 dignitários e 17 grã-cruzes

e dom Pedro II 742 cavaleiros, 185 oficiais, 62 dignitários e 34 grã-cruzes.

01/12/1831. Quinta-feira. Nasce em Paris a princesa dona Maria Amélia (d. Maria Amélia, Augusta, Eugênia, Josefina, Luisa, Teolinda, Heloísa, Francisca, Xavier de Paula, Micaela, Gabriela, Rafaela, Gonzaga) filha única do segundo consórcio de dom Pedro I com d. Amélia de Leuchtenberg. Foram seus padrinhos o rei e a rainha de França servindo de testemunha o ministro do Brasil. Dom Pedro, escrevendo em 10 de janeiro de 1834 a d. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, condessa de Belmonte, e aia de seus filhos menores que haviam ficado no Brasil, dizia-lhe que a princesa “recebeu o nome de Maria Amélia por este ser o nome da virtuosa rainha, já saberá pelas folhas públicas que o ministro do Brasil serviu de testemunha, porque esta minha filha, posto que nascida em França, é brasileira, porque foi concebida antes da minha abdicação, quando eu exercia na forma da Constituição do Império o poder supremo, que a Constituição do Império (digo que a mesma Constituição) me concedia”.

01/12/1834. Celebra-se em Lisboa, por procuração, o casamento da rainha d. Maria II com o príncipe dom Augusto de Leuchtenberg, irmão da ex-imperatriz do Brasil d. Amélia. O contrato antenupcial foi firmado em 8 de novembro e a bênção nupcial dada aos nubentes em 26 de janeiro de 1835.

01/12/1835. Contrato de casamento em segundas núpcias da rainha d. Maria II com o príncipe dom Fernando de Saxe Coburgo-Gota.

01/12/1925. O presidente da República dr. Artur da Silva Bernardes, por decreto desta data, dá à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio, a denominação de “Estação Dom Pedro II”.

01/12/1925. Pelo decreto nº 17.125, desta data, o presidente Artur Bernardes declara feriado nacional o dia 2, centenário do nascimento de dom Pedro II.

02/12/1825. Sexta-feira. Nasce no Paço Imperial da Boa Vista o imperador dom Pedro Segundo, o “Magnânimo”. Foi o sétimo filho do imperador dom Pedro I e da imperatriz Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, arquiduquesa da Áus-



PRINCEZA AMELIA.

*L'auguste enfant guidé par un Dieu protecteur.
Ouvre ses petits bras pour caresser son père.*

João Baptista Ribeiro, lithographe - Porto 1833

O mesmo Sr.^{mo} Conde de Marçoso em 30 de Março de 1859, fez 3.^a edição e offereceu aos Editores do Mundo Elegante.

Princesa d. Maria Amélia
(Lit. de João Baptista Ribeiro, executada no Porto em 1883).
Col. do Museu Imperial.

tria. Parto difícil. Durou cinco horas. Nos dias 2, 3 e 4 houve na corte entusiásticos festejos. No dia 3 cantou-se solene Te-Déum na capela imperial, às 17 horas. O médico assistente da imperatriz foi o dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, depois barão de Iguaraçu e primeiro diretor da faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Foi designada aia do imperador menino d. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, futura condessa de Belmonte, e ama de leite a colona suíça d. Maria Catarina Equey. Logo após o nascimento foi apresentado à corte, reunida numa das salas do Paço, pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva, pai do futuro duque de Caxias, e depois regente do Império.

02/12/1875. Quinta-feira. É batizado na Capela Imperial o príncipe do Grão-Pará, nascido em 15 de outubro de 1875, às 4h50m da manhã, em Petrópolis. Recebeu na pia batismal os seguintes nomes: dom Pedro de Alcântara, Luís, Filipe, Maria, Gastão, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga. Foi conduzido ao templo nos braços da baronesa de Santana, dama da princesa Isabel. Serviu de mordomo o barão de Itapagipe. Pegaram nas varas do pátio, sob o qual era conduzido o príncipe, o visconde de Jaguarari, presidente do Senado; o conselheiro Manuel Francisco Correia, presidente da Câmara; o conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, presidente do Supremo Tribunal de Justiça; os conselheiros de Estado marquês de São Vicente e visconde de Bom Retiro, de Muritiba, de Abaeté e de Niterói. Após a cerimônia do batismo entoou-se solene Te-Déum executado pela orquestra dirigida pelo maestro Bussmeyer, tocando-se ainda a “marcha” de Mendelssohn, “romanze” de Schumann, “Ouverture” de Norberto A. de Carvalho, solo de violino de Servais, o “Salutaris” de Mariani e finalmente o Te-Déum e Tantum ergo de Bussmeyer.

02/12/1925. Inaugura-se na Quinta da Boa Vista, fronteira ao antigo Paço Imperial, a estátua do imperador dom Pedro II, o que constituiu uma das solenidades programadas na comemoração do centenário do seu nascimento. Estiveram presentes o príncipe do Grão-Pará e sua esposa, a princesa d. Elisabeth e diversas altas autoridades do país. Discursou por essa ocasião o conde de Afonso Celso.

04/12/1821. D. Carlota Joaquina é forçada a recolher-se à sua “Quinta do Ramalhão” por se haver recusado peremptoriamente a jurar a nova Carta Constitucional. Essa “quinta” fora por ela adquirida em abril de 1802 com autorização do príncipe regente à viúva de José Street de Arriaga Brum, d. Ana Joaquina Inácia da Cunha. O negócio foi efetuado pelo marquês estribeiro-mor.

05/12/1827. Casa-se secretamente em Queluz a infanta d. Ana de Jesus Maria, filha mais moça do finado rei dom João VI e de d. Carlota Joaquina, com Nuno José Severo de Mendonça Barreto, marquês de Loulé, conde de Vale de Reis. A rainha deu permissão para a celebração do consórcio. Oficiou o ato o capelão mor da rainha padre Francisco André Afonso Parra. Posteriormente d. Ana foi para Roma, onde passou a residir e onde veio a falecer aos cinquenta anos em 1856, vítima, ao que parece, de um antraz. Esse consórcio nunca foi reconhecido oficialmente.

05/12/1891. Sábado. Falece em Paris aos 66 anos e 3 dias de idade, num dos apartamentos do Hotel Bedford, à Rue de l’Arcade, 17, próximo à praça da Concórdia o ex-imperador dom Pedro II. No dia 23 de novembro, segunda-feira, realizou-se no Instituto de França, do qual era sócio, eleição de novo membro. Dom Pedro II esteve presente. Terminada a sessão, saiu para dar um passeio em carro aberto a Saint-Cloud, às margens do Sena. A noite estava úmida. Corria por toda a parte o frio hibernal. De volta ao hotel sentiu calafrios pelo corpo: eram indícios do resfriado que apanhara. Não tarda a declarar-se pneumonia no pulmão esquerdo. Alternativamente passava mal e experimentava melhoras. No dia 1º de dezembro foi ouvi-lo em confissão o padre Davi, erudito e sábio lazarista, confrade seu no instituto. No dia 2, data do seu aniversário natalício, comungou e ouviu missa em seu próprio quarto. Os que foram então cumprimentá-lo pelos seus sessenta e seis anos acharam-no bastante enfraquecido. No dia 3 agravou-se o seu estado. A tarde do dia 4 subiu a temperatura e a febre atingiu a 41 graus centígrados. Às 21 horas começou a perder a consciência recobrando-a quando o cura da Madalena lhe ministrava a extrema-unção. Sua debilidade era grande. A temperatura permanecia alta e a respiração tornava-se ofegante. O seu desvelado médico, o conde

de Mota Maia, chamou à conferência Charcot e Bouchard, que após o examinarem declararam que nada mais havia a fazer. Dom Pedro II agonizava. Passava pouco de meia-noite e vinte quando exalou o último suspiro. Estavam presentes d. Isabel, o conde d'Eu e filhos; o duque de Saxe, d. Pedro Augusto; os condes de Aljezur, Nioac e Mota Maia; os viscondes de Cavalcanti e da Penha; os barões da Estrela, de São Joaquim, de Penedo e de Muritiba; o conselheiro Silva Costa; Alfredo Rocha, Eduardo Prado, Pandiá Calógeras, Seybold, a condessa de Mota Maia, baronesa de Muritiba, viúva Silva Coutinho, barão de Albuquerque, Sebastião Guimarães e Ferdinando Hex. Charcot, Bouchard e Mota Maia firmaram a certidão de óbito. O doutor Poirier embalsamou o corpo logo depois levado para um catafalco armado na igreja da Madalena, onde ficou exposto. O cardeal Richard, arcebispo de Paris, presidiu às cerimônias fúnebres. O presidente da República Sadi Camot declarou luto em toda a França e ordenou que lhe fossem prestadas as honras fúnebres de chefe de Estado. No dia 9 saiu o ataúde da estação de Orleans com destino a Portugal. No dia 10, ao passar por Madri, recebeu excepcionais homenagens. Na manhã de 11 chegou a Lisboa, onde foram celebradas as exéquias, oficiando o cardeal patriarca. A seguir depositaram o corpo no Panteão dos Braganças em São Vicente de Fora, ao lado dos restos mortais da imperatriz. Sobre o tampo do caixão fora colocada uma inscrição latina composta por Seybold e pelo barão de Penedo. Dom Pedro II reinou 58 anos, sendo nove de regências e 49 de governo pessoal.

05/12/1939. Inaugura-se em Petrópolis, na catedral de São Pedro de Alcântara, o mausoléu dos ex-soberanos do Brasil – dom Pedro II e d. Teresa Cristina. A construção da catedral teve início em 1884 de acordo com o projeto de autoria do engenheiro dr. Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá.

06/12/1867. Sexta-feira. Nasce em Petrópolis o príncipe dom Augusto, Leopoldo, Filipe, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, segundo filho da princesa d. Leopoldina e do duque de Saxe. Foi segundo tenente da Marinha Imperial.

06/12/1827. Dom Miguel deixa Viena com destino a Portugal a fim de assumir a lugar-tenência do reino. Chegou a Paris a 19 e a Londres a 30. Partiu de Londres em 9 de fevereiro do ano seguinte a bordo da fragata portuguesa *Pérola*.

07/12/1889. Quarta-feira. Dom Pedro II, desterrado, chega a Lisboa com sua família, sendo aí recebido pelo rei dom Carlos I e sua corte, entre grandes demonstrações de apreço e de simpatia do povo português. Desembarcou no dia seguinte, dirigindo-se à igreja de São Vicente de Fora, aonde foi orar junto do túmulo de seu pai. Hospedou-se no hotel Bragança, recusando-se a hospedagem real no Paço das Necessidades posto à sua disposição.

07/12/1875. Terça-feira. Nasce na Boêmia a condessa Dobzensky de Dobrozenicz, filha do conde João, a qual em 11 de novembro de 1908 desposou em Versalhes o príncipe do Grão-Pará. Faleceu em Portugal, aos 76 anos de idade, no dia 11 de junho de 1951 (segunda-feira). Seus restos mortais foram trazidos para o Brasil, aonde chegaram em 22 de julho, domingo. No dia 23, segunda-feira, às 11 horas, houve missa de corpo presente na catedral de São Pedro de Alcântara, e a seguir foi o corpo sepultado no cemitério de Petrópolis, onde também jaz o príncipe do Grão-Pará.

09/12/1825. Sexta-feira. Dia chuvoso. Entre às 17 e 10 horas é batizado na capela imperial o imperador dom Pedro II. Conduziu-o sob o pátio o mordomo-mor da imperatriz dom Francisco de Sousa Macedo, depois visconde e marquês da Cunha. O batismo foi ministrado pelo bispo capelão-mor dom José Caetano da Silva Coutinho, 8º bispo do Rio de Janeiro. Recebeu na pia batismal os seguintes nomes: dom Pedro de Alcântara, João, Carlos, Leopoldo, Salvador, Bibiano, Francisco, Xavier de Paula, Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. Serviu de madrinha a princesa d. Maria da Glória, que contava então seis anos de idade, dando-se-lhe como protetor São Pedro de Alcântara. Cantou-se solene Te-Déum, cuja música foi composta pelo próprio imperador. Terminada a cerimônia religiosa, dirigiu-se a família imperial à capela do S. S. Sacramento, a fim de render graças a Deus, retornando ao paço precedida de luzido cortejo que a acompanhara ao templo.

10/12/1862. O conde d'Eu e a princesa Isabel, recém-casados, viajam para a Europa a bordo do vapor inglês *Madalena*.

10/12/1821. Chega ao Rio o correio marítimo *Infante Dom Miguel* trazendo a notícia do decreto das cortes de Lisboa

que intimavam o príncipe dom Pedro, então regente do reino na ausência de dom João VI, a regressar a Portugal, a fim de viajar pelas cortes européias.

11/12/1826. Segunda-feira. Morte da imperatriz Leopoldina.

Durante a enfermidade do visconde de Castro, pai da marquesa de Santos, dom Pedro I se mostrou solícito, não se afastando da casa do enfermo. Afastado do lar durante vários dias, mandou-lhe d. Leopoldina uma carta na qual censurava o seu proceder e propunha que se separassem um do outro. Dom Pedro exasperou-se, verificando-se então entre ambos desagradável rixa. A imperatriz ficou intensamente abalada. Achava-se em adiantado estado de gravidez. Sobreveio um resfriado, que muito concorreu para agravar-lhe o mal. Começou a sentir dores nas cadeiras e inchação em uma das pernas. O imperador, nesse entretimentos, preparava-se para seguir para o sul, o que se deu em 24 de novembro. A imperatriz experimentou ligeiras melhoras. Depois de acamada durante vários dias, levantou-se e foi presidir a uma reunião do Conselho dos Ministros no dia 29. Na tarde desse dia foi acometida por uma febre gastro-biliosa, sobrevindo logo acessos nervosos. De então por diante seu estado agravou-se. Foram-lhe prestados os recursos médicos da época: aplicação de sinapismos e de sanguessugas. No dia 2 de dezembro, pelas duas horas da madrugada, teve um aborto do sexo masculino. A 4 confessou-se e recebeu o viático das mãos do bispo capelão-mor. No dia 6 sofreu um desmaio e a febre subiu consideravelmente, seguindo-se novos acessos nervosos. Nesse dia o ministro do Império, marquês de Paranaguá, remeteu uma carta ao imperador, comunicando-lhe o grave estado de saúde da imperatriz. Noutra carta, nesta mesma data, fazia-lhe saber da exasperação do povo contra a indigitada causadora dos males físicos e morais da imperial enferma: “para aumentar a nossa inquietação o povo murmura e muito sobre a origem da moléstia, querendo atribuí-la a causa morais e não físicas” e mais que “algumas pessoas me tem proposto de se mandar alguém para expor a V. M. I. quanto tem ocorrido”. O povo não cessava de rezar pelo seu restabelecimento. Procissões se organizavam em todas as igrejas. A imagem da Virgem Nossa Senhora da Glória, a cujos pés ia ela sempre rezar, vinha agora processionalmente a seu encontro acom-

panhando-a grande massa de povo. No dia 10, entre 10 e 11 horas da manhã, foi-lhe ministrada a extrema-unção. A uma hora da manhã do dia 11 o bispo capelão-mor começou a recitar o ofício da agonia. Já às dez horas fora distribuído, para conhecimento do público, o 16º boletim, que informava o seguinte:

– “S. M. a Imperatriz tem passado pior; as suas forças vão desaparecendo e tudo quanto faz parte da sua enfermidade tem piorado. Tem-se posto em prática tudo quanto se podia aplicar interna e externamente e não há recurso que não se tenha tentado por deliberação das conferências feitas de manhã e de tarde. S. M. ainda vive e as diligências ainda continuam, mas o seu estado é para desanimar”.

Finalmente, às 10 horas e 15 minutos, foi dado a público o 17º e último boletim, que assim dizia:

– “Pela maior das desgraças se faz público que a enfermidade de S. M. a Imperatriz resistiu a todas as diligências médicas, empregadas com todo o cuidado por todos os médicos da Imperial Câmara. Foi Deus servido chamá-la a Si pelas dez horas e um quarto”.

Verificado o óbito, fechou-se o quarto e entregou-se a chave à marquesa de Aguiar. O cons. cirurgião-mor do paço dr. Jerônimo Alves de Moura embalsamou o corpo às seis horas da tarde. No dia 12 partiu para o Rio Grande do Sul o marquês de Quixeramobim, camarista assistente, a fim de levar a triste notícia ao imperador. Levava duas cartas do ministro do Império, marquês de Paranaguá, e uma de frei Antônio de Arrábida. Nesse mesmo dia às doze horas houve solene beija-mão. No dia 13 pelas dez horas da noite foi o cadáver metido num caixão de cedro, e este dentro de um outro de chumbo, e ambos num terceiro de madeira forrada de seda branca. O Senado da Câmara decretou luto por três meses rigorosos e três aliviados. O enterro saiu do Paço de São Cristóvão às 20h30 em direção ao convento da Ajuda, aonde chegou às 22 horas. Pegaram nas alças do caixão os marqueses de Santo Amaro, Inhambupe, Baependi, Nazaré, Queluz, Paranaguá, Jundiaí e o conde de Lajes. Depois de feita a encomendação soleníssima, o marquês de Caravelas, secretário da Justiça, lavrou dois termos e entregou-se o corpo, após serem estes assinados, à abadessa do convento.

– No dia 25 de janeiro, realizaram-se as exéquias, pregando nessa ocasião o já então famoso orador sacro frei Francisco de Monte Alveme.

– No túmulo da saudosa imperatriz foi gravada a inscrição: “Aqui repousam os preciosos restos da adorada imperatriz Maria Leopoldina. Seu espírito, cremos, habita os céus. Sua memória não gastarão os séculos”. Encimava a inscrição o brasão de armas do Império, em madeira dourada. O túmulo esteve na igreja da Ajuda (onde é presentemente a Praça Floriano) até 9 de novembro de 1911, quando foi trasladado para o convento de Santo Antônio devido à demolição do convento, cuja comunidade se transferiu para outro edifício, sito à Praça Barão de Drumond, em Vila Isabel.

Dom Pedro I, que já se achava de volta de sua viagem ao sul, recebeu na localidade de Torres a participação do doloroso ocorrido.

D. Leopoldina nascera em 22 de janeiro de 1797. Por ocasião de sua morte contava o príncipe herdeiro a idade de um ano e nove dias.

11/12/1919. O deputado por Minas Francisco Valadares apresenta à Câmara um projeto revogando o decreto 78-A, de 21 de dezembro de 1889, pelo qual foram banidos do território brasileiro o ex-imperador dom Pedro II e a família imperial.

12/12/1891. Sábado. Funerais de dom Pedro II em São Vicente de Fora, em Portugal. Acompanhamento saído às 11 horas da manhã da estação de estrada de ferro. O rei dom Carlos I decretou luto oficial por 20 dias, sendo dez rigorosos e dez aliviados. O corpo veio de Paris em comboio especial, acompanhando-o, além da família imperial, os condes de Mota Maia, de Cavalcanti, visconde de Aljezur; cons. Silva Costa, barões de Maia Monteiro, da Estrela, de Nioac, de Muritiba e de São Joaquim; Sousa Dantas representando o *Jornal do Brasil* e Paulo Prado, representando o *Jornal do Comércio*; Sebastião Guimarães, Escragnolle Taunay e três sacerdotes franceses. O rei, a família real e os grandes do reino achavam-se na estação de Santa Apolônia. O préstito chegou às 13 horas à igreja real de São Vicente de Fora. Os irmãos da Misericórdia tiraram o caixão do coche e o conduziram à primeira eça. A missa foi rezada pelo

cardeal patriarca. As cerimônias foram às 15 horas, havendo considerável número de pessoas presentes às cerimônias fúnebres.

13/12/1885. Falece o rei dom Fernando II, príncipe de Saxe Coburgo e Gota, esposo em segunda núpcias da rainha d. Maria II.

15/12/1815. O príncipe regente dom João, por carta de lei desta data, eleva o Brasil à categoria de reino.

15/12/1864. Quinta-feira. Casa-se a princesa d. Leopoldina, filha do imperador dom Pedro II, com o príncipe dom Luís Augusto Maria Eudes de Saxe Coburgo e Gota, duque de Saxe. A convenção matrimonial foi concluída em Viena de Áustria em 1 de novembro e ratificada pelo imperador em 13 de dezembro. Durante a cerimônia religiosa, na capela imperial, foi executada música dedicada ao duque e especialmente composta para a solenidade pelo maestro Arcângelo Fiorito. Oficiou o ato dom Manuel Joaquim da Silveira, arcebispo da Bahia, vice-capelão-mor. Foram padrinhos por parte do noivo o conde d'Eu e o conde Dumas, Christian Léon, general de brigada reformado do Exército francês, e por parte da noiva o visconde de Abaeté, presidente do Senado, e conselheiro de Estado visconde de Sapucaí. Contava a princesa 17 anos e o duque 19. Nessa mesma data era ele nomeado pelo imperador almirante honorário da esquadra brasileira. O préstito saiu de São Cristóvão em direção ao Paço da Cidade, aonde chegou às 10h30m. Serviu de mestre-de-cerimônias o mordomo Paulo Barbosa da Silva. Terminada a solenidade o imperador condecorou o duque com a grã-cruz de todas as ordens honoríficas do Império, e lançou-lhe ao pescoço o colar da Ordem da Rosa. Seguiu-se solene Te-Déum. Uma salva de artilharia, correspondida pelas fortalezas e embarcações de guerra surtas no porto anunciou a consumação das cerimônias religiosas. O cortejo dirigiu-se na mesma ordem em que viera em direção do Paço da Cidade, recebendo os recém-casados, ao passarem, continência das tropas formadas durante o trajeto. Na sala do trono usou da palavra o presidente da Câmara, comendador Cunha Teles, dispensando-se a leitura de dois outros discursos que deveriam ser proferidos pelo internúncio apostólico em nome do corpo diplomático, e pelo dr. Bernardino Alves Malhado pela Assembléia Provincial, de que era o presidente. Estes discursos foram entregues ao ministro do Império. Na sala

imediatamente do trono receberam SS. AA. os cumprimentos da corte. Às 14 horas foi servido luto jantar. Pouco antes das 15 horas o duque e a princesa embarcaram para Petrópolis, donde regressaram no dia 26. Nasceram deste consórcio quatro filhos: dom Pedro Augusto (19/03/1866), que não deixou descendência; dom Augusto Leopoldo (06/12/1867); dom José Fernando (21/05/1869), falecido prematuramente aos 19 anos, e dom Luís, 15 de setembro de 1870.

17/12/1734. Sexta-feira. Nasce a princesa d. Maria Francisca, filha de el-rei dom José I e da rainha d. Maria Ana (que contava então 16 anos), a qual foi depois rainha de Portugal sob o nome de dona Maria I. Sua ama-de-leite chamou-se d. Bernarda Maria Rosa de Almeida, e era mulher de Leandro José Lobo de Ávila. Foi bastante precoce. Aos 4 anos lia o português, o castelhano e o latim, língua esta que começou a estudar aos cinco anos. Tinha três irmãs: d. Mariana Josefa, d. Maria Dorotéia e d. Maria Benedita, vindo esta última a desposar-lhe o filho primogênito dom José, príncipe do Brasil. D. Maria Francisca aprendeu a pintura com Domingos da Rosa e com o filho deste José Rosa. Foi sempre tristonha e reservada. Era também extremamente religiosa, um tanto tímida e muito refletida. Gozou sempre boa saúde. Criança ou adolescente, jamais usou carmin ou qualquer pintura. Era modesta, esmoler e bondosa. Possuiu sempre excelente caligrafia. Franzina de corpo. Foi particularmente devota do Sagrado Coração de Jesus, cuja devoção introduziu e difundiu em Portugal. Fez uma promessa de edificar-lhe um templo se lhe desse um filho varão, voto que cumpriu fazendo erguer em Lisboa a Basílica da Estrela. Em 24 de outubro de 1779 o rei dom Pedro II, seu esposo, lançou a pedra fundamental da monumental igreja, que ficou concluída em 1790. Teve como confessores: 1. frei Inácio de São Caetano, falecido em 29 de novembro de 1788; 2. o arcebispo de Tessalônica; 3. o bispo de Algarve dom José Maria de Melo (por decreto de 5 de dezembro de 1788). O confessor do rei era o padre Mayne. De d. Maria I restam nada menos de 600 cartas, de que a primeira data de 26 de dezembro de 1741 e a última de 23 de dezembro de 1790, por uma coincidência ambas do mês de dezembro.

17/12/1811. Batiza-se com grande pompa na capela particular do Paço da Boa Vista o infante dom Sebastião, neto do príncipe regente dom João, filho da princesa d. Maria Teresa, sua filha primogênita, e do infante de Espanha dom Pedro Carlos. Nasceu em 4 de novembro de 1811.

19/12/1834. Por uma lei desta data é concedida à duquesa de Bragança, em Portugal, uma pensão anual de 40:000\$000.

19/12/1834. Uma carta de lei desta data bane dom Miguel e seus descendentes do território português, excluindo-os ao mesmo tempo da sucessão ao trono.

21/12/1889. O decreto 78-A desta data bane do território nacional o ex-imperador dom Pedro II e sua família.

22/12/1861. Dom Luís I, irmão do finado rei dom Pedro V, é aclamado rei de Portugal. Eram ambos filhos da rainha d. Maria II e sobrinhos do imperador dom Pedro II. Dom Luís desposou a princesa de Itália d. Maria Pia, filha de Vítor Manuel, rei do Piemonte. O casamento foi ratificado na igreja de São Domingos em Lisboa, após o desembarque da princesa em 6 de outubro.

23/12/1806. Nasce no Real Palácio de Mafra a infanta d. Ana de Jesus Maria, última filha do príncipe d. João e de d. Carlota Joaquina.

28/12/1889. Quinta-feira. Falece às 14 horas, num modestíssimo apartamento do Grande Hotel, no Porto, a ex-imperatriz do Brasil d. Teresa Cristina. Tinha 47 anos de casada. Adoecera com um resfriado durante a viagem para o exílio, no dia 2, aniversário do imperador. No dia 18 achava-se bastante atacada de asma. Daí por diante continuava passando mal. No dia 22 sentiu fortes dores nas costas. A morte foi quase repentina. O imperador estava ausente. Saíra às 13 horas em companhia dos condes de Aljezur e Mota Maia para visitar a Academia de Belas-Artes e a Biblioteca Nacional. Achava-se no hotel, além do médico dr. Henrique Maia, o cônsul-geral do Brasil no Porto Manuel José Rabelo, que saiu a toda pressa para chamar o imperador. Quando ele chegou já ela estava morta. Ao lado do corpo encontrou ajoelhado o padre Moreira Freire, abade de Santo Ildefonso, que orava pela morta. O corpo foi embalsamado pelo dr. Alves, coadjuvado pelos doutores Mota

Maia e Azevedo Maia. A princesa Isabel, o conde d'Eu e filhos, juntamente com dom Pedro Augusto achavam-se na Espanha, hospedados pelo duque de Montpensier. Chamados com urgência chegaram no dia 30 a fim de assistir às cerimônias do enterramento. No dia 29 houve missa de corpo presente. Do Porto foi o corpo transportado por estrada de ferro para Lisboa, em cuja estação o aguardavam o rei dom Carlos e toda a corte. Os funerais realizaram-se no dia 4 de janeiro. Os restos mortais da ex-soberana foram depositados no panteão dos Braganças em S. Vicente de Fora. Várias casas reinantes na Europa se fizeram representar. O imperador ficou profundamente abalado com a perda de uma companheira de tantos anos, tendo escrito o seguinte em seu diário:

– “Não sei como escrevo. Morreu haverá ½ hora a imperatriz, essa santa. Tinha ido à Academia das Belas-Artes e ao sair foi chamar-me o Rebelo que a imperatriz tinha tido uma síncope. Já achei o prior da freguesia que lhe acudira com os ofícios extremos da Igreja. Ninguém imagina a minha aflição. Somente choro a felicidade perdida de 46 anos. Nada mais posso dizer. Minha filha já telegrafou de Madri com a notícia do estado da mãe e já se lhe expediu a da morte. Custa-me a escrever mas preciso não sucumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dor. Custa-me a crer. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu-se na minha (vida) um vácuo que não sei como preencher. Que me tarda a abraçar minha filha! Se pudesse desafogar minha dor! Nada pode exprimir quanto perdi... Que noite vou passar! Dizem que o tempo tudo desfaz! Mas poderei viver tempo igual ao da minha felicidade? Quando puder escreverei o que faça aquilatar a minha perda! Não; não posso crer que meus patrícios talvez concorressem para a morte de quem verdadeiramente mais amei. Foi uma crueldade, e eu a causa por ter me dado quase cinqüenta anos de ventura! Quanto deverei mostrar com lágrimas essa última dor que ela quis compartilhar! Ninguém sabe como era boa e sofria mais pelos outros do que por si. Como sua madrinha a rainha de Sabóia merece ser santificada. Se ainda exprimo tanto é porque a conheceram e quero que me façam justiça. Estou certo de que no Brasil sentirão como eu.

– Quis ler; não posso. Ainda me chegaram os diários da tarde, Talvez não possa percorre-los. Só a chegada de minha

filha! – Vou ver “*Il Secolo*” de Milão. Vejo um telegrama à Presse de Paris ao general Coelho, chefe do partido republicano português: “O meu? Exército e o Brasil saúdam em vós a alma de democracia, admiram os esforços que fazeis para fundar a República portuguesa e estamos convosco de coração. Benjamim Constant.” Parece apócrifo. Nada me distrai os olhos *daquela* porta fechada. *Tribuna Liberal* – Continua preso o nosso amigo o conselheiro Silveira Martins. Informações fidedignas dão como certa que a prisão do ilustre rio-grandense é instada pelo sr. visconde de Pelotas que não respondia pelo Estado de que é governador se ao Rio Grande o popularíssimo cidadão (voltasse). E aí está como se respeita a autonomia provincial!... Viva a federação!

Ainda me custa a crer. Ninguém como (eu) a adorava por suas qualidades. Que fez ela para sofrer por mim? Recebo telegramas da Maria Pia e do Afonso. Veremos o que fazem os reis. Fizessem-lhe tudo, mas não a matassem por causa de mim, do muito amor que me tinha. É crueldade demais. E estou certo que ela está orando no céu por eles mesmos. O estudo e a leitura só podem ser meus consolos. Hei de assim também lembrar dela que tinha vaidade por mim. Quando puder hei de escrever sua vida para exemplo. Pediu muitas vezes um padre, mas havia toda a esperança até a síncope, e se houve culpa de não receber todos os sacramentos foi minha, embora não o julgasse preciso o Mota Maia. Aliás não me disse não tendo eu perguntado, quando eu mesmo tinha toda a esperança. Infelizmente pelo seu estado antes da síncope eu saíra. Deus me perdoe, assim como o padre a quem primeiro me confessar”.

José Schiavo

Bibliografia

Arquivo Nacional.
Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
Biblioteca Nacional.
Coleção das Leis do Brasil, 1808 e seguintes.
Diários de d. Pedro II (caderninhos manuscritos existentes no Arquivo do Museu Imperial).

Jornais

Arte e Literatura (suplemento da *Tribuna de Petrópolis*, sob a competente direção de Guilherme Auler).
Brasil, O, 1863 e seguintes.
Correio da Manhã, 1901 e seguintes.
Correio Mercantil, 1830 e seguintes.
Correio Oficial, 1833-1840.
Despertador Constitucional, 1825.
Diário da Câmara dos Deputados, 1826 e seguintes.
Diário Fluminense, 1825 e seguintes.
Diário do Governo, 1823 e seguintes.
Diário Ilustrado, 1887 e seguintes.
Diário Mercantil, 1832 e seguintes.
Diário de Notícias, 1870-72. 1930 e seguintes.
Diário Oficial do Império, 1866 e seguintes.
Diário do Rio de Janeiro, 1821 e seguintes.
Gazeta de Lisboa, 1641 e seguintes.
Gazeta do Rio de Janeiro, 1879 e seguintes.
Gazeta da Tarde, 1878 e seguintes.
Jornal, O. 1919 e seguintes.
Jornal do Brasil, 1891 e seguintes.
Jornal do Comércio, 1827 e seguintes.
Nação, A. 1872-1876. 1889.
Sentinela da Monarquia, A. 1840 e seguintes.

Publicações diversas

Anais da Biblioteca Nacional, 1876 e seguintes.
Anais da Câmara dos Deputados.
Almanaque Laemmert, 1844 e seguintes.
Anuário Genealógico Brasileiro.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839 e seguintes.
Revista Nacional, 1919, 1923-1925.

Principais autores consultados

- Afonso Celso de Assis Figueiredo, conde de. *O Imperador no exílio*, Rio, 1893.
Oito Anos de Parlamento. O Poder Pessoal de D. Pedro II. Rio, 1901.
Nova ed. S. Paulo, Cia. Melhor. Edit.
- ARMITAGE, John. *História do Brasil*. 1808-1831. 3ª ed. Rio, 1943.
- BEIRÃO, Caetano. *Dona Maria I*, 4ª ed. Lisboa, 1939.
- BIBLIOTECA MILITAR. *A República Brasileira*, Rio, 1939.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*, Rio, 1928.
- CORREIA DE SÁ, d. José d'Almeida (marquês do Lavradio). *Dom João VI e a Independência do Brasil*, Lisboa, 1937.
- CORTE REAL, José Alberto, Manoel Antônio da Silva Rocha e Augusto Mendes Simões de Castro. *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*. Coimbra, 1872.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. 1834, 1839. 3 vols.
- GALANTI, padre Rafael, S. J. *História do Brasil*, 1896-1906, 5 vols.
- GRAHAM, Maria. *Journal of Voyage to Brazil*, Londres, 1824.
- LISBOA, Balthazar. *Anais do Rio de Janeiro*, 1834-35.
- LIRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*, 3 vols., S. Paulo, 1938-1940.
- MATOSO, Antônio G. *História de Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1939.
- MELO MORAIS, Alexandre José de. *História da Transladação da Corte Portuguesa*, Rio, 1872. *Brasil histórico*, Rio, 1867. *Brasil-Reino, Brasil-Império*, Rio 1896.
- MONGLAVE, Eugênio de. *Correspondance de don Pèdre Premier. Precedée de la vie de cet empereur et suivi de pièces justificatives*. Paris, 1827.
- MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e Depoimentos*, Rio, 1913.
- MORAIS, Evaristo de. *Da Monarquia à República*.
- MOREIRA DE AZEVEDO. *O Rio de Janeiro e Sua História*, 2 vols., Rio, 1877. *Apontamentos históricos*, Rio, 1861.
- MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II*. Paris, 1889 (Firmin Didot).
- MOTA MAIA. Manoel A. Velho da. *O Conde de Mota Maia*, Rio, 1937.
- MÚCIO TEIXEIRA, barão de. *O Imperador Visto de Perto*, Rio, 1917.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, 2 vols., S. Paulo, 1936.
- NAPIER, Carlos. *Guerra da Sucessão em Portugal*, Lisboa, 1841.
- NEUVILLE, Hyde de. *Mémoires et Souvenirs*, Paris, 1894-1898, 3 vols.
- NOGUEIRA DA GAMA, visconde de. *Memórias*, Rio, 1893.
- NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil*, S. Paulo, 1938.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom João VI no Brasil*, 2ª ed., Rio, 1945, 3 vols. *Dom Pedro e Dom Miguel*, S. Paulo, 1925. *O Império Brasileiro*, S. Paulo, 1927.
- OLIVEIRA VIANA. *O Ocaso do Império*, 2ª ed. S. Paulo, 1939.
- PASCAL, Diodoro de. *Rasgos Memoráveis do Senhor Dom Pedro I*.
- PEREIRA, Ângelo. *Os Filhos de Dom João VI*. Lisboa, 1946. *As Senhoras Infantas filhas do Rei D. João VI*. Lisboa, 1938.

- PEREIRA DA SILVA, J. M. *História da Fundação do Império Brasileiro*, Rio, 1864-1868, 7 vols. *Memória do meu tempo*, 2 vols. Rio, 1896. *O Brasil no Reinado de D. Pedro II*, Rio, 1858. *História do Brasil de 1831 a 1840*. Rio, 1878. *Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*, 2ª ed., Rio, 1875.
- PIMENTEL, Alberto. *A Corte de Dom Pedro IV*. Porto, 1896.
- POLIANO, Luís Marques. *Ordens Honoríficas do Brasil*, Rio, 1943.
- RAFFARD, Henri. *Apontamentos Acerca de Pessoas e Coisas do Brasil*. Rio, 1899.
- RANGEL, Alberto. *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos*. Rio, 1916. *Gastão de Orleans, o Último Conde d'Eu*, S. Paulo, 1935.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brésil pittoresque*. Rio, 1859.
- RIO BRANCO, barão de. *Efemérides Brasileiras*. Rio, 1918.
- RODRIGUEZ, Eugênio. *Descrizione del Viaggio a Rio de Janeiro Della Flotta di Napoli*. Nápoles, 1844.
- SANTOS, Clemente José dos (barão de S. Clemente). *Estatísticas e Biografias Portuguesas*. Porto, 1887-1892, 5 vols.
- SANTOS, Luis Gonçalves dos. *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*. 2 vols., reedição da Livr. Zélio Valverde, Rio, 1943.
- SÃO LEOPOLDO, visconde de. *Memórias*. In t. XXXVIII da Rev. do Hist. e Geogr. Bras.
- SCHMIDT, Maria Junqueira. *A Segunda Imperatriz do Brasil*. S. Paulo, ed. da Cia Melhoramentos.
- SILVA, Francisco Gomes da (o Chalaça). *Memórias*. Rio, 1939, 2ª ed.
- SISSON, S. A. *Galeria de Brasileiros Ilustres*. Rio, 1859-1861.
- SOUSA, D. Antônio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. 1735-1748, 13 vols., Lisboa.
- TAUNAY, Afonso de. *No Rio de Janeiro de D. Pedro II*. Rio, 1947.
- TAUNAY, visconde de. *Dom Pedro II*. S. Paulo, 1933.
- TEUBNER, B. G. *Notice Biographique sur son Altesse Impériale Dona Maria Amélie de Bragance Princesse du Brésil*. Leipzig, 1857.
- VALADÃO, Alfredo. *Da Aclamação à Maioridade*. 2ª ed., 1939.
- VASCONCELOS, barão Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne, Suíça, 1918.
- VASCONCELOS DRUMOND. *Memórias*. In t. XIV dos Anais da Bibl. Nac.
- VIEIRA FAZENDA. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. 5 vols., in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.

NOTICIÁRIO

Noticiário

Pelo diretor do Museu foi apresentado o seguinte relatório:

Em 2 de janeiro de 1954

Senhor ministro:

Com a maior satisfação, venho, em obediência às disposições regimentais, apresentar a vossa excelência o relatório dos trabalhos realizados pelo Museu Imperial, durante o ano que ora se encerra:

1. Inaugurações

Na ocasião em que a comitiva do presidente do Peru visitou esta instituição, teve o excelentíssimo sr. almirante Ernani do Amaral Peixoto, governador do Estado do Rio de Janeiro, a oportunidade de inaugurar três salas de exposição de jóias, miniaturas, pratas, insígnias honoríficas, moedas e medalhas militares. Dispõem as referidas salas de doze vitrinas de aço, embutidas a maior parte (dez) em paredes sólidas, de acionamento eletro-mecânico e forradas de veludo grená e azul.

Ter-se-á, como se vê, de ampliar o Museu, já que o número de objetos históricos doados e adquiridos assim o reclama. Ainda agora lutamos contra a falta de salas para acomodar o mobiliário legado pelo sr. dr. Tobias Monteiro, o qual nos será entregue brevemente.

Com a valiosa cooperação do Patrimônio Histórico, estão sendo ultimados os trabalhos de renovação de pinturas no imóvel do Museu Imperial e no prédio contíguo.

Construiu-se, além disso, moderno grupo sanitário para uso dos visitantes, cujo vulto é grande e, há muito tempo vinha exigindo esta indispensável instalação.

Cumpr-me também mencionar aqui os preparativos atinentes à sala do soldado do Império, que será inaugurada e franqueada ao público, dentro do menor lapso de tempo possível e, para tal fim, vem a direção do Museu Imperial envidando os seus melhores esforços.

Restaurou-se grande parte das cortinas e procedeu-se à substituição de outras, que se encontravam em péssimo estado de conservação, em virtude de longo uso.

2. Serviço Auxiliar
Seção Administrativa

Desenvolveu a seção administrativa, como órgão centralizador do movimento das demais seções, que dependem dos seus trabalhos, intensa atividade, no correr do ano findo, realizando os serviços que se seguem.

Expediram-se:

Ofícios	635
Portarias	56
Cartas	76
Atestados	20
Cartões	257
Processos	925
Relatórios	3
Telegramas	3
Anuários	2.678
Guias de remessas de correspondência	305
Fichas de protocolo empregadas	1.850

E deram entrada:

Ofícios	116
Cartas	324
Cartões	25
Telegramas	29
Contas	24
Circulares	13
Processos	25
Memorandos	6
Requerimentos	25
Informações	142



Visita, a 3 de janeiro de 1953, do almirante Gago Coutinho, em companhia do embaixador José Roberto de Macedo Soares

3.Visitação

Comparativamente aos últimos anos, o número de visitantes cresceu, no decorrer de 1953, de maneira apreciável:

Ano	Nº Visitantes
1951	112.284
1952	112.842
1953	132.196

Como demonstram os algarismos acima, bateu o recorde o ano de 1953, alcançando o Museu Imperial o total de 132.196 visitantes, que estão assim discriminados: 48.742 homens, 57.141 mulheres, 15.167 crianças, 11.146 pessoas resultantes de visitas coletivas.

Sobressaem-se entre os visitantes estrangeiros o ex.^{mo} senhor general Anastácio Somoza, presidente da Nicarágua, e senhora; ex.^{mo} sr. Siles Zuazo, vice-presidente da Bolívia, e senhora; ex.^{mo} sr. almirante Edmund Tyler Wooldridge, chefe da esquadra norte-americana, que veio ao Brasil recentemente; ex.^{mo} sr. almirante Américo de Deus Tomás Rodrigues, ministro da Marinha de Portugal; ex.^{mo} sr. Ricardo Rivera, ministro das Relações Exteriores do Peru; ex.^{mo} sr. L. Saenz, ministro da Educação do Peru; ex.^{mo} sr. almirante Gago Coutinho; senhor Whitlaw Reid, redator-chefe do *New York Herald Tribune*; sr. Chauncey J. Hamlin, presidente do Conselho Internacional de Museus da UNESCO; sr. dr. David Macfarlane, diretor da Universidade de Toronto; comitiva de prefeitos norte-americanos, chefiada pelo prefeito de Nova Orleans, sr. Lesseps Morrison; membros da Conferência de Economia para a América Latina; membros do Congresso de Ortopedia e Traumatologia. Destacam-se, entre outros visitantes, o ex.^{mo} sr. Vicente Ráo, ministro das Relações Exteriores, e senhora; ex.^{mo} sr. general de Exército Ângelo Mendes de Moraes, e senhora; ex.^{mo} sr. ministro Caio de Melo Franco e senhora; ex.^{mo} sr. embaixador Vasco Leitão da Cunha; dr. J. de Moura e Silva, secretário da Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro; doutor Castelo Branco; embaixador sr. Tevano Tovar; príncipe Car-

los de Luxemburgo; sr. deputado Clóvis Pestana, membro da Comissão de Finanças da Câmara Federal; sr. deputado Assis Maron; sr. deputado Estadual, por São Paulo, Luís Augusto de Oliveira; dr. Rodrigues Dias, cirurgião cubano; meritíssimo juiz de direito da comarca de Petrópolis, dr. Orlando Carlos da Silva; sr. Frederico Ernesto Bucholz, prefeito municipal da cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul; sr. professor Raja Gabaglia, e senhora; sr. Arthur J. Wieland, vice-presidente da Ford Motor Co. e senhora; dr. Drown W. B. Huntley, médico do navio americano *Del Mar*; oficiais do cruzador *Jeanne d'Arc*, da Marinha francesa; membros do 5º Congresso de Gastroenterologia, acompanhados pelo cirurgião doutor Néelson de Sá Earp; delegados que tomaram parte no Congresso Latino-Americano de Prevenção ao Delito e Tratamento de Delinquentes; membros da Conferência de Economia Latino-Americana; caravana da A. A. Banco do Brasil, acompanhada de bancários argentinos, uruguaios, mexicanos e norte-americanos; marinheiros suecos; alunos da faculdade de química e farmácia do Uruguai; delegação uruguaia de estudantes de química industrial; estudantes da faculdade de direito do Uruguai; professores da National Education Association; estudantes paraguaios beneficiários do Prêmio Itamarati; alunos da faculdade de odontologia de Montevideu; membros do Congresso Internacional de Enfermagem; delegação de médicos argentinos sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura, chefiada pelo dr. Francisco Dotto; membros do 6º Congresso Nacional de Hoteleiros; oficiais, cadetes e aspirantes argentinos; Congresso Nacional de Tabelaões (membros); caravana ginásial de Guaporé; membros do Congresso Mundial da Juventude Batista; membros do Clube Internacional do Lions do Chile; caravana de normalistas de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul; alunos do Ginásio Jesus Cristo, de Itapemirim, Espírito Santo; membros da Escola Normal Santa Joana d'Arc, Rio Grande do Sul; alunos do Colégio Nóbrega, do Recife; membros do 2º Congresso das Associações Cristãs Femininas da América Latina; alunos da Escola Normal Santa Teresa de Jesus, Itaquí, Rio Grande do Sul; caravana de estudantes de farmácia e odontologia do Estado do Rio de Janeiro.



Visita a 6 de fevereiro de 1953, do vice-presidente Siles Zuazo, da Bolívia.

4. Doações

Com prazer, cumpre-me consignar aqui os nomes das pessoas que fizeram doações ao Museu Imperial, no decorrer do ano findo: d. Margarida Teixeira Leite Penido, por intermédio de seu filho rev. padre Maurílio Teixeira Leite Penido: retrato da baronesa de Vassouras; d. Áurea Modesto Leal: consolo de jacarandá com ornamentação entalhada, dentro de uma cartela enfeitada de flores a inicial T sob a coroa imperial; família Antônio Alves Meira: par de jarras de cristal branco; sr. desembargador Joaquim Antônio Cordovil Mauriti Filho: tela a óleo representando o almirante Joaquim Antônio Cordovil Mauriti, de ED. Viancin; d. Corina de Andrada Mauriti: xícara e pires de porcelana, que pertenceram a José Bonifácio de Andrada e Silva, na borda, ornamentação dourada com as iniciais J. B.; senhor José Bonifácio de Andrada Mauriti: medalhão de bronze, comemorativo do Centenário da Independência do Brasil, com a efígie de José Bonifácio, em baixo relevo, tendo ao alto as armas do Império e da República, com as datas de 1822-1922, e em volta a inscrição – “José Bonifácio. O patriarca”; d. Maria Emília Calmon G. da Cunha Porto: bandeira do Império retirada do mastro de um navio da Marinha de Guerra, no dia da proclamação da República; dr. Manuel Henrique Cavalcanti de Lacerda: um leque com folha de papel pintado a óleo, tendo ao centro o busto de d. Pedro I; sr. José Bonifácio de Andrada Mauriti: medalha militar, de ferro doce colorido, em forma de cruz grega e pendente de um sol de ouro, peça heráldica do escudo uruguaio. Esta medalha pertenceu ao almirante Joaquim Antônio Cordovil Mauriti; sras. Elvira Maria e Cecília Leitão da Cunha: insígnia da Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa, de ouro e esmalte. Insígnia de cavaleiro da Torre e Espada, de ouro e esmalte. Insígnia da Ordem da Coroa da Bélgica, de ouro, prata e esmalte. Duas espadas de corte, com lâminas simples de aço e copos de bronze dourado. Adorno heráldico de bronze prateado. Roseta de metal dourado, para lapela; dr. Joaquim Leite de Oliveira: um leque chinês, com duas faces, provido de folha de papel pintado com dezesseis varetas de madrepérola. Pertenceu à baronesa de Campo Verde; dr. Floriano Reis: um sinete de bronze dourado, com as armas do Im-

pério, circuladas da legenda “Legação do Brasil no Chile”; família Brusque: primeiro uniforme de presidente de província, constituído de casaca azul escuro com bordados a ouro no peito, com botões e armas imperiais, e calça de casimira branca, com galão dourado de cada lado. Primeiro uniforme de ministro de Estado, constituído de casaca verde escuro e calça de casimira branca com galão dourado e botões com as armas imperiais. Terceiro uniforme de ministro de estado, constituído de casaca verde escuro de gola deitada, botões de metal dourado com a sigla P. 2º. Sra. embaixatriz Vera A. B. Cavalcanti de Lacerda: mesa de jacarandá que pertenceu a d. João VI, estilo d. João V, com as armas do reino de Portugal nos quatro lados. Centro da bandeira imperial da legação do Brasil, em Bruxelas, na época do nosso ministro conde Villeneuve de Albuquerque; general de Exército Ângelo Mendes de Moraes: revólver de quatro tiros. Estojo de madeira para armas contendo doze balas. Espada da época de vigência monárquica para a republicana. Espada do 2º Reinado. Florete com guarda floreada, com punho esverdeado. Espada de corte, com as armas imperiais do Brasil. Espada flamejante; sras. Elvira Maria e Cecília Leitão da Cunha: segundo uniforme de camarista, que pertenceu ao barão de Mamoré. Primeiro uniforme de senador do Império, que pertenceu ao mesmo titular; dr. José Bonifácio Lafayette de Andrada: tela pintada sobre seda e bordada a matiz, curioso trabalho executado pela princesa d. Isabel; doutor Ruiz Guifiazu: O livro “Epifania de La Libertad”, de sua autoria; sr. Ministro Otávio Tarquínio de Sousa: o livro “Vida de d. Pedro I”.

5. Aquisições

Visando enriquecer o patrimônio desta instituição, esforçou-se a direção do Museu Imperial por fazer aquisições de peças de valor não só intrínseco, como também histórico, preferindo assim objetos de ouro, de prata e jóias. Apesar do vulto das compras realizadas pode ainda o museu recolher aos cofres públicos um saldo de Cr\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos cruzeiros).



Visita, a 15 de fevereiro de 1953, do dr. Ricardo Rivera Schreiber,
ministro das Relações Exteriores do Peru.

Constam as aquisições do seguinte:

Medalha de ouro, com a efígie de d. Pedro II; par de castiçais, de prata, cuja base sugere um copo de leite invertido; copo de prata, de perfil côncavo; âmbula de prata, de forma cilíndrica, dourada internamente; copo de prata, com asa e ornamento de motivos florais; porta-brasas de prata, de forma circular, com labores; broche ramiforme, com motivos florais, cravejado de brilhantes e diamantes, montado em ouro e prata; colar conversível, em broche e brincos, três sinetes de bronze, com as armas imperiais; um par de abotoaduras, de metal dourado, com a efígie de d. Pedro II, em esmalte; uma chapa de talim e uma fivela do mesmo material, ambas de metal dourado; três adornos com as armas imperiais; um crucifixo de ouro, com cruz latina e sulcos longitudinais, com imagem de ouro; treze moedas de ouro, sendo algumas do Império do Brasil e outras do reino de Portugal; colar de ouro, constituído de nove pingentes, arrematados por uma ágata egípciana encastrada em um oval; broche de ouro, constituído de duas figuras de animais híbridos; bracelete de ouro, cujo centro é constituído por uma ágata egípciana, dentro de um oval; medalhão com camafeu representando uma dama da antiguidade clássica, com moldura de ouro trabalhada a buril; um crucifixo de jacarandá, com imagem de massa; uma cruz latina com pedestal de jacarandá e resplendor de prata; medalha de bronze dourada, comemorativa da Independência do Brasil; duas moedas de prata do Império; um jogo de escrivania, constituído de um tinteiro de prata, uma campainha de prata, ornamentada com favores guilhocados e gravados a buril; um jogo de escrivania, de prata, constituído de um tinteiro em forma de vaso, com asas, tampa relevada encimada de uma figura alegórica da pintura, um areeiro com as mesmas características, uma campainha encimada de um menino desnudo, um relógio de forma circular, com labores burilados e cinzelados. As peças acima, assentam numa base que se apóia em duas patas de leão. Trata-se de peça no estilo de Napoleão III, fabricada em Paris, conforme a marca gravada na aba posterior da base do jogo; medalhão oval de substância vítrea, castanho-escuro que serve de fundo a um camafeu da mesma substância; medalha de guarnição de prata, estilo Luís XVI, cravejada de topázios brancos; medalha com fina moldura de ouro,

camafeu de porcelana com o busto de d. Maria I, de Portugal: miniatura octogonal de d. João VI; miniatura de marfim, representando d. Pedro I, com estojo de ouro baixo; bandeja de prata, guarnecida de galeria vazada, com ornatos conchóides e florais, galeria provida de duas alças, fundo com ornatos gravados a buril; tabaqueira de ouro, em forma retangular e contorno curvilíneo, com labores conchóides e florais; fosforeira de ouro, de forma cilíndrica, com as extremidades arqueadas, ornada de labores finamente cinzelados; broche montado em prata dourada, cravejado de brilhantes e diamantes; cruz cravejada de brilhantes constituída de sete corais legítimos, de forma circular, montado em ouro, as pontas e o resplendor da cruz são cravejados de brilhantes; jogo constituído de broche oval formado em camafeu de ágata, guarnição cravejada de diamantes e de seis pérolas orientais e montada em ouro; par de brincos, com as mesmas características e da mesma matéria do broche, pendentos de um grampo com ornatos florais e cravejados de diamantes, com uma pérola ao centro; crucifixo de ouro, estilo barroco, imagem da mesma substância, pende a cruz, de um laço, constituído de apanhados de fita e encordoados; relicário oval, de ouro, de sabor barroco: colar de ouro serpiforme, com escamas de esmalte verde e anéis articulados, a cabeça é encimada de uma chapa de ouro oblonga, cravejada de uma grande esmeralda oriental, guarnecida de minúsculos brilhantes, um arco em forma de ferradura, cravejado de esmeraldas orientais, sobrepõe-se à parte inferior da cabeça; telas (duas) a óleo com molduras douradas e trabalhadas, representando uma o duque de Caxias e a outra, o almirante Tamandaré; botões de metal dourado, com a sigla *P. II*; par de botões de metal branco; botões de metal dourado, com a sigla *P. 2º*; distintivo de boné, com as armas imperiais; floreiras de bacará, cor de rosa; duas taças de cristal; dois copos de cristal, com asa; dois cálices para vinho, de cristal; cálice para vinho do Porto, de cristal; tinteiro e par de castiçais de latão dourado; copo de cristal, com as armas imperiais gravadas; retrato equestre de dom João VI; copo de cristal branco e rubi; retrato de um imperador austríaco (Francisco I); brasão do barão com grandeza, da Passagem.



Visita, a 5 de março de 1953, do prefeito de Nova Iorque

6. Divisão de Documentação Histórica

Biblioteca

Catalogou e classificou a Biblioteca, em 1953, 176 obras, empregando neste serviço 1.308 fichas; expurgaram-se 86 volumes e também alguns manuscritos das óperas do maestro Carlos Gomes; registraram-se 327 trabalhos, num total de 518 volumes.

No que se refere ao serviço de mapoteca, acusa o livro de tombamento a entrada de 61 peças.

Com a dotação de Cr\$ 30.000,00 destinada a atender às despesas decorrentes de compras de li-vros, adquiriram-se, entre outras obras, a coleção de 174 volumes do Almanaque de Gotha e um recente trabalho da Enciclopédia Britânica, representando-se assim o patrimônio da biblioteca do Museu Imperial por 12.837 volumes, presentemente.

Documentação Histórica

Procedeu-se à catalogação de 657 documentos relativos ao arquivo da Casa Imperial; acusa o livro do tombamento a entrada de 448 documentos, sendo dois transferidos de outras repartições e os demais doados ao museu.

Quanto à documentação fotográfica, convém mencionar a entrada de 280 peças.

Publicações

Iniciou-se a expedição do Anuário do Museu Imperial referente ao ano de 1950, volume XI, e já foram remetidos 2.153 exemplares, que estão assim discriminados: 1.895 para o Brasil e 258 para o estrangeiro ou sejam, 160 para as Américas, 97 para a Europa e 1 para o Egito.

Brasil: Amazonas 5, Pará 11, Maranhão 4, Piauí 4, Ceará 19, Rio Grande do Norte 6, Paraíba 11, Pernambuco 84, Alagoas 5, Sergipe 6, Bahia 60, Espírito Santo 8, Distrito Federal 704, Rio de Janeiro 321, São Paulo 435, Paraná 26, Santa Catarina 32, Rio Grande do Sul 80, Minas Gerais 72, Goiás 1 e Mato Grosso 1.

Américas: Argentina 57, Bolívia 1, Canadá 2, Chile 6, Colômbia 1, Cuba 3, Estados Unidos 38, México 3, Paraguai 4,

Peru 4, Porto Rico 4, República Dominicana 2, Uruguai 28 e Venezuela 7.

Europa: Espanha 7, França 17, Grã-Bretanha 3, Holanda 1, Itália 2, Portugal e colônias 67.

Egito: 1.

Intercâmbio Cultural

As relações culturais entre esta repartição e as suas congêneres têm-se mantido dentro do espírito da maior cooperação possível, conforme as prescrições regimentais. Vem assim prestando a sua valiosa colaboração aos historiadores e estudiosos e, para tal fim, forneceram-se 68 cópias de documentos, sendo 31 fotostáticas e 37 datilografadas.

Realizaram-se, além disso, no Museu Imperial, as seguintes conferências, promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis e pela Academia Petropolitana de Letras: “A Princesa em Petrópolis”, pelo dr. Guilherme Auler; “Uma Biografia de D. Pedro II comentada pelo visconde de Sabóia”, pelo desembargador Sabóia Lima; “Havana, impressões de viagem”, pelo professor Sílvio Júlio; “Comentários de Viagens (Portugal, Espanha, França e Itália)”, pela sra. Mariná de Moraes Sarmento.

7. Divisão da Monarquia Brasileira

Prosseguiu regularmente o serviço de etiquetagem. Entre os objetos que entraram nesta divisão, convém mencionar, pela sua importância histórica os seguintes: uma mesa de jacarandá, que pertenceu a d. João VI, doação da embaixatriz Vera Alves Cavalcanti de Lacerda: uma xícara e pires de porcelana, com as iniciais J. B., que pertenceram a José Bonifácio, doação de d. Corina de Andrada Mauriti: um consolo de jacarandá, doação de d. Áurea Modesto Leal.

8. Divisão de Ourivesaria

No decurso do ano findo, entraram nesta divisão 86 objetos, que foram registrados e estão assim discriminados:

Doações	32 objetos
Aquisições	54 objetos



Visita, em julho de 1953, dos oficiais da esquadra norte-americana.

9. Discoteca

Não obstante os nossos esforços no sentido da reparação das máquinas, já muito gastas pelo uso prolongado, a frequência declinou no decorrer do ano findo. Espera, no entanto, o museu vê-la funcionando, com o seu material renovado, no anexo, cujos trabalhos vêm sendo ultimados.

10. Exposição

Por falta de espaço, somente uma exposição de pintura pôde ser realizada nesta repartição, durante o ano que ora se encerra, promovida pela pintora Ilnah Jorge Coelho.

11. Obras

No tocante às obras do anexo, iniciadas há mais de três anos, é lamentável que o ritmo das mesmas não tenha sido acelerado. Confiamos, contudo, nos técnicos do Ministério da Educação e Cultura, que superintendem a construção.

12. Parque

Vinha, há longos anos, o extenso jardim do museu precisando de reforma, em consequência da extrema pobreza do terreno, relativamente a elementos fertilizantes. No propósito, porém, de remover tal obstáculo, adquiriu esta repartição 200 metros cúbicos de adubo de curral, 1.000 quilos de salitre do Chile, 190 quilos de Pokon e 370 quilos de farinha de osso. Graças a esses recursos, pode o Museu Imperial renovar boa parte do gramado e todo o jardim está agora convenientemente adubado.

Restabeleceu-se o alinhamento das alamedas e sobre as mesmas espalhou-se cascalho fino, dando assim um aspecto mais agradável. Dentro do objetivo de proporcionar bem estar aos inúmeros freqüentadores do parque, especialmente nesta fase de veraneio, mandou fazer o Museu Imperial 14 bancos e fê-los distribuir nos pontos mais pitorescos do jardim.

13. Serviço Fotográfico

Em colaboração com as demais seções, que integram esta repartição, desenvolveu o serviço fotográfico regular atividade no decorrer de 1953, realizando os seguintes trabalhos:

Objetos históricos	1.090
Documentos históricos	891
Inaugurações, conferências e visitantes	402
Vistas internas e externas	217
Reproduções fotográficas	130
Cópias coloridas	8

14. Inventário

No decorrer de 1953, fizeram-se 1.404 registros, compreendendo aquisições, doações e transferências, na importância de Cr\$ 1.666.633,88 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e três cruzeiros e oitenta e oito centavos), sendo mais Cr\$ 989.846,08 (novecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis cruzeiros e oito centavos) do que no ano anterior, conforme se depreende do livro de carga geral.

15. Livro destinado a visitantes

Neste livro, consignaram suas impressões ilustres visitantes e do qual transcrevemos aqui as seguintes referências:

“Reiterando minha admiração pelo carinho com que é acatada a memória do imperador.” Gago Coutinho. 3 de fevereiro de 1953.

“Con admiración por la tradición histórica del Brasil.” Siles Zuazo, vicepresidente da Bolívia. 6 de fevereiro de 1953.

“Con respeto para un pueblo que sabe conservar su historia.” C. Salamanca. 6 de fevereiro de 1953.

“Con admiración a la tradición y cultura de la nación brasileña.” Tevano Tovar, embaixador da Bolívia.

“Un pueblo que respeta su pasado respeta su presente.” M. Teresa, machea de Siles Zuazo.

“Con admiración al Brasil.” Olga de Cevallos Tovar.

“Los pueblos grandes cultivan su tradición.” Rodriguez Diaz, cirurgião cubano.

“Mi admiración por la Gran Nación Brasileña aumenta al apreciar su amor por su magnífica tradición.” Ricardo Rivera Schreiber, ministro das Relações Exteriores do Peru. 15 de fevereiro de 1953.



Visita, a 26 de setembro de 1953, do presidente Anastácio Somosa,
da Nicarágua

“Maravilhado com o Brasil do passado, sinto robustecer-se em mim a confiança no Brasil do futuro.” Moacyr Gomes de Aguiar. 21 de fevereiro de 1953.

“It is a great privilege to visit this beautiful Museum of Petropolis – the pride of the Great Brazil. God bless Brasilia”. Rev. Andrey Velichvy, diretor das dioceses das Américas do Norte e do Sul e Austrália). 6 de março de 1953.

“Visitando este precioso Museu, verifico o passado glorioso do nosso querido Brasil.” Prefeito de Campos do Jordão. 21 de maio de 1953.

“O museu orgulha-nos do passado brasileiro.” Orlando Carlos da Silva, juiz de direito da comarca de Petrópolis. 3 de junho de 1953.

“Nos llevamos la más grande impresión – es maravilloso.” Delegação peruana.

“As moças do Teatro do Estudante do Paraná, acompanhadas por tia Orlanda Carlos Magno, reviveram aqui momentos inesquecíveis da História do Brasil”. Neide L. Valente. Aglaci Possamai. Diolete Possamai. Nely Valente. Edmé de Azevedo Marques. Orlanda Carlos Magno.

“Os alunos de diversos países das três Américas, premiados pelo Itamarati com uma viagem ao Brasil, passaram horas de grande encanto neste Museu, tão ligado à história do Brasil, e ficaram muito bem impressionados com a excelente conservação do mesmo.” Mauro da Costa e outros. 19 de julho de 1953.

“Após visitar-se este museu, sente-se que o Brasil passado legou para as gerações futuras um grande livro onde se encontram as mais escurtidas lições de civismo, como que a nos dizer que o nosso pensamento deve orar uma prece de saudade para os que foram e de esperanças de uma administração honesta, para os homens do presente.” Jaime do Amaral. 19 de julho de 1953.

“Expreso mi sincera admiración al admirar el pasado y la tradición del glorioso Brasil.” Rômulo Jordán, vice-presidente do Senado do Peru. 29 de agosto de 1953.

“Motivo de justo orgulho para todos os brasileiros, este museu é a demonstração eloqüente de que a nossa tradição histórica em continuidade ininterrompida, inspira o nosso presente e guiará o nosso futuro.” Vicente Ráo, ministro das Relações Exteriores.

“Este es el homenaje de un peruano agradecido a quienes crearon este museo que me ha deleitado e instruido en los gratos momentos que he parado en el.” Luiz N. Sâns, ministro da Educação do Peru. 29 de agosto de 53.

“Meus parabéns sr. diretor! Fiquei encantado diante de tanto zelo pelas coisas que nos trazem as mais gloriosas tradições. Os museus devem ser disseminados por todo esse Brasil: pois trazem um valioso contingente para a educação cívica de nosso povo e cria a religião do respeito às nossas tradições.” Ângelo Mendes de Moraes. 30 de agosto de 1953.

“Maravillados y agradecidos por haber podido revivir el pasado glorioso del gran pueblo hermano, la delegación de médicos argentinos del Hospital Rivadavia.” Francisco Dotto e outros. 4 de setembro de 1953.

“Encantados con la visita al Museo Imperial de Petrópolis, hemos retrocedidos a la época admirando el esplendor y grandeza de la familia imperial.” Emilio Barrin, adido naval. Embaixada do Peru. 6 de setembro de 1953.

“Visitar o Museu Imperial de Petrópolis é experimentar uma fecunda emoção: a de ter uma história, sem a qual nenhum povo teria identidade.” Gilberto Osório de Andrade. 18 de setembro de 1953.

“Visitar-se o Museu Imperial, é fazer uma recordação precisa do Segundo Reinado.” Jarbas Sertório de Carvalho. 18 de outubro de 1953.

“Tive o maior prazer em visitar este maravilhoso museu, que atesta bem uma época da vida da grande nação brasileira.” Américo D. R. Tomás, ministro da Marinha de Portugal. 25 de novembro de 1953.

“Na semana histórica da assinatura de dois tratados e da visita de um ministro de Estado português, como representante da imprensa portuguesa deixo o grande preito de admiração por esta admirável casa, símbolo da união luso-brasileira através dos séculos.” A. Pedro Gil.

“É com muita alegria que vendo as recordações da história do Brasil e de Portugal destas duas grandes nações irmãs sempre abraçadas pela mesma fé cristã.” Henrique dos Santos Tenreiro, deputado do governo português.

“Maravillosa impresión causa esta presentación de las piezas históricas imperiales.” Emilio Leon, capitão da Força Aérea Argentina.

“Minha visita a este maravilhoso museu, proporcionou-me momentos de intensa satisfação espiritual. Feliz do país que cultua, com tanto carinho, a memória dos grandes vultos de sua história.” Ernesto Bucholz, prefeito municipal da cidade do Rio Grande. 20 de dezembro de 1953.

Concluindo, sr. ministro, cabe-me, com satisfação, assinalar o esforço e dedicação de todos os servidores do Museu Imperial, no correr do ano findo.

Aproveito a oportunidade para renovar a vossa excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

Paulo Maurity

Diretor